

LAVANHA HISTORIADOR
E
A CRÓNICA INACABADA DE D. SEBASTIÃO

by

Regina Castro McGowan

A dissertation submitted to the Graduate Faculty in Hispanic and Luso-Brazilian
Literatures and Languages in partial fulfillment of the requirements
for the degree of Doctor of Philosophy
The City University of New York

2012

© 2012
REGINA CASTRO McGOWAN
All Rights Reserved

This manuscript has been read and accepted for the
Graduate Faculty in Hispanic and Luso-Brazilian Literatures and Languages
in satisfaction of the dissertation requirement for the degree of Doctor of Philosophy.

Professor José Miguel Martínez Torrejón

Date

Chair of the Examining Committee

Professor José del Valle

Date

Executive Officer

Professor Ottavio Di Camillo

Professor Isaías Lerner

Professor John O'Neill

Professor Lía Schwartz

Supervisory Committee

THE CITY UNIVERSITY OF NEW YORK

Abstract

LAVANHA HISTORIADOR E A CRÓNICA INACABADA DE D. SEBASTIÃO

by

Regina Castro McGowan

Adviser: Prof. José Miguel Martínez Torrejón

In 1618, during the Iberian Union, João Baptista Lavanha was appointed by Phillip II of Portugal as Royal Chronicler for that kingdom. Along with this prestigious position came the rather uncomfortable task of writing the first official chronicle of King Sebastian, the young monarch whose disastrous invasion of Morocco forty years earlier had cost him his own life, the lives of almost all of the country's nobility and, ultimately, Portugal's independence.

Over the course of the next six years (1618-1624), Lavanha diligently collected and transcribed primary sources from the last quarter of the 16th century documenting King Sebastian's controversial life. Some of these transcriptions made by Lavanha are the only known copies of important lost originals. Many of the documents he used were original letters exchanged between the king, his grand-mother Queen Catherine, his great-uncle Cardinal Henry, Pope Pius V, Pope Gregory XIII, his uncle King Phillip II of Spain, and a network of Castilian, Portuguese and Papal ambassadors. He also gathered polemical testimonial accounts by some of the men who survived the battle of Ksar-el-

Kebir, where King Sebastian was killed. Along with collecting documents, Lavanha began writing his own narrative, detailing events that led up to the king's demise.

His anticipated chronicle, however, was never finished, for reasons still unknown. With Lavanha's death in 1624, the documents he organized into two codices should have been sent to the king for the next chronicler in charge of the writing of King Sebastian's life. Instead, the more valuable of the two codices (for its original letters) ended up in private hands, while the second eventually found its way to the Portuguese monastery of Alcobaça. Both codices are preserved today in the National Library of Portugal, although only the first one bears Lavanha's name. A copy, with variants, of the Alcobaça codex, equally anonymous and of unknown provenience was acquired by the French Royal Library in the 19th century.

Unfortunately, without the literary achievement of having completed the first official chronicle of King Sebastian, the memory of Lavanha as a *cronista-mor* working on such an important project gradually faded. Today, there is very little in the literary historiography of the Peninsula regarding Lavanha's works as a humanist – much less that he worked on a *crónica sebástica* – whereas his earlier works in nautical engineering continue to generate interest within academia.

The documents collected by Lavanha have been studied by many scholars for their individual value. Yet, heretofore there has never been a study relating the three codices and tracing them back to the chronicler. Nor has there been a contextualization of Lavanha's work on King Sebastian, amidst the intellectual and political circumstances that resulted from Spain's control over its neighbor.

Along with information on Lavanha's life and work as a privileged courtier in Madrid, this study proposes a philological analysis of his codices and a comparative examination with some of the late 16th and early 17th century writings on King Sebastian's bellicose mindset, Phillip II's maneuvers, and the political annexation of Portugal. It also studies the inclusion of elements from these codices in the works of Portuguese authors writing in the mid-18th century. Finally, this study includes an analysis of the pertinent affairs of the day, as documented by Lavanha in his codices.

AGRADECIMENTOS

Particular apreciação e muitos agradecimentos tenho pela generosa orientação, apoio, amizade e infinda paciência que me mostrou ao longo desses anos de investigação o Prof. José Miguel Martínez Torrejón, especialista na literatura sebástica. Foi ele quem inicialmente sugeriu que eu escrevesse a tese sobre Lavanha e o códice 887 da Biblioteca Nacional de Portugal, e quem subsequentemente apoiou-me em pedir bolsas para visitar arquivos de Lisboa e Paris. Sem seus conselhos, e atentas correções, esta tese jamais teria começado, ou terminado.

Devo igualmente agradecer à Biblioteca Nacional de Portugal as bolsas de investigação concedidas em 2008 e 2010 através da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, que possibilitaram-me viagens e estadia em Lisboa, e um imediato acesso aos códices. Na BNP meus agradecimentos vão pela atenção recebida, todas as vezes em que lá estive, de parte do muito erudito Dr. Farinha Franco, pelas suas sugestões e pelas respostas a meus incessantes questionamentos filológicos. Aos bibliotecários da Secção de Manuscritos Reservados, em especial à figura gentil e diligente da Sra. D. Maria Helena, ficam também os meus agradecimentos. Na FLAD, devo agradecer o interesse do seu director, Dr. Miguel Vaz, pela minha pesquisa, e o efficientíssimo trabalho administrativo de seus funcionários, em especial a Sra. D. Cristina Sales, por sua ajuda com as questões prácticas envolvendo os termos da bolsa de investigação.

À Ana Lupi, em cuja casa em Lisboa fiquei alojada, devo agradecer o ambiente tranquilo e saudável, imprescindível a um laborioso trabalho intelectual, e a sua sincera amizade, que seguramente durará toda uma vida.

Devo agradecer, além do mais, à memória de João Baptista Lavanha. Afinal, não deixa de ser uma feliz coincidência o facto de eu estar a fazer esta tese de doutoramento estudando um homem que começou sua carreira nas ciências exactas – como matemático e engenheiro – e que eventualmente passou a dedicar-se às letras. Desta maneira, completo um ciclo académico pessoal começado na Escola de Engenharia da Universidade Federal Fluminense no Rio de Janeiro dos anos 90, e abandonado, anos mais tarde na cidade de Nova Iorque, por uma carreira muito mais gratificante nas Artes Liberais e um doutoramento em literatura luso-brasileira.

Doutoramento este que não se teria iniciado sem o apoio da Prof. Lía Schwartz. Foi ela quem entrevistou-me no processo de admissão ao programa. Sou-lhe muito grata pelo apoio que sempre me mostrou ao longo de todos esses anos. Tampouco poderia deixar de fora, neste agradecimento, uma outra pessoa de suma importância na minha vida académica. Alguém que eu já admirava desde os meus tempos de estudante de bacharelado no City College; o Prof. René Garay. Ele estava presente na minha entrevista de admissão ao Graduate Center. Daquele momento até o triste dia em que nos deixou, o Prof. Garay foi um grande amigo e mentor. Escrever minha tese sobre Portugal, país que ele tanto amava, é também um tributo à sua memória.

Agradeço ademais aos Professores Ottavio Di Camillo, Isaías Lerner e John O'Neill. Foi justamente nas aulas do Prof. Di Camillo que começou o meu crescente interesse pela literatura medieval e humanista da Península Ibérica. Com o Prof. Lerner

aprendi as técnicas de edição de texto, e com o Prof. O'Neill o conhecimento paleográfico; ambos necessários para que pudesse me debruçar sobre os códices de Lavanha.

Aos meus pais, Helena e Moacyr, que sempre me apoiaram incondicionalmente apesar da distância geográfica de 5.000 milhas, devo um agradecimento todo especial. Foi com seu estímulo e apoio – emocional e muitas vezes financeiro – que pude estudar na City University of New York. Sem nunca realmente entenderem a fundo a minha pesquisa, nunca duvidaram da minha capacidade de levá-la a cabo. Sou-lhes sempre grata por isso.

Ao meu marido, Ian, companheiro e amigo de uma década, quem vem compartilhando comigo todos os momentos deste estudo – os momentos de euforia e também os de frustração – devo agradecer a sua enorme paciência e carinho. Seu entusiasmo pelo meu trabalho investigativo, algumas vezes até superior ao meu próprio, ajudou-me a superar os obstáculos (inerentes que são à vida académica), e a seguir sempre em frente. Por tudo isso e mais, muito obrigada.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULOS	
1 João Baptista Lavanha e a crónica de D. Sebastião	
1.1 Biografia breve.....	3
1.2 Lavanha prepara a sua crónica de D. Sebastião.....	6
2 A crónica como género literário e a historiografia sobre D. Sebastião	
2.1 A crónica como género literário e a historiografia portuguesa até o final do século XVI.....	14
2.2 A literatura sebástica.....	19
3 Lavanha, cronista-mor, e a sua relação com a corte filipina	
3.1 Lavanha enquanto cronista	25
3.2 Outros trabalhos historiográficos de Lavanha antes de 1618.....	35
3.3 Lavanha e os Filipes.....	37
3.4 Lavanha e a Câmara de Lisboa.....	41
4 Códice 887 da BNP	
4.1 Introdução.....	49
4.2 Análise filológica.....	52
4.3 Mãos e filigranas.....	60
4.2 Índice contextualizado.....	70
5 Códice Alcobacense 308 da BNP	
5.1 Introdução.....	115
5.2 Relação entre o códice 887 e o Alcobacense.....	116
5.3 Análise filológica.....	118
5.4 Mãos.....	131
5.5 Índice contextualizado.....	134
6 Códice 8 da BNF	
6.1	
Introdução.....	176
6.2 Análise filológica.....	177
6.3 Relação entre o códice Alcobacense e o códice 8.....	181
6.4 Índice contextualizado.....	184
7 A historiografia peninsular dos séculos XVI e XVII: Lavanha e a polémica sobre D. Sebastião	
7.1 Frei Luis Nieto.....	227
7.2 Jerónimo Franchi Conestaggio.....	230

7.3 Jerónimo de Mendonça.....	240
8 O fundamento teórico do projecto de Lavanha à crónica de D. Sebastião	
8.1 A carta de Ruy Barreto de Meneses: o que se esperava do cronista?.....	248
8.2 Frei Bernardo de Brito, cronista-mor antes de Lavanha.....	254
8.3 Textos dentro do texto	
8.3.1 Padre Amador Rebello.....	261
8.3.2 Pero Roiz Soares.....	267
8.3.3 Capitão Luis de Oxeda.....	269
8.4 A Liga Santa contra o Turco e a concórdia com Isabel de Inglaterra	
8.4.1 A concórdia com Inglaterra através de uma relação de Vicente Nogueira.....	271
8.4.2 A questão da Liga Santa.....	282
9 A história oficial durante os Filipes e a recepção a Lavanha por autores portugueses um século mais tarde	
9.1 A ‘história oficial’ de Espanha	
9.1.1 Antonio de Herrera y Tordesillas	292
9.1.2 Luis Cabrera de Córdoba.....	297
9.2 Pervivência de Lavanha no século XVIII	
9.2.1 Diogo Barbosa Machado.....	307
9.2.2 Frei Manoel dos Santos.....	309
CONCLUSÃO.....	316
APÊNDICE.....	321
BIBLIOGRAFIA.....	341

INTRODUÇÃO

Azares da história separaram os três códices do século XVII que são objecto deste estudo e que estão intimamente ligados na pessoa de João Baptista Lavanha, cronista-mor de Filipe II e Filipe III de Portugal. Além de homem de ciências, Lavanha foi também um importante humanista, e naquele momento autorizado pela coroa de Castela ocupava posições cruciais para a manutenção de antigas instituições de carácter intrinsecamente português.

Os códices tratam de eventos relacionados com o reinado de D. Sebastião, morto em 1578 na batalha de Alcácer Quibir. Estreita é a ligação, neste conjunto de códices, entre a literatura e a política; dois fatores a influenciar a vida intelectual portuguesa em um momento político tão delicado quanto era o que representava a união ibérica. O primeiro código, cota número 887 do Fundo Geral de Manuscritos da Biblioteca Nacional de Portugal, é atribuído a Lavanha no fólio de rosto do próprio código. O segundo, cota número 308 da Colecção Alcobacense da mesma instituição, não apresenta autoria, mas através de uma análise filológica pudemos verificar que também é obra Lavanha. O terceiro código, cota número 8 dos *Catalogue des Manuscrits Espagnols et Portugais* da Biblioteca de Paris, igualmente anónimo, é uma cópia incompleta do Alcobacense 308 feita ainda no século XVII.

Trata-se dos materiais preparados por Lavanha para a que devia ser a primeira crónica autorizada de D. Sebastião quarenta anos após seu desaparecimento em Alcácer Quibir. A incumbência lhe é dada por Filipe II de Portugal em 1618, o mesmo ano em que encarrega-o do posto de cronista-mor do reino. Quando morre em 1624, Lavanha

ainda não a tinha terminado, indo parar os códices em locais diferentes. A ausência quase total de registos históricos sobre esse trabalho de Lavanha, aliada ao facto de que sua carreira nas ciências tem merecido mais atenção por parte da crítica contemporânea, fez com que não se tivesse até o momento um estudo sobre os três códices que os identificasse como uma pré-crónica de D. Sebastião.

Além da análise filológica desse material, este estudo pretende abordar as circunstâncias políticas que fizeram de D. Sebastião e Alcácer Quibir os temas mais polémicos da historiografia peninsular de fins do século XVI e princípios do XVII. O papel do autor, analisa-se a partir de duas vertentes: a patronagem que Lavanha recebia da coroa, e seus outros trabalhos como cronista-mor. Por fim, cotejamos os códices de Lavanha com a historiografia coetânea, afim de estabelecerem-se semelhanças e diferenças.

CAPÍTULO 1. João Baptista Lavanha e a crónica de D. Sebastião

1.1 Biografia breve

Pouco sobre João Baptista Lavanha existe publicado, e o que existe invariavelmente retrata a sua carreira científica, ignorando-se, omitindo-se, ou destacando-se pobremente os trabalhos que efectuou como cronista-mor de Portugal durante os reinados dos últimos Filipes.

Figura importante e prolífica em Portugal e Espanha nos séculos XVI e XVII, Lavanha desempenhou funções de matemático, cosmógrafo, engenheiro, e nos últimos anos de sua vida, de historiador e cronista. Apesar do pouco que se conhece em relação à sua vida pessoal pela escassa disponibilidade de material biográfico, aceita-se como consenso que tenha nascido em Lisboa em meados do século XVI. Diogo Barbosa Machado na *Bibliotheca lusitana* erroneamente afirma que o cronista vem a morrer em 1625 mas um documento do Archivo Parroquial de San Martín mostra que Lavanha falece em Madrid no dia 2 de Abril de 1624.

No seu longo testamento, de forte carácter autobiográfico, e pouco conhecido pela crítica, o cronista repassa a sua vida, narrando as realizações literárias, a carreira nas ciências, as obras não concluídas, as arbitrariedades que sofreu, e as benfeitorias que recebeu ao longo de meia década de serviço prestado ao último dos Avis e a três dos Habsburgos. Esse testamento foi publicado em 1906, como parte de uma bibliografia de autores peninsulares (Pérez Pastor 313-322):

Item: su magestad el Rey nuestro señor que Dios guarde me ha hecho merced que yo pueda disponer y testar de cinco mil reales de mis gages, y aunque la merced es grande, es muy inferior de lo que yo espero por cincuenta y dos años de servicios continuos hechos a su Magestad, siendo Rei y Principe, cuyo maestro he sido de las matematicas, a su padre, a su abuelo y al rey Don Sebastian... (Pérez Pastor 318).

Indicação sobre sua formação acadêmica recolhemos inicialmente da introdução que se fez em 1640 a uma de suas obras, o *Nobiliário do Conde de Barcelos*, segundo a qual Lavanha terá recebido uma educação humanística comparável a muitos de seus contemporâneos.

... el rey D. Sebastian de Portugal (cuyo vasallo era) hizo encaminar a los estudios de las buenas letras, enviandole para esto a Roma, donde se ejercitó, y adelantó en ellas con gran felicidad...” (Nobiliário prólogo).

Sua estreita ligação com o Duque de Aveiro, importantíssima figura política de Portugal durante a união com Castela, começa quando Lavanha contrai núpcias com uma senhora que servia a essa casa, a segunda mais importante de Portugal depois dos Bragança. Durante a crise sucessória de 1580, a casa de Aveiro apoiou a pretensão de Filipe II de Espanha, e seguiu apoiando os Filipes mesmo durante a restauração de 1640. Isso explica em parte a preeminência que Lavanha (membro da clientela dos Aveiro) viria a ter na corte dos Filipes. O duque facilita-lhe o caminho na corte (já aberto em Lisboa por seu pai, fidalgo do paço) a uma série de patronagens quer como engenheiro,

quer como humanista e que durariam a sua vida inteira¹. Na Biblioteca Real do Palácio da Ajuda encontra-se catalogada como anónima, mas que atribuímos a Lavanha, uma relação de viagem encomendada pelo Duque de Aveiro e composta ainda nos primeiros meses em seu posto de cronista-mor².

O salto de Lavanha a Madrid, portanto, dá-se a partir das cortes de Tomar, onde seus patronos, os Aveiro, apoiam incondicionalmente Filipe II de Espanha. Como resultado, seu prestígio e influência datam oficialmente de 1582, ano em que é escolhido para ensinar matemática, geografia, topografia e cosmografia na corte de Madrid na qualidade de tutor real no paço, e de docente na recém fundada *Academia de Matemáticas y Arquitectura Militar*. Entre 1582 e 1618 Lavanha aparece ocupando vários cargos importantes nas áreas de engenharia, cartografia e cosmografia, tanto em Portugal quanto em Espanha, todos concedidos por graça dos reis Filipes, que inclusive auxiliam-no a entrada na Ordem de Cristo, processo que se fizera dificultoso devido à sua ascendência de cristão-novo³. No dia 9 de Março de 1618, Filipe II nomeia-o para o

¹ Ver Pérez Pastor, op. cit. “*Documentos para la biografía... Poder de Juan Bautista Labaña á Pedro Nuñez Ferreira, para que en su nombre tome posesión de la alcayadaria mayor de la villa de Toruron de que el Duque de Aveiro le ha hecho merced. Madrid, 2 de Octubre de 1613*”.

² Ver “Relação da chegada, entrada, e festas do casamento da Princeza D. Anna...” Biblioteca Real do Palácio da Ajuda. 51-1X-8 (165-173v). Os Aveiro eram a segunda mais importante casa aristocrática de Portugal depois da casa de Bragança. Filipe II, já empossado como Filipe I de Portugal, estendeu a Álvaro de Lencastre além do título de 3º Duque de Aveiro, o tratamento oficial de Excelência, até então usado somente para os Bragança. A relação de viagem feita por Lavanha descreve a viagem de Ana Doria, filha de André Doria, 3º Príncipe de Melfi, a Portugal para casar-se com Jorge de Lencastre, filho primogénito dos Duques de Aveiro, Álvaro e Juliana de Lencastre.

³ Para uma biografia mais extensa ver Armando Cortesão. *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI*. Lisboa, 1935; A. Cortesão e A. Teixeira da Mota. *Portugaliae Monumenta Cartographica. Vol. 4*. Lisboa, 1960; e mais recentemente, Antonio-Paulo Ubierto Artur, cujo trabalho segue o que já havia sido dito por Cortesão, mas erra ao contar sobre um manuscrito atribuído a Lavanha. Em realidade, trata-se de outro autor. António Baião na sua edição da *Primeira Década da Ásia* afirma que a carta atribuída a João Baptista Lavanha (Biblioteca Nacional de Portugal – Coleção Pombalina, Ms. Vol. 249, fls 93-94) é de autoria de Duarte Nunes de Leão, a quem lhe tinha sido incumbida, por ordem de Filipe I de Portugal, a tarefa de organizar e imprimir os cadernos deixados por João de Barros. Em 1605, portanto uns três anos depois da data atribuída pela BNP ao documento, esses cadernos lhe são pedidos de volta, agora por seu filho, Filipe II para que sejam dados aos jesuítas, e os relacionados com cosmografia, à

cargo de cronista-mor do reino de Portugal, deixado vago pela morte de Frei Bernardo de Brito.

Ao redor dos livros publicados de Lavanha, dos manuscritos inéditos que deixou, e da leitura do seu testamento, gradualmente surgem detalhes obscuros e intrigantes sobre outras duas importantes obras em que o cronista trabalhava; a crónica inacabada de D. Sebastião, para a qual juntou os documentos que hoje fazem parte dos códices aqui estudados, e uma genealogia dos reis de Espanha, da qual não se sabe, até hoje, o paradeiro⁴.

1.2 Lavanha prepara a sua crónica de D. Sebastião

Em 1623 sai impresso em Espanha um livro do Abade de Montaragão, Dr. Martín Carrillo, com o título de *Annales y Memorias Cronológicas* onde aparece que João Baptista Lavanha está a preparar uma crónica minuciosa de D. Sebastião⁵. O autor não especifica precisamente em que data está Lavanha a trabalhar na crónica, mas Barbosa Machado na *Bibliotheca lusitana* (possivelmente havendo consultado a informação de Carrillo sobre o cronista; única da época a relacionar Lavanha com uma crónica de D.

Lavanha. Eventualmente, dez desses cadernos chegam às mãos de Lavanha, pois em 1615 sai a sua edição da *Quarta Década* que João de Barros deixara sem publicar.

⁴ Registado por Barbosa Machado na *Bibliotheca lusitana*. Vol. II: “*Livro Histórico, y Genealógico de las Monarchias de España*. Esta obra escreveo em o anno de 1612 por ordem de Filipe II. Nella comprehendia a descripção de 22 Províncias e que era Senhor ElRey Cathólico, e a genealogia dos Monarchas Castelhanos até sextos Avós. O original ainda imperfeito conserva em seu poder D. Fernando de Tovar Henriques Cavalleiro da Ordem de Calatrava y primeiro Marquez de Valverde em o Reyno de Leão que era muyto perito no estudo da Genealogia”.

⁵ Ver Martín Carrillo. *Annales y memorias cronológicas*. Huesca, 1622. Fl. 475 do *Libro Sexto de los Anales*, LIII3, 1578 E. Interessante é que apesar da proibição, saiu em Zaragoza em 1634, postumamente, uma outra obra de Carrillo com um título bastante parecido: *Anales cronológicos del mundo*. Del Abad de Monte-Aragon. Nessa obra, diz-se “*Añade en esta segunda impresion en diversas partes adiciones... se añaden los años 1621 hasta 1630, que son diez años de Historia, las quales tenia el Autor para imprimir, y sacadas las licencias del Ordinario antes que muriera*”.

Sebastião) adiciona por conta própria como sendo o facto em 1618, pois esse é o ano em que Lavanha começa nas suas funções de cronista-mor. A passagem dos *Annales* y

Memorias del Mundo sobre D. Sebastião e Lavanha é a seguinte:

Lamentable y triste fue este año por dos muertes, la una fue la desgraciada y temprana del Rey don Sebastian, que murio en África, peleando contra el exercito del Turco Muley Meluch, Rey de Fez, y Marruecos; en la qual murieron tres reyes de diferentes muertes. El Rey don Sebastian murio peleando, herido de un arcabuzazo en la espalda: el Rey Muley Hamet, el desposeydo de su Reyno, en cuyo favor venia el Rey don Sebastian, murio ahogado ao pasar de un rio. Muley Meluch murio de enfermedad, antes de entrar en la batalla, y se tuvo encubierta su muerte, hasta la victoria, y a la litera donde venia muerto, le venian a dar recados y nuevas, como si estuviera vivo, para mas disimilar con esto: escriven esta guerra y muerte Antonio San Roman, Duardo Nuñez, Pedro Mariz, Antonio de Herrera, el Doctor Bavia, Luis Cabrera y Salazar: pero quien mas cumplidamente dara entera noticia desto y las demas acciones de su vida y muerte, sera la Coronica que se espera deste Rey, quien escribe don Iuan Baptista Labaña, Cosmographo mayor de su Magestad, Cavallero del Abito de Christus, y Coronista del Rey de Portugal, que agora la esta escribiendo: diose esta batalla a quatro de Agosto... (Carrillo fl. 475).

O documento régio de 18 de Setembro de 1625 não explica a razão porque se suspendem os direitos de venda e reprodução dos *Anales* y *memorias cronológicas* de Martín Carrillo, mas a obra veio a ofender seriamente aos súditos portugueses de Filipe I. Uma cópia da carta régia mandando apreender todos os exemplares do *Anales* y *Memorias* encontra-se no final do códice Alcobacense 308 (facto que comprova que alguém além de Lavanha colocou-a lá, posto que o cronista havia morrido cerca de um ano antes).

De parte y por mandamineto de la Su Cristianisima y Real Magestad del Rey don Felipe nuestro señor y en su Real nome del excelentisimo Señor Don Fernando de Borja Comendador mayor de Montrera gentil hombre de la camara del Rey nuestro señor y su lugar teniente y Cappitan General en el Presente Reyno de Aragon, que por quanto el Dr. Martin Carrillo Abade de Montaragon á impresso un libro intitulado Analez y Memorias Coronologicas donde mal informado dizia algunas palabraz ajenas de verdade en descredito y offensa de la noble y fiel nacion de los Portuguesez que tan fundada tienen su intencion y fedelidad y conviene al servicio de su Magestad bolver por la dicha nacion y atajar que no se estienda en estas nuestras naciones. Por tanto de parte de su Magestad y en su real nombre y con acuerdo de los magnificos y amadoz Consegeroz de su Magestad los regente, la Cancellaria y Desembargadores de la Real Audiencia civil y criminal y advogado fiscal, manda su excelencia a todas y qualesquiere personas mayores y menores de qualesquiere calidad que sean que dentro de diez dias de oi en adelante contadoz entreguen a su excelencia el dicho libro arriba intitulado en el estado que lo tuvieren y que lo mismo hagan desotro papel que esto diaz ha salido impresso sobre la misma materia intitulado Relacion de las cosas notablez, que an sucedido siempre que a tocado la milagrosa campana de Vililla que esta en este Reyno de Aragon, con apercebimiento que si passado tiempo no cumplieren con lo que arriba esta dicho se procedera contra ellos por los terminoz que se divieren como inobedientes a los mandamientos de su excelencia que so incorrimiento de su ira y indignacion y pena de mil florines de oro de Aragon a sus Reales Cofres aplicaderoz que lo sobre dicho tengan y guarden y hagan guardar y cumplirse la gracia de su Magestad le es cara y en su ira y indignacion dessean no incurrir y porque lo sobre dicho venga a noticia de todoz se manda hacer el presente pregon per lugares publicos y acostumbrados de la presente Ciudad de Çaragoça.

Dattada en Çaragoça a 18 de setiembre 1625 Don Fernando de Borja (BNP Ms. 206 n° 263; COD ALC 308 fls. 308-309).

Em 1626 (portanto quatro anos após a edição de Huesca, e um ano depois de sua proibição), um pequeno livro intitulado *Por la fidelidad lvsitana* demonstra o descontentamento causado em Portugal pelo livro do abade de Montaragón. Luis Coelho Barbuda, seu autor, escreve que os *Anales* acusam ao povo lusitano de, em 1579, tramar contra a vida de Filipe I. Não faz referências à batalha de Alcácer Quibir, mas insiste que o abade “*se engaña, y que mal informado, o no queriendo informarse de la verdad no quizo dezirla*”, ofendendo pois seriamente a pátria portuguesa (Barbuda 1-5). No códice Alcobacense 308 encontra-se o seguinte texto, que corrobora a afirmação de Barbuda:

O Dr. Martim Carrillo Abbade de Montaragão em hum livro que emprimio entitulado Anales y Memorias Chronologicas no fl. 354 falando da Campana da Bililla dis estas palavras

Tambien se tanio el anno de 1579 quando los del Reyno de Portugal tratarão i maquinarão de quitar la vida al Rey Don Phelippe Segundo Nuestro Señor para enpedir su suscession en el Reyno de Portugal

de que advertido el Vizorrey de Aragão da falsidade desta Relação mandou recolher o livro pelo edito seguinte (COD ALC fl. 308).

Ainda que os problemas de Carrillo se devessem à sua referência a uma possível tentativa portuguesa de assassinar Filipe II de Espanha, a afirmação sua de que “*El Rey don Sebastian murió peleando, herido de un arcabuzazo en la espalda*” não era assunto menos polémico. Uma ferida desse tipo nas costas sugeria que D. Sebastião estava a retirar-se da luta. Mesmo que não fosse a intenção de Carrillo, tal imagem projectava uma atitude de covardia ou fraqueza por parte do jovem rei português. No delicado equilíbrio de domínio por vias diplomáticas e acordo tácito de interesses que se tinha estabelecido entre Portugal e a vizinha Castela desde o governo do Rei Filipe II como

Filipe I de Portugal, qualquer incitação à animosidade portuguesa não somente era desnecessária, como poderia ser politicamente desastrosa. Os protestos que Jerónimo de Mendonça escreve na *Jornada de Africa* (1607) contra as narrativas de Conestaggio⁶ e San Román⁷, aquele porque dizia que os portugueses fugiram da luta, este por não corrigi-lo, mostram o quão polémica em Portugal era a questão do valor dos portugueses durante a batalha⁸.

De qualquer modo, Carrillo é o único bibliógrafo da época que associa o nome do cronista-mor de Filipe II de Portugal a uma crónica de D. Sebastião. Eliminada essa fonte de disseminação bibliográfica sobre Lavanha dentro da península ibérica de princípios do século XVII, oblitera-se a sua capacidade reprodutiva de relato comprovatório do facto. Limita-se, em outras palavras, a capacidade histórica de perpetuação de uma memória que atestava que Lavanha fora cronista-mor, e que na sua capacidade como tal, incumbira-se-lhe a tarefa de escrever sobre o reinado de D. Sebastião (é certo que essa informação segue existindo na *Bibliotheca lusitana*, mas só ao final da entrada que cita outros tantos méritos de Lavanha, tendo sido comumente negligenciada ou omitida pela crítica).

Alexandre Herculano, ao excluir por eliminação os nomes de Meneses e de Baião como autores certos de uma crónica que afirma ter existido no Mosteiro de Alcobaça, mas que perdeu-se (e que dela fala Manoel dos Santos na *História sebástica*), aponta

⁶ Ver Jerónimo de Franchi Conestaggio. *Dell'unione del regno di Portogallo alla corona di Castiglia*. Gênova, 1581.

⁷ Ver Antonio de San Román de Rivadeneyra. *Jornada y muerte del Rey Don Sebastian de Portugal, sacada de las obras del Franchi, ciudadano de Genova, y de otros muchos papeles autenticos*. Valladolid, 1603.

⁸ Sobre a questão do valor dos portugueses ver Martínez Torrejón, “[Jerónimo de Mendonça] arremete contra Conestaggio y contra San Román, uno por mentiroso, otro por ineficaz e insuficiente, suprimiendo los puntos desagradables de la historia y desmintiendo a ambos ‘extranjeros’ en cuanto se refiere al valor de los portugueses”, José Miguel Martínez Torrejón. *Silencios, sigilos y sordinas: Alcazarquivir visto desde el Escorial*. Tübingen, 2008. 103.

duas outras possibilidades de autoria sugerindo os nomes de Afonso Guerreiro e de João Baptista Lavanha:

foi morto o primeiro em 1581: tratava o segundo de escrever a historia d'aquelle príncipe por 1618. Estas duas épocas desdizem ambas da data de 1586, em que como já notamos, se escrevia a chrónica de que vamos dando notícia (*Frei Bernardo da Cruz* prólogo).

Essa limitada notícia de que Lavanha estava a escrever uma crónica em 1618 (limitada pois aí acaba a menção do seu nome) foi certamente tirada da informação que Barbosa Machado incluiu na sua *Bibliotheca lusitana*. Além de Barbosa Machado e de Herculano, somente dois outros académicos citam o nome de João Baptista Lavanha como possível autor de uma das anónimas crónicas de D. Sebastião: são eles os portugueses José Augusto Ferreira do Amaral e José Maria de Queirós Veloso. Amaral é entre eles o mais directo:

Quem escreveu a *Crónica d'el Rei D. Sebastião*? ... Dos historiadores portugueses quais poderão ser candidatos a autoria? António Pinheiro, António de Castilho, Francisco de Andrada, Duarte Nunes de Leão, Pedro de Mariz, Pe. Amador Rebelo, Fr. Bernardo da Cruz, Pedro Rodrigues Soares, Fr. Luis de Sousa, Fr. Bernardo de Brito, Gaspar Estaço, Miguel Leitão de Andrada, Jerónimo de Mendonça, D. Manuel de Meneses, João Baptista Lavanha, Pe. Afonso Guerreiro, Fernando de Góis de Loureiro, Pe. Álvaro Lobo, Dr. João de Barros? Estes são os historiógrafos mais próximos da possibilidade de terem escrito a crónica. Todos, com mais ou menos verosimilhança, poderiam tê-lo feito (Amaral 19).

Queirós Veloso cita a informação que foi colher em Barbosa Machado, porém mostra-se mais cauteloso e não parece munido de qualquer informação nova, com exceção àquela disponível na *Bibliotheca lusitana*:

O cosmógrafo-mor João Baptista Lavanha, que fora protegido por D. Sebastião nos seus estudos em Roma, logo que Filipe III, em 1618, o nomeou cronista-mor do Reino, na vaga de Frei Bernardo de Brito, procura coligir notícias e documentos para escrever a crónica do infeliz monarca, morto em Alcácer Quibir.

Lavanha faleceu em Madrid, no ano de 1625⁹. Não se sabe em que altura ficou a obra; mas ainda que a tivesse terminado, não poderia ela confundir-se com aquela *Chronica*, cujo autor declara, no capítulo 89, que a estava escrevendo em 1586 (Queirós Veloso, *Estudos históricos do século XVI* 191).

Na memória mandada escrever por João Baptista Lavanha no dia 20 de Março de 1624, (um dia após a averbação do seu testamento), vê-se, além de outros dados de suma relevância, a confirmação dele próprio de que estava a preparar uma crónica de D.

Sebastião:

*Memoria à manera de codicilo simple:
Despues de aber hecho mi testamento ordeno por
manera de codicilo lo siguiente...
Dése más a su Magestad por desencargo de
conciencia todos los papeles que tengo juntados para la
cronica del Rei don Sebastian, salvo un quaderno que está
entre ellos que dice es de el señor Conde de Villanueva,
que éste se entregue á su señoria i los demas á la persona
que hubiere de escribir la historia de el Rei don Sebastian
por mandado del Rei (Pérez Pastor 320).*

⁹ Trata-se obviamente de um erro; Lavanha morre em 1624, conforme mostra o Archivo Parroquial de San Martín. Queirós Veloso provavelmente está a copiar o erro de Barbosa Machado.

Sendo Lavanha cronista-mor do reino, subentende-se que à esse cargo de relevo viesse impreterivelmente subscrita a função de escrever e publicar temas que lhe ordenasse e lhe autorizasse a hierarquia régia à qual estava subordinado.

Entretanto, o trabalho que lhe deram, de escrever sobre uma ferida aberta, como era na época qualquer matéria vinculada ao nome de D. Sebastião, não poderia nunca resultar uma tarefa fácil. O silêncio que imperava em Portugal naqueles anos posteriores a Alcácer Quibir refletia o drama em que vivia a pátria. Sua crónica, se terminada, teria servido para preencher um vácuo literário.

Lavanha teve seis anos (os primeiros registos do códice são de 1618) para terminar e publicar a crónica e não o fez. Considerando-se seu ecleticismo como humanista e homem de ciências, isso é um facto intrigante. Alia-se a essa circunstância a sua posição de cronista oficial do reino, cargo que envolvia implicações políticas. A ausência de quaisquer textos controversos seus durante essa conjuntura política contribui para o mistério.

Houvesse tido mais tempo – ou talvez intenção de terminar a crónica, facto que permanece questionável (conforme discutiremos mais adiante, no capítulo 8) – com o amplo material que já possuía Lavanha teria realizado um obra possivelmente volátil, mas de inquestionável valor histórico e literário. Entretanto, através de seus códices, hoje preservados na Biblioteca Nacional de Portugal e na Biblioteca Nacional de França, podemos ver esse trabalho como um todo, e ao fazê-lo, ler nas margens a sua mensagem, e tentar compreender o seu modo pessoal de organizar a narrativa histórica de um dos momentos mais marcantes da vida política de Portugal.

CAPÍTULO 2. A crónica como género literário e a historiografia sobre D. Sebastião

2.1 A crónica como género literário e a historiografia portuguesa até o final do século XVI

Por situar-se em um ponto comum entre a história e a literatura desde a sua origem medieval, a crónica monárquica ou régia tem servido de inestimável objecto de estudo nos campos da literatura, da linguística, e das ciências sociais. Alia-se ao interesse na crónica como género literário, o seu valor como artefacto histórico e de memória social.

Apesar de existir uma história mais ou menos coincidente em termos de período e de foco narrativo entre as crónicas régias de Inglaterra, França, Espanha e Portugal, argumenta-se que a crónica anglo-saxónica não teve o mesmo ímpeto integralizador e de continuidade histórica que apresentaram aquelas escritas nos países de origem latina. Mesmo em França, onde frades da Ordem de S. Benedito desde o século XII encarregavam-se de, através de uma óptica real, escrever uma história que combinasse com uma 'idéia de França', a intersecção do foco narrativo entre o presente e o passado, entre os feitos dos monarcas (ou de um monarca) desde um passado que se projecta glorioso (e que portanto tem como resultado o presente desde onde se narra), e o presente propriamente dito, a escrita cronística de carácter régio não encontrou-se lá tão bem delineada como a da península ibérica. Em comum, entretanto, tinham uma retórica que enfatizava o ideal de unidade territorial. Em outras palavras, enfocava-se politicamente a

idéia de uma comunalidade que operava por via de um poder centralizador e real. No caso inglês, essa estabilidade territorial já se havia afirmado¹⁰.

A mudança gradual desde uma transmissão cultural comum por via da tradição oral, até uma literariedade preservada (sem necessariamente eliminar-se a tradição oral¹¹), assegura de facto uma história indelével; discutida e questionada sim, mas perpetuamente existente, ainda mais quando advém de um poder autorizado que sustenta-se pela existência de outro (o escritor/historiador/cronista, e a coroa que o autoriza). Por essa via, legitima-se a instituição real aos olhos dos seus súditos (e sem dúvida também aos seus ouvidos: tanto para uma camada que frequenta o paço como para uma significativa fatia da população não letrada – mas nem por isso desinteressada – para quem escutar a leitura de outrem em voz alta ainda era a maneira mais comum de se ‘ler’).

Na apropriação de um passado constrói-se um repertório de eventos e façanhas (guerras e tratados de paz, disputas, nascimentos, casamentos e funerais régios, actos de justiça, relações diplomáticas com outras nações e com o papado, bulas papais, etc.) onde recordam-se nomes, lugares, datas, e eventos; demarcando-se com isso uma identidade própria associada a um período histórico e político específico.

Esse esforço, cujo resultado é a construção gradual de um sentimento de nação, faz-se através do manuseio de uma série de artefactos culturais, incluindo-se a língua¹². Concorrente com a afirmação territorial, através dessas crónicas efectua-se, pois, a

¹⁰ Sobre esse argumento ver Chris Given-Wilson. *Chronicles: The Writing of History in Medieval England*. Hanbledon e Londres, 2004. 153-158.

¹¹ Ver trabalho de Fernando Bouza Álvarez sobre a relação na Península Ibérica entre a tradição oral, os manuscritos, e os primeiros impressos. Fernando Bouza. *Communication, Knowledge, and Memory in Early Modern Spain*. Filadélfia, 2004.

¹² Para uma abordagem sobre a questão da identidade nacional, ver Benedict Anderson. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres e Nova Iorque, 1991.

legitimização da língua portuguesa (cada vez mais distante do idioma galego-português das épicas e das primeiras crónicas) como língua de facto do território comum.

Se nas primeiras crónicas representativas de Portugal, identificadas como A *Crónica Geral de Espanha* (1344) e a *Crónica de Portugal* (1419), o foco de perspectiva narrativa centraliza-se na questão da soberania do território (e portanto subjugadas a esta, as acções dos primeiros monarcas lusitanos), nas crónicas seguintes o caso inverte-se e a figura do rei realça como principal agente. Dependente exclusivo dele, aparece a figura do reino. Não só são os feitos dos reis a ocupar destaque nesse discurso biográfico, mas acima de tudo, é de cada rei em particular que tratam as crónicas novas.

Conciliado à construção da identidade nacional e à necessidade de viabilizá-la por meio de uma memória comum escrita, vemos em Portugal o surgimento de toda uma estrutura capaz de acomodá-la fisicamente e de sustentá-la para as gerações de monarcas seguintes. Cria-se assim a Torre do Tombo. A existência desse arquivo fixo para documentos oficiais da monarquia data do reinado de D. Fernando (1367-1383), ficando então sob a responsabilidade do védor da fazenda¹³:

... do reinado de el-rei D. João I, póde concluir-se: 1º que o Real Archivo estava na torre do castello de Lisboa, *chamado do Tombo*, por estar ali o livro dos próprios, que antigamente se denominava de *Recabedo Regni*; 2º que o mesmo archivo tinha um escrivão privativo; 3º que em razão de ser o archivo destinado principalmente para as coisas da fazenda real, estava confiada a sua guarda ao contador da fazenda, do mesmo modo que no reinado antecedente figurava como guarda mór um védor da mesma fazenda real; 4º que as certidões, que nos dois reinados (D. Fernando e D. João I) eram expedidas em fôrma de instrumento, assentavam em base diversa, ou, por outras

¹³ Neste trabalho o autor baseia-se no estudo de J.P. Ribeiro. *Memorias authenticas para a historia do real Archivo*. Lisboa, 1819.

palavras, tiravam a sua autenticidade de diplomas diversos: no reinado do primeiro assentavam em uma provisão do védor da fazenda, no reinado do segundo em um alvará régio... Neste mesmo período começou a ser conhecido o Real Archivo com o título de *Torre do Tombo* (José Silvestre Ribeiro Tomo I, 238-239).

Acresce que os cargos de guarda-mor da Torre do Tombo e de cronista-mor eram diferenciados, e que a criação do primeiro precede a do segundo. Se a um lhe cabia a tarefa de bibliotecário, ao outro ficava a tarefa de historiador. Fernão Lopes ocupa ambos os cargos. Nos séculos seguintes, porém, as duas actividades separaram-se, e permanecem assim até o meados do século XIX. Em 1842, durante o reinado de D. Maria II, é eliminado por decreto real o cargo de cronista-mor. Por razões de economia, decide-se juntar ao trabalho de guarda-mor do arquivo da Torre do Tombo a função de redacção histórica, alegando-se a conveniência de lá estarem todos os documentos que fossem necessários à elaboração de uma crónica real¹⁴ (Ribeiro Tomo VI, 298).

Os cronistas que escreveram no século XV (da maestria e riqueza literária de um Fernão Lopes, até o comprometimento didático e a objetividade de um Azurara¹⁵) são considerados até hoje os mais brilhantes dentro da historiografia portuguesa. A genialidade vinha tanto do seu estilo narrativo, como da bagagem histórica que tinham a mão no momento em que escreveram suas crónicas régias.

¹⁴ Ver José Silvestre Ribeiro, op. cit. “O decreto de 30 de novembro de 1842, inspirado aliás pelo desejo de fazer economias nas despesas do estado, aproveitou a circunstancia de estar vago o logar de chronista do reino, para supprimir esta entidade. Anexou as respectivas funções ás de guarda mór do archivo da Torre do Tombo, ‘por isso, que, dizia o decreto, ahi existem todos os documentos, registos antigos, e mais elementos de que indefectivelmente carece, e deve ter á sua disposição, quem houver de escrever a historia das coisas patrias; sem que a outro algum respeito seja incompativel a tarefa litteraria do chronista com os deveres de guarda mór d’aquelle estabelecimento”.

¹⁵ Para uma visão geral da importante narrativa histórica desses cronistas ver António J. Saraiva e Óscar Lopes. *História da Literatura Portuguesa*. Porto, 1978.

Nos cronistas do século XVI, observa-se uma mudança gradual no enfoque histórico. Deixa-se um pouco de lado o interesse nas crónicas de reis, para então se começar a cobrir os feitos dos portugueses nos novos territórios conquistados.

Assim, portanto, no auge da expansão do domínio português à Índia (trajectória iniciada um século antes com a viagem de Vasco da Gama), vemos que o foco da redação histórica passa do reino para o império ultramarino; correspondendo às necessidades políticas do reino. As canónicas *Décadas da Ásia* de João de Barros, por exemplo, reflectem interesses socio-económicos. Por outro lado, devemos lembrar que as *Décadas* não constituem crónicas do reino ou de um reinado, nem foi ele cronista-mor do reino¹⁶. João de Barros ocupou outro cargo, não de menor importância, mas com outra perspectiva; foi cronista das Índias. Damião de Góis, que não era cronista-mor mas era guardador da Torre do Tombo, é quem escreveria a pedido do Cardeal D. Henrique uma crónica de D. Manuel (que seria mais tarde re-editada por Lavanha) e uma crónica do Príncipe D. João.

Durante o reinados de D. Sebastião não há crónicas régias publicadas. Uma crónica impressa do seu avô, D. João III, só vamos ter mesmo em 1613, composta por Francisco de Andrada¹⁷. Deparámo-nos, porém, ao vasculhar uma das gavetas da Torre do Tombo, com uma carta de 1572 de da Rainha D. Catarina (influyente viúva de D. João

¹⁶ Apesar de publicar em 1533 um *Panegírico de D. João III*, elogiando-lhe as qualidades cristãs. Ver João de Barros. *Panegíricos. Panegírico de D. João III e da Infanta D. Maria*. Texto restituído, prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa. Lisboa, 1943. Dom João III, satisfeito com o trabalho de Barros nas duas primeiras *Décadas*, pede-lhe que escreva uma crónica do reinado de D. Manuel; o que João de Barros não pode fazer, devido às suas tarefas como cronista da Índia.

¹⁷ Trata-se de Francisco de Andrada (1540-1614), autor da *Cronica do muyto alto e muito poderoso Rey destes Reynos de Portugal Dom João o III. deste nome...* Lisboa, 1613.

III e regente de Portugal durante a minoria de D. Sebastião) ao bispo de Miranda, D. António Pinheiro, mandando-lhe que escrevesse uma crónica de seu esposo¹⁸.

2.2 A literatura sebástica

Felizmente não há em toda a historiografia lusófona período mais rico em material literário e controvérsias que a história de D. Sebastião, o Desejado. Seja o jovem monarca ele mesmo o objecto de pesquisa, ou o foco direccionado aos poucos anos de seu governo culminando com a desastrosa batalha de Alcácer Quibir, inegável é que parece nunca esgotar-se o interesse minucioso pelas histórias sebásticas escritas entre os séculos XVI e XVIII, histórias estas visitadas e revisitadas por estudiosos modernos até os nossos dias.

Por toda a Europa, as fontes primárias manuscritas – cartas, notícias e memórias – começam a circular mal havia ainda completamente assentado-se a areia do campo de batalha marroquino, palco épico onde em 4 de Agosto de 1578, em um único acto, representa-se um dos maiores enfrentamentos entre cristãos e muçulmanos da era quinhentista¹⁹. O desaparecimento do jovem rei, e a morte e o cativo de parte significativa dos membros da nobreza e da aristocracia que acompanhavam a D. Sebastião culminam dois anos mais tarde com a perda da independência e da soberania

¹⁸ Gaveta II: 536. II, 9-19 BNP – Carta da Rainha D. Catarina para que o bispo D. António Pinheiro escrevesse a crónica de D. João III. Xabregas, 1572, Agosto 2. – Papel, 2 folhas. Bom estado.

¹⁹ Para um estudo mais detalhado dos conflitos militares do século XVI relacionados com a Península Ibérica, ver Ferdinand Braudel. *Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Phillip II*. 2 Vols. Nova Iorque, 1973; Henry Kamen. *Phillip of Spain*. New Haven e Londres, 1997, Bartolomé Bennassar. *Don Juan de Austria: un héroe para un imperio*. Madrid, 2000; e John Huxtable Elliot. *Europe Divided: 1559-1598*. Ithaca, 1968.

portuguesa para Filipe II de Espanha²⁰. Durante os anos imediatamente posteriores a Alcácer Quibir, essas versões iniciais da batalha e do desaparecimento de D. Sebastião circulam através de cartas, logo retransmitidas em panfletos – que vão sendo copiados e recopiados – em geral escritos por portugueses, espanhóis²¹ e alemães²² (estes mercenários, e aqueles pertencentes a um contingente enviado por Filipe II de Espanha) sobreviventes do confronto com as tropas de Muley Moluco. Dentre as notícias impressas no exterior a retratar o estado político Ibérico naquele momento (segundo Queirós Veloso, é somente no século XVIII que começam a imprimir-se em Portugal as primeiras crónicas de D. Sebastião), é sem dúvida *L'unione del regno de Portogallo alla*

²⁰ Sobre esta batalha, onde morrem D. Sebastião, seu aliado, o Xarife Muley Mahamet, e o tio e oponente deste, Muley Moluco, há imensa bibliografia. Para uma listagem geral dessa literatura, tanto em Europa quanto no estrangeiro, ver Vitor Amaral de Oliveira. *Sebástica, bibliografia geral sobre D. Sebastião*. Coimbra, 2002.

²¹ Sobre o carácter dialógico das narrativas sebásticas, ver Jacqueline Hermann. “*El Ksar-El-Kebir. narrativas e história sebástica na batalha dos três reis. Marrocos, 1578*”. N.º 45, Curitiba, 2006. 11-28. “A primeira história composta por um espanhol foi a do monge dominicano, Frei Luís Nieto, testemunha ocular do desastre. Também de 1578, sua *Relación de las Guerras de Berberia*, dedicada a Filipe II, foi, como as demais, publicada fora de Espanha, forma de evitar que ao rei castelhano fosse atribuída a edição de textos que depreciassem tanto D. Sebastião como a nobreza lusitana. Uma versão francesa desta *Relación* apareceu impressa em Paris em 1579, sem indicação de autor nem de tradutor, com o nome de *Histoire véritable des dernières guerres advenues en Barberie*. O catálogo do British Museum atribui este texto ao combativo dominicano português José Teixeira, sob o pseudónimo de Petrus Olim, ‘*le pelerin espagnol*’, sendo este, para muitos, um editor flamengo. Parece difícil considerar esta hipótese na medida em que os textos comumente atribuídos ao dominicano português foram altamente críticos às pretensões espanholas, chegando este a advogar a causa de D. António através da defesa da origem popular da eleição do sucessor de D. Sebastião. São inúmeros os trabalhos do padre José Teixeira sobre o assunto, com destaque para *De Portvgallie Ortv*, de agosto de 1578, e a narrativa sobre a viagem a África por D. Sebastião, *Adventure admirable par dessus toutes autres des siècles passez et présent qui contient un discours touchant les succez du roy de Portugal, Dom Sebastian, depuis de son voyage d’Aphrique...*, de 1601, editada em Paris”.

²² Sobre a primeira narrativa alemã a tratar do funesto episódio, ver Hermann, op. cit.: “... A importância atribuída ao acontecimento pode ser avaliada pela circulação de uma ‘carta noticiosa’ dos Fuggers sobre a batalha, ainda em fins de 1578. Esta ter-se-ia baseado em cartas oriundas de Lisboa, datadas de 22 e 25 de Agosto, portanto poucos dias depois do desastre, por um correspondente dos banqueiros alemães ligado à sucursal do Tejo. Segundo Ana Maria Pinhão Ramalheira, autora de impressionante trabalho sobre as representações historiográficas e literárias de Alcácer Quibir na Alemanha, entre 1578 e 1580, e a partir do qual se pode perceber o interesse pela produção e leitura de narrativas sobre a batalha marroquina, a carta dos Fuggers pode ter partido de relato de algum recém-chegado da África e era minuciosa em detalhes”. Desta carta, segundo Hermann, “inúmeras outras versões foram publicadas e circularam na mesma região ainda em 1578, a exemplo de uma ‘notícia nova (*Neve Zeitung*), *Portugalesische Schlacht*, impressa até mesmo na República Tcheca, da qual circularam cerca de 4.000 exemplares entre 1578 e 1579”.

*corona de Castiglia*²³, livro jamais traduzido ao português (Conestaggio fala no prólogo à edição de 1589 que tentou-se boicotar seu livro na península ibérica), o que mais desperta animosidade na orfã nação lusa pelo jeito mordaz com que critica a impetuosidade da empresa de África. Em 1619, um autor incógnito sob o nome fictício de Adriano Stopenro publica um livro clandestino em que inculca a idéia de que o verdadeiro autor não é Conestaggio, e sim D. Juan de Silva, 4º Conde de Portalegre, mordomo-mor da casa real, capitão-mor dos presídios e gente de armas, um dos cinco governadores de Portugal²⁴. Segundo Martínez Torrejón, várias das muitas cópias de traduções para castelhano vão precedidas de uma carta de D. Juan de Silva, o que explica o motivo da confusão (Martínez Torrejón, *Silencios, sigilos y sordinas* 100).

De outro lado, e sob um ponto de vista antagónico à coroa castelhana, aqueles que crêem na volta do rei, os sebastianistas, igualmente fazem circular suas apologias de carácter messiânico²⁵.

²³ Hermann, op. cit. “Voltando às narrativas estrangeiras, a terceira e talvez mais divulgada versão da batalha de Alcácer Quibir apareceu em 1585. *Dell’unione del regno di Portogallo alla corona di Castiglia*, de Ieronimo de Franchi Conestaggio, teve sua primeira edição em Gênova, e publicações francesas em 1596, 1600, 1601 e 1680, além de ter sido traduzida para o inglês em 1600, para o latim em 1603 e para o castelhano em 1610. O autor, que esteve em Portugal de 1578 a 1582 como representante dos interesses genoveses na feitoria da alfândega, escreveu uma história explicitamente desfavorável a D. Sebastião e aos portugueses, e seu trabalho chegou a ser atribuído a D. Juan de Silva, embaixador de Filipe II, e responsável por copiosa e detalhada correspondência enviada ao rei espanhol sobre o desenrolar da batalha”.

²⁴ Sobre Conestaggio ver também Giacinto Manuppella. *A lenda negra de Jeronimo de Franchi Conestaggio e da sua ‘Unione del Regno di Portogallo alla Corona de Castiglia – Génova, 1585’*. Coimbra, 1984. Manuppella diz ademais, que por haver publicado Conestaggio em 1614 uma monografia histórica severa sobre a política filipina em Flandes, contra ele insurgem Luis Cabrera de Córdoba, Lope de Vega, D. Francisco de Quevedo, e Baltasar Gracián.

²⁵ Destes, sem dúvida foi João de Castro quem mais visibilidade obteve. Apud Jacqueline Hermann, op. cit. “Este último relato, por ter sido talvez o mais agressivo, gerou as respostas portuguesas mais indignadas. O fidalgo D. João de Castro, entretanto, foi o único que, àquela altura, procurou resgatar não só a honra portuguesa como a imagem de D. Sebastião, publicando em Paris, em 1602 o *Discurso da vida do sempre bem vindo e aparecido Rey D. Sebastião*, na qual agregou à história da batalha elementos sagrados que ‘explicavam’ a retirada de D. Sebastião para lugar desconhecido, e de onde voltaria quando chegasse o momento adequado. D. João de Castro apoiara a resistência de D. Antônio, Prior do Crato, a Filipe II, e foi responsável pela primeira publicação de parte das trovas do sapateiro de Trancoso, Gonçalo Annes

Durante as décadas seguintes continuam a surgir narrativas provenientes de testemunhas oculares da fatídica expedição – em número menor de portugueses, e mais significativamente de estrangeiros²⁶, principalmente espanhóis, mas todos escrevendo desde uma óptica pessoal e/ou de partidário político (e portanto altamente sujeitas a valores de juízo). Os portugueses Fernando de Góes Loureiro (1595)²⁷, Jerónimo de Mendonça (1607)²⁸, Miguel Leitão de Andrada (1629)²⁹ e D. Francisco Manuel de Melo

Bandarra, processado pela Inquisição portuguesa em 1541 por ser considerado judaizante. Depois de Alcácer Quibir, suas trovas, escritas mais de 30 anos antes, foram alçadas à categoria de *profecias* da crença messiânica que começava a surgir em Portugal”.

²⁶ Sobre a narrativa francesa das memórias de Joachim de Centellas (ou escrita em língua francesa, sem nunca terem aparecido os originais em português e espanhol) ver Henry de Castries. *Les Sources inédites de l'histoire du Maroc de 1530 à 1845*. “*Les 300 dernières pages du volume contiennent des documents se référant à l'expédition du roi dom Sébastien de Portugal en 1578. On sait le lamentable résultat de cette entreprise, depuis longtemps projetée et préparée par le jeune souverain (cf. lettres de Fourquevaux et de Vivonne, de 1570 à 1574, (n° lxxv et suiv.). M. de Castries consacre (p. 395-405) une longue 'note critique' à l'étude des diverses relations de la bataille d'El-Ksar-el-Kebir, du 4 août 1578, où périrent dom Sébastien, Moulay Abd-el-Melek et son rival Moulay Mohammed. Je ne puis qu'y renvoyer. Le volume sous revue contient celles de ces relations qu'on doit considérer comme des 'sources françaises' au sens particulier que donne l'éditeur à ce mot, c'est à savoir: n° civ, les Voyages et conquêtes des roys de Portugal..., du sieur Joachim de Centellas (Paris, d'Ongoy, 1578) 2; n° cv, Histoire véritable des dernières guerres advenues en Barbarie..., de Luis Nieto (Paris, Ghesneau, 1579) 3; n° cvi, l'Union du royaume de Portugal à la couronne de Castille..., de Franchi Conestaggio, trad. par Nardin (Besançon, 1596); n° cvii, Comentario que trata de la infelice jornada..., de Luis de Oxeda, texte espagnol inédit émanant un témoin oculaire et se trouvant dans le ms portugais 18 fol 1-30 de la Bibliothèque nationale; n° cviii, extrait de Histoire universelle d'Agrippa d'Aubigné, qui inspire de Luis Nieto, mais joint des informations et des précisions personnelles de haut intérêt; n° cix, Relacion de la perdida del rey don Sevastian... après une lettre de Duarte de Menezes; n° cx, Relação da batalha de Alcacer..., un captif portugais inconnu et de Simon da Cunha; n° cxi Relatione di Portogallo..., un captif italien; n° cxii, extrait de la Chronologie septénaire de Palma Gayet. Un croquis au 250,000e de la région com prise entre Arzila et El-Ksar-el-Kebir (p. 648), auquel sert de commentaire un tableau de la marche de l'armée portugaise (p. 405), permet de suivre les opérations de cette courte campagne”. In Jaqueton Gilbert. *Bibliothèque de l'école de charte*. Année 1906. Volume 67. 123-124.*

²⁷ Ver Fernando de Góes Loureiro. *Breve summa, y relación de las vidas, y los hechos de los reyes de Portugal, y cosas succediadas en aqule Reyno desde el su principio hasta el año de MDXCV*. Mantua, 1596.

²⁸ Hermann, op. cit. “Jerônimo de Mendonça, soldado de D. Sebastião, com a sua *Jornada de África*, cuja primeira edição de que se tem notícia é de 1607, rebateu diretamente as críticas de Jerônimo di Conestaggio. Embora tenha admitido várias das dificuldades do exército português apontadas pelas versões estrangeiras, fez uma defesa veemente da coragem e bravura dos combatentes, sendo ele ninguém menos que um sobrevivente da armada de D. Sebastião. Mas a primeira versão portuguesa sobre a batalha parece ter surgido em 1584, escrita por Miguel Pereira, antes mesmo do ‘ataque’ de Conestaggio e, tal como a maioria delas, arrasadora para com a figura do rei desaparecido, embora termine o seu manuscrito insinuando a possibilidade da volta de D. Sebastião”.

(c. 1656)³⁰ atacam a Conestaggio por considerá-lo um estrangeiro ignorante no que tocava a assuntos portugueses. O capitão Luis de Oxeda, cujo *Comentario que trata de la infelice jornada q'el Rey D. Sebastião hizo en la Berberia el año de 1578* encontramos na abertura do códice 8, conforme se explicará mais adiante, é um dos autores espanhóis cuja notícia/relato de cunho testimonial mais serve como referência dos pormenores da batalha de Marrocos naqueles primeiros anos após o acontecido³¹.

Além dos supracitados, também falam sobre D. Sebastião em suas memórias e crônicas membros de ordens monásticas, alguns a ocupar um lugar privilegiado por terem estado no Norte da África com o jovem rei, e outros a escreverem com a pena autorizada de cronistas oficiais de suas ordens e do reino. Destes, alguns comprovadamente escrevem acerca de D. Sebastião, como Frei Bernardo da Cruz³².

Contudo, aqui interessa-nos menos o muito trilhado caminho através das conhecidas (e muitas vezes controversas) crônicas sebásticas – dir-se-ia já pertencentes à um cânone acadêmico³³ – do que as suas vielas marginais tantas vezes ignoradas. Em

²⁹ Ver Miguel Leitão de Andrada. *Miscellanea do sitio de N. S. da Luz do Pedrogao Grande: apparecimento e sua santa imagem, fundação do seu convent e da See de Lisboa com muitas curiozidades e poesias diversas*. Lisboa, 1629.

³⁰ Ver Francisco Manuel de Melo. *Apologos dialogaes, compostos per D. Francisco Manoel de Mello, varam digno de aquella estimaçam, que o mundo, em quanto vivo, fez da sua pessoa, e depois de morto conserva aos seu nome. Obra póstuma, e a mais Política, Civil e Gallante que fez seu Author. Offerecida ao preclarissimo Senhor D. Antonio Estevam da Costa, Armador mór de S. Magestade, etc. per Mathias Pereyra da Sylva*. Lisboa, 1721.

³¹ Hermann, op. cit. “Luís de Oxeda (*Comentario que trata de la infelice jornada q'el Rey D. Sebastião hizo en la Berberia el año de 1578*), também sobrevivente e bastante citado como fonte importante para a descrição da batalha”.

³² *Crônica de el rei D. Sebastião*, de Bernardo da Cruz. 1580. Frei Bernardo é um dos religiosos que acompanha D. Sebastião em 1578. Sobre ele escreve Alexandre Herculano, no prólogo à *Frei Bernardo da Cruz e a Chronica d'el Rei D. Sebastião*. Lisboa, 1903.

³³ Queirós Veloso faz uma listagem das mais conhecidas dessas crônicas nos *Estudos históricos do século XVI*. Lisboa, 1950. 139-140: “As narrações portuguesas: A ‘Jornada de África’, de Jerónimo de Mendonça, a ‘Miscelanea’, de Miguel Leitão de Andrade e a ‘Breve suma, y relacion de las vidas y hechos de los reyes de Portugal y cosas succedidas en aquel reyno desde su principio hasta el año de MDXCV,’ de Fernando de Góis Loureiro. – As narrações espanholas: ‘Relacion de las guerras de Berberia’, por Frei Luis Nieto e ‘Comentario que trata de la infelice jornada que el Rei D. Sebastian hizo en la Berberia’, do Capitão Luis

outras palavras, o conteúdo dos códices de que trata este estudo, indirecta ou directamente relacionados com os estilhaços de memória dos quais abastecia-se o repertório das crónicas sobre D. Sebastião, encontra-se também por outras partes. É prioritariamente a questão da autoria e do papel de Lavanha como intelectual português no contexto político da união ibérica que concerne-nos nesta investigação, evitando assim perdermo-nos em análises já fecundamente efectuadas por outros estudiosos.

de Oxeda. – ‘Dell’Unione del regno de Portogallo alla corona de Castiglia’, de Jerónimo Franchi Conestaggio. – ‘Crónica do muito alto, e muito esclarecido Principe D. Sebastião, decimo sexto rey de Portugal’, de D. Manuel de Meneses. – ‘Memorias del rey D. Sebastião’, de Diogo Barbosa Machado. – ‘Historia sebastica’, de Frei Manuel dos Santos. – ‘Portugal cuidadoso e lastimado’, do Pe. José Pereira Baião. – ‘Chronica d’el Rei D. Sebastião,’ publicada por Alexandre Herculano e o Dr. António da Costa Paiva, sob o nome de Frei Bernardo da Cruz. – O que a respeito deste monge contam Frei Manuel do Cenáculo e Frei Vicente Salgado. – Os manuscritos desta crónica, existentes na Biblioteca Pública do Porto e na Academia das Ciências de Lisboa. – ‘Crónica de elRey Don Sebastian’, de Miguel Pereira. – ‘Crónica do Cardeal Rei D. Henrique’. – Os manuscritos desta crónica. – Uma ‘Chronica de el-Rei Dom Sebastião’, falsamente atribuída ao Pe. Amador Rebelo. – O manuscrito original da ‘Relação da vida del Rey D. Sebastião’, deste padre. – O manuscrito a que se refere a ‘História sebastica’. – A ‘Historia do cerco de Mazagão’, de António de Vaena. – Na obra de Faria e Sousa”.

CAPÍTULO 3. Lavanha, cronista-mor, e sua relação com a corte filipina

3.1 Lavanha enquanto cronista

Como vimos no capítulo anterior, durante os reinados de D. João III, D. Sebastião e o curto reinado de D. Henrique, quando era cronista-mor D. António Pinheiro³⁴, não se publicou nenhuma crónica régia. O trabalho historiográfico sob D. João III limitou-se de maneira geral a cobrir as conquistas portuguesas em Ásia. Dessa época data a publicação das primeiras *Décadas* compostas por João de Barros³⁵.

À partir da nomeação de Frei Bernardo de Brito para o cargo em 1614, observa-se o interesse em uma historiografia voltada para satisfazer tanto a demanda dos portugueses por uma história que engrandecesse os factos do passado; respondendo portanto à uma necessidade de auto-afirmação identitária, como para atender à ideologia de Espanha unificada. O ‘espírito ibérico convicto’ exigido pela discurso dominante na segunda década do século XVII exigia-o, e ele se manifestava em Bernardo de Brito (Serrão, *A Historiografia Portuguesa* 36).

Quando Filipe II escolhe Lavanha para sucessor de Brito, que morrera em 1617, seu trabalho historiográfico (a *Quarta Década da Ásia* que publicara dois anos antes) já o

³⁴ Sobre o cronista D. António Pinheiro, ver Ribeiro, op. cit., 299-301. Esta informação, Ribeiro tira do livro de Frei Manuel de Figueiredo. *Dissertação histórica e critica para apurar o catálogo dos coronistas mores do reino e ultramar*. Ms./escreveo Frei Manoel de Figueiredo, cronista dos Cistercienses de Portugal e Algarves. 1780-1791. COD. 1490, Manuscritos reservados, BNP: “Nomeado por el-rei D. João III em carta de 16 de julho de 1550, com ordenado maior do que o dos seus antecessores, augmentado pelo mesmo monarcha até 50,5000 réis, mandando-lhe demais d’isso dar papel, pergaminhos, tinta, e 6,5000 réis para amanuense. Não admira esta distincção, pois que D. Antonio Pinheiro era prègador e capellão de el-rei D. João III”.

³⁵ As *Décadas* I a III foram impressas entre 1552 e 1563, durante a vida do autor.

impressionara suficientemente para que que pudesse nomeá-lo, em 9 de Março de 1618, cronista-mor do reino de Portugal³⁶:

Dom Felipe eu faço saber pelos que esta carta virem que tendo eu consideração as boas partes talento e particular noticia das historias e antiguidades destes meus Reinos que concorem em João Bautista Lavanha Cosmographo mor delles e ao muito que tem trabalhado em beneficio comum desta Coroa na compusição da quarta decada de João de Barros que imprimio e vendo pro todos estes respeitos ficara nelle bem provido o cargo de meu Coronista mor que vagou pelo falecimento de frei Bernardo de Brito...

Alexandre Herculano afirma erroneamente que o cronista nomeado em 1618 é D. Manuel de Meneses³⁷ (prólogo). Meneses na realidade só vai ocupar a vaga em 1625, quase um ano após a morte de Lavanha.

Loureiro, ao discutir a autoria da Jornada de África – e provavelmente fiando-se no estudo de Herculano – copia o mesmo erro:

[e]m um manuscrito que Rui Barreto de Meneses endereça de Moura, a 12 de Outubro de 1618, ao cronista-mor do Reino, que tudo indica tratar-se de D. Manuel de Meneses... (*Jornada del-rei dom Sebastião a África*, pref. XXXIII-XXXV).

³⁶ Ver Chancelaria de D. Filipe II, Doações, Livro 42. João Baptista Lavanha. Carta de Coronista Mor do Reyno. L^o 42, 71.v^o.

³⁷ Herculano, op. cit. "... havendo sido D. Manoel de Menezes nomeado chronista em 1618, e tendo antes d'essa epocha vivido vida vagabunda e inquieta, é mais que provável, que só depois d'aquella nomeação (tempo em que teve algum repouso) se houvesse de dar a um trabalho, a que o seu cargo então o obrigava". Apesar do erro cronológico, Herculano executa um notável trabalho de rastreamento dos códices existentes em Lisboa e no Porto, indicando-lhes a origem. Sobre a crónica de Manuel de Meneses, por exemplo, diz que existiu no mosteiro de Alcobaça, mas que perdeu-se, e que dela fala Manoel dos Santos na *História sebástica*.

Encontrámos esse manuscrito de que fala Loureiro no códice Alcobacense 308 (fl. 296-299) e se trata, na verdade, de uma carta para Lavanha, com informações pertinentes à crónica que este preparava de D. Sebastião.

Parece que o nome de Lavanha como um dos cronistas-mores de Portugal – e principalmente como responsável por uma crónica sebástica – tem sido comumente borrado dos estudos contemporâneos sobre o século XVII. Felizmente há alguns poucos, como José Maria de Queirós Veloso, Joaquim Veríssimo Serrão e José Augusto Ferreira do Amaral, que como vimos no capítulo anterior, lembraram-se dele e registaram-lhe nome.

A negligência no que concerne à contribuição de Lavanha na historiografia literária da península é certamente favorecida pela pouca informação seiscentista imediatamente disponível. Dos grandes bibliógrafos de obras peninsulares que desde o século XVIII mencionaram João Baptista Lavanha temos, em ordem cronológica:

- a) Nicolao Antonio, *Bibliotheca hispana* (1672). Além de listar as outras obras de Lavanha, cita a informação sobre a crónica de D. Sebastião que foi tirar de Martín Carrillo: “*Scribere hunc Sebastiani Regis Lusitaniae Chronicam, quod forsán non absolvit, Martinus Carrillo Montis-Aragonis Abbas in Annalibus ad annum MDLXXVIII adnotavit*”.
- b) João Franco Barreto, *Bibliotheca luzitana* (século XVII). Na sua informação bibliográfica sobre Lavanha não há referências à tal crónica de D. Sebastião, mas abundam referência às suas actividades como cientista. De valor, a informação

pormenorizada da comitiva real que acompanhou a entrada das duas filhas de Lavanha até um convento em Madrid, o que indica o grau de prestígio deste na corte filipina. Também o cita Barbosa Machado.

c) Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca lusitana* (1736). Escreve que “Ioam Baptista Lavanha” torna-se cronista-mor do Reino de Portugal em 1618 com Filipe III (Machado está a usar a numeração espanhola). Segundo esse bibliógrafo, entre as obras de Lavanha encontra-se uma “Chronica del’Rei D. Sebastião: Desta obra para a qual assistia em lisboa no anno de 1618 ja chronista mor do Reyno, collegiando as noticias, e documentos faz menção o Doutor Martim Carrillo ‘Ann. y Mem. Chronolog. ao anno 1578’”. Quanto à sua própria história de D. Sebastião, *Memórias para a história de Portugal*, há uma coincidência entre as fontes aí incluídas e muitos dos documentos encontrados nos códices 887 e 308 de Lavanha (conforme veremos nos capítulos 4, 5 e 6). Barbosa Machado certamente consultou arquivos reais para sua obra, mas perguntamo-nos se ele também teve acesso aos manuscritos copiados e compilados por Lavanha.

d) José Pereira Baião, *Discurso histórico sobre os autores e chronistas antigos de Portugal* (século XVIII). Não faz qualquer referência a Lavanha, mas menciona (e critica) Fernão Lopes, Azurara, Rui de Pina, Damião de Góis, João de Barros e outros.

- e) Inocêncio Francisco da Silva, *Diccionario bibliographico portuguez / estudos de Innocencio Francisco da Silva, applicaveis a Portugal e ao Brasil* (1858-1923). Não faz nenhuma referência a um trabalho sobre D. Sebastião. Baseia-se nas informações da *Bibliotheca lusitana*, e cita informações editoriais sobre a *Viagem da Catholica Real Magestade* e do *Nobiliário*, o *Viaje* (publicada pelo auctor em lingua castelhana no mesmo tempo em que fazia a edição portuguesa) e a *Quarta Decada de João de Barros reformada, e acrescentada com taboas geográficas, etc.* e o *Nobiliário de D. Pedro, conde de Barcellos, hijo del rey D. Dionis de Portugal, ordenado y ilustrado con notas y indices, etc.* Roma, 1640 (Barbosa tem, por erro tipográfico, 1740). Dos muitos manuscritos do *Nobiliário* guardados na Biblioteca Nacional de Portugal (antiga Biblioteca Real), nenhum é obra autógrafa de João Baptista Lavanha.
- f) Bartolomé José Gallardo, *Ensayo de una biblioteca española de libros raros y curiosos* (1866). Lista as seguintes obras de Lavanha, mas não inclui nada sobre D. Sebastião: LABAÑA ó ALABAÑA (Juan Bautista). *Descripcion del universo, para uso del principe Felipe IV; Árboles genealógicos, originals, de varios grandes y apellidos; Casas de títulos y particulares; El Nobiliário del Conde D. Pedro de Portugal; notas suyas al Nobiliário del Conde.*
- g) Domingo García Pérez, *Catálogo razonado biográfico y bibliográfico de los autores portugueses que escribieron en castellano* (1890). Lista títulos publicados e manuscritos de Lavanha (incluindo um *Libro Histórico y*

Genealógico de las Monarquias de España), mas não há qualquer referência a uma obra sobre D. Sebastião.

- h) Cristóbal Pérez Pastor, *Bibliografía Madrileña, ó descripción de las obras impresas en Madrid pr el Presbítero Don Cristóbal Pérez Pastor, doctor en ciencia*. (1906). Nesta obra, o autor inclui unicamente a *Quarta Década da Ásia*, mas dedica várias páginas a uma bibliografia pessoal de Lavanha, incluindo a transcrição de seu testamento.
- i) Antonio Palau y Dulcet, *Manual del librero hispano-americano; bibliografía general española e hispano-americana desde la invención de la imprenta hasta nuestros tiempos, con el valor comercial de los impresos descritos* (1948). As duas únicas (succintas) informações acerca de Lavanha em Palau são, respectivamente; que em 1607, Lupericio Leonardo de Argensola persuade a Juan Bautista Labaña para que faça o mapa de Aragão, e que em 1934 o matemático José Augusto Sánchez Pérez³⁸ escreve uma monografia sobre ele.

As primeiras publicações de Lavanha como cronista são edições do trabalho de outros. Menos criativo que o trabalho de escrever uma nova crónica, revisar e preparar uma edição nova de uma memória autorizada era também um trabalho menos laborioso. Talvez por essa razão não se lhe figurasse tanto mérito ou reconhecimento para a posteridade ao cronista que a empreendesse. Dessa forma é que vamos tê-lo revisando, e

³⁸ Ver José Augusto Sánchez Pérez. "*Monografía sobre el matemático portugués D. Juan Bautista Labaña*". Madrid, 1934.

publicando em 1619, a segunda edição da crónica de D. Manuel, escrita por Damião de Góis em 1566:

CHRONICA/ DO FELICISSIMO/ REY DOM
EMANUEL/ DA GLORIOSA MEMORIA,/ A qual por
mandado do Serenissimo Principe, O Infante Dom/
Henrique seu filho, o Cardeal de Portugal, do Titulo/ dos
Santos Quatro Coroados.// Damião de Goes coligio, &
compos de novo.// El Rey Nosso Senhor a mandou ver por
o seu coronista Mòr Ioão Baptista Lavana,/ & està
conforme a que o Autor acima mandou imprimir// AO
EXCELENTISSIMO S. D. THEODOSIO/ DUQUE DE
BRAGANÇA, & C. // Anno 1619³⁹.

A primeira publicação da *Crónica de D. Manuel* em 1567 causou a Damião de Góis, seu autor, o imprisonment e um longo processo com a Inquisição.

Aparentemente, sua desgraça foi ter escrito na crónica factos que desagradaram algumas famílias nobres, incluindo os Bragança, a casa dinástica mais poderosa em Portugal depois dos Avis⁴⁰ (além desse choque com os Bragança, houve motivos religiosos – a acusação de heresia – usados como pretexto no processo movido contra ele). No que concerne à casa de Bragança, um cotejamento às duas edições seria necessário para confirmá-lo, mas é possível que Lavanha tenha se encarregado de ‘corrigir’ essas falhas.

Nota-se que a edição de Lavanha aparece dedicada ao Duque de Bragança, D. Teodósio.

³⁹ Ver *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel da gloriosa memoria*. Lisboa, 1619. Obra em quarto partes. Não aparece o nome de Lavanha senão na capa. Trata-se de uma revisão do *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel composta per Damian de Goes dividida em quarto partes*. Lisboa, 1566, 1567. Na última página da edição de Lavanha, antes da taboada, diz-se o seguinte: “Fim da Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel & se acabou em Vespóra da visitaçam de nossa Senhora, o qual ordenou nesta festa da Visitaçam de Nossa Senhora, & Sancta Isabel, huma solemne procissão no mesmo dia, e dous dias depois que el Rei dom Phelipe S.N. II De Portugal, entrou neste Reino”.

⁴⁰ Ver Jorge Segurado. *Damião de Goes e a casa de Bragança em 1571, insólito documento do arquivo dos Duques de Bragança em Vila Viçosa*. Lisboa: 1979.

Na última página da crónica, Lavanha afirma que terminara a obra poucos dias antes da visita que fizeram Filipe II e seu filho a Portugal. A edição da crónica de D. Manuel vem à luz um ano depois de sua nomeação como cronista-mor. Três anos depois, em 1622, publica-se o *Viage de la Catholica Real Magestad de Rei D. Filipe III N.S al reino de Portugal y Relacion del solene recebimiento que él se le hizo*. No mesmo ano sai ao prelo a edição em português, preparada pelo próprio Lavanha.

Considerada a sua mais importante obra publicada como cronista-mor, o livro ilustra a viagem de Filipe II e do príncipe herdeiro a Portugal em 1619. Similar a outras crónicas de viagem, a narrativa segue o pré-estabelecido modelo das crónicas de viagem de reis e figuras políticas importantes, e o protocolo de rituais e manifestações públicas que derivam de tais visitas oficiais e diplomáticas de chefes de estado a outros países. Apesar disso, na descrição que Lavanha faz de Lisboa, nota-se o seu orgulho lusitano.

Seu trabalho seguinte, a edição do *Nobiliário do Conde de Barcelos* (também conhecido como *Livro de Linhagens*⁴¹), Lavanha diz que inciou em 1620 e que o completou no decorrer de dois anos:

Aceyte V.E. estre fruto de horas susessivas (e furto de estudos mayores) em que V.E. tem a mayor parte, como proprio o ampare. Deos guarde a V.E. vida e estado acrecente por muytos annos, Madrid, 21 de Mayo de 1622.

D. Pedro, Conde Barcelos, era filho natural do Rei D. Dinis. Foi alferes-mor do reino, cargo dado por seu pai, e estudioso de genealogia. O que D. Pedro deixou manuscrito, sendo mais tarde editado por Lavanha, é uma obra genealógica de grande

⁴¹ Dentre os oito manuscritos do *Nobiliário* ou *Livro de Linhagens* existentes na Biblioteca Nacional de Madrid, três contêm notas de Lavanha (MS 1450, MS 7632 e MS 8.1789).

importância, que traça o registo aristocrático português desde o início da monarquia. Lavanha fez a primeira edição do *Nobiliário*; uma segunda, em espanhol, foi feita por Manuel de Faria e Sousa em 1646. Lavanha como editor, consultou e recompilou os muitos manuscritos existentes dessa obra em português, acrescentando-lhe várias notas, que redigiu em castelhano. Seu trabalho, muito aplaudido por uns, foi igualmente criticado por outros⁴².

Na dedicatória do livro a D. Manuel de Moura, pode-se inferir a estreita ligação do cronista com o paço em Madrid, na qualidade de tutor de matemáticas do futuro rei D.

Filipe III:

Conhecendo V.E. estes descuydos [erros que Lavanha atribui ao original de D. Pedro], e tendo visto as Arvores, a que eu reduzi o livro do Conde, para sua boa intelligencia, desejando V.E. (como grande proteytor dos professores das boas letras) que ella fosse a todos communicavel, me mandou, que eu disposesse este Nobiliário, em tal metodo, que delle, sem errar, com facilidade, e clareza, se podessem valer os que nesta occupação de linhages gastaõ seus estudos. Assi o fiz neste livro, entretendo nelle as horas livres das lições del Rey N.S. quando Principe, no verão de 620 em San Lorenço, o Real, e as noytes do inverno seguinte, em Madrid, com assistencia de V.E. de cuja luz me procedeo a claridade necessaria, para caminhar pollo laberinto do Conde D. Pedro; e me persuado, que saí delle em salvo. Pello que a V.E. deve a nobreza de Espanha a

⁴² Ver Rosemarie Erika Horch. *Bibliotheca universatis: livros impressos do século XVII*. São Paulo, 2002. 1118. “Salvá em seu catálogo escreve: ‘Segun dice el impresor, en una especie de prólogo puesto á esta obra, Juan Bautista Lavaña no solo corrigió muchas equivocaciones y errores introducidos en los varios manuscritos existentes de esta obra en su original portugués, sino que separó las familias poniendo cada una en el titulo donde el conde hacia mencion del primer varón de ella, reduciendo á aquel lugar todas las demás personas de la misma familia, que por casamientos se hallaban en los otros titulos...’ A opinião a respeito das correções introduzidas por Lavanha não é tão positiva na opinião dos portugueses: Inocêncio escreve: ‘Lavanha coordenando o *Nobiliário* na forma em que saiu quinze anos depois da sua morte... não só alterou consideravelmente o contexto da obra em muito lugares, com liberdade indesculpável, mas suprimiu de todo os títulos 1º e 2º, e os primeiros quinze parágrafos do 3º, conforme se pode comparar com os manuscritos existentes’”.

noticia verdadeira de suas ascendencias, e os Genealogistas o acerto, com que haõ de ordenar e traçar as arvores dellas.

O *Nobiliário* publica-se por primeira vez em 1640, graças aos manuscritos que Lavanha deixara-lhe como herança ao Marquês de Castel Rodrigo, D. Manuel de Moura Corte-Real, seu amigo íntimo, antigo mecena, e pessoa que lhe dera a incumbência de editar o *Nobiliário*⁴³:

Mando al señor Marques de Castel Rodrigo todos los más libros manuscriptos de generaciones que en vida se los había prometido i á su excelencia suplico los tenga i reciba en memoria mia (Pérez Pastor 320).

Além das obras que acabámos de citar, e da crónica que Lavanha, nesse *interim*, preparava de D. Sebastião, parece também que lhe foram encomendadas (dentro da ideologia de integração ibérica) umas memórias dos reis de Espanha. Dessa obra, nunca encontrada, faz menção Barbosa Machado. Ao que tudo indica, o cronista fez uma viagem oficial a Flandes para recolher notícias necessárias para o livro que, segundo Barbosa Machado, chamava-se 'História da Monarchia de Espanha'. Estevan Paolino afirma na edição feita em Roma de 1640 do *Nobiliário* que:

Estando para darle a luz [ao *Nobiliário*], murio Iuan Bautista, dexando no solo esta obra para estampar, sino la

⁴³ A publicação é feita pelo marquês em Roma enquanto lá se encontrava como embaixador de Filipe III. Fernando Bouza Alvarez acredita que a intenção por detrás do mecenato de D. Manuel de Moura para que se editasse o *Nobiliário* era enaltecer suas próprias origens, pois que era descendente de Cristovão de Moura. Ver Fernando Bouza Alvarez. *Corre manuscrito: Una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid, 2002. 79. “[Manuel de Moura] habría querido enaltecer sus orígenes y oscurecer los de sus rivales a través del mecenazgo dispensado al cronista-mor de Portugal J.B. Lavanha, quien pudo trabajar durante años bien munido de los manuscritos genealógicos que el heredero de Cristóbal de Moura atesoró en su biblioteca, así como de traslados obtenidos secretamente de los antiguos codices medievales preservados en la Torre do Tombo lisboeta”.

del libro Historico, y Genealogico de la Monarquia de España, que es dignissima de su autor, y en que trabaxo muchos años, por mandado de la Magestad de los Reyes Felipe II, III y IV, que es de creer la mandara dar a la estampa, por que no quede obra tal en la obscuridad del silencio.

Em mais ou menos seis anos (de 1618 a 1624, ano de seu falecimento), espaço de tempo relativamente curto como cronista-mor, Lavanha escreveu um número considerável de obras literárias, além de muitas outras de carácter científico⁴⁴. Nem todas, como pudemos observar, foram publicadas em vida do cronista, outras jamais foram impressas, e mais alguma ainda pode aparecer manuscrita. Não podemos, entretanto, desconsiderar que antes de ser cronista, Lavanha também trabalhou em outras obras de carácter historiográfico, como a edição da *Quarta Década* de João de Barros, que discutimos antes.

3.2 Outros trabalhos historiográficos de Lavanha antes de 1618

Além da *Quarta Década*, de 1615, pouco se sabe sobre as actividades de Lavanha como historiador nas três décadas que se seguem à derrota de Alcácer Quibir e que antecedem o seu cargo de cronista.

O mais divulgado dos seus trabalhos desse período, Lavanha escreve quando já estava a ocupar o cargo de cosmógrafo-mor de Portugal. É quando é encarregado de escrever a relação do naufrágio de uma navio português acontecido na costa de África em

⁴⁴ Em 1618, no mesmo ano em que começa suas actividades de cronista-mor, Lavanha está ocupado com o desenho do mapa de Aragão. Ver A. Cortesão. *Cartografia*, op. cit., 322.

1593. O propósito da obra, de 152 fólhos, era servir de guia aos viajantes que se encontrassem naufragados na costa de Natal, e auxiliá-los com instruções de sobrevivência para poderem chegar com segurança a Moçambique⁴⁵.

A obra, com o título de “*O Naufragio da Nao S. Alberto, no penedo das fontes no anno de 1593, e itinerario da gente, que delle se salvou ate chegarem a Moçambique*”, publica-se em 1597 na antologia *História Trágico-Marítima*⁴⁶. A relação de Lavanha descrevendo as vicissitudes dos naufragados por terra inóspita causou uma grande impressão nas autoridades portuguesas da época, e no público em geral:

*So impressed was the viceroy of Portuguese India with Lavanha's achievements, that he ordered a summary of the journey to be distributed to all ships involved in the Carreira da India, to assist those who found themselves in a similar situation in the future*⁴⁷ (Bell-Cross 58).

No *Naufragio da Nao S. Alberto* percebe-se a relação de Lavanha como uma narrativa descrita por um homem ausente ao desastre, mas que munido de informação encontrada no diário de bordo do piloto e lembranças dos sobreviventes, consegue oferecer ao leitor não apenas uma perspectiva crítica e elucidativa do naufrágio, como também um guia prático de sobrevivência para futuros viajantes. Popularíssimas numa época em que a vida portuguesa estava tão intimamente ligada com a exploração ultramarina, essas relações de naufrágios, misto de etnografia e história,

⁴⁵ Sobre as relações de naufrágios e a participação de Lavanha, ver Donald F. Lach. *Asia in the Making of Europe. A Century of Wonder*. Chicago, 1977. 133-134.

⁴⁶ Ver Bernardo Gomes de Brito. *História trágico-marítima*. Rio de Janeiro, 1998.

⁴⁷ Ver Maria Emilia Madeira Santos. *O carácter experimental da carreira da Índia, um plano de João Pereira Dantas, com fortificação de África do Sul (1556)*. Lisboa, 1969.

written roughly in the century 1550-1650 by priests, mariners, chroniclers, and men of science, the majority of whom were survivors of the disasters they describe, are for the most part notable examples of a Portuguese prose which flourished so splendidly, and briefly, in the sixteenth and seventeenth centuries. Whether the work of a rude sailor or a sophisticated court historian, the accounts have a vitality and stylistic direction shared only by the masterpieces of the Portuguese Renaissance literary tradition (Duffy 44).

Na altura em que foi empossado cronista, Lavanha portanto já acumulava os influentes cargos de cosmógrafo-mor e de engenheiro-mor do reino de Portugal⁴⁸. Isso deveu-se não somente às suas muitíssimas habilidades intelectuais, mas também por fazer parte de um círculo de cidadãos lusitanos a desfrutar dos favores da corte filipina.

3.3. Lavanha e os Filipes

Com a anexação de Portugal em 1582, Espanha apodera-se de uma riquíssimo espólio de conhecimento científico náutico, acumulado desde o tempo do Infante D. Henrique e da escola de Sagres. Lavanha, por seus conhecimentos científicos (e é claro, por sua relação de clientela com os Aveiro, fortes partidários de Castela desde as corte de Tomar) é imediatamente recrutado por Filipe I:

⁴⁸ Além de Fernão Lopes, que no século XV ocupou a um mesmo tempo as funções de cronista-mor e de guardador da Torre do Tombo (trabalhos aliás não dissociados um do outro), não nos ocorre na história do serviço público desse país até a primeira metade do século XVII o nome de nenhum outro português, fora do serviço militar, que tenha exercido dois cargos simultâneos e vitalícios de tal importância e de naturezas tão distintas.

Sabed que deseando el aprovechamiento de nuestros vasallos, y que en nuestro reyno haya hombres expertos que entiendan bien las Matemáticas y la Arquitectura y las otras ciencias y facultades a ella anejas, y teniendo aprobada relacion de la habilidad y suficiencia de Juan Bautista de Labaña, hemos acordado de recibirle en nuestro servicio para que se ocupe en nuestra corte y donde se le ordenare en cosas de Cosmografia, Geografia y Topografia, y en leer Matemáticas en la forma y lugar que se mandare y todas las demás cosas concernientes á lo sobredicho y en que pueda servir segun su profesion y suficiencia, y por la órden que para ello se le diere por nuestro mandado... Fecha en Lisboa á 25 de Diciembre de 1582. Yo el Rey” (Cortesão 295).

Encontrámos mais algumas referências ao *status* de Lavanha no “Hospital das Letras” de D. Francisco Manuel⁴⁹. Essa obra (talvez a mais política da bibliografia do autor) dialoga sobre a situação em que se encontravam as letras portuguesas e castelhanas nos anos dos seiscentos.

O “Hospital das Letras” é um diálogo fictício passado em uma livraria de Lisboa no ano de 1657. Nesse diálogo tomam parte as seguintes figuras alegóricas: ‘os livros de Justo Lipsio na Critica, Trajano Bocalino nos Regaglios, D. Francisco de Quevedo nos Sonhos, e o Author nos Diálogos’. Com uma narrativa descritiva, logo comentada pelos outros três, ‘o Author’ conta as vicissitudes de cada uma das ‘enfermarias’ e dos ‘enfermos’ do hospital; em realidade metáforas para as estantes, os livros, e os seus escritores.

⁴⁹ Ver D. Francisco Manoel de Melo. *Apologos dialogaes*. Ed. Fernando Nery. Rio de Janeiro, 1920. Composta de acordo à *princeps* póstuma de 1721: *Apologos Dialogaes, compostos per D. Francisco Manoel de Mello, varam digno de aquella estimaçam, que o mundo, em quanto vivo, fez da sua pessoa, e depois de morto conserva ao seu nome. Obra póstuma, e a mais Politica, Civil e Gallante que fez seu Author. Offerecida ao preclarissimo Senhor D. Antonio Estevam da Costa, Armador mór de S. Magestade, etc. per Mathias Pereyra da Sylva*. Lisboa, 1721.

No trecho a seguir vemos que enquanto estão a analisar o estado dos ‘pacientes’, Justo Lipsio, Trajano e Quevedo param para observar o quadro clínico do ‘historiographo’ Diogo do Couto. Logo sugerem Lavanha como a causa da enfermidade de Couto em razão das *Décadas*. No códice 887 encontramos um manuscrito (fol. 51-52) autógrafo de Lavanha, na qual compara suas notas para a *Quarta Década* (edição que tenciona e de facto fez da obra inacabada de João de Barros), com as *Décadas* do Couto que foram impressas ainda nos primeiros anos do século XVII.

A seguir vemos a crítica metaforizada de D. Francisco Manuel com relação à questão da *Quarta Década*:

Bocalino: Acabay já de dizer ahi o que neste passo dizem todos, que a pintura, & escultura he historia morta, & a historia pintura viva; mas adverti, que se com todos estes velhos nos formos assim detendo, virà um rancho de potrilhas, que se não acabará nunca.

Quevedo: Tambem eu assim o digo, mas a troco de duas horas mais, não he rezaõ deyxar a Diogo do Couto gemendo, & passar adiante.

Lipsio: Elle não tem achaque de perigo, & o que mais o lastima são quatro arranhaduras que lhe deu Joaõ Baptista Lavanha meu amigo, à cerca da Quarta Decada; vê mal de hum olho de puro chorar a queima da sua Quinta, donde procede a falta do fio das Historias Orientaes, escapando poucos, & maltratados volumes.

Bocalino: tambem ahi com elle se devia queymar a obrigação, respeyto, & curiosidade dos que podiaõ; pois sendolhes taõ facil fazer nova edicção por hum desses exemplares, lhe passou isso por alto.

Quevedo: Se eu do livro, & do Author não tivera tanto conhecimento, persuadirame, a que succeddèra neste caso, o que a certo Compositor meu contemporaneo, que fazendo hum livro mão, que se lhe não gostava, fez diligencia com

o Bispo, a que lho mandasse recolher sob graves penas, as quais ainda não bem eram públicas, quando já o livrinho se gastava às punhadas.

Bocalino: De longe nos vem a golodice do vedado.

Vemos que na narrativa do “Hospital das Letras”, a voz de D. Francisco faz-se presente através dos interlocutores. Quando estão a discutir sobre os historiadores portugueses, sendo Lavanha um dos poucos coetâneos de D. Francisco Manuel citados no texto (e o único que como ele transitou entre as cortes de Madrid e de Lisboa), percebe-se a crítica deste de que Lavanha queixava-se muito, mas sem razão:

Author: Reparay, que o cronista Labanha, parece que está, & fica queyroso de o não fazerdes digno de hum reparo, & sendo dos benemeritos do seu seculo.

Bocalino: Ese homem não acabey de conhecer nunca; & supposto, que o nome me parece transalpino, nunca acabou de mostrar donde era, là se enxerio em Portugal, & achou quem o favorecesse.

D. Francisco também demonstra um tom crítico e lamentoso em face à situação política dos intelectuais lusitanos. Parece que como súditos de Filipe II e Filipe III, eles pareciam encontrar mais oportunidades em Castela do que em Portugal⁵⁰:

⁵⁰ Sobre essa abordagem ver Jaques Mario Brand. “Mapeando o ‘Hospital das Letras’ (1657) um hipertexto do Barroco Ibérico e seus elos historiográficos”. Niterói, 2008. 215. “Justificado por ter sido ‘dos beneméritos do seu século’, o exame de Lavanha, apresenta reduzida importância historiográfica se considerado literalmente, mas ganha relevo quando visto nas suas implicações para o estudo do lugar social do próprio Melo... A presteza e a irada ênfase, com que, em nome próprio, confirma hipótese de que Lavanha, deve, sim, ser estrangeiro, é forte indício textual de que o autor projeta no cosmógrafo, ou a pretexto de julgar o cosmógrafo, uma espécie de retrato de sua própria situação. O pronunciamento sobre as dificuldades de ‘fazer carreira’ que se reservavam em Portugal aos filhos da terra que, além de bem informados, não fossem cegos, se apresenta como um desabafo pessoal... O aporte de Quevedo (‘Teve em Castella boa opinião de suas letras e costumes’) faz ressaltar a hostilidade do ambiente na pátria, e diz também da situação em que se achavam os intelectuais portugueses ao tempo da união ibérica, quando podiam eventualmente encontrar em Castela um reconhecimento que Portugal lhes negava... Também nosso autor ‘nunca acabou de mostrar donde era’. Visto com suspeita em Castela por ser português e por

Author: Não: Quanto he, se por ahi ides nesses sinais, bem me parece estrangeyro, porque a ser Portuguez, eu vos fico, que por mais que elle soubesse outtro tanto do que sabia, & por mais cego, que fosse, não acharia em Portugal que lhe fizesse carreyra.

Quevedo: Teve em Castella boa opiniaõ de suas letras, & costumes.

Lipsio: Com justa causa, porque dou fé, que era Varaõ doutissimo nas sciencias, & facultades humanas, sobre que o engenho não foy liberal, nem ditoso.

Segundo João Franco Barreto afirma na *Bibliotheca Portugueza*, tão grande era o grau de influência e estima de Lavanha com a corte de Madrid (especialmente com Filipe III de quem fora tutor de matemáticas), que no dia marcado para entregar uma de suas filhas, que entrava para a vida religiosa, o rei e a rainha vestem com ricos vestidos a família do cronista e seguem pessoalmente com eles na comitiva até o convento (Barreto Tomo IV, 617).

3.4 Lavanha e a Câmara de Lisboa

Por ser merecedor da confiança real em Madrid, verificamos que Lavanha nem por isso deixa de encontrar dificuldades em Lisboa, o que corrobora a alusão que D.

esse motivo preso quando da Restauração, ‘sem mais delito que o nascimento; visto com suspeita em Portugal ao desertar de Castela em favor do novo regime, por seus anteriores vínculos aos castelhanos, boa parte da obra meliana em língua portuguesa reflete a ruptura do espaço político em que se movia e o resultante conflito identitário que dele fez uma espécie de exilado na própria pátria’.

Francisco Manuel de Melo faz acerca da idiossincrática situação em Portugal daqueles súditos lusitanos favorecidos pelas coroas de Filipe II e III.

Aparentemente notórios na época, os problemas de Lavanha com a Câmara de Lisboa envolviam litígios jurídicos tanto com um herdeiro de João de Barros por causa da publicação da *Quarta Década da Ásia*, como com a cidade de Lisboa por causa da impressão em língua portuguesa do *Viagem da Real Magestade de Filipe II a Portugal*. Essas disputas legais estão todas devidamente registadas e contam inclusive com a participação directa de Filipe II.

Alguns anos antes de se tornar cronista-mor Lavanha prepara uma edição da *Quarta Década* que João de Barros deixara sem publicar, e no prefácio escreve:

“João Baptista Lavanha, aos que lerem esta *Quarta Década*. Sabendo el Rei Nosso Senhor que deixara João de Barros imperfeita a quarta década da sua Asia, querendo fazer merce à Portugal, ao nome de João de Barros, & a mi, me mandou q a reformasse, & a imprimisse; para que renovandosse a memoria de hum tam celebre Historiador, com esta sua obra posthuma, per meio della revivesse a fama dos feitos que os Portugueses com grande valor obrarão naquella parte da Asia, que com o tempo se ia escurecendo. Para este effeito me mandou entregar S. Magestade dez quadernos, que se acharão dos dez livros desta Decada, rotos, faltos, escritos a pedaços de varia letra, & tam imperfeitos, como trabalho de que era aquelle o primeiro pensamento, & em que só se puséra a primeira mão”.

Em 1619, Antonio de Barros d’Almeida, neto de João de Barros (a quem o escrivão descreve nos autos como antigo ‘coronista mór’) inicia uma batalha pelos direitos autorais da *Quarta Década*. Ele afirma que o manuscrito de seu avô fora furtado e impresso sem a própria autorização dos herdeiros, e envia a Estevão Roiz, alcaide de

Lisboa, o seguinte requerimento para que se efectuasse o embargo dos exemplares em poder de livreiros⁵¹:

Nº 6 e 7: Processo original como se segue:

‘Diz Antonio de Barros dalmeida que elle he erdeiro de Joaõ de Barros coronista mor que foi neste Reino o qual compos quatro dequadas da historia da India e a ultima dellas antes de ser empresa a furtaraõ por sua morte e agora de prezente veio a sua noticia que se empremira e a vendia huu livreiro por nome Joaõ Pereira e porque a elle supplicante tocava a dita empresaõ e se lhe da muita perda nella e o dito livro assim furtado se empremio sem sua ordem.

Pede a V.M. mande fazer embargo na maõ do dito livreiro e nos mais que as ditas obras tiverem e fazerem inventario dos ditos livros mandando sitar perante si a pessoa que elles declararem fez a dita empresaõ pera lha entregar com todas as perdas e danos’.

O primeiro dessa série de autos cíveis iniciados por Barros dirige-se directamente contra Lavanha, como se poder ver⁵²:

Nº 5: requerimento como se segue:

‘Diz Antonio de Barros dAlmeida fidalgo da caza de S. M. e morador na cidade de Braga que por ser acabada a impressaõ das Decadas de Joaõ de Barros avo dele supplicante mandou S.M. enformar-se dos erdeiros do dito Joaõ de Barros para os mandar noteficar que reformassem as ditas obras por se não perder a memoria dellas. E sabendo elle supplicante disto se veio pondo contra Joaõ Bautista que as determinava imprimir, mostrando que era neto do dito Joaõ de Barros e que a elle pertencia reformallas e tratar da impressaõ dellas, por outrosy ser herdeiro de sua casa e ouve sentença contra o dito Joaõ Baptista e as fes noteficar aos livreiros e impressores desta cidade para não venderem nem imprimirem as ditas Decadas sem licença delle supplicante sob graves penas...’

⁵¹ Ver *Boletim da Segunda Classe. Actas e pareceres. Estudos, documentos e notícias*. Vol. XI. Lisboa, 1916-1917. 289.

⁵² *Boletim da Segunda Classe*, op. cit., 288.

A resolução do caso, com reconhecimento do rei, acontece somente em 1620, um ano após o início do processo. Lavanha escapa de ser condenado e o neto de João de Barros é obrigado a pagar os custos dos autos. Nada mais se comenta sobre os exemplares da *Quarta Década* do cronista-mor, que já então tinham sido retirados do mercado⁵³:

Nº 8: Sentença contra Lavanha por causa da publicação da IV 'Década' de Barros:

Dom Phellipe por graça de deus Rej de portugual e dos allguarves daquem e dalem mar em afriqua Senhor da guine e da conquista da navegação comercio de hetiofia arabia persia e da jmdia etc. a todos os corregedores ouuidores juizes justiça officiaes e pessoas de meus Rejnos he senhorios aquesta minha carta de semtemça for apresentada he o conhecimento della com direjto pertemçer fazovos saber que nesta minha Corte e caza da Supliquação perante my e os meus Corregedores dos fejtos he autos siueis della por mj com alçada por hum dos quais esta pasou e finallmente semtemçeou huma aução de cauza siuell de des dias digo de petição de antonio de barros dallmejda autor contra Joaõ bautista lavanha Reo...

...belxior dazeuedo escriuaõ da dita correjção e autos a fis pagou de fejtio desta carta de semtemça ao todo duzentos e trinta rs dasinatura della sem rs que tudo uaj metido na soma das cusdas diguo que vaõ as custas por o autor as pagar e tirar esta semtemça por sua parte e naõ auer comdenação dellas comtra o Reo sobredito...

O alívio para Lavanha dura pouco. Logo resurge o tópico da edição da *Quarta Década*, só que dessa segunda vez, conectado ao caso da edição portuguesa do *Viaje*⁵⁴. Esse novo litígio começa em 1621 e termina em 1624, pouco antes da morte do cronista.

⁵³ *Boletim da Segunda Classe*, op. cit., 290-292.

⁵⁴ Essa informação também é discutida por Luis F. Lindley Cintra. *Asia de Joam de Barros, dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquistas dos mares e terras do Oriente*. Coimbra, 1932. Lviii

Ao que tudo indica, ambas as edições foram feitas com dinheiro emprestado da Câmara. Tendo recebido o financiamento editorial da Câmara para imprimir quinhentos exemplares do *Viaje* em português, Lavanha, endividado, não só não pode repagar o que deve, mas aparentemente, segundo o presidente da Câmara, imprime trezentos e cinquenta exemplares à mais do que o inicialmente planeado.

O montante necessário para saldar a dívida, contudo, chega-lhe às mãos por intermédio do secretário de estado de Filipe III, Francisco de Lucena (quem, como veremos mais tarde, será de sumo interesse no destino do códice 887).

Para resolver o conflito, Filipe III (que fora pupilo de Lavanha quando pequeno) ordena à Câmara que receba em Lisboa os exemplares remanescentes do livro, para que por lá possam ser vendidos, e que também pague a Lavanha a soma que este havia gastado em excesso com os seus custos de impressão.

A Câmara reage, afirmando que não deve caber a si o papel de livreiro, mas que aceitará qualquer que seja a decisão do rei à esse respeito. Assim chegam a um impasse, e em 9 de Setembro de 1623, a Câmara de Lisboa envia a Filipe III a seguinte carta :

Vossa Magestade mandou que esta cidade emprestasse a João Baptista Lavanha, seu chronista-mór, para a impressão da quarta *Década* de João de Barros, 540&000 réis. Para haver de os tomar deu fiança, e d'ali a algum tempo mandou Vossa Magestade, por carta sua de 30 de maio de 1616, que esperasse a cidade a João Baptista dous annos mais pelos ditos 540&000 réis, como se fez, e sendo passados tantos annos depois que este emprestimo se lhe fez, se lhe não tratou até ao presente da satisfação, nem se apertou com elle nem com seus fiadores; e ora manda Vossa Magestade que a cidade lhe tome em pagamento d'esta quantia de dinheiro, 630 livros que não pôde distender, e desobrigar seus fiadores.

Lembramos a Vossa Magestade, prostrados a seus reaes pés, com toda a submissão devida, que não convém á autoridade d'este senado, que os senhores reis d'este reino, antecessores de Vossa Magestade, sempre honraram, fazendo que fôsse respeitado, ser vendedor de livros, officio que podem fazer, e é razão que façam, os procuradores de João Baptista; e sendo Vossa Magestade servido que por algum tempo se lhe não peça este emprestimo, fará esta cidade o que Vossa Magestade lhe ordenar (Eduardo Freire de Oliveira 21).

A subsequente resposta do rei a 29 de Setembro de 1623 faz firme a decisão em favor de Lavanha:

Receberãose com carta uosa, de 9 do presente, hua consulta da camara dessa cidade, e os papeis que vinhão com ella, sobre João Bautista Lavanha, meu chronista mor. Hauendo uisto tudo, me pareseo dizeruos que esta bem prouido o que Dom Diogo de Castro ordenou, acerca de se desembargarem os liuros da jornada delRey, meu senhor e pae, que Deos tem, a esse Reino, e se pagarem, a João Bautista os trinta e hu mil reis que de mais auia gastado na impressão delles; e que os liuros da quarta decada de João de Barros ordeneis se entreguem logo a camara, e se desobriguem com efeito os fiadores de João Bautista.

À margem está a seguinte cota:

A cidade execute o que Sua Magestade manda.
Christovão Soares (Oliveira 21).

Após a instrução real, edita-se uma confirmação dos governadores com ordem para que a Câmara pague os trinta mil ao cronista-mor. Em 16 de Março de 1624 (menos de um mês antes da morte de Lavanha) uma nova carta da Câmara a Filipe III reacende o debate sobre as dívidas. O argumento ainda é o mesmo; não devem eles, para o cobrimento do prejuízo, responsabilizarem-se pela venda dos exemplares remanescentes:

Os governadores d'este reino nos mandaram um capitulo da carta de Vossa Magestade, de 29 de setembro proximo passado, em resposta d'uma consulta que a camara fez a Vossa Magestade, sobre os livros da jornada que Sua Magestade, que Deus tem, fez a este reino, e logo se deu cumprimento ao que Vossa Magestade nos mandava, desembargando-se os livros e entregando-se os 31&000 réis, que João Baptista havia dispendido mais dos quinhentos e tantos que lhe fôram entregues para a impressão d'elles.

... agora de novo, com toda a submissão devida, tornamos a fazer a mesma lembrança, pedindo a Vossa Magestade nos faça mercê que se conserve a autoridade d'este senado, como fizeram sempre os senhores reis, antecessores de Vossa Magestade, e não nos obrigue a acceitar livros em pagamento do dinheiro que se emprestou ha tantos annos, porque, além d'isto, o dinheiro de que se lhe fez emprestimo, pertence ao real d'agua, e do deposito d'elle se tirou com provisão de Sua Magestade, que Deus tem, e não póde a camara, nem tem jurisdicção para desobrigar os fiadores sem o dinheiro se entregar no cofre, para se gastar nas obras a que está applicado, a dempenho de juro a que está vendido; nem Vossa Magestade devia ser informado da natureza d'este dinheiro que se lhe emprestou, porque é de crêr, e assim o esperamos da christandade de Vossa Magestade, que o não mande dispender senão n'aquillo para que foi imposto, pelo escupulo de pagarem para esta imposição as pessoas ecclesiasticas: e já em outra occasião muito pia representou a Vossa Magestade esta mesma razão. E quando se quizesse dar a entender que Vossa Magestade, que do procedido da venda dos ditos livros se podia restituir ao deposito do real d'agua a quantia, não póde haver logar, porque não têm expediente por pouco nem por muito preço, como se deixa bem considerar, por passar de 10 annos que se imprimiram, sem se gastarem até agora.

E sem embargo de tudo que se propõe a Vossa Magestade, fôr favor fazer mercê a João Baptista d'este dinheiro que lhe foi emprestado do real d'agua, e para isso se desobriguem seus fiadores, o pode Vossa Magestade mandar por sua provisão, como rei e senhor que é, e nós obedeceremos como humildes e reaes vassallos que somos (Oliveira 22-23).

Apesar desse último apelo, cumpre-se a vontade de Filipe III. A Câmara fica com os livros e paga-se o montante a Lavanha, provando-se a uma mesma vez a forte influência desse cronista junto ao rei, e o seu imenso descrédito e impopularidade com os oficiais portugueses.

Quanto aos livros, a Câmara de Lisboa conseguiu vender, ainda que pouco e mal, os exemplares restantes da *Quarta Década* (o que não compensou em tudo o seu prejuízo); mas nada vendeu do *Viagem*, que acabou por muito anos ainda dado como prenda a vereadores, funcionários públicos, mosteiros e até mesmo às relações no ultramar.

Parece que três séculos não foram suficientes para apaziguar os ânimos da Câmara. Quando no século XIX, Eduardo Freire de Oliveira, Arquivista da Câmara Municipal de Lisboa, se refere à “boa execução artística” do *Viagem* (descrita por Inocêncio Francisco da Silva no *Diccionario bibliographico portuguez*) acrescenta sarcasticamente:

é livro digno de toda a estimação, assim pela curiosidade do assumpto, como pelo estylo e linguagem, mas, que o que o erudito *bibliógrapho* não se refere é que o livro foi impresso á custa da cidade de Lisboa (Oliveira 17).

CAPÍTULO 4. Códice 887 da BNP

4.1 Introdução

Em seu estado actual o códice 887 não apresenta marcas de posse – a não ser o carimbo da Biblioteca Nacional de Portugal – nem outra marca anterior ao seu ingresso na biblioteca. Pode ser que o mais valioso dos códices de Lavanha para a crónica de D. Sebastião (pela sua quantidade de cartas originais) tenha ido parar em mãos privadas, e sido mais tarde vendido ou doado à BNP. De facto, a numeração da cota, tanto a antiga, B-17-6, quanto a nova, 887, assinalada pela biblioteca, mostra que se trata de uma cota correspondente às primeiras aquisições (hoje em dia as cotas situam-se nos 13.000). A ausência de marcas de propriedade, tanto de bibliotecas de pessoas particulares como da antiga Biblioteca Real, indica que o códice 887 passou de mãos privadas à BNP, sem nunca ter estado no Mosteiro de Alcobaça.

É capaz que nunca saibamos o paradeiro dessa coletânea entre o momento da morte do cronista e a sua entrada no espólio da biblioteca. Sabe-se contudo que chega às mãos do secretário de estado Francisco de Lucena no dia 28 de Junho de 1626.

Receptor do livro manuscrito de João Baptista Lavanha, Francisco de Lucena foi secretário de Estado de Filipe III e membro do seu Conselho de Estado em Madrid. Lucena, foi também, como o próprio Lavanha, membro da Ordem de Cristo, onde recebeu o título de comendador. Apesar de nomeado secretário de estado de D. João IV

em 31 de Janeiro de 1641, Lucena foi executado em 28 de Abril de 1643, sob a acusação de hispanofilia e traição⁵⁵.

A catalogação da Biblioteca Nacional de Portugal para o códice 887 aponta-lhe dois co-autores. O primeiro da lista é Lavanha, cronista-mor do reino que estava por volta de 1618, como já vimos, envolvido no trabalho de escrever uma crónica de D. Sebastião. O segundo nome que aparece listado nessa suposta co-autoria é o do quinto Conde de Portalegre e governador de Portugal de 1623 à 1631, D. Diogo da Silva⁵⁶. Esta segunda atribuição (segundo se explica no catálogo da Biblioteca) baseia-se numa carta de D. Diogo (fl. 251 do códice 887) dirigida ao cronista-mor que preparava a crónica de D. Sebastião.

D. Diogo dirige-se ao destinatário usando a forma familiar de tratamento “Vossa Mercê” e indica que lhe manda as cópias das missões diplomáticas de D. Juan de Silva, seu pai e embaixador de Portugal em tempo de D. Sebastião. Nota-se que em momento nenhum da carta Diogo dirige-se ao destinatário chamando-o pelo nome de Lavanha (de

⁵⁵ A seu favor – e ao mesmo tempo, contra ele – contavam os trinta e seis anos que exerceu no Conselho de Portugal em Madrid (quando D. João IV sobe ao trono os lugares mais importantes da política portuguesa estavam ocupados por homens apontados pelo rei de Espanha). Ver Luis Augusto Rebello da Silva. *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Vol. IV. Lisboa, 1869.

⁵⁶ É importante não confundir D. Diogo da Silva, 5º Conde de Portalegre, com seu homónimo, o Marquês de Alenquer e Conde de Salinas, D. Diogo da Silva e Mendonça, que foi Vice-rei de Portugal entre 1617 e 1621. Ambos foram vice-reis de Portugal durante a dinastia filipina. D. Diogo da Silva e Mendonça foi também poeta, e sua poesia aparece no *Cancionero Sevillano de Nueva York* (Begoña Lopez Bueno. Universidad de Sevilla, 1996). Sobre Diogo da Silva e Mendonça, ver à seguir carta de Filipe III a Portugal, em razão do seu levantamento em 1621 e sobre as exequias ao finado rei, seu pai, e a sua própria proclamação como sucessor do trono português: “... não posso fazer pessoalmente o juramento ordinario e costumado no acto de meu levantamento, que se ha de celebrar na Seé da minha cidade de Lisboa, ei por bem e me praz de dar poder e comissão bastante, no melhor modo de direito se requiere e ha lugar, a Dom Diogo da Silva, Marques d’Alenquer, Duque de Franca Villa, do meu conselho do estado, Vizo Rey e capitão geral dos dittos Reinos, pera que, por mim e em meu nome, representando minha propria pessoa, possa fazer e faça no ditto acto de meu alevantamento o juramento ordinario e costumado, na forma me que eu o ouuera de fazer se presente fora...”

D. Diogo da Silva, quem nos interessa aqui, foi nomeado governador do reino e Portugal em 1623 para a vaga deixada por Nuno Álvares de Portugal. Ver carta régia de 6 de setembro de 1623, Ms. 206, n° 274, BNP.

facto, em nenhum lugar do códice, com exceção do título no fólho de abertura, adicionado *a posteriori*, aparece escrito o seu nome). Entretanto, a forma de tratamento e a menção da “*coronica*” coincidem com a função desempenhada por Lavanha naqueles anos e com a evidência externa que prova que estava a escrever sobre D. Sebastião. Não há dúvidas de que D. Diogo da Silva estava a se referir a Lavanha.

À tal atribuição de co-autoria devemos pois entender unicamente a pequena, mas importante, contribuição de Diogo da Silva à empresa então em andamento por Lavanha. Sua contribuição era de facto importante, já que D. Diogo da Silva estava intimamente ligado à história da diplomacia monárquica lusitana: era filho de D. João da Silva (ou Juan de Silva), notório embaixador castelhano em tempos de Filipe II de Espanha. Portanto, é na capacidade de herdeiro de importantes documentos relativos à empresa de África que D. Diogo entra no códice 887, mas simplesmente, devemos enfatizar, como contribuidor, e não como autor.

Conclui-se que os nomes de Lavanha, Diogo da Silva e Lucena aparecem intimamente entrelaçados na história do códice 887: o primeiro compila e escreve o que seria uma crónica do reinado de D. Sebastião, o segundo lhe fornece informação pertinente a Alcácer Quibir, e é na casa do terceiro que se registra a transferência do livro após a morte de Lavanha, possivelmente passando às mãos de D. Diogo.

É importante observar que esses três homens fizeram parte de um grupo considerado de confiança, e por esta razão foram escolhidos pelo reinado filipino para ocupar posições de relevo no âmbito da política e da cultura portuguesa. Todos foram, em algum momento de suas vidas, e mesmo postumamente, acusados de hispanofilia. O certo, contudo, é que Lavanha, Silva e Lucena fizeram parte de um grupo de pessoas

importantes que circulava livremente em ambas as cortes. Porque trabalhavam e tinham família tanto em Lisboa quanto em Madrid, vivendo ora num lugar, ora noutro, sua vida política e sua vida pessoal pertenciam a ambas as regiões, e a ambas as culturas. Sua óptica, como resultado desse cosmopolitanismo espanhol, no sentido geográfico do termo, conferia-lhes um carácter inigualável em comparação a seus compatriotas. Além disso, esses três importantes homens fizeram parte de uma geração de lusitanos que viveu de perto os acontecimentos que levaram D. Sebastião à derrota de Alcácer Quibir, e os momentos incertos que levaram à ascensão de Filipe II ao trono português.

4.2 Análise filológica

No fólio inicial do códice 887 (fl. I) há quatro anotações feitas por mãos diferentes. A primeira mão, do século XIX, aparece no topo da página e escreve o formato do livro: “Pergaminho com seis botoens compridos e atravessados”. A segunda aparece logo a seguir. Trata-se da anotação que mostra a cota antiga “B, 17, 6”, feita a lápis por algum bibliotecário da Biblioteca Nacional. A seguir, lê-se centralizado no meio da página o seguinte título descritivo, feito por uma terceira mão:

*Relações das cousas principaes / que sucederão em
Portugal em t[em]po / delRey D. Sebastião. Tiradas / de
originaes do Reyno por João / Baptista Lavanha coronista
mor / do R[ey]no de Portugal p[ara] fazer / esta coronica.*

Um pouco abaixo do título, com letra diferente e muito menor, surge a seguinte inscrição, correspondente a uma quarta mão:

Em casa de Francisco de Lucena secretario / de
estado recebi este livro em / 28 de junho de 626.

Segue-se logo abaixo uma rubrica grande, idêntica à rubrica que aparece na parte inferior, ao centro, na carta astral de D. Sebastião. Percebe-se a rubrica como um ‘j’ desenhado de cima para baixo e com o mesmo traço fazendo uma volta na parte inferior, para então seguir ao lado direito onde aparece um ‘B’ claramente maiúsculo sobreposto sobre o ‘j’ inicial. JB são as duas primeiras iniciais de João Batista Lavanha. Se essa é de facto a sua rubrica, esse fólio serve como folha de rosto do volume e não coincide com o texto datado de 1626, que poderia ter sido adicionado somente depois do falecimento do cronista. Acresce a isso o facto de estarem escritos com tintas diferentes. Portanto, nessa lógica, tanto o título “*Relações*”, quanto a rubrica saíram da mão de Lavanha. Não podemos precisar a data, mas o título mesmo seria indicativo de algo acrescentado após a disposição dos papéis transcritos em um só volume ou códice.

Lavanha aparece a seguir escrevendo o título do fl. 5. Comprovámos a sua mão através do *Livro primeiro da arquitectura naval*⁵⁷, deixado em manuscrito pelo cronista.

Relações tiradas
de diversos papéis para a Historia de elRey D. Sebastião

⁵⁷ Livro manuscrito, com foliação começando em 41 e terminando em 78, sem capa ou qualquer marca de posse. Escrito entre 1600 e 1615, foi publicado pela primeira vez em 1965 por João da Gama Pimentel Barata. *Ethnos*, Vol. IV, e novamente em 1996, pela Academia de Marinha de Portugal. O livro, guardado na Biblioteca da Real Academia de Historia de Madrid (Cod. 63, fls. 41-78, Colecção Salazar), está disponível online.

http://nidl.tamu.edu/treatises/BrowseTreaty-2.htm#TB_inline?height=200&width=600&inlineId=document-info

Quanto à encadernação, vê-se em pele, com frisos gravados a seco, lombada com rótulo em pele preta, frisos e título em dourado, medindo 32x21 centímetros, *in folio*. Há vários fólhos soltos em razão de terem-se com o tempo despendido da encadernação. A encadernação foi feita possivelmente no século XIX, usando-se para isso um papel reutilizado donde se distinguem palavras impressas de natureza jurídica. Um pedaço da lombada, no alto (de cor preta e desgastada), mostra com letra maiúscula dourada a seguinte titulação, sem acentos, “RELAÇOES DE COISAS QUE SUCCEDERAO NO TEMPO DELREI D. SEBASTIAO”.

Contam-se 298 fólhos numerados (incluindo-se 52 páginas em branco). O fólho de abertura, onde aparece o título, leva o número romano I, e precede a foliação em numeração arábica. Alguns fólhos do final do códice apresentam uma sequência não linear na foliação: 292, 294, 293, 295.

Não há índice ou tábua ao princípio ou em qualquer outro lugar do códice 887, mas vê-se que há outros elementos paratextuais como títulos maiores, títulos entre títulos, foliação e algumas assinaturas, inscritos por Lavanha. A foliação no topo da margem direita, que ressalta sobre uma anterior (e provavelmente coetânea ao códice), corresponde à estabelecida pela Biblioteca Nacional no século XIX. À parte disso, em alguns cadernos ou grupos de fólhos unidos por assunto, aparecem numerações independentes, provavelmente inscritas pelos copistas.

Os textos estão redigidos em português, castelhano e latim. São em sua maioria legíveis, indicando cópias passadas a limpo. O formato de algumas folhas indica que são

cartas que foram realmente dobradas e seladas; o que mostra que há documentos originais no códice.

O papel é de boa qualidade, de fins do século XVI e primeiras décadas do XVII. A escrita é feita a tinta. No que corresponde às duas mãos principais, o papel é de qualidade mais grossa, o que permitiu que não se vazasse a tinta, nem que esta se lhe corresse com o tempo. Alguns cadernos de diferentes mãos apresentam um tamanho *in folio* um pouco menor e papel de qualidade inferior, de material mais fino e seco.

Incluem-se no códice 887 muitos registos informativos dos reinados de D. João III, das regências de D. Catarina de Áustria e do Cardeal Infante D. Henrique, do reinado de D. Sebastião, e dos primeiros anos do reinado de Filipe I. Não há o que se possa chamar de exacta organização cronológica nos manuscritos, mas percebe-se que o compilador dos mesmos teve o cuidado de agrupá-los sequencialmente por assunto.

Esses registos manuscritos são em sua maioria documentos diplomáticos de natureza epistolar. São muitos os investigadores que já utilizaram e seguem utilizando a rica colecção que alberga este códice pelo seu singular valor em muito do que concerne ao reinado de D. Sebastião, à Jornada de África e à entrada de Filipe II de Espanha em Portugal. Não houve, porém, até o presente momento, um estudo que se debruçasse sobre o códice em si, como um conjunto hermético, ou que abordasse a problemática da sua autoria.

Do século XIX até meados do século XX, um crescente interesse pela historiografia de Portugal levou a que muitos estudiosos acercassem-se deste códice pelo seu valor documental. Como resultado, Edgar Prestage, Queirós Velloso, Martha Walker

Freer, Maria Augusta Lima Cruz⁵⁸, entre outros, publicaram estudos nos quais está explícita ou implicitamente citada sua investigação aos documentos do códice 887.

De grande valor documental podemos encontrar no códice 887 inúmeras cartas do Rei D. Sebastião, de D. Catarina de Áustria, do Cardeal D. Henrique, de Filipe II de Espanha, além de cartas de papas e embaixadores. Essas missivas foram trocadas pelos monarcas entre si, e com os seus diplomatas, o alto clero e a alta nobreza europeia. Além das cartas originais da época, há várias traslados e alguns textos que narram o conteúdo das cartas por meio de um discurso indirecto e sugestivo do carácter narrativo intencionado pelo compilador. Destes, quase todos apresentam uma anotação marginal a esquerda do fólio, coetânea ao texto transcrito. Em muitos casos, os comentários à margem representam um prelúdio à crónica mesma; uma espécie de mecanismo metalinguístico utilizado pelo autor. Essas notas marginais, algumas vezes de natureza analítica, outras de cunho descritivo, indicam uma das mãos principais do códice, identificada por nós como a mão de Lavanha.

A procedência heterogénea dos diferentes componentes do volume tem correspondência na variedade de mãos que os copiaram: percebem-se até 33 mãos no total (vide explicação adiante), mas o protagonismo recai maiormente sobre duas mãos em particular. A que mais substancialmente aparece ao longo do volume é a mão de Lavanha. É ele quem traslada ou redige em discurso indirecto acontecimentos de

⁵⁸ Ver Edgar Prestage. “A embaixada de João Gomes da Silva ao rei Carlos IX da França e a matança de S. Bartholomeu” e “Novas informações sobre a embaixada de João Gomes da Silva a França”, Porto, 1917; José Maria de Queirós Veloso. *Estudos Históricos do Século XVI*. Lisboa, 1950, e *D. Sebastião 1554-1578*. Lisboa, 1935; Martha Walker Freer. *The Married Life of Anne of Austria, Queen of France, Mother of Louis XIV, and Don Sebastian, King of Portugal: Historical Studies from Numerous Unpublished Sources, Including Ms. Documents in the Bibliothèque Imperiale, and the Archives of Spain and Portugal*. Londres, 1865; e Maria Augusta Lima Cruz Fagundes. *Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor*. Paris, 1970.

embaixadas e de outras naturezas. Igualmente dele são as anotações marginais que permeiam todo o códice. Lavanha também insere títulos pequenos no início de transcrições de outros copistas ao longo do volume. Pratica uma escrita legível e condizente com a grafia do primeiro terço do século XVII. A outra mão que também copia muitos documentos, mas não tantos quanto Lavanha, é de D. Luis Lobo⁵⁹ e também aparecerá no códice Alcobacense 308 (verificámo-lo através da análise comparativa da grafia em si em ambos os códices, percebendo que tanto no 887 como no 308, porém mais abundantemente no 308, surgem muitas vezes no alto à esquerda de cada fólio o nome desse copista). Em termos estilísticos, a mão de Lobo é parecidíssima com a de Lavanha não apenas em desenho mas em clareza e organização (ainda que de tamanho muito menor), o que indica que ambos os copistas teriam a mesma formação gráfica ou que pertenceriam à mesma geração.

Já com relação às outras mãos, deparamo-nos com algumas grafias irregulares e de leitura dificultosa, e outras que não correspondem à normativa de inícios do século XVII. Como nem todos os manuscritos são cópias, encontram-se entre os 298 fólhos do códice 887 originais valiosos, como por exemplo a narrativa da primeira jornada de África, de 1574, redigida por D. Álvaro de Castro, onde Lavanha anota, à margem: “1ª Jornada que fez a Africa ditada por o mesmo Sr. Dom Sebastião (fls. 218 -248v). Este

⁵⁹ Ver Cristovão Aires. *Boletim da Segunda Classe* (Actas, Comunicações, Pareceres). Vol. 1 (1898-1902). Lisboa, 1903. 12. “Este D. Luis Lobo deve ser o primogenitor da Casa dos Sarzedas, filho de D. Rodrigo Lobo, pagem de lança d’el-rei D. Sebastião na batalha de Alcácer Quibir, e pae do 1º conde de Sarzedas, capitão-mor general de Tanger e visor-rei da Índia. Militou em África, nas praças de Ceuta e Tanger; é o auctor do *Nobiliário Histórico que contem as descendências e acções dos sereníssimos Reys deste Reyno de Portugal*, o qual não se chegou a imprimir, apesar de ser muito reputado e cujas cópias existem na Bibliotheca de Paris, e na do Duque de Cadaval, e da *História Geral de França desde a morte de Henrique II até o último edicto da Paz feito em Ruão por Henrique IV*, também inédito. Falleceu em 1626”.

texto apresenta uma leitura difícil tanto pela condição do papel, quanto pela caligrafia do autor.

Os copistas ou escribas, pessoas pagas e treinadas (comumente dentro de uma tradição monástica) possuíam uma caligrafia elegante, ao passo que os nobres, de quem não se esperava que escrevessem de mão própria, tendiam a uma letra considerada ruim. No caso da primeira jornada de África que mencionámos antes, vê-se uma letra ruim, quase ilegível. O texto, segundo a nota de Lavanha informa, foi ditado por D. Sebastião mas redigido por D. Álvaro de Castro. O mesmo também ocorre com a carta de D. Diogo da Silva ao cronista (fl. 251), e cópias que faz de cartas de seu pai, o embaixador Juan de Silva (fls. 252-262), que apresentam uma péssima grafia.

Também original e parte do códice, encontra-se um texto referente aos retábulos de Nuno Gonçalves, redigido em cursiva gótica. O texto, certamente incluído antes do ingresso do códice na Biblioteca Nacional de Portugal, foi por essa instituição mantido e catalogado no códice 887 com o seguinte aviso do atento bibliotecário:

Para que a todo tempo conste. O doc. a fl 219 e referente aos retabulos de Nuno Gonçalves foi aqui, neste codice, subrepticamente interserido, e é um documento falso. Biblioteca Nacional aos 21 de Julho de 1936. O Chefe da Divisão Ataíde e Melo (fl. de abertura).

Como veremos mais adiante no índice, os assuntos incluídos no códice 887 giram em torno da figura central de D. Sebastião. Há uma ordem mais ou menos sequencial que estabelece a posição dos registos de acordo com a cronologia da vida de D. Sebastião e que são, portanto; o nascimento do Desejado (fl. 1), a morte de seu avô (fl. 2), o período da co-regência (fls. 3-35, 37-50, 53-77, 80, 82-99), sua subida ao trono (fls. 100-102 e

116-117), a intenção de D. Catarina de ir-se de Portugal (fls. 102-111 e 118-123), a política de D. Sebastião na Índia (fls. 123-124 e 131-132), embaixadas em Roma, França, Inglaterra e Castela durante o governo de D. Sebastião (fls. 142-155), as tentativas frustradas de casá-lo (fls. 155-156, 168 e 198-199), as vistas de Guadalupe com Filipe II (fls. 81, 156-157, 266-293), os tratos para entrar na Liga Santa contra o Turco (fls. 142-149 e 173-197), a primeira jornada de África (fls. 200-215, 218, 220-250), os preparativos e embaixadas a Roma e Castela sobre a segunda jornada de África (fls. 158-169, 215-217, 252, 254-262) e finalmente, as razões que se faziam contra essa jornada (fls. 296-297). No início do códice (fls. 10, 11, 12-13) há os textos que anunciam a morte de D. Sebastião; a subida ao trono do Cardeal D. Henrique; a disputa de D. António, prior do Crato ao trono; o breve governo de D. Henrique; sua morte, e a elevação de Filipe II ao trono de Portugal como Filipe I.

O primeiro fólio do códice 887, com numeração arábica, é uma carta astral de D. Sebastião, ansiosamente aguardado e de cujo destino dependia o futuro do reino. O rei nasce no dia 20 de Janeiro (razão pela qual recebe o nome do santo). No entanto, a carta astral que Lavanha inclui mostra a data do dia anterior, o que pode ter sido um erro do copista.

Encontrámos uma variante da carta astral do códice 887 (sem as rasuras) num ensaio de Manuel J. Gandra sobre o fenómeno do sebastianismo e do joaquimismo em Portugal:

Horóscopo de D. Sebastião

Filho do Príncipe D. João e de D. Joana de Áustria (filha do Imperador Carlos V), D. Sebastião nasceu em Lisboa, às 7 h e 18 m do dia 20 de Janeiro de 1554. O seu horóscopo

foi incluído por Lavanha, na *Relação das coisas que sucederam no tempo de el-Rei D. Sebastião* (1602). Nessa obra o cosmógrafo afirma que o monarca sobreviveu à batalha de Alcácer, contando 48 anos (Gandra 121).

Não sabemos de onde Gandra tira a informação de que o códice é de 1602 ou que Lavanha escreve que D. Sebastião morreu nesse mesmo ano, mas certamente não poderia nunca ser do códice 887, porque não há lá nada que o corrobore.

Logo a seguir à carta astral, contando mais ou menos 20 fólios (fls. 5-25) redigidos em discurso indireto vêm-se narrativas que correspondem à mão do cronista-mor. Esses fólios contam sobre as embaixadas e seus embaixadores portugueses em Europa durante as negociações para o Concílio Tridentino. Há também outros documentos valiosíssimos; os registos que tratam da tentativa de D. Sebastião de entrar na Liga Santa contra o Turco (fls. 172-179), e a concórdia entre Portugal e Inglaterra (fls. 5-8). Esses temas não mereceram ainda um estudo que lhes pusesse a devida importância historiográfica.

4.3 Mãos e filigranas

Há no códice 887 um total de trinta e três mãos distintas: 30 desconhecidas + Lavanha + Lobo + Diogo da Silva. A seguir, fazemos um estudo de cada fólio, indicando (quando possível) o seu copista ou autor e a marca da filigrana (de acordo com Briquet).

- i. Portada. 4 diferentes mãos e uma rubrica idêntica àquela da carta astral: a cota “B, 17, 6” está à lápis. A mão que diz que recebe o livro certamente não é a de D. Diogo da Silva, nem de Luis Lobo. Fl. I. Filigrana: o fólho em branco, anterior ao fólho de abertura, portanto, sendo o primeiro do códice 887, sem numeração, tem um arbusto e a inscrição em maiúscula “THOMAR”. O fólho de abertura, com o título, tem uma cruz dentro de um balão, não ocupando todo o círculo e linhas verticais acima e abaixo. Origem genovesa, segundo Briquet. Século XVI.
- ii. Fl. 1. Uma mão. Filigrana não identificada.
- iii. Fl. 2. Nova mão. Filigrana: uma serpente vertical com coroa na cabeça. Segundo Briquet, é de Angoulême, 1524.
- iv. Fls. 3-4. Nova mão. Papel mais fino. Filigrana: serpente vertical. Segundo Briquet é de Londres, 1555.
- v. Fls. 5-25. Mão de Lavanha. Filigrana não identificada.
- vi. Fls. 26-31v. Nova mão (à margem lê-se: Pe. Luis da Gama). Filigrana: cruz dentro de um círculo. Origem genovesa, segundo Briquet. Século XVI.
- vii. Fls. 32-38. Mão de Luis Lobo. Filigrana: uma esfera vazia com duas linhas verticais, uma saindo de cada extremidade. A de cima termina em um trevo de

três folhas pequenas, e a de baixo com uma linha que termina com as letras PV. Segundo Briquet, é de Bayonne, 1597. Sem as letras e com um coração, Angoulême, 1590; Bayonne, 1599; Paris, 1600 e Bordeaux, 1604.

- viii. Fl. 39. Em branco. Filigrana: coroa com uma cruz em cima, centrada entre duas linhas verticais paralelas. Por baixo as letras D/BAI/B. Segundo Briquet, é de Marselha, 1404.
- ix. Fls. 40-46. Mão de Lavanha. Filigrana não identificada.
- x. Fls. 47-50. Mão nova. Título e margem de Lavanha. Filigrana: esfera vazia com duas linhas verticais. Da linha vertical de cima sai um trevo de três folhas, e de baixo duas linhas que se afastam ligeiramente. Lisboa, circa 1613. Não encontrado em Briquet.
- xi. Fls. 51-52. Mão de Lavanha. Papel mais claro, mais fino e um pouco menor. Filigrana não identificada.
- xii. Fls. 52-63v. Mão de Luis Lobo. O último parágrafo (fl. 63v) tem a mão do Lavanha. Filigrana não identificada.
- xiii. Fls. 64-66v. Mão que não é a mesma do número viii (a inclinação das letras, neste caso, é para a esquerda). Filigrana: esfera vazia com linhas verticais em

cada ponta, uma terminado em trevo. Segundo Briquet, é de Angoulême, 1590; Bayonne, 1599; Paris, 1600 e Bordeaux, 1604.

- xiv. Fls. 67-79. Mesma mão do número xi. Filigrana: esfera vazia com linhas verticais em cada ponta, uma terminado em trevo até o fol 75. Segundo Briquet, é de Angoulême, 1590; Bayonne, 1599; Paris, 1600; Bordeaux, 1604. Do fólho 76 em diante não se pode identificar a filigrana.
- xv. Fls. 80-81. Uma nova mão, diferente das anteriores. Filigrana: balão com a cruz no meio (não ocupando todo o centro do balão). Século XVI. Origem genovesa segundo Briquet.
- xvi. Fl. 82. Mais uma mão nova. Papel muito mais fino que os anteriores (até agora grossos). Não aparenta filigrana.
- xvii. Fl. 83-84. Mão diferente das demais, e em latim. Papel menor e mais fino. Filigrana: flor de lis dentro decorada com linhas verticais, de um círculo com 2 aros. Origem genovesa, segundo Briquet. Século XVI: 1562, 1577, 1587.
- xviii. Fl. 85. Em branco. Papel muito fino. Filigrana: Uma serpente coroada. Este fólho parece ser a continuação do caderno do fl. 82. Século XVI. Segundo Briquet, é de Angoulême, 1524.

- xix. Fls. 86v-88. Nova mão. Papel fino. Filigrana não identificada.
- xx. Fls. 89-91. Mão parecida à de Lavanha e de Luis Lobo. Não aparenta filigrana.
- xxi. Fls. 92-95v. Mão do Luis Lobo. Filigrana: esfera vazia com uma linha vertical levando a um trevo. Segundo Briquet, é de Bayonne, 1597. Sem as letras e com um coração; Angoulême, 1590; Bayonne, 1599; Paris, 1600, e Bordeaux, 1604.
- xxii. Fls. 96-97. Nova mão. Tinta vazado aos versos. No verso do último fólio lê-se (com letra de Lavanha ou de Lobo): “Dom Alvaro de Castro embaixador”.
Filigrana: flor de lis dentro de uma esfera com dois aros. Segundo Briquet, origem genovesa. Século XVI: 1562, 1577, 1587.
- xxiii. Fls. 98-99. Nova mão. Filigrana: um homem com chapéu e vara dentro de uma esfera, com a linha vertical passando por dentro, ao meio. Segundo Briquet, essa figura é o *le Pèlerin*. Milão. Século XVI.
- xxiv. Fls. 100-117v. Mão de Lavanha. Filigrana: esfera vazia com uma linha e um trevo no fim. Na outra extremidade, outras duas linhas que seguem divergindo uma da outra. Segundo Briquet, é de Bayonne, 1597. Sem as letras e com um coração, Angoulême, 1590; Bayonne, 1599; Paris, 1600 e Bordeaux, 1604.

- xxv. Fls. 118-140v. Mão de Luis Lobo (na margem lê-se: “de D. Diogo”). Filigrana: uma esfera com outra dentro, ou a letra C dentro de uma esfera), com um coração invertido embaixo e um trevo ao alto. Entre duas linhas verticais paralelas. Segundo Briquet, Angoulême, 1590; Bayonne, 1599; Paris, 1600 e Bordeaux, 1604.
- xxvi. Fls. 142-169v. Mão de Lavanha. Filigrana: esfera com uma linha saindo a um trevo em uma ponta e letras em outra. Segundo Briquet, é de Bayonne, 1597. Sem as letras e com um coração, Angoulême, 1590; Bayonne, 1599; Paris, 1600 e Bordeaux, 1604.
- xxvii. Fls. 170-171. Mão repetida do número xi. Filigrana não identificada.
- xxviii. Fl. 172. Nova mão. Não há filigrana visível.
- xxix. Fls. 173-174. Nova mão (letra ruim e quase ilegível). Nota marginal de Lavanha no fl. 174v. Filigrana não identificada.
- xxx. Fls. 175-176. Nova mão. Letra boa, mas tinta corrosiva. Papel comido e borrado. Papel menor e mais fino. Filigrana não é visível.
- xxxi. Fls. 177-179. Nova mão. Em latim. Papel comido pela tinta corrosiva. Filigrana não é visível.

- xxxii. Fls. 180v-181. Parece uma mão repetida que também escreveu o número xx.
Filigrana: serpente. Segundo Briquet, século XVI em Alemanha, Itália e França.
- xxxiii. Fls. 182-183. Nova mão. Elaborada. Filigrana: serpente. Segundo Briquet, século XVI em Alemanha, Itália e França.
- xxxiv. Fls. 184-185. Mão nova. Papel menor. Filigrana: pássaro dentro de esfera, cortado ao meio pela linha vertical paralela às outras. Segundo Briquet, Nápoles, 1525.
Século XVI.
- xxxv. Fls. 186-191. Mesma mão do fl. 182 (número xxx). Filigrana: serpente com decoração na cabeça e com vários riscos horizontais, entre duas linhas paralelas.
Segundo Briquet, século XVI em Alemanha, Itália e França.
- xxxvi. Fl. 192. Parece a mesma mão anterior, mas não é. Filigrana: serpente com coisa na cabeça e poucas linhas, entre duas linhas paralelas. Segundo Briquet, século XVI em Alemanha, Itália e França.
- xxxvii. Fl. 194-195. Mesma mão anterior. Filigrana: mesma serpente anterior. Segundo Briquet, século XVI em Alemanha, Itália e França.

- xxxviii. Fl. 196-197. Ainda a mesma mão. Filigrana: mesma serpente anterior. Segundo Briquet, século XVI em Alemanha, Itália e França.
- xxxix. Fls. 198-199. Nova mão. Bastante borrado pela tinta que vazou ao verso. Caderno com papel muito fino. Parece ser documento original (marcas de dobra). Nota no verso do fl. 199 (que não é de Lavanha) indica a data de “26 dagosto de 73”. A seguir, mão de Lavanha: “Sobre o casamento delRey na Baviera”. Filigrana: serpente com algo na cabeça e seta na boca. Poucas listras no corpo. Segundo Briquet, Valladolid, 1550 ou Alemanha, Itália e França.
- xl. Fls. 200-217. Luis Lobo (com títulos e margens de Lavanha). Volta-se ao papel mais grosso. Filigrana: esfera ou balão com um trevo numa ponta e um coração invertido na outra. Segundo Briquet, Angoulême, 1590; Bayonne, 1599; Paris, 1600 e Bordeaux, 1604. E também, sem o coração, mas com letras: Bayonne, 1597.
- xli. Fl. 218. Nova mão. Letra muito espremida na página, ocupando toda a margem do papel. Linhas muito estreitas, especialmente as da metade para baixo da folha, aproveitando ao máximo o papel. Algumas manchas de tinta azul pelo fólho. Não se vê filigrana.

- xlii. Fl. 219. Nova mão. Letra do século XIV. Filigrana: um candelabro com espaço para três velas, com uma linha saindo do meio e indo para cima encontrar um coração ao fim. Não encontrado em Briquet.
- xliii. Fls. 220-232v. Mão que lembra a do número xxxviii. Caligrafia de difícil leitura. Manchas de tinta azul pelos fólhos. Filigrana: serpente. Segundo Briquet, século XVI em Alemanha, Itália e França.
- xliv. Fl. 233-248v. Mesma mão. Filigrana: um cálice com listras e uma flor saindo de uma linha ao alto. Não há um similar em Briquet, mas outros cálices são dos séculos XV e XVI.
- xliv. Fls. 249-250. Nova mão. Letra clara bem espaçada na página. Não se pode identificar a filigrana.
- xlvi. Fl. 251. Mão de D. Diogo da Silva. Filigrana: uma lança. Não encontrada em Briquet.
- xlvii. Fls. 253-255. A mesma mão de D. Diogo. Filigrana não identificada.
- xlviii. Fls. 256-260. Mão de D. Diogo. Em espanhol. Filigrana não identificada.
- xlix. Fls. 261-263. Mão de D. Diogo. Em espanhol. Filigrana não identificada.

1. Fls. 264-265. Parece o mesmo estilo da mão do número xl, mas é menor e mais espaçada na página. Papel menor e mais fino. Filigrana: Serpente coroada, com um só risco ao meio, que vai da cabeça ao rabo. Segundo Briquet, século XVI em Alemanha, Itália e França.
- li. Fls. 266-271. Nova mão. É um caderno com papel mais claro. Filigrana não identificada.
- lii. Fls. 272-289v. Mão de Luis Lobo. Sem nenhum comentário ou título de Lavanha. Filigrana: esfera com letras numa ponta e um trevo na outra. Segundo Briquet, é de Bayonne, 1597.
- liii. Fl. 290-293v⁶⁰. Letra muito clara (mais explicada que a de Lavanha ou de Lobo). Filigrana não identificada.
- liv. Fl. 294. Mesma mão que se observa no número xl. Filigrana não identificada.
- lv. Fl. 295-296. Filigrana: serpente. Segundo Briquet, século XVI. Itália, França e Alemanha.

⁶⁰ A numeração do códice está fora de ordem: 294, 293.

- lvi. Fl. 297. Mesma mão do do fl. 296 até a primeira terça parte do verso. Logo a seguir, sem espaço algum, continua a mão do número l. Na parte de baixo do mesmo, mão de D. Diogo da Silva, parágrafo não terminado porque aí acaba a página e o códice. Filigrana não identificada.
- lvii. Fl. 298. Em branco. Filigrana não identificada.
- lviii. Fl. seguinte, sem numeração. Um arbusto e depois a inscrição: I / Thomar. Não identificada em Briquet.

4.4 Índice contextualizado

Como o códice 887 não apresentava nenhum tipo de anotação interna que informasse do seu conteúdo, resolvemos por elaborar um índice descritivo a partir de cada um dos seus manuscritos; naturalmente observando-se e respeitando-se a sua foliação. O resultado desse estudo minucioso, que apresentamos a seguir, é uma breve contextualização histórico/literária de cada um dos eventos relatados no códice 887 *vis-à-vis* as *Memórias para o reino de Portugal*, de Diogo Barbosa Machado.

Fólio de abertura - Anotação bibliotecária acerca de um fólio não pertencente ao códice (fl. 219, sobre os retábulos de Nuno Gonçalves).

Fólio I – Título do códice (“*Relações das cousas principaes que sucederão em Portugal em tempo delRey D. Sebastião. Tiradas de originaes do Reyno por João Baptista Lavanha coronista mor do Reyno de Portugal para fazer esta coronica*”), e data em que foi entregue a Francisco de Lucena (“Em casa de Francisco de Lucena secretario de estado recebi este livro em 28 de junho de 626”).

Fólio 1 – Carta astral feito quando do nascimento de D. Sebastião, com rubrica de Lavanha.

Fólio 2 – “*Treslado da carta que o cardeal escreve ao papa*”. Trata-se de uma carta original, como se vê pelas dobras do papel e pela inscrição em latim no verso. Também no verso vê-se uma nota de Lavanha: “*Carta do cardeal para o papa. 1557*”. Endereçada ao Papa Paulo IV, em latim, com data de 6 de Agosto de 1557, esta carta informa sobre a morte de D. João III. Diogo Barbosa Machado escreve sobre, e transcreve na íntegra uma variante (mínima) desta carta nas *Memórias* (tomo I, livro I, cap. III, pág. 47).

Fólios 3 e 4 – Carta para o papa, em latim, do Cardeal D. Henrique sobre a guarda e educação cristã de D. Sebastião, datada de 12 de Fevereiro de 1560. No verso do último fólio há a inscrição: “*menuta da carta para S.S*”. Também trata-se de um original, como se nota pelas dobras do papel. Esta carta não encontra-se nas *Memórias*.

Fólios 5 a 13 – “*Rellações tiradas de diversos papeis para a Historia de elRey D. Sebastião*”. Texto redigido por Lavanha, com várias notas marginais. O discurso usado

é indirecto, com exceção de algumas cartas, que são transcritas. A primeira nota marginal indica que todas as cartas consultadas eram as originais. Trata-se, em sua maioria, das missões diplomáticas de Francisco Giraldes, embaixador em Inglaterra, Roma e França em 1562, 1570, 1572, 1573, 1576, 1577, 1578, 1579 e 1580; de seu predecessor, D. Nuno Manuel, à França em 1574 e de João Gomes da Silva à França em 1571. A primeira narrativa, sobre a “*Embaixada de Francisco Giraldes em Inglaterra em tempo delRey D. Sebastião*” é sobre uma ordem de D. Sebastião, numa carta de Dezembro de 1570 ao embaixador, para que saia de Flandes e vá à Inglaterra, e de lá lhe informe sobre o que se está a passar. Pede-lhe que dissimule a viagem com o pretexto de visitar amigos e parentes. Dos textos seguintes, sabe-se que em 1571 Giraldes já está em Inglaterra pois o rei dá-lhe autorização para em seu nome tratar da concórdia entre Portugal e aquele reino. A seguir, D. Sebastião pergunta-lhe quantos navios levava a segunda armada que Inglaterra despachara. Em 8 de Agosto de 1571, o rei diz que era informado que o comércio de drogas e pimenta da Índia estava nas mãos dos cristãos novos, contrariando o seu regimento e ordena que os culpados fossem punidos. No texto seguinte, de Outubro de 1571, D. Sebastião instrui ao embaixador para que trate de levar de volta a Portugal para a sua milícia os portugueses que achavam-se a lutar em Inglaterra. Em 31 de Outubro, o rei dá-lhe comissão para falar abertamente com a Rainha Isabel e o seu conselho sobre a concórdia. Em 1º de Janeiro de 1572, pede-lhe que fale à rainha sobre um navio português tomado pelos ingleses. O texto de 10 de Novembro de 1576 conta que D. Sebastião escreve a Giraldes sobre a concórdia com a Rainha Isabel e a situação do Cabo da Gué e o livre comércio aos ingleses em Portugal, Açores, Madeira, Guiné, Índia e Brasil. Aparecem fora de ordem a narrativa sobre as

cartas de Maio e Junho de 1573 que também tratam da concórdia. Sobre a carta de 7 de Abril de 1572 diz-se que D. Sebastião pede que o embaixador cuidadosamente procure saber se Inglaterra e França estão a planear alguma liga. Em de 26 de Janeiro de 1577, manda que Giraldes negocie em Inglaterra mercadoria para os armazéns e que leve ao rei de França uma carta sobre os hereges. Na carta de Dezembro de 1576, escrita por D. Sebastião em Guadalupe, diz-lhe que recebera a informação sobre a conclusão da concórdia entre Portugal e Inglaterra. Em 27 de Agosto de 1577, pede ao embaixador que consiga trigo e outros mantimentos para a jornada de África. Em 25 de Outubro de 1577, instrui-lhe para que recrute soldados alemães para a empresa de África. Em de 1º de Novembro pede-lhe que consiga pólvora para o mesmo propósito. A narrativa seguinte fala da suspeita que teve a rainha de Inglaterra de que a movimentação de Giraldes visava um ataque de Portugal ao seu reino. Para aliviar a suspeita, D. Sebastião escreve à rainha em 2 de Março de 1578 informando-lhe sobre a jornada de África. Na mesma data, o rei informa a Giraldes que faz pública a jornada. Em 29 de Abril, D. Sebastião escreve ao embaixador que chegaram a Portugal os soldados italianos, e em 14 de Maio Giraldes informa ao rei que obtivera autorização da Rainha Isabel para a passagem dos soldados alemães. Na “*carta de 12 de Junho de 78 ao mesmo Francisco Giraldes*”, D. Sebastião informa-lhe que fazia a empresa de África, e que pela recusa do cardeal D. Henrique de assumir o governo na sua ausência, deixava por governadores o arcebispo de Lisboa, Pero de Alcáçova Carneiro, João Mascarenhas e Francisco de Sá de Menezes; esta carta encontra-se nas *Memórias* de Barbosa Machado (tomo IV, livro II, cap. VI, pg. 282). Na carta de 12 de Agosto de 1576, que Lavanha intitula “*Instrucção delRey para Francisco Giraldes seu embaixador em França em que succedeo a D. Nuno*

Manuel”, D. Sebastião pede que Giraldes visite ao rei de França, à sua esposa e à rainha-mãe, mas que o objectivo da embaixada era a anulação das cartas de marcas. Em 19 de Dezembro de 1574, a “*Instrucção delRey D. Sebastião para D. Nuno Manoel enviado a França*”, manda-lhe que visite a Henrique III pela sua sucessão ao trono em virtude da morte de Carlos IX, que dê de sua parte os pêsames à sua mãe e cunhada, que cuide da anulação das cartas de marcas, que procure nos portos informação sobre as armadas francesas e que se negocie a punição dos culpados aos agravos feitos contra os portugueses. As cartas de 8 de Outubro e de 11 de Dezembro de 1578 seguem-se ao título posto por Lavanha: “*ElRey D. Henrique a Francisco Giraldes embaixador estando ainda em França*”. Trata-se de cartas do novo rei ao embaixador mandando-lhe que informe da perda de D. Sebastião em Alcácer Quibir aos rei de França e à rainha de Inglaterra. Informa o Rei D. Henrique que nunca aprovou que D. Sebastião tivesse embaixador em Inglaterra, e que sabendo D. Sebastião da igual reprovação do papa, mativera a Giraldes em Inglaterra sem o título oficial de embaixador com o propósito único da conclusão do contrato das tréguas. Por carta de 31 de Maio de 1579, informa-se que partiam para a França o marechal de Beannes (Lavanha pergunta-se na margem de quem se trata). Na carta de 20 de Julho de 1579, pede-lhe o Rei D. Henrique que compre trigo para abastecer os sítios portugueses em África. Sobre a carta de 15 de Julho de 1579, diz que se trata do contrato do dote da rainha D. Lianor e que mande o rei de França dar a posse das terras conforme o contrato. Em 28 de Julho de 1579, o rei manda-lhe ao embaixador que, pela dificuldade em que se encontra a fazenda do reino, venda o arreo de pedraria da Casa da Índia. Pela informação de uma carta de 23 de Julho de 1579 sabe-se que Inglaterra e França mandam embaixadores a Portugal para visitar o rei

D. Henrique. Em carta de 20 de Agosto de 1579, sabe-se que foram canceladas as cartas de marcas. A carta de 17 de Setembro informa ao embaixador da sentença dada pelo rei no caso de D. António, prior do Crato, e que se estiver o dito senhor em França, que o não visite, informando da sentença ao rei de França. Numa carta do rei aos 25 de Novembro de 1579 para o embaixador aparece transcrita a informação sobre a dita sentença. Em seguida tem-se duas cartas “*Dos governadores ao Embaixador Francisco Giraldes*”, datadas de 13 e 20 de Fevereiro de 1580, pedindo-lhe que consiga, por todos os meios, muitos arcabuzes, pólvora, chumbo e espingardas. Finalmente, por carta de 4 de Agosto de 1580, informam-no da sucessão de Felipe II de Espanha ao trono de Portugal com o título de Filipe I na “*Carta escrita de Castro Marim a 4 de agosto de 1580. Assinada somente por D. João, por D. Francisco de Sá e por D. Lopes*”.

Fólios 13 a 25 – “*Embaxada de Lourenço Pires de Tavora a Roma no ano de 1559 hindo dar obediencia ao papa Paulo 4 estando por embaxador naquela corte o Comendador-mor*”. Trata-se da oração de obediência feita por Achilles Estácio que encontra-se nas *Memórias* (tomo I, livro II, cap. I, pág. 297). No texto seguinte, sobre a carta mandando que o Padre Luis Gonçalves da Câmara venha para Portugal, vê-se a nota de Lavanha: “*carta de 23 de Junho de 59. Erão estas as copias das que escrevia a elRey lançadas em libro*”. Aqui trata-se somente desta entrada, sem elaboração maior de texto. Barbosa Machado o tem mais elaborado (tomo I, livro I, cap. XIV, pág. 199). Os textos seguintes continuam com outros assuntos diplomáticos; como o cancelamento de um breve expedido em favor dos cristãos novos e a continuação da legacia para o cardeal infante, sobre os quais há várias notas de Lavanha. Além de informação acerca de Lourenço Pires de

Távora, embaixador em Roma em 1559, 1560 e 1562; incluem-se as embaixadas de André Telles em Castela em 1562 e João Pereira (embaixador anterior a Giraldes) em França em 1562. Sobre Lourenço Pires de Távora, temos Barbosa Machado (tomo I, livro I, cap. XVII, pág. 217). Segue-se ao final uma narrativa em terceira pessoa sobre o início da embaixada de Lourenço Pires de Távora em Roma, a morte do Papa Paulo IV, a revolta do povo romano, o conclave para a eleição do novo Papa, Pio IV, e o concílio de Trento. O que está nas *Memórias* (tomo I, livro I, cap. XVII, pág. 217-223, 299-303, 308-313; tomo I, livro II, cap. IX, pág. 450, e tomo I, livro II, cap. X, pág. 480) é muitíssimo parecido à mesma narrativa desses fólios. A informação sobre o fim da embaixada de Lourenço Pires de Távora em 1562 e o início da embaixada de Álvaro de Castro igualmente estão nas *Memórias* (tomo II, livro I, cap. XI, pág. 145).

Fólios 26 a 31 – “*Super bulla subsidii concessa Sebastiano Regi existenti in pupulare aetate sub tutoribus, et curatoribus, anei, et regno expediat acceptare; sermone lusitano cap. 24. Ex i volumine consiliori Doctoris Joanis Alphonsi iurisconsulti canonici bacharensis ab Henrico Infantis Cardinale ipsius Regis Anunculo et tutore interrogati responsio*”. A nota à margem indica o ano de 1561. É o Bispo do Algarve, D. Jayme, por parte do Cardeal D. Henrique, quem pede ao Dr. João Affonso que examine as cláusulas da bula. Barbosa Machado transcreve a carta do Dr. João Affonso na íntegra. Segundo Barbosa Machado, “he consultado sobre as clausulas desta Bulla o Doutor João Affonso de Braga (no índice Barbosa escreve “Braga”, mas no texto diz “Beja”), e do parecer que deu nesta materia” (tomo I, livro II, cap. IX, pág 458).

Fólios 32 a 35 – “*Embaxada a França anno de 1559 e a Castella no de 1570*”. Trata-se de uma instrução da Rainha Dona Catarina para que o embaixador D. Álvaro de Castro visite aos reis de França pelo falecimento do Rei Henrique, pai de Carlos IX. Barbosa Machado elabora mais largamente sobre isso, ainda que mantenha uma narrativa bem próxima à do códice 887 (tomo 1, livro 1, cap. XVII, pág. 223-226). A carta seguinte, datada de 21 de Março de 1570, é de D. Sebastião ao embaixador. Fala sobre não poder tomar ainda uma resolução quanto ao casamento com Margarida de Valois, irmã de Carlos IX, e não se encontra nas *Memórias*.

Fólios 35 a 36 – “*Falla que Noricão faz ao Xaidalcão pedindolhe seu parecer sobre a guerra que queria fazer aos Portugueses*”. Sem data. Não se encontra esta carta nas *Memórias* de Barbosa Machado, mas ele trata do assunto da guerra de Hídalco ao portugueses em Goa (tomo III, livro II, cap. VII, pág. 366-376) e do cerco de Chaul no ano de 1571 (tomo III, livro II, cap. VIII, pág. 376-385).

Fólios 37 a 38 – “*Sebastianus Regi Portugalis Pius Papa Quintus*”. Carta de Pio V ao Rei D. Sebastião em 1570. Em latim, sobre o matrimônio do rei. Esta carta não aparece nas *Memórias*, mas vê-se outra, sobre o mesmo assunto (tomo II, livro II, cap. XXVI, pág. 678).

Fólio 39 - Em branco.

Fólios 40 a 46 – “*Embaxada de D. Álvaro de Castro em Roma em tempo do Papa Pio IV*”. Lavanha relata em discurso indirecto o conteúdo da correspondência com o embaixador. Trata-se de assuntos relacionados aos luteranos em França, à liga que o papa fazia com o duque de Florença contra o duque de Ferrara, aos turcos em Gibraltar, à questão do subsídio concedido pelo papa a Portugal, à bula da concessão dos padroados dos mosteiros, e ao desejo do papa de que D. Sebastião se case com a filha do rei dos romanos e não com Margarida de Valois, devido “à ruína de França acerca da fé”. A “*carta a Rainha de 4 de Abril de 63*” aparece transcrita em discurso directo. Em seguida, sobre o acidente do Duque de Leiria em Trento (“*carta de 24 de Abril*”), Lavanha recorre novamente ao discurso em terceira pessoa. Em seguida, o cronista relata factos pertinentes ao Concílio de Trento alternando entre um discurso indirecto e directo. Termina com a informação seguinte: “*Foy embaxador em Roma depois de D. Alvaro de Castro D. Fernando de Menezes*” e “*o casamento da Sra. D. Maria com o Principe de Parma foy no ano de 1564*”. Barbosa Machado fala nas *Memórias* sobre a embaixada de Álvaro de Castro em Roma (tomo II, livro I, cap. XI, pág. 151) e dá notícia do casamento de D. Maria (tomo II, livro II, cap. XIII, pág. 508).

Fólio 46v – “*A elRey sobre a obediencia ao papa delRey dos Romanos*”. Nota à margem: “*carta de 15 de junho de 63*”. Álvaro de Castro escreve sobre as dificuldades e desgostos causados pelo atraso por parte do rei de Romênia em enviar um embaixador ao papa. Esta carta não aparece nas *Memórias*.

Fólios 47 a 50 – “*Carta do Embaxador Dom Alvaro de Castro ao cardeal Infante Dom Henrique quando começou o governo do reyno na tutoria delRey Dom Sebastião*”, de 1563. Trata-se de uma série de conselhos para um bom governo. Uma variante (mínima, maiormente na ortografia modernizada) aparece na íntegra em Barbosa Machado (tomo II, livro I, cap. XVIII, pág. 255).

Fólios 51 a 52 – “*Titulos dos Capitulos do Epilogo da 2ª e 9ª decada do Couto que elle mesmo compos e a tem frey Deodato seu irmão e mo amostrou Nuno de Mendoca em Belem a 10 de Janeiro de 1612*”. São todas notas de Lavanha.

Fólios 53 a 64 – “*Relação da Capitania de Lourenço Pires de Tavora em Tangere para onde foy no Anno de 1564*”, “*Chegou Lourenço Pires a Tangere em vespera de pascoa e desembarcou ao dia della*”, “*No mesmo tempo estava D. Fernando Mascarenhas em Andaluzia provendo os lugares*” e “*Capitulo da carta de Lourenço Pires de seis de julho de 1564*” (há também cartas de 1563 e 1565). Textos redigidos por Lobo com anotações marginais de Lavanha. Barbosa Machado, nas *Memórias* (tomo II, livro II, cap. VII, pág. 452 e tomo II, livro II, cap. XXVIII, pág. 701) faz um sumário destes feitos. Também está no tomo II, livro II, cap. XV, pág. 536. No códice 887 não está incluída uma das respostas de D. Sebastião, que encontra-se nas *Memórias*.

Fólios 64 a 77 – “*A elRey. Do desafio do Alcaide Bentuda. De Tangere 26 de Mayo de 565. De Lourenço Pires de Távora*”. Trata-se de um novo caderno, de diferente copista. Somente este título tem a mão de Lavanha. Trata-se de um caderno inserido ao códice

contendo este e os documentos que se seguem. Fl. 67, uma nova carta com o título “*copia da carta que escreveo Lourenço Pires ao Alcaide e resposta de recado dos judeus*”, seguida pela “*resposta do Alcaidde a carta que Lourenço Pires lhe escreveo sobre o recado dos judeus*” (fl. 69). No mesmo fólho, a “*copia da carta que Lourenço Pires escreveo ao Alcaide pelos dous mouros que trouxerão a do Alcaide*”. No fl. 71, a “*carta de Lourenço Pires para o Alcaide de quem levou Alhaie*”. Fl. 72, “*resposta de Lourenço Pires com a qual mandou o seguro*”, datada de 25 de Maio de 1565, seguida no mesmo fólho pela “*copia da carta do Alcaide que trouxe o cavaleiro que veo com o seguro*” e pela “*resposta de Lourenço Pires*”. No fl. 74, há a “*carta de Lourenço Pires ao Alcaide sobre a desavença do desafio*”. Conclui-se com duas cartas ao rei, a primeira (fl. 75) de 26 de Setembro de 1564 e a segunda (fl. 76) de 3 de Outubro do mesmo ano. Barbosa Machado faz uma narrativa sobre o Bentuda e transcreve a carta resposta de D. Sebastião (tomo II, livro II, cap. XV, pág. 536 e cap. XXVII, pág. 700).

Fólios 78 a 79 – “*Petição do Visconde Luis de Brito*”. Pelo tom da carta, foi escrita depois de Alcácer Quibir, pois dirige-se à “*Vossa Magestade*”, título que só começa a ser usado em Portugal com os Filipes. Trata dos custos pessoais de Brito nas duas jornadas de África, a primeira em 1574 e a seguinte em 1578, e do resgate dos cativos desta última. Não aparece nas *Memórias*.

Fólio 80 – “*ElRey Dom Sebastião passou hum alvara pello qual mandou que attento as grandes despezas que se fazião nas suas armadas e na fortificação de lugares de Africa as quais se fazião em tempo delRey dom João seu Avo com dinheiro tomado a cambio*

mandando elle ver o modo que se podia ter para estas despezas se fazerem sem serse tanto a custa de sua fazenda". Com data de 23 de Janeiro de 1563. Não está nas *Memórias* de Barbosa Machado.

Fólio 80 – “*Verba do testamento del-Rey dom João III sobre a herança do reino a seu neto, Dom Sebastião*”. Sem data. Barbosa Machado elabora sobre esse assunto nas *Memórias* (tomo 1, livro 1, cap. III, pág. 31).

Fólio 80 – “*Palavras que Sua Alteza disse em hum escrito en carta que escreveo ao seu conselho no ano de 1571*”. Nessa pequena carta, entregue ao conselho por Martim Gonçalves da Câmara, D. Sebastião enfatiza sua decisão de não efectuar o casamento com Margarida de Valois, orquestrado por seu tio, Filipe II. Barbosa Machado (tomo III, livro I, cap. XII, pág. 118) a tem um pouco diferente: “Pelo Reyno porey a vida muitas vezes, e pela honra, e pela Fé, porey honra, e vida, e tudo; pelo proveito do Reyno, e a minha, pois este foy sempre o caminho dos Reys, que a ganharão”. A seguir a data: “Hoje, Domingo, 18 de Setembro de 1569. REY”.

Fólio 81 – Tem como título riscado a frase: “*Visitas dos Reis em Guadalupe. 1572*”, e nada mais.

Fólio 82 - Carta de Dom Sebastião sobre a eleição para o sucessor de Pio IV. No verso (fl.85) lê-se: “*cópia da carta para o sagrado colégio*” e o ano, 1566. Escrita pelo Cardeal D. Henrique em nome do rei em algum momento após o 9 de Dezembro de 1565,

data em que morre Pio IV. Esta carta está transcrita nas *Memórias* de Barbosa Machado (tomo II, livro II, cap. XXI, pág. 602).

Fólio 83 – Do mesmo caderno que o fl. 82. Cartas em latim, de Roma, a Dom Sebastião sobre a sucessão do Papa Pio IV. No verso da segunda (fl. 84) há a inscrição: “*carta do papa pera el-Rey sobre sua eleyção*”, e com mão diferente, “*carta de Pio 4 para elRey sobre sua eleyção*”. Encontra-se a primeira, com adição de data (“*Datum Romae apu S. Petrum 9. Januarii 1566. Pontificatus nostri anno primo*”) nas *Memórias* (tomo II, livro II, cap. XXI, pág. 609). Também no mesmo fólio aparece outra carta do pontífice ao Rei D. Sebastião, incluída na íntegra por esse mesmo bibliófilo, com a adição da data (“*Datum Romae apud S. Petrum 19. Martii 166. Pontificatus nostri anno primo*”); *Memórias* (tomo II, livro II, cap. XXI, pág. 612).

Fólios 84 a 85 - Em branco.

Fólios 86 e 87 - Carta de D. Sebastião ao Papa Pio V sobre a sua eleição. No verso, a nota: “*copia da cartta a S. Santidade. Congratulaçam*”. Uma variante (mínima) desta carta encontra-se em Barbosa Machado (tomo II, livro II, cap. XXI, pág. 613). Nela, Barbosa inclui a data que falta no documento do códice 887: “De Lisboa, 10 de fevereiro de 1566”.

Fólios 88 a 91 – “*Relação do Saco da Ilha da Madeira pelos franceses o Anno de 1566*”. Esse ataque foi conduzido por Gaspar Caldeira. Barbosa Machado refere-se a esse

momento usando sua própria narrativa (tomo II, livro II, cap. XIV, pág. 639 e cap. XXV, pág. 657).

Fólio 92 - *Do que os Franceses fizeram na ilha da Madeira*". Em discurso indirecto de Luis lobo. Sobre isso escreve Barbosa Machado nas *Memórias* (tomo II, parte II, livro II, cap. XXIII, pág 639).

Fólio 92 – *“Armada que se fez contra os franceses que vierão a Ilha da Madeira”*. Ano de 1566. Nas *Memórias* há uma narrativa sobre a armada (tomo II, livro II, cap. XXV, pág. 665).

Fólios 93 a 95 – *“Instrucção que el-Rey dom Sebastião deu ao Comendador mor de Christo don Dinis de Lancastro, quando no anno de 1572 o mandou a França a visitar a el-Rey Carlos 9º pella morte do Almirante e mais Uganotes”*. Datada de 29 de Novembro de 1572. Barbosa Machado nas *Memórias* afirma que se trata de D. Affonso de Lancastro (tomo III, livro II, cap. XVIII, pág. 467).

Fólios 96 a 97 – *“Copia da primeira carta que el Rey dom Sebastião escreveo ao papa”* (título no verso do fl. 97), informando do embaixador que iria para substituir D. Álvaro de Castro (que retornava a Portugal), por nome de João Telo de Meneses. Datada de 1567. Está nas *Memórias* (tomo III, livro I, cap. I, pág. 25).

Fólio 98 – “*Regimento que elRei nosso senhor fez somente sem entrever mais nisso e de giolhos ho escreveo de sua mão sendo de idade de 14 annos e tres meses que foi a 12 de Março de 1568 em Almeirim e no mesmo dia ò deu a Dom Luis de Ataide visio rei da India assinado do seu sinal mandando chamar ò dito visio rei pera lho dar*”. Está em Barbosa Machado (tomo III, livro I, cap. IV, pág. 37). Há uma certa discrepância no texto transcrito por Barbosa: “Fazey muita christandade. Fazey justiça. Conquistay tudo quanto poderdes. Tiray a cobiça dos homens. Favorecerey aos que peleijarem. Tende cuidado da minha fazenda. Para tudo isto vos dou o meu poder. Se o fizerdes assim muito bem, farvoshey merce. Se o fizerdes mal, mandarvoshey castigar. Se alguns regimentos forem em contrario destas cousas, supponde, que me enganarão, e por isto não haja que vos estorve isto”.

Fólio 99 - Mesma carta acima, agora em latim. Data de 1568. Não encontra-se nas *Memórias*, que somente inclui a versão em português da mesma.

Fólio 100 – “*Fala do Cardeal Infante Dom Henrique a el-Rey Dom Sebastião quando lhe entregou o governo*”. No ano de 1571. Esta carta está nas *Memórias* de Barbosa Machado, com alguma variante mínima (tomo III, livro I, cap. II, pág. 12).

Fólio 100 – “*Resposta del-Rey a esta fala*”. No ano de 1571. A resposta do rei, em Barbosa Machado, ainda que igualmente curta, é diferente: “Tenho-vos em merce o trabalho, que levastes em governar estes Reynos, e o cuidado, que disso tivestes, de que sempre terey a lembrança, que he razão. Eu recebo o governo, e espero em Nosso

Senhor, que com a merce, que me a Rainha minha senhora, e Avò quer fazer de me ajudar, e com a que me vós dareis, governe estes Reynos como convém a bem delles, e à minha obrigação” (tomo III, livro I, cap. II, pág. 15).

Fólio 100 a 101 – “*Carta del-Rey Dom Sebastião à cidade de Lisboa no ano de 1569*”.

D. Sebastião pede nesta carta aos procuradores e vereadores da cidade que lhe informem de todas as particularidades que forem necessárias para o bem-estar do seu reino. Fala também sobre a conservação da fé católica e da reforma dos costumes. Encontra-se em Barbosa Machado (tomo III, livro I, cap. XIII, pág. 123) sem a parte final, na qual o rei pede que a resposta da Câmara seja enviada a Martim Gonçalves da Câmara: “e a resposta desta carta enviareis à Martin Gonçalves da Camara fidalgo de minha casa para ma elle mostrar”. Lavanha faz uma anotação à margem: “*Se ouve resposta da Camara a esta carta*”. Barbosa Machado não fala sobre uma possível resposta à missiva do rei.

Fólios 101 e 102 – “*Carta do Bispo do Algarve Dom Jeronimo Osorio à el-Rey Dom Sebastião no año de 1571*”. Sobre o casamento de D. Sebastião em França. O bispo relembra ao rei a urgência e importância que se deve dar ao seu casamento, em benefício do reino. Barbosa Machado tem essa carta transcrita nas *Memórias*, mas afirma que é de 1570 (tomo III, livro I, cap. XXIV, pág. 213).

Fólios 102 a 104 – “*Carta que se lançou na camara de Lisboa no año de 1571 sobre a ida da Raynha Dona Catarina para Castella*”. Muita comoção causou o anúncio da rainha de mudar-se definitivamente para Castela à convite de Filipe II. Sua decisão de

afastar-se de Portugal tem a ver com o desgosto que tem pela frieza com que se sente tratada por D. Sebastião; tratamento que D. Catarina associa à influência dos irmãos Gonçalves da Câmara no espírito do seu neto. Esta carta não encontra-se nas *Memórias* de Barbosa Machado.

Fólios 104 a 106 – “*Carta do Bispo do Algarve Dom Jeronimo Osorio à Rainha Dona Catarina sobre a sua ida para Castella*”. Datada de 7 de Fevereiro de 1571. Urge-lhe o bispo para que não se vá e aponta-lhe as razões porque deve de ficar. Encontra-se na íntegra nas *Memórias* (tomo III, livro II, cap. I, pág. 266).

Fólios 106 – “*Resposta da Rainha à esta carta do Bispo*”. Escrita em Lisboa a 22 de Fevereiro de 1571. D. Catarina explica ao bispo as razões de sua ida. Está em Barbosa Machado, exactamente igual (tomo III, livro II, cap. I, pág. 270).

Fólios 107 a 109 – “*Carta á Rainha Dona Catarina sobre a mesma ida*”. Mais argumentos para que a rainha não se afaste de Portugal nem de seu neto. Com data de 1º de Abril de 1571. Provavelmente de D. João de Borja, embaixador de Castela a Portugal. Não está nas *Memórias*.

Fólio 109 – “*Resposta da Rainha a esta Carta*”. Escrita em Enxobregas no dia 10 de Abril de 1571. Não está nas *Memórias* de Barbosa Machado.

Fólio 110 – “*Carta do Papa Pontífice Pio 5 à Rainha Dona Catarina sobre a sua ida para Castella*”. Com data de 1º de Maio de 1571. Esta carta, na sua íntegra, encontra-se nas *Memórias* (tomo III, livro II, cap. II, pág. 295).

Fólio 111 – “*Treslado da resposta que a Rainha Dona Catarina deu a elRey Dom Sebastião, por João sobre a sua ida para Castella*”. D. Catarina nunca informa pessoalmente ao neto seu desejo de ir-se para o reino vizinho, seja por orgulho ou porque D. Sebastião a estava, há muito, evitando. O texto não esclarece o apelido desse “João” ou a data em que foi escrita, mas trata-se de D. João de Borja, embaixador de Castela a Portugal em 1571. Esta carta não está incluída nas *Memórias* de Barbosa Machado.

Fólios 111 a 115 – “*Carta escrita a hum particular na morte do Principe Dom João*”. Não há indicação de data, mas presume-se que tenha sido escrita em 1554, ano da morte do príncipe, e portanto, incluída no códice fora de ordem. Não encontra-se em Barbosa Machado.

Fólios 116 e 117 – “*Lembrança das cousas que fez o Cardeal Infante Dom Emrique no tempo que governou Portugal a qual deu à el-Rey Dom Sebastião quando lhe entregou o governo*”. Sem data, mas de 1571. O cardeal descreve em detalhes tudo o que se fez no reino durante a sua regência. A carta transcrita por Barbosa Machado nas *Memórias* é diferente na narrativa, mas igual em conteúdo (tomo III, livro I, cap. III, pág. 18).

Fólios 118 e 119 – “*Apontamentos da Cidade de Lisboa a el-Rey sobre a hida da Raynha para Castella*”. Sem data, mas de 1571. São argumentos políticos para que a rainha não se vá, e da necessidade de que esteja em Portugal a aconselhar a D. Sebastião. Está na íntegra em Barbosa Machado (tomo III, livro II, cap. I, pág. 273).

Fólio 119 a 123 – “*Carta que se escreveo a Rainha donna Catarina querendose ir para Castella*”. Sem data, mas de 1571 ou 1572 (o autor diz que D. Sebastião já está com dezoito anos). Está na íntegra em Barbosa Machado (tomo III, livro II, cap. I, pág. 281). Nem Lavanha nem Barbosa Machado esclarecem de quem é a autoria da carta. O trecho deste último, antes da transcrição, diz que D. Sebastião manda a Francisco de Sá, senhor de Matosinhos, para saber da rainha a sua última resolução.

Fólio 123 – “*Fala que el-Rey D. Sebastião Fez no Capitulo da Ordem de Christo, em dezembro, de 1573 em Santarem*”. Anteriormente D. Sebastião tinha reformado as ordens militares em Portugal, fazendo com que somente fossem honrados com novos hábitos de cavaleiros aqueles que obtivessem glórias nas praças de África e Ásia. Aparece transcrita na íntegra nas *Memórias* de Barbosa Machado (tomo III, livro II, cap. XXI, pág. 515).

Fólios 123 e 124 – “*Carta del-Rey Dom Sebastião a D. Antonio de Noronha Vissorey da India, no Anno de 1573*”. Nesta carta D. Sebastião exorta ao vice-rei que seja severo na luta contra o inimigo. Não está transcrita nas *Memórias*. Uma carta do rei (durante a

regência do Cardeal D. Henrique) a D. António aparece em Barbosa Machado, mas é de 1564 (tomo II, livro II, cap. XIX, pág. 586).

Fólio 124 – “*Outra à o mesmo Vissorey, e no mesmo anno*”. Tampouco encontra-se nas *Memórias*.

Fólios 124 a 126 – “*Treslado de huma Carta que hum Religioso escreveo aos do Conselho governando a Rainha dona Catarina*”. Entre os anos de 1557 e 1563. Não encontra-se nas *Memórias* de Barbosa Machado.

Fólios 126 a 130 – “*Carta de hum autor inçerto ao Padre Luis Gonçalvez da Camara, mestre del Rey*” Esta carta foi provavelmente escrita por D. Jerónimo Osório, Bispo de Silves, no Algarve e não aparece nas *Memórias*.

Fólio 131 – “*Carta que o inquizidor geral escrevo a D. João da Silva sendo embaxador neste Reyno por el-Rey Philippe e depois foy conde de Portalegre nelle*”. Sem data, mas pelo conteúdo percebe-se ser de 1577. Em espanhol. O inquisidor pede a D. Juan de Silva que informe à rainha D. Catarina de que está a disposição de seu neto, e mostra preocupação com o facto de que o rei português aceitava dinheiro dos cristãos novos para a segunda jornada de África (em troca do não confisco dos bens daqueles acusados de judaísmo). Encontra-se a carta nas *Memórias* de Barbosa Machado (tomo IV, livro I, cap. XIV, pág. 122),

Fólio 131 – “*Capitulo de outra carta no anno de 1573 ao Visorey D. Antonio de Noronha*”. Esta é a única das cartas de D. Sebastião ao vice-rei da Índia, D. António de Noronha, transcrita nas *Memórias* (tomo III, livro II, cap. XXII, pág. 533).

Fólio 132 – “*Treslado d’alguns capitulos de outra carta para o mesmo Visorey no dito anno*”. Não está em Barbosa Machado.

Fólios 132 a 136 – “*Trellado da morte del-Rey D. João o 3º e de como se ordenou, e do enterramento que lhe fizeram, e como alevantarão seu neto D. Sebastião por Rey*”.

Barbosa Machado fala sobre esse assunto nas *Memórias* (tomo 1, livro 1, cap. II, pag. 21-58).

Fólios 136 a 141 – “*Informação na verdade do terremoto e destruição que aconteceu na ilha de São Miguel dada pello Padre fr. Manoel Furtado, que ally se achou*”. Barbosa Machado narra esse assunto (tomo II, livro I, cap. XXIV, pág. 341).

Fólio 142 – “*Embaxada de França de João Gomez da Silva. Anno 1571. Copiada das cartas originaes de S.A*”. Carta instrução de D. Sebastião para o embaixador. As anotações à margem de Lavanha são as seguintes: “*Lisboa, 1 de outubro de 571. Sobre o casamento de S. Alteza em França, posto quando não declara; senão que he sobre o negocio de pina longa, onde parece que el rey o communicou de palavra ao embaxador,*” e “*parece que deve ser com M. de Vendome, como foy*”. Na instrução o rei faz referência a uma carta que enviara ao embaixador. Lavanha escreve na margem a seguinte nota:

“carta original sobre a morte de D. Luis Fernandes de Vasconcellos, escrita em Almeirim a 9 e novembro de 571. As duas naos que o tomarão, huma era franceza, a outra inglesa”. Barbosa Machado nas *Memórias* não a inclui, mas transcreve uma outra carta do rei ao embaixador, datada de 30 de Outubro de 1571, sobre o ataque à nau de Vasconcelos por piratas franceses quando ia para o Brasil (tomo III, livro II, cap. V, pág. 337).

Fólios 142 a 149 – “Anno 1572”. Lavanha escreve à margem: *“Almeirim, 3 de janeiro de 572. Sobre a liga santa e casamento de S.A em França”*. Estes primeiros três fólios transcrevem a instrução que D. Sebastião manda com uma carta para o papa. Fala sobre a recente visita do Cardeal Alexandrino a Portugal, para cuidar da entrada de D. Sebastião na Liga contra o turco e do seu casamento com Margarida de Valois. D. Sebastião, nessa carta, avisa que aceitaria entrar na Liga, e que concordaria com o casamento desde que, como dote, Carlos IX, rei de França e irmão e Margarida de Valois, também entrasse. Encontra-se nas *Memórias* (tomo III, livro II, cap XI, pág. 400-407), que inclui também uma outra, em latim sobre a mesma matéria, ao papa. Barbosa Machado inclui ademais que o casamento não se efectua porque descobre-se que Margarida se casaria com o príncipe de Bearne, Henrique de Bourbon (tomo IV, livro II, cap. VI, pág. 353). Fls. 145-149 são notas ou instruções curtas escritas por D. Sebastião. Na primeira delas o rei afirma que despacharia um embaixador para Roma. Lavanha questiona-se sobre o nome do tal embaixador na nota à margem: *“Almeirim, primeiro de febreiro de 572. Que mande embaxador ao Sancto Officio para continuar a guerra com o turco. Quem foy este embaxador”*; Barbosa Machado não o menciona. Na segunda (fl.

145), há uma nota à margem de Lavanha que diz: “*Almeirim, 3 de Abril de 572. Sobre as armadas de França*”. Trata-se dos corsários franceses que haviam atacado a nau de D. Luis Fernandes de Vasconcelos e de como D. Sebastião pensava que Carlos IX não parecia querer puni-los. Na terceira carta (fl. 145v), há uma nota de Lavanha à margem: “*Lisboa, 6 de Junho de 572. Sobre o comercio das conquistas de Portugal*”. Nessa carta D. Sebastião escreve a João Gomes da Silva sobre o que este lhe dissera acerca do conselho de Carlos IX; ou seja, que França pedia a abertura do comércio ultramarino conquistado por Portugal como maneira de se evitar os ataques dos corsários. O rei pede-lhe a João Gomes da Silva que não vá ao paço francês para evitar ter que, como embaixador, discutir o assunto. A carta seguinte (fl. 147) cuida do mesmo assunto do comércio; e tem de Lavanha a nota: “*Lisboa, 9 de Junho de 572*”. A última transcrição (fl. 147v) diz: “*Lisboa, 11 de Settembro de 572. Sobre a morte do Almirante e huganotes*”. Nesta longa carta D. Sebastião alegra-se com a notícia de que em França se ganhara uma batalha contra os protestantes huganotes. Com exceção da primeira, nenhuma das outras cartas encontra-se nas *Memórias*.

Fólio 149 – “*Anno 1573*”. Nota de Lavanha à margem: “*Em 8 de settembro de 573. Sobre a visitação dos Prelados. Esta carta escreveo elRey a João Gomes parecendolhe que estava em Roma onde o mandava de França por Embaixador como foy no ano de 74 vindo primeiro de França a Lisboa posto que elRey lhe tinha mandado que de França fosse a Roma*”. Na nota seguinte, que diz “*16 de outubro de 573. Sobre o capitulo da Ordem de Christo*”, D. Sebastião fala sobre a necessidade de fazer-se um capítulo da

Ordem, posto que há muito tempo não se fazia. Isso precede a fala que o rei faz e que aparece no fl. 123. Nenhuma dessas cartas encontra-se em Barbosa Machado.

Fólio 150 a 151 – “*Anno 1574. Embaxada de Roma*”. São cartas que D. Sebastião envia ao embaixador D. João Gomes da Silva com anotações marginais de Lavanha a indicar as datas. “*Lisboa 21 de Mayo de 574. Sobre a embaxada a elRey de Polonia*” é uma instrução do rei ao tio de João Gomes da Silva para que faça uma visita em seu nome ao rei de Polónia. Mais adiante lê-se: “*Belem 16 de Julho de 574. Sobre o cardeal Infante*”, e “*Cascais 17 de agostto de 574. Sobre a sua hida a Ceuta. A copia da carta para o papa. Sobre os prazos. Saber se os concedeo o papa*”. Nesta carta, o rei pede que o embaixador entregue-lhe suas cartas a Gregório XIII, e informe-lhe sobre sua ida a Ceuta e Tangere, para que o papa o saiba por ele e não por outras fontes. Os prazos certamente se referem às despesas com a jornada de que fala D. Sebastião e da ajuda que pede ao pontífice. Essas cartas para João Gomes da Silva não aparecem nas *Memórias* de Barbosa Machado.

Fólio 151 – Nota à margem de Lavanha: “*Lisboa 15 de settembro de 74. Como deixa por governador o Cardeal. E he firmada pello mesmo Cardeal*”. Trata-se de uma carta ao papa. Não está nas *Memórias* de Barbosa Machado, que no entanto, inclui outras cartas sobre a mesma matéria; como uma circular que pedia voluntários para a primeira jornada de África, o juramento feito pelo cardeal D. Henrique quando assumiu o governo na ausência do rei, e uma carta à sua tia, a Infanta D. Isabel sobre a mesma jornada (tomo III, livro II, cap. XXVII, pág. 595-598).

Fólios 151 a 152 – “*Anno 1575*”. À margem de cada texto há as seguintes anotações:

“*Almeirim 9 de Fevereiro de 75. Sobre as graças que o Papa lhe concede de que não quis usar*” e “*Almeirim 16 de Fevereiro de 575. De que manda ao Embaxador que lhe dee as graças*”. Trata-se da correspondência de D. Sebastião com o embaixador João Gomes da Silva e dos breves das graças que o papa confere ao rei para a guerra em África. Pede também ao embaixador que preste contas ao papa da jornada que acabara de fazer em África em 1574. Estas cartas não fazem parte das *Memórias*.

Fólio 152 – “*De mão propria de S. Alteza*”. À margem: “*Çalvaterra 20 de Fevereiro de 75*”. Na primeira nota, D. Sebastião informa ao embaixador João Gomes da Silva que não tem ainda terminada a relação da viagem que fizera a Ceuta e a Tangere para enviar ao papa, mas pede-lhe que avise de si os pormenores do que se passou por lá. Em seguida: “*Almeirim a 17 de Abril de 75. Sobre o assento da Capella*” e “*outra carta original sobre a mesma materia do assento dos Embaxadores, e sobre o hospital de Santo Antonio de Roma, escrita em Almeirim a 14 de Dezembro de 575*”. D. Sebastião, na segunda carta ao embaixador sobre à qual se referem as notas de Lavanha, mostra-se irritado com o assento que lhe fora destinado na capela em Roma ao seu embaixador, instruindo-lhe que não lá vá até que que seja resolvida a questão, e que signifique ao papa o seu descontentamento. Termina com a nota de Lavanha: “*Almeyrim 19 de Mayo de 75. Manda Antonio Pinto a Alemanha*”, ao texto sobre o senhor que D. Sebastião envia ao embaixador em missão secreta. Essas cartas não aparecem nas *Memórias*.

Fólio 152 – “*Anno 1576*”. Trata-se da continuação das embaixadas de João Gomes da Silva através da correspondência do rei. Na margem o seguinte: “*Setuval 19 de Abril de 576. Sobre o Embaxador que tinha mandado ao Sofi*”. Nesta carta D. Sebastião pede a João Gomes da Silva que explique ao papa que mandara um embaixador ao Sofi da Pérsia para convencê-lo a guerrear contra os turcos. Barbosa Machado nas *Memórias* discute sobre o embaixador que Filipe II mandava à Pérsia em 1562 pelo mesmo motivo, e de como informa disso a D. Sebastião e à D. Catarina (tomo II, livro I, cap. III, pág. 43).

Fólios 153 a 156 – “*De mão propria de S.A*”. Correspondência de D. Sebastião com João Gomes da Silva no ano de 1576. Anotado à margem o seguinte: “*Lisboa a 20 de Junho de 76. Sobre as fazendas dos christãos novos*”. Desse assunto o rei nada mais informa além de que trata-se de um assunto de grande importância. Na mesma carta, conforme a anotação de Lavanha, “*carta original sobre o subsidio ecclesiastico, escrita em Lisboa a 26 de Mayo de 576*”, o rei trata da matéria do subsídio eclesiástico que lhe concedera o papa. A carta seguinte suscita as notas: “*Lisboa 27 de Junho de 1576. Sobre largar aos christãos novos as fazendas*” e “*em carta de 10 de Abril de 77 diz S.A. que recebeo o breve sobre o perdão das fazendas do fisco*”, das quais se percebe o assunto do fisco às fazendas dos cristãos novos presos pelo Santo Ofício. Continuam os textos a contar sobre os assuntos que aparecem nas notas a seguir: “*Setuval 11 de Abril de 76. He hum pedaço da carta atras que por erro se não escreveo em seu lugar. He sobre as cousas de Africa*” e “*Lisboa 28 de Settembro de 76. Sobre o casamento de S.A. a ausencia do Cardeal Infante*”. Nas *Memórias*, Barbosa Machado fala sobre o indulto do

papa ao cristãos novos para que pudessem contribuir nas despesas da segunda jornada (tomo IV, livro I, cap. XIV, pág. 121).

Fólios 156 a 158 – “*Anno 1577*”. Ainda da correspondência com o embaixador João Gomes da Silva, trata da visita que D. Sebastião teve em Guadalupe com seu tio, Filipe II. Nesse encontro o rei português novamente pediu-lhe o apoio logístico para a jornada de África e discutiu-se o seu casamento com uma das filhas do monarca. Na margem, a anotação: “*Guadalupe primeiro de Janeiro de 77. Sobre a Jornada de Guadalupe*”, “*outra carta original sobre as mesmas vistas e casamento para que se diga ao papa, Medellim 9 de Janeiro de 77*”, “*Madrigalejo 3 de Janeiro de 77*”, “*Elvas 9 de janeiro de 77. Sobre o Cardeal*” e “*Lisboa 30 de Março de 77. Sobre o successo da polvora*”. Não encontram-se essas cartas nas *Memórias*.

Fólios 158 a 161 – São cartas que mostram como D. Sebastião estava a preparar a segunda jornada de África, recrutando fidalgos, contratando mercenários e arrumando embarcações para tal. Têm as seguintes notas: “*Lisboa 30 de Março de 77. Sobre huma nova ordem militar fundada por S.A.*”, “*Lisboa 31 de Março 577. Sobre a Jornada de Africa*”, “*Lisboa, 30 de Março de 577. Sobre o Cardeal Infante*”, “*Lisboa 20 de Abril de 577. Sobre a Jornada de Africa; as galés que lhe hão de dar el-Rey de Castella, e os Alemães que se hão de levantar*”, “*Lisboa 11 de Abril de 77. Que o serviço da armada de Altobordo seja de igual merecimento do das galés*” e “*Lisboa 12 de Abril de 77. Sobre condestabres e capitães da artelharía*”.

Fólios 161 a 164 – As cartas de D. Sebastião a João Gomes da Silva tratam dos assuntos que Lavanha aponta às margens do texto: do embaixador ao rei: “*Lisboa 12 de Abril de 77. Sobre o breve das terças*” e uma carta de D. Sebastião para o embaixador: “*Lisboa 18 de Abril de 77. Sobre a concordia com Inglaterra*”. Segue-se a isso a informação sobre uma carta do rei com referência a 20 ou 30 quintais de biscouto e uma nota em terceira pessoa sobre o breve da cruzada, com data de Lisboa, aos 18 de Agosto de 77. Adiante aparecem cartas com essas notas de Lavanha: “*Lisboa 28 de Agosto de 77. Sobre os soldados, biscouto e cambio que se faça em Florença e que va o embaxador negociar estas cousas com o Grão Duque*”, e na mesma data: “*sobre a vesitação que fez o enviado do Duque de Florença a S.A. e que em seu nome ha de fazer ao Duque João Gomez da Silva*” e “*sobre o casamento de S. A. em Florença*”. Seguem-se em terceira pessoa as notas: “*carta original de 25 de Outubro de 77*”, sobre o recrutamento de mercenários tedescos para a jornada, “*carta original de primeiro de Novembro de 77*”, pedindo-lhe ao embaixador que consiga pólvora, e “*carta original de 20 de Novembro de 77*”, também sobre os italianos. Termina com uma carta informando ao embaixador que resolve passar a África em Março do ano próximo. A carta contém a nota: “*Salvaterra 21 de Novembro de 77. Sobre a jornada de Africa e o que della ha de dizer ao Papa*”. Esta última encontra-se nas *Memórias* (tomo IV, livro I, cap. XVIII, pág. 170).

Fólios 164 a 165 – Cartas de D. Sebastião que tratam dos mesmos assuntos anteriores, todos relacionados com a jornada de África. As anotações de Lavanha à margem indicam o seu conteúdo: “*Salvaterra 4 de Dezembro de 77*”, “*Salvaterra 7 de Dezembro de 77*”, “*Salvaterra 9 de Dezembro de 77*”, “*Salvaterra 9 de Dezembro de 77, sobre o*

casamento de S.A., o breve dos christãos novos, graças ao Papa por seus offerecimentos”, “Que vâ Antonio Pinto ao Duque de Saboya a darlhe conta da Jornada de S.A. e sobre os Tedescos”, “carta original de 10 de Dezembro de 77” e “Salvaterra 11 de Dezembro de 77. Que despache a Ormuz”, “Salvaterra 11 de Dezembro de 77. Que se peça embarcação ao Duque de Saboya nos portos e capitães praticos”, “carta original de 3 de Dezembro de 77”, sobre a data da chegada dos soldados tedescos a Portugal, “Salvaterra 24 de Dezembro de 77. Sobre os 300 V# que se avião de procurar aver em Florença”, “carta original de 25 de Dezembro de 77”, sobre obter-se o dinheiro em Florença, e “carta original de 28 de Dezembro de 77”, sobre os italianos e a entrega de Arzila; e da mesma data, sobre a resposta do embaixador em Florença.

Fólios 166 a 167 – *“Instrucção da Rainha D. Catarina para João Gomez da Silva quando foy a França”*. Com data de 27 de Março de 1571. Nessa carta a rainha pede ao embaixador que visite Carlos IX felicitando-o do casamento com sua sobrinha, e que extenda a visita à rainha e à rainha-mãe. Instrui-lhe ademais para que visite a Margarida de Valois, irmã do rei, (aludindo de modo sutil ao contentamento que lhe dá a perspectiva de seu casamento com D. Sebastião), e a seu irmão, M. de Anju, parabenizando-o do sucesso na luta contra os protestantes. Barbosa Machado nas Memórias não a transcreve, mas fala dessa carta (tomo III, livro II, ap. V, pág. 332).

Fólios 168 a 169 – *“Anno de 1578”*. Trata-se da correspondência entre D. Sebastião e João Gomes da Silva sobre os preparativos para a jornada nos meses que a antecedem. Lavanha alterna entre a transcrição das cartas e o discurso indirecto sobre elas, e anota à

margem os assuntos referentes a cada texto: "*carta original de 12 de Janeiro de 1578*", sobre o acordo que se fizera entre o embaixador de Florença e Jacobo Salviati para o câmbio do dinheiro; "*Lisboa 17 de Janeiro de 578. Sobre o seu casamento em Florença*"; "*carta original de 24 de Janeiro de 78*", pedindo-lhe que consiga pólvora; "*carta original de 25 de Janeiro de 78*" sobre a contratação dos mercenários tedescos e italianos, e sobre o biscouto; "*carta original de 28 de Fevereiro de 78*", onde informa-lhe o rei que fizera público seu intento de passar a África; "*Lisboa 22 de Março de 78*", sobre o mesmo assunto; "*Lisboa 22 de Março de 78. Sobre 200 V# que se peção emprestados ao Gram Duque*"; "*carta original Lisboa 31 de Março de 78*" sobre o dinheiro que se pedia a juros em Florença para a jornada; "*Lisboa 20 de Mayo de 78. Sobre os soldados italianos que hião a Irlanda*" e "*chamavasse o capitão o Marques de Lenster*". Esta última carta termina com esta nota de Lavanha: "*contentouse o Papa que estes soldados fossem servir a S.A. na Jornada de Africa*". A nota seguinte "*Lisboa 14 de Mayo de 78*", refere-se à negociação em Florença e ao número de soldados que iriam na jornada. Sua última carta ao embaixador com a nota: "*Lisboa 16 de Junho de 78. Escrita e assinada na galé em que ja estava embarcado para partir*" é sobre a partida para África, e modo do governo que deixava. Nas Memórias, Barbosa Machado sem transcrever nenhuma dessas cartas elabora com narrativa própria sobre o assunto do alistamento de soldados, e sobre o capitão irlandês e marquês de Lenster, Thomas Stukeley (tomo IV, livro I, cap. XVIII, pág. 158-159)

Fólios 170 a 171 - Duas cartas de D. Sebastião para Felicio Gomes para que se tomem providências sobre a pobreza das comarcas de entre Douro e Minho. A primeira escrita

em Lisboa a 6 de Abril de 1569 e a segunda com data de Almeirim a 25 de Janeiro de 1575. Trata-se de originais, sem qualquer tipo de anotação nas margens e não estão incluídas nas *Memórias*.

Fólio 172 - Escrita após a morte de D. Sebastião, trata-se de uma listagem das acções obradas pelo rei nas comarcas a partir de 1572. Não aparece nas *Memórias* de Barbosa Machado.

Fólios 173 a 174 – Começa a movimentação do rei em angariar dinheiro para a Liga contra o turco. Nesta carta D. Sebastião pede ao bispo de Évora dinheiro para conseguir uma armada para que o Infante D. Duarte, seu tio, partisse em auxílio da Liga. No verso, a mão de Lavanha: “*Carta del-Rey D. Sebastião ao Cabido de Evora pedindolhe dinheiro para a armada do Senhor D. Duarte*”. Tem a data de 15 de Março de 1572. Está incluída em Barbosa Machado (tomo II, livro II, cap. XIII, pág. 415).

Fólios 175 a 176 – D. Sebastião urge ao colégio que eleja alguém à altura para o cargo de papa. Com o falecimento de Pio V em 1572, escolhe-se para seu sucessor Gregório XIII. No verso, com letra diferente da carta, há os seguintes dizeres: “*embaixada de Dom João Tello de Meneses 1572 Roma, copia da carta del-Rey para o collegio dos Cardeaes, elevaram por Papa Pio 5^o*”. Esta carta encontra-se nas *Memórias* (tomo III, livro II, cap. XIV, pág. 432).

Fólios 177 a 179 – Carta que D. Sebastião envia ao papa através do legado, o Cardeal Alexandrino. No verso está escrito com a mesma mão das cartas nos fls. 186-197 o seguinte: “*Carta em latim que S.A. escreveo ao Papa pello legado*”. Com data de 20 de Dezembro de 1571. Trata-se de um original pelas dobras do papel e pelo texto da carta, com letra diferente da nota. Não encontra-se nas *Memórias* de Marbosa Machado, mas há nessa obra uma outra carta do rei a Pio V, também em latim, com a seguinte inscrição: “*Datum Olisipone XIII. Kalend. Januarii MDLXXI*” (tomo III, livro II, cap. VI, pág 365).

Fólios 180 a 181 – Nessa carta, D. Sebastião congratula ao papa pela vitória em Lepanto e fala sobre a visita do Cardeal Alexandrino a Portugal. Datada em Almeirim, a 15 de Fevereiro de 1572. Trata-se de um documento original, como se vê pelas dobras do papel. No verso, as seguintes inscrições: “*Parabens a S.S. da batalha naval*” e “*copia da carta para S. Santidade sobre a vesitação*”. Encontra-se nas *Memórias* de Barbosa Machado (tomo III, livro II, cap. IV, pág. 329).

Fólios 182 a 183 – “*Resposta que S.A. mandou dar per escrito ao legado*”. No verso está escrito: “*Resposta que se deu por escripto ao legado*”. Trata-se de um original, como mostram as dobras do papel, sem data, onde se lê no topo o ano 1572 (antes da morte de Pio V). Neste documento o embaixador D. João Telo de Meneses relata o que lhe manda dizer o rei sobre a entrada de D. Sebastião na Liga contra o turco e seu consentimento para casar-se com Margarida de Valois. Não encontra-se nas *Memórias*.

Fólios 184 a 185 – Esta é uma nota curta do legado, o Cardeal Alexandrino, ao Papa Pio V após vistar-se com D. Sebastião. Diz que o rei já *“toma já muyto millhor o casamento com a irmã del-Rey de França”*. Não tem data, mas trata-se de um original do mesmo caderno que o anterior, de princípios de 1572. Não encontra-se nas *Memórias* de Barbosa Machado.

Fólios 186 a 187 - Carta de D. Sebastião à senhoria de Veneza através do embaixador Antonio Thiepollo sobre a Liga Santa contra o Turco. Tem a data de Almeirim a 24 de Janeiro de 1572. No verso do segundo fólio há esta anotação, da mesma mão que redige a carta: *“Copia da primeira carta que S.A escreveo a senhorya de Veneza pello seu embayxador”*. Apesar de não ser um documento autógrafo, trata-se de um original, como mostram as dobraduras do papel. Barbosa Machado a tem na íntegra (tomo III, livro II, cap. XII, pág. 411).

Fólios 188 a 189 – Carta de D. Sebastião à senhoria de Veneza sobre a Liga. No verso, a seguinte nota escrita pela mesma pessoa que redige a carta: *“Resposta que S.A. mandou dar por escryto ao embayxador de Veneza por elle a pedir”*. Não está datada mas relaciona-se com o período em que se escreveu a carta que aparece nos fls. 186-187. Também trata-se de um original, vide as marcas de dobras do papel. Não encontra-se nas *Memórias*.

Fólios 190 a 191 – Carta de D. Sebastião à senhoria de Veneza sobre o assunto da Liga. No verso, da mesma mão que redige a carta, a nota: *“copia da segunda carta de S.A. pera*

o Duque de Veneza que levou o seu embaixador". Escrita em Almeirim, aos 31 de Janeiro de 1572. Apesar de não ser um documento autógrafo, trata-se de um original, como mostram as marcas de dobra. Encontra-se na íntegra nas *Memórias* de Barbosa Machado (tomo III, livro II, cap. XII, pág. 413).

Fólios 192 a 193 - Correspondência endereçada ao Duque de Sabóia com data de Almeirim a 15 de Fevereiro de 1572. Também trata da Liga Santa contra o Turco. No verso, vê-se escrito: "*copia da carta para o Duque de Saboya*". Vê-se que é documento original pelas marcas de dobra do papel. Não aparece nas *Memórias*.

Fólios 194 a 195 - Outra carta para a senhoria de Veneza em que trata da Liga Santa. Datada de Almeirim a 15 de Fevereiro de 1572. Trata-se de um original, conforme mostram as dobras. No verso, a inscrição: "*copia da carta para o Duque de Veneza*". Não aparece nas *Memórias*.

Fólios 196 a 197 - Esta carta de D. Sebastião, de 15 de Fevereiro de 1572, felicita a Senhora D. Maria, esposa de Alexandre Farnese, pela vitória deste em Lepanto, e informa-lhe de sua intenção de entrar na Liga contra o turco e de casar-se com Margarida de Valois, como já havia concordado com o Cardeal Alexandrino quando de sua visita a Portugal. Da mesma mão que a redige (diferente da de Lavanha nesta e nas cartas anteriores ao Duque de Veneza e ao Duque de Sabóia) lê-se no verso: "*copia da carta para a Princesa de Parma*". Apesar de não ser autógrafa, mostra que é original pela

dobradura do papel. Barbosa Machado nas *Memórias* apresenta-a na íntegra (tomo III, livro II, cap. XI, pág. 408) e informa que copiou-a do original.

Fólios 198 a 199 - Carta de D. Sebastião, de Belém aos 26 de Agosto de 1573. São instruções para o meirinho-mor de Portugal, D. Duarte de Castelo Branco, sobre uma carta que lhe enviara a Princesa D. Maximiliana da Baviera (em resposta a uma sua), e a resposta que então deveria dar dela. Trata-se da articulação de casamento feita por Filipe II depois do fracasso das negociações do casamento com Margarida de Valois, para a qual serviria de embaixador o meirinho-mor. É uma carta original, como se notam as marcas de dobra do papel. No verso, a seguinte inscrição (que não é de Lavanha): “*para o meirinho mor, 26 dagosto 73*”. Esta carta não está nas *Memórias*.

Fólios 200 a 206 – “*Carta do bispo ao Sr. D. Antonio*”. É a transcrição de uma carta do Bispo de Miranda, D. António Pinheiro, ao prior do Crato, com data de 18 de Julho de 1574, na qual explica que lhe está a enviar por lembrança a exortação que ele bispo fizera na benção da bandeira. A exortação, que se transcreve em seguida a carta, tem por título: “*Sermão que D. Antonio Pinheiro Bispo de Miranda fez em Belem no anno 1574 á solenidade da Bemção da bandeira que se entregou ao Senhor D. Antonio quando foy a Tangere*”. A carta não está nas *Memórias* de Barbosa Machado, que inclui somente a exortação (tomo III, livro II, cap. XXVI, pág. 569). A benção do estandarte, Barbosa Machado diz que aconteceu no dia 15 de Julho.

Fólios 206 a 209 – “*Pratica do bispo D. António Pinheiro em Santarem a el-Rey D. Sebastião e aos comendadores de Cristo em 8 de dezembro*”. Nesta fala o bispo elabora sobre a história de Portugal até os dias do reinado de D. Sebastião. Não indica o ano, mas trata-se de 1574, após a primeira jornada de África. Não encontra-se em Barbosa Machado.

Fólios 210 a 211 – “*Instrução geral para o Senhor D. Antonio quando foy a Tangere, copia da original*” e “*Instrução particular para o Senhor D. Antonio para a mesma jornada, copia da original*”. Com data de 14 de Julho de 1574. D. Sebastião nomeia ao prior do Crato, D. António, para governador da praça de Tangere, intencionando com isso começar a ganhar de volta as praças de África perdidas durante o reinado de seu avô, D. João III. Encontram-se ambas estas cartas nas *Memórias* de Barbosa Machado (tomo III, livro II, cap. XXVI, pág. 560-562 e pág. 562-565).

Fólios 211 a 212 – São três textos referentes à partida do prior do Crato para Tangere, dos quais o primeiro é o “*Juramento das pessoas com que o Senhor D. Antonio se ha de aconselhar*”. O segundo, sem título, é o juramento feito pelo próprio D. António, firmado em 20 de Março de 1577 (provalmente um erro do copista, Luis Lobo. Segundo Barbosa Machado, D. António parte no dia 19). O último texto, “*Pessoas com que o Senhor D. Antonio se avia de aconselhar*”, lista os nomes daqueles que o acompanhariam na jornada. Nenhum desses três textos encontra-se nas *Memórias* de Barbosa Machado.

Fólio 212 – “*Jurisdição geral do Senhor D. António na Jornada de Tangere*”. Com data de 14 de Julho de 1574. Encontra-se nas *Memórias* (tomo III, livro II, cap. XXVI, pág. 565).

Fólios 213 a 215 – “*Jurisdição particular a mesma Jornada*”. Está também nas *Memórias* de Barbosa Machado (tomo III, livro II, cap. XXVI, pág. 567). A carta seguinte, com o título “*Del-Rey a resposta de huma carta do Senhor D. Antonio*”, não aparece nas *Memórias*, nem tampouco o último texto, intitulado “*O que se deve de ordenar e executar para a jornada do Senhor D. Antonio*”.

Fólios 215 a 217 – Trata-se dos pedidos que, através do embaixador Luis da Silva, D. Sebastião fazia a Filipe II para que o ajudasse com a segunda jornada de África. Tem por título: “*Lo que mando Su Magestad responder a Luis de Silva a lo que avia propuesto de parte del Serenisimo Rey para que Su Magestad le ayudase com cincoenta galeras y cinco mil infantes el março que viene de 78, esta respuesta dio el Duque de Alva a 20 de Setiembre de 77*”. O segundo texto intitula-se “*Respuesta de punctos que Su Magestade dio a Luis de Silva*”. Estas cartas estão relacionadas com o assunto dos fls. 296-297. Não estão nas *Memórias*.

Fólio 218 – É uma descrição da jornada de 1574. Trata-se de um documento original, como mostram as marcas de dobras do papel. Encontra-se nas *Memórias* de Barbosa Machado logo após o índice alfabético (tomo IV, “*Relação da primeira jornada que fez a África no anno de 1574 o sereníssimo rey D. Sebastião, escrita pelo mesmo príncipe*”).

Na verdade, conforme Lavanha indica na nota marginal (fl. 248v), o texto é de autoria de D. Sebastião mas foi redigido por D. Álvaro de Castro.

Fólio 219 - Referente aos retábulos de Nuno Gonçalves. Redigido em cursiva gótica.

Este texto não pertence ao códice 887, mas por constar dele antes do ingresso do códice na Biblioteca Nacional de Portugal, foi mantido e catalogado em 1936 com o seguinte aviso no fólio de abertura: *“para que a todo tempo conste. O doc. a fl 219 e referente aos retabulos de Nuno Gonçalves foi aqui, neste codice, subrepticamente interserido, e é um documento falso”*.

Fólios 220 a 248 – É a continuação da descrição da jornada de 1574 que está no fl. 218.

Também original, como se pode notar pelas marcas de dobra. No verso do último fólio há a seguinte inscrição: *“1974. 1ª jornada que fez a África, ditada por elRey D. Sebastião”*. Encontra-se nas *Memórias* de Barbosa Machado, após o índice alfabético, mas sem nota que informe haver sido somente ditada, e não escrita directamente pelo rei.

Fólios 249 a 250 – É uma narração em terceira pessoa sobre a visita do francês Longlé, enviado do rei de França a D. Sebastião quando este voltou do Cabo de São Vicente, onde havia ido esperar os mouros que invadiam a costa do Algarve. Longlé diz a D. Sebastião que o rei francês esperava que fossem castigados os portugueses que ele acusava de tomarem navios franceses; ao que o rei responde que isto deveria tratar com o Dr. Paulo Afonso. D. Sebastião abertamente critica a posição do rei francês que não punia seus vassallos quando estes atacavam naus portuguesas. No verso, há uma inscrição

feita por Lavanha: “*Resposta que S.A. deu a Longlé enviado de França, 1574*”. Trata-se de documento original, como mostram as marcas de dobra no papel. Não está nas *Memórias*.

Fólio 251 - Carta de D. Diogo da Silva a Lavanha informando-lhe que seguiam com aquela nota os documentos referentes à embaixada de seu pai, D. Juan de Silva de Silva, mandado por Castela a Portugal. É documento original e autógrafo.

Fólio 252 – É um fólio contendo apenas o seguinte título: “*Embaixada de D. João da Sylva per el-Rey Felipe a el-Rey D. Sebastião*”. Refere-se aos documentos que Diogo da Silva envia a Lavanha para a crónica (fl. 251).

Fólio 253 – Copiada dos originais de Diogo da Silva, tendo por título: “*6 de Março de 1576*”. Trata-se de uma narrativa em terceira pessoa onde conta que dois mouriscos presos na cidade do Porto pediam embaixador que os representasse. Não está nas *Memórias* de Barbosa Machado.

Fólios 254 a 255 – Dos cadernos de Diogo da Silva. Consta do título apenas a data: “*Por carta de 6 de Março de 1576*”. Trata-se de uma narrativa em terceira pessoa que dá conta da chegada do embaixador de Castela, D. Juan de Silva, do seu recebimento por D. Álvaro da Silva, 3º Conde de Portalegre e mordomo-mor, e de como é levado para a primeira audiência com D. Sebastião em Almeirim. Barbosa Machado não fala desse recebimento ao embaixador de Castela, mas inclui nas *Memórias* as duas primeiras cartas

que Juan de Silva envia a Filipe II; a primeira a discutir o descontentamento da rainha D. Catarina pela delonga do rei castelhano em accedir ao casamento de D. Sebastião com sua filha Isabel; e a segunda, na qual descreve as condições físicas do rei português (tomo IV, livro I, cap. II, pág. 26-31).

Fólios 256 a 257 – Continuação das cartas enviadas a Lavanha por Diogo da Silva. A primeira delas, onde se lê “*1º de Mayo de 76*”, informa da situação da fazenda do reino. Na carta seguinte, com o título de “*12 de Março de 76*”, o embaixador informa a Filipe II que Martim Gonçalves da Câmara fora excluído do cargo de vedor da fazenda e que o cargo vago seria então ocupado por D. Francisco de Portugal. Na carta de “*12 de Junho de 76*”, Juan de Silva relata que D. Sebastião estava a enviar alguém de seu conselho de estado para ir falar a Filipe II, e que pensa o embaixador trata-se de Pero de Alcáçova Carneiro. Não se encontram essas cartas em Barbosa Machado, mas a informação da embaixada de Pero de Alcáçova aparece nas *Memórias*, onde estão transcritos os três memoriais feitos pelo conselheiro (tomo IV, livro I, cap. II, pág. 13).

Fólios 257 a 260 – Continuação dos cadernos de Diogo da Silva. Na carta de “*24 de Junio de 1576*”, o embaixador escreve a Filipe II que D. Sebastião lhe chamara para agradecer a boa acolhida de Pero de Alcáçova em Castela. Na segunda missiva, de “*30 de Agosto de 76*”, Juan de Silva manda a Filipe II um apontamento detalhando as despesas que D. Sebastião fazia para a jornada de África. Pela carta de “*23 de Setiembre de 1576*” informa da morte da Infanta D. Isabel. Na carta de “*7 de Henero de 1577*”, Juan da Silva informa do regresso em segurança de D. Sebastião da visita de Guadalupe, e que

naquele momento o rei passava por Elvas. Na carta de “3 de Abril de 1577” escreve que chegara a Lisboa e que D. Sebastião dera-lhe uma carta para que enviasse a seu tio informando de sua decisão de fazer a jornada naquele ano para ajudar ao Xarife contra Muley Moluco. Diz também do descontentamento de D. Catarina e do Cardeal D. Henrique com a notícia, e do pedido de D. António, prior do Crato, para que Filipe II intercedesse em seu favor junto a D. Sebastião para dar-lhe o comando de um exército. Na carta de “11 de Abril de 1577” o embaixador informa ao rei castelhano de sua conversa com Luis da Silva sobre as intenções de D. Sebastião em África. Em “17 de Mayo de 1577” escreve a Filipe II que D. Sebastião lhe despachara uma carta em resposta à sua sobre Muley Moluco. Nenhuma dessas cartas está nas *Memórias*.

Fólios 261 a 262 – Continuação dos cadernos de Diogo da Silva. Com título de: “*De 16 de Mayo, ate 12 de Julio de 1577*”. Juan de Silva escreve ao rei castelhano sobre a frieza com que D. Sebastião trata a avó, D. Catarina. Mais adiante diz que já avisou ao rei português da vinda do capitão Aldana. Não encontra-se nas *Memórias* de Barbosa Machado.

Fólio 263 - Em branco.

Fólios 264 a 265 – No verso a inscrição: “*1576. Para o Cardeal lançada por S.A*”. É um documento original, como mostram as marcas do papel. Fala sobre “D. Lião Anrrique” e as responsabilidades dos clérigos. Esta carta não encontra-se em Barbosa Machado.

Fólios 266 a 270 – A primeira narrativa tem por título: “*Vistas dos Reys em Guadalupe, tiradas do original do Conde Pedro d’Alcaçova. Instrucção de Pedro d’Alcaçova para el-Rey*”. Na segunda, lê-se: “*Lembrança do que passou no casamento del Rey nosso senhor nas Vistas de Guadalupe no derradeiro de Dezembro de 1576*”. Nenhuma das duas encontra-se nas *Memórias*, mas Barbosa Machado reproduz a fala que D. Sebastião faz ao Duque de Aveiro em Guadalupe e que aparece nestes fólios: “Agora o que vos peço, Duque, he, por amor de mim tendes cuidado de lembrar isto a elRey, que eu confio da Duquesa, que o terá de volo lembrar a vos pois que na Senhora (Infanta) D. Isabel, e em mim haveis sempre de ter em ambos tão bons amigos, e a Casa de Alva de quem possa receber muitas amizades”, *Memórias* (tomo IV, livro I, cap. 8, pág. 78).

Fólios 270 a 271 – É uma carta de Pero de Alcáçova Carneiro a D. Sebastião quando este contava vinte anos, portanto no ano de 1574. Fala dos conselhos que se estavam a dar ao rei e de como deveria deixar de lado os passatempos e preocupar-se mais com o governo dos seu reinos. Tem por título: “*Do mesmo a el-Rey Dom Sebastião*”. Não aparece nas *Memórias*.

Fólios 272 a 287 – “*Jornada que fez el-Rey D. Sebastião a Agoa de Lupe, composta por Rodrigo de Beça, seu capellão*”. Nesta longa relação incluem-se por subtítulos a “*Carta del-Rey Phelipe a Cidade de Badajoz antes de S.A. hir*”, e “*Estes são os senhores que forão com S.A. a Nossa Senhora de Agoa de Lupe*”; uma lista dos fidalgos que acompanharam a D. Sebastião quando foi a Guadalupe reunir-se com Filipe II em Dezembro de 1576. Na lista que inclui nas *Memórias*, Barbosa Machado cita mais quatro

nomes que não aparecem no fl. 278: D. Vasco coutinho, D. Luis Deça, D. João de Melo e D. Luis de Meneses (tomo IV, livro I, cap. VI, pág. 55). A numeração destes fólios não é sequencial: 275, 276, 279, 278, 279, 280) ainda que a ordem narrativa esteja correta. O fl. 277 não encontra-se no códice, o que indica que o primeiro dos dois fólios, o 279, é, na verdade, o fl. 277, erroneamente numerado. Barbosa Machado não menciona a carta de Filipe II à cidade de Badajos, mas no restante, faz uma narrativa da visita de Guadalupe desde a saída de Lisboa, no dia 11, até o dia 17 de Dezembro, véspera da partida do rei de Elvas. A narrativa de Barbosa Machado é parecida com a de Rodrigo Beça, ainda que muito menos detalhada (tomo IV, livro I, cap. VI, pág. 55-74).

Fólios 287 a 289 – Continuação da relação de Rodrigo Beça sobre a visita de Guadalupe. Inicia com o seguinte título: “*De quando el-Rey D. Sebastião se vio com el-Rey Phelipe em Guadalupe*”. Em seguida descreve os “*Estillos que os Reis de Portugal usavão nos recebimentos e tratos ordinarios dos embaxadores dos Reys e nuncios de Sua Sanctidade. Das cerimonias e estillos que usava elRey D. Sebastião em se vestir*”, e comenta “*Da maneira que el-Rey recebia os legados de Sua Sanctidade e os Cardeaes e embaxadores dos Reys*”. Barbosa Machado descreve o encontro dos reis com a sua própria voz narrativa (tomo IX, livro I, cap. VII, pág. 63), mas dos estilos de D. Sebastião e da maneira como se recebiam o alto clero e embaixadores, não faz nenhuma menção.

Fólios 290 a 292 – Trata-se da mesma carta que D. Juan de Silva informa a Filipe II que D. Sebastião lhe estava a enviar (fl. 260). É sobre a intenção do rei castelhano de enviar a Muley Moluco o capitão Cabrera. Trata-se de documento original, como mostram as

marcas de dobras do papel. O verso do último fólio encontra-se no fl. 293, mas a ordem dos fólhos que se seguem ao 292 está invertida: 292, 294, 293, 295. Esta carta não encontra-se nas *Memórias*.

Fólio 293 – Trata-se do verso do fl. 292. Lê-se a seguinte nota: “*Resposta del-Rey ao Embaxador de Castella para se dar a Sua Magestade sobre o Maluco. Em Mayo de 1577*”.

Fólios 294 a 295 – No alto, a inscrição: “*Governo de D. Luis de Atayde. 1577*”. Trata-se de carta instrução de D. Sebastião a D. Luis de Ataíde, Conde da Atouguia e antigo vice-rei da Índia, quando é mandado pelo rei para que novamente assuma o posto. No verso, a inscrição: “*Lembrança particular que el-Rey fez e mandou dar ao Conde da Atouguia quando foy para a India*”. É um documento original, vide as marcas de dobra no papel. Barbosa Machado a inclui nas *Memórias* (tomo IV, livro I, cap. XXI, pág. 188).

Fólios 296 a 297 – Tem por título: “*Salvaterra 22 de Novembro de 1577*”. Trata-se de uma carta resposta de D. Sebastião para seu embaixador a Castela, D. Luis da Silva, sobre o socorro que Filipe II lhe prometera para a jornada de África e que ainda não cumprira, e em resposta a tentativa do embaixador de mudar-lhe ao rei a decisão de comandar ele mesmo o seu exército. No verso do último fólio há a inscrição: “*As razões porque não deve de fazer a empresa de Africa pessoalmente*”. É um documento original como mostram as marcas de dobras do papel e encontra-se nas *Memórias* de Barbosa Machado (tomo IV, parte IV, livro I, cap. XII, pág. 103).

Abaixo dessa carta ao embaixador há o início de uma outra, endereçada a Filipe II, da qual se tem somente as primeiras linhas: “*Entendendo de quão grande importancia e contentamento para mim será a materia que Luis da Silva falará a Vossa Magestade sobre o Duque de Alva me*”. Estas são, portanto, as últimas palavras do códice 887.

Barbosa Machado nas *Memórias* transcreve uma carta, que pelo seu conteúdo, é posterior a essa: “Vendo, e considerando a resposta, que o Senhor meu Tio pelo Illustre Duque de Alva mandou dar em escrito a Luis da Sylva na materia, em que lhe da minha parte falou acerca de por mi haver de fazer a empreza de Africa, e da conta, que della por elle lhe mandei dar, me pareceo por a grande importancia da mesma materia, de que pendem, e procedem tantas outras couzas muy grandes, e importantes dever responder particularmente aos pontos della...” (tomo IV, livro II, cap. I, pág. 218).

CAPÍTULO 5. Códice Alcobacense 308 da BNP

5.1 Introdução

No último quarto do século XVIII, ainda durante a administração do Marquês de Pombal, começa-se uma perseguição política às ordens religiosas que passam a ser gradativamente fechadas em todo o reino. Em 1833, os monges cistercienses que haviam dado seu apoio à causa absolutista de D. Miguel vêm-se desamparados com a subida de D. Pedro IV ao trono. Amedrontados, eles abandonam o Mosteiro de Alcobaça, que é logo pilhado e destruído por uma população enfurecida. O que se consegue salvar da livraria transfere-se em 1834 à guarda da então Biblioteca Real, hoje Biblioteca Nacional de Portugal.

É nessa “livraria manuscrita do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, repositório inestimável para quantos se interessam pela cultura medieval europeia⁶¹” que encontramos anónima, reunida num códice de 310 fólios, a segunda coletânea de documentos de João Baptista Lavanha para a crónica de D. Sebastião. Apesar de desconhecerem-se as circunstâncias históricas que fizeram com que esse material chegasse até Alcobaça, pensámos que estejam relacionadas com o monge cisterciense e cronista-mor António Brandão, herdeiro natural dos papéis de seu antecessor no cargo (este ponto discutir-se-á mais largamente no capítulo 9).

O primeiro trabalho de catalogação do fundo de Alcobaça guardado na Biblioteca Nacional foi feito pelo bibliotecário António Joaquim Anselmo e continuado pelo chefe de secção Arnaldo F. de Ataíde e Melo. À partir desse trabalho a biblioteca publicaria

⁶¹ Ver *Inventário dos Códices Alcobacenses*. Tomo I a VI. Lisboa, 1930-1978.

em 1930 o primeiro dos seis tomos do *Inventário dos Códices Alcobacenses* (473). Nesse *Inventário* está a informação sobre o códice que nos interessa, para o qual a biblioteca então atribuiu a cota ALC 308 (informando-se tratar-se da cota antiga ALC 443 designada em Alcobaca⁶²).

Nessa descrição do ALC 308 salienta-se apenas que se trata de uma miscelânea da época de D. Sebastião, sem indicação concreta de autor, compilador, e sem referência a marcas de posse além daquela fornecida pelo selo de Alcobaca. Na parte referente ao compilador regista-se timidamente com ponto de interrogação o nome de “João Baptista Lavanha”. Em 1936, A. F. de Ataíde e Melo – o mesmo chefe da divisão de reservados cujo nome aparece na informação bibliotecária registada no fólio de abertura do códice 887 – escreve um prólogo à nova edição do *Inventário dos Códices Alcobacenses* onde aponta para a importância do trabalho pioneiro feito pelos seus colegas. No prólogo, Melo alude à possível autoria de um certo “J.B.L.”, cronista do reino:

Para mais completo conhecimento dêste cód. veja-se *Os Códices 443 e 475... Index Cod. CDXLIII*, p. 187; *História*, p. 135, nota que supõe que êstes apontamentos pertenceram ao cronista-mor J.B.L. Realmente êste, segundo Barbosa (*Bibl. Lus.* II, p. 600) deixou em ms. uma crónica de D. Sebastião (Pereira 287).

5.2 Relação entre o códice 887 e o Alcobacense

⁶² Gabriel Pereira, antigo director da BNP, publicou em 1910 no *Boletim das Bibliotecas e Archivos Nacionaes* um pequeno livro contendo um índice descritivo para dois dos códices do Fundo de Alcobaca, em que diz: “Os números com que designo estes códices são os do *Index Codicum Bibliothecae Alcobatiae*, impresso em 1775, e que ainda hoje serve muito utilmente”. Ver Gabriel Pereira. *Os códices 443 e 475 da Collecção Alcobacense da Biblioteca Nacional*. Coimbra, 1910. 3.

Nossa atenção recai sobre o Alcobacense 308 depois de uma análise completa e minuciosa do códice 887, quando percebemos o que parecia no final uma narrativa abruptamente interrompida. O último fólio, de número 297, encerrava-se da seguinte forma:

Fl. 297 – “As razões perque não deve de fazer a empresa de Africa pessoalmente: Entendendo de quão grande importancia e contentamento para mim será a materia que Luis da Silva falará a Sua Magestade sobre o Duque de Alva me”

Entretanto, no fundo proveniente do Mosteiro de Alcobaça, localizado na mesma secção de reservados da Biblioteca Nacional de Portugal, há um códice cujo conteúdo, mão e papel levou-nos a concluir que se tratava de facto de uma segunda coletânea organizada pelo mesmo Lavanha para a sua crónica de D. Sebastião (a confirmação posterior obtivemos ao consultar o *Inventário dos Códices Alcobacenses* e o *Index Codicum Bibliothecae Alcobatiae*).

Uma análise *in loco* omprovou ainda que o códice Alcobacense 308 assemelhava-se ao códice 887 de Lavanha no estilo idêntico de anotação marginal, mãos dos transcritores, e naturalmente, conteúdo. Constam dele – sem qualquer repetição do que encontrámos no 887 – cópias de cartas escritas por ou para D. Sebastião, D. João III, o Cardeal D. Henrique, D. Catarina de Áustria, Filipe II de Espanha, além de membros da nobreza, embaixadores e do alto clero português e europeu. Também encontram-se nessa coletânea alguns memoriais, falas, e noticiais referentes às praças portuguesas em Índia e África.

A divisão e escolha dos assuntos que encontramos nesse segundo códice, e a inexistência de uma continuação ao texto interrompido no fl. 297 do 887, mostraram que não se tratava de uma sequência linear daqueles eventos, e levaram-nos à conclusão de que esse códice fora feito por Lavanha concorrentemente ao primeiro, mas usando de material totalmente novo.

Por possuir muitos e valiosíssimos textos históricos e historiográficos o códice Alcobacense 308 vem, da mesma maneira que o seu irmão 887, sendo consultado desde o século XIX (possivelmente antes, mas só nesse período é que começa a aparecer nas listas de fontes citadas) por investigadores portugueses e estrangeiros que encontram nele uma indelével fonte de história sebástica. Joaquim Veríssimo Serrão, por exemplo, consultou-o para dois de seus livros⁶³; Queirós Veloso⁶⁴ e Loureiro⁶⁵ também mencionam-no (para citar somente alguns). Investigadores do século XIX referiram-se a ele como o códice 443 da Coleção Alcobacense da Biblioteca Nacional de Portugal, em referência à cota antiga de Alcobaça. Contudo, nota-se que apesar de um contínuo interesse académico pelo conteúdo do códice Alcobacense 308, não houve até o presente momento nenhum trabalho que o tenha investigado como um corpo completo, ou em conexão com a sua autoria.

5.3 Análise filológica

⁶³ Ver Joaquim Veríssimo Serrão. *Itinerários de El-Rei D. Sebastião (1568 – 1578)*. Lisboa, 1987; e “Documentos inéditos para a história do reinado de D. Sebastião”. Vol. XXIV. Coimbra, 1958.

⁶⁴ Ver Queirós Veloso. *D. Sebastião 1554-1578*. Lisboa, 1935.

⁶⁵ Ver Francisco de Sales Mascarenhas Loureiro. *Jornada del-rei dom Sebastião a África e Crónica de dom Henrique*. Lisboa, 1978. Pref. XXXIII – XXXV.

O Alcobacense 308 (antiga cota CDXLIII) aparece referenciado no *Inventário dos Códices Alcobacenses* com o seguinte título (provavelmente anacrónico, ou seja, escrito por algum bibliotecário da BNP, visto não haver nenhum fólio de título feito na altura da compilação do códice):

Miscelânea de historia portuguesa relativa principalmente
ao reinado de D. Sebastião
(Em português, castelhano, latim)

Este códice compõem-se dum grande número de apontamentos destinados a uma crónica de D. Sebastião, com alguns também relativos ao reinado de D. João III, D. Henrique e Filipe II (*Inventário dos Códices Alcobacenses* 285-286).

Confirma-se, pela marca de posse da Livraria de Alcobaça (fls. 1B e 47) que no século XVIII o códice pertenceu a esse mosteiro, onde foi identificado e catalogado como material para uma crónica de D. Sebastião. O *Index Codicum Bibliothecae Alcobatiae*, publicado em 1775, refere-se ao 308 da seguinte forma:

CODEX CDXLIII: *Papyreus in fol. Litteral vulgari.*
Continet varia documenta ad Historiam D. Sebastiani
Lusitaniae Regis.

Acresce que a *História chronológica e crítica da Real Abbadia de Alcobaça* possui valiosa informação pertinente ao códice Alcobacense 308. Escrita inicialmente pelo cronista-mor Frei Manoel dos Santos (escolhido para o cargo em 6 de Fevereiro de 1726), a *História* aparece publicada por primeira vez anos mais tarde, em 1827, com uma continuação feita pelo Frei Fortunato de S. Boaventura, monge de Alcobaça e cronista

geral da ordem de S. Bernardo. A parte que transcrevemos a seguir (que refere-se a uma *Crónica de D. Sebastião* atribuída ao predecessor de Lavanha, Frei Bernardo de Brito) parece ter sido incluída por Frei Fortunato, pois ele afirma que havia anteriormente dado notícia dessa obra no *Corpo da Memória Académica* (publicação da Real Academia de Ciências de Lisboa, fundada em 1780):

A Colleção de vários Documentos para a vida d’ElRei D. Sebastião, e que he o Códice 443 da Livraria Manuscripta de Alcobça, foi escripta em grande parte por quem no talhe da letra se pareceo muito com o que depois seguiu o Chronista Mor Fr. Francisco Brandão, e esta semelhança me enganou a ponto de a querer attribuir a este Chronista: porém as datas, que tem no princípio de algumas cópias, assás mostram que foi outro o seu Escriptor; e não duvidarei affirmar que fossem ou escriptas, ou mandadas escrever pelo Chronista Mor João Baptista Lavanha, para o que tenho duas provas. 1º: He uma Carta de Parabéns de eleição do Chronista Mor, escripta em Moura a 3 de Março de 1618, que nesta data forçosamente haviam de ser escriptas para o Successor do Fr. Bernardo de Brito, ainda que a mesma Carta o não declarasse nestas palavras – *Lembro mais que ouvi dizer ao Padre Fr. Bernardo, em cujos papéis v.m. he herdeiro, etc.* 2º: A fol. 296 da ditta Colleção vem hum apontamento de lembranças, que o Auctor da Carta sobredita, Rui Bernardo de Moura⁶⁶, fez sobre a *Crónica* d’ElRei D. Sebastião ao Successor de Fr. Bernardo de Brito, que basta ler a primeira para se conhecer a parcialidade, com que forão escriptas: *Primeiramente o estilo do Chronista passado não me parece a propósito; excluirei eu tudo o que estava escripto, e fiara-me antes do cabedal de v.m. pois Deos lhe deo, e os homens o approvão.* Quem sonhou jámais que o estilo de João Baptista Lavanha pudesse hombrar-se com o de Fr. Bernardo de Brito? (S. Boaventura 135).

⁶⁶ Frei Fortunato engana-se na transcrição do nome. Trata-se na verdade de “Rui Barreto de Meneses”, como prova a leitura do fl. 296 do códice Alcobacense 308.

Fica evidente pelo tom de Frei Fortunato que ele tinha um muito grande apreço pelo estilo de Bernardo de Brito. De todos os modos, é certo que a caligrafia de Lavanha e de Brandão se pareciam. Pudemos verificá-lo no códice 309 da Coleção Alcobacense atribuído a Frei Francisco Brandão. O que os diferencia é a forma do ‘h’ minúsculo e do ‘c’ maiúsculo, que mostram-se diferentes na caligrafia deste último. Curiosamente, esse mesmo códice, intitulado *Antiguidades e cuiosidades pertencentes a Hist[ori]a do Reino de Portugal q[ue] vou continuando do lugar onde a deixou o Dr. Fr. Ber[nar]do de Brito. Anno 1622* traz incluído um texto que Brandão afirma ter sido escrito por João Baptista Lavanha⁶⁷.

Quanto ao primeiro ponto estabelecido por Frei Fortunato para mostrar a autoria e/ou participação de Lavanha no códice Alcobacense, vimos que há também mais algumas provas conclusivas. Em tom parecido à carta de D. Diogo da Silva a Lavanha no códice 887, os remetentes não dirigem-se ao destinatário Lavanha pelo nome. Não obstante, as datas coincidem, mais uma vez, com os anos em que esteve a ocupar o cargo⁶⁸. As três cartas ao cronista, que listámos abaixo, encontram-se no final do códice Alcobacense:

- a) Fl. 295. Uma carta endereçada ao “cronista-mor responsável pela escrita da crónica do rei D. Sebastião” com data de 24 de Outubro de 1618. Lavanha começa em suas funções de cronista-mor no dia 9 de Março daquele ano. O autor,

⁶⁷ Fl. 2 do códice Alcobacense 309, BNP: “Discurso acerca da geração do Conde D. Henrique do Coronista Joam Bautista Labanha, que houve de casa de Dom Antonio de Ataíde filho do 2º Conde da Castanheira e general das armadas da Coroa deste Reino de Portugal”. À margem direita, há a seguinte anotação: “discurso de Labanha acerca da geração do Conde D. Henrique Tronco dos Reis de Portugal”, seguida pela transcrição do discurso.

⁶⁸ Loureiro erroneamente publica que a primeira carta de Ruy Barreto de Meneses estava endereçada ao cronista-mor Manuel de Meneses.

Pedro Álvares de Carvalho⁶⁹, responde a uma outra carta, onde lhe é perguntado sobre os favores que seu pai (o capitão Ruy de Sousa de Carvalho, que participou da primeira jornada de África) tinha recebido de D. Sebastião;

- b) Fl. 296. “As lembranças que desejava fazer sobre a chronica de D’Elrey D. Sebastião são as seguintes” de 12 de Outubro de 1618, assinada por Ruy Barreto de Meneses e também remetida ao cronista-mor. Meneses critica, sem citar nomes, o estilo do “antecesor de V.M.”, Bernardo de Brito (esta é a carta mencionada por Frei Fortunato);
- c) Fls. 297-299. Também de Meneses, com data de 25 de Outubro de 1618, tem por título “O que há em meu poder que possa server há Chronica delRey Dom Sebastião he o seguinte”. Neste caderno (fl. 298v), Lavanha escreve: “Advertências de Rui Barreto de Menezes”.

O códice Alcobacense 308 possui encadernação e papel de pergaminho 290 x 205 mm *in* fólho num total de 309 fólhos manuscritos e numerados. Não há um fólho de abertura que indique um registo de autor ou de título. O fl. 1A contém apenas a numeração do cota e o título que lhe deram em Alcobça. Fls. 1B e 1Bv mostram o “Index do que contem o livro”. Segundo Gabriel Pereira, o índice (incompleto, pois termina no fl. 94v) foi feito em mão do século XVIII por algum religioso de Alcobça⁷⁰ (Pereira 3).

⁶⁹ Pedro Álvares de Carvalho foi membro da Ordem de Cristo, tendo sido ordenado em 1586. D. Sebastião deu-lhe a Comenda de Santiago, vaga pela morte do seu pai. Ver “*La Bibliografía de la Orden Militar de Cristo (Portugal). Del manuscrito al soporte electrónico*”. N° 9. Madrid, 2002. 403.

⁷⁰ Pereira, op. cit. “O autor do índice deu principalmente atenção aos códices que importam a assumptos theológicos, aos códices latino do Velho e Novo testamento, aos dos Santos Padres; aos códices em

A numeração propriamente dita inicia-se a seguir, com o fl. 1, “Tratado do cerco de Mazagão e do que nelle se passou”, e termina com o fl. 311. Somente até o 309v há texto. Nota-se que um fólio que ficava imediatamente anterior ao fl. 310 arrancou-se antes da numeração final.

Incluem-se nele 33 páginas em branco, segundo a numeração no alto da margem direita, que aparenta ser a mais moderna. A numeração à esquerda vai do 1 (“Tratado do cerco de Mazagão e do que nelle passou”) ao 319, detalhe que confirma que o índice (fls. 1be Bv) foi acrescentado posteriormente enquanto o códice esteve em Alcobaça).

Seguindo-se a numeração no alto do lado esquerdo dos fólhos, percebe-se que foram fisicamente cortados do códice aqueles cujos números correspondiam ao 131, 132, 133 e 135 (os números seguem visíveis no que restou de papel, rente à margem esquerda, mas não aparece um pedaço equivalente ao 134).

O papel, português do século XVII, é de boa qualidade, e está em bom estado de conservação. A encadernação em papel simples, sem qualquer ornamentação ou luxo, parece ser uma original feita no século XVII. Lê-se, manuscrita na lombada, no alto, a seguinte inscrição: “Noticias p^a a Historia de El Rey D. Sebastião”. A marca de posse corresponde à da Biblioteca Nacional de Portugal. No fólio de abertura (fl. 1A) vê-se centrada a seguinte inscrição:

Codex 39
de
Varias Noticias e Documentos para a Historia del Rey D. Sebastião

português deu pouca importância; menciona-os em poucas linhas, ou forma grupos de códices do mesmo género, e descreve esses grupos summariamente de modo que em alguns casos nem se pode imaginar o que está dentro do livro, que documentos, que elementos ahi se encontram”.

A seguir, lê-se o número romano XVII (escrito com lápis preto), e logo abaixo o número arábico 308 em letras grandes (com lápis azul). “Codex 39” não corresponde a nenhuma cota antiga da Biblioteca Nacional, podendo portanto tratar-se de um registo utilizado pela Livraria do Mosteiro de Alcobaça.

Há um total de 15 mãos, em maioria com letras bastante legíveis; possivelmente indicativas de cópias passadas a limpo. Duas delas surgem com mais frequência ao longo da coletânea. A primeira, conforme o esperado, corresponde a João Baptista Lavanha. A segunda mão é de Luis Lobo da Silveira. Serrão afirma que Luis Lobo foi assessor do cronista-mor de 1618 e que essa informação se encontra na carta de Ruy Barreto de Meneses (fl. 296). Nada porém, no teor daquela carta - que consultámos seguidas vezes – pode confirmar a assunção desse académico.

O nome de Lobo, tantas vezes indicado como escriba no alto da margem esquerda dos fólhos, aparece listado no índice do *Inventário dos Códices Alcobacenses* como co-autor do Alcobacense 308. Nenhum bibliógrafo peninsular, contudo, listou-lhe essa atividade. No *Catálogo Razonado Biográfico y Bibliográfico de los Autores Portugueses que Escribieron en Castellano* de Domingo García Pérez encontra-se apenas a seguinte informação:

Luis Lobo da Silveira. Natural de Lisboa, de la noble familia de Sarcedas. Tuvo educación propia de su clase, y siguió la carrera de armas, militando con distinción en las plazas de Ceuta y Tánger. Tuvo decidida afición á los estudios genealógicos; pronto tenía y hasta con las licencias, para imprimirse en Madrid un compendio de Nobiliário, que vió Salazar y Castro, y que según creemos es el mismo que vamos á mencionar. Murió en dicha corte de Madrid en 1626. Libro de linajes reales (Biblioteca Nacional de Madrid, K. 21 – 126) (García Pérez 327).

Por sua vez, no *Inventário dos Códices Alcobacenses* incluiu-se um ponto de interrogação ao lado do nome de Luis Lobo nas referências que se fazem à “Relação do princípio do governo d’El Rei D. Sebastião para a sua crónica de Miguel de Moura” (fls. 28 a 35) e ao “Tratado do Cerco de Mazagão” (fls. 1-9). Entretanto, Lobo não é o único nome citado em relação ao códice 308. A catalogação inclui também os nomes de Montclaro (“Relação da viagem que fizeram os Padres da Companhia de Jesus com Francisco Barreto na conquista de Monomotapa”), de Amador Rebello (“Apontamentos sobre a vida d’El-Rei D. Sebastião”), do Conde da Vidigueira (“Ano em que se descobriu a Índia; nomes dos capitães-mores e capitães das naus; vice-reis e governadores; arcebispos, bispos, inquisidores, etc.”), de Jorge de Sá (“Fala a D. Sebastião”), e de Ruy Barreto de Meneses seguido por um ponto de interrogação (“Regimento da provisão das comendas que se hão de de ganhar em Tânger”).

A diferença que encontramos entre Luis Lobo e os outros está na frequência com que seu nome aparece no alto da margem esquerda de manuscritos do códice Alcobacense (para além daqueles mencionados pelo *Inventário*), e na história pessoal que manteve com Lavanha. Tudo começa por volta de 1618, época em que tenta publicar um livro de genealogia chamado *Famílias reais de Portugal*. A empreitada infelizmente não obtem o sucesso esperado em consequência de um posicionamento de Lavanha contrário à sua publicação⁷¹. Segundo Fernando Bouza Alvarez, Luis Lobo só vai conseguir publicá-lo em 1623 (portanto um ano antes da morte do cronista). No prólogo (ou “*Advertencia a los lectores*”), Lobo afirma que a demora em trazê-lo à luz deveu-se a

⁷¹ Coleção Pombalina 196 f. 147 r 148 v, 27/8/1618, BNP.

não se importar com a sua publicação⁷². Fosse essa a verdade, ou a dificuldade em publicá-la, o certo é que Lobo deixou mais algumas obras manuscritas que se encontram hoje nas bibliotecas nacionais de Lisboa, Madrid e Paris⁷³.

Quaisquer que tenham sido as objeções de Lavanha ao livro de Luis Lobo da Silveira, temos graças a esse episódio um espaço cronológico para especular o início provável dos seus trabalhos para a crónica de D. Sebastião. Segundo as fontes primárias já citadas, a censura ao livro de Lobo se faz em 27 de agosto de 1618. Sabemos também que João Baptista Lavanha torna-se cronista-mor do reino de Portugal no dia 9 de Março do mesmo ano. Poder-se-ia portanto, pensar que a negativa do cronista à edição de Lobo causasse algum dissabor e desentendimento entre as partes de tal forma que compromettesse a participação de Lobo no labor de transcrição de documentos para o projecto.

Sabendo que Lavanha inicia a empresa da crónica logo após a sua nomeação como cronista-mor, e assumido-se que Luis Lobo tenha imediatamente começado a auxiliá-lo nas transcrições, ter-se-ia um espaço de aproximadamente cinco meses (até a censura do seu livro) para que esse trabalho historiográfico fosse levado a cabo. No entanto, são muitos os documentos dos códice Alcobacense 308 (ainda que em menor

⁷² Ms. /3056, BNM. *Advertencia a los lectores*: “... tampoco hago caso de escrituras o copia dellas porque una y otra cosa se falsifica por aquéllos a quien toca o por quien los quiere adular, ni menos letreros de sepultura, que muchos están falsificados”. Ver também Fernando Bouza Alvarez, “Para qué imprimir. De autores, público, impresores y manuscritos en el Siglo de Oro”. N.º 18. Madrid, 1997. 48: “A este tópico de lo perfectible de una obra cuando quedaba manuscrita, se refería Silveira a la dedicatoria a Gaspar de Guzmán que abre sus Familias Reales. Él había esperado nada menos que catorce años desde que había concluido aquel y otros libros, pero, dice, se encontraba ‘con tan poca gana de imprimirlos’ que no se había decidido a hacerlo hasta entonces”.

⁷³ *Libro de Linajes Reales*, c. 1621 (BNM, ms. K. 21-126); *Nobiliário Novo de D. Luis Lobo de Silveira. Copiado no anno de 1621* (BNF, ms. 66, *Catalogue de manuscrits espagnols et portugaise*); *Livro das Linhagens do Reino de Portugal*, s/d (COD 980, BNP); *Título da Família dos Noronhas*, s/d (COD 1054, BNP) e *Genealogia Real de Navarra*, s/d (COD 1137, BNP).

quantidade que no códice 887) a levar no alto à esquerda a assinatura de Lobo, ou o seu nome inscrito por Lavanha. Se pensarmos no tempo necessário para o trabalho de localizar e transcrever registos originais vemos que cinco meses poderiam ser curtos, mas que não se trataria de uma tarefa impossível.

Poderia-se, por outro lado, assumir que a contribuição de Lobo viesse a acontecer somente após a publicação do *Libro de Linajes Reales*, pois talvez ter-se-ia em 1623 já dissolvido o ressentimento deste para com Lavanha. O que não se poderia pensar era em 1621 como o ano da génese do Alcobacense 308, e em 1618 como o ano correspondente ao início do códice 887, posto que tanto num quanto noutra encontram-se transcrições datadas de 1618. Mais seguro seria supor que os códices começam paralelamente em 1618 e que Lobo auxilia no trabalho de compilação de ambos os códices.

Além de Lavanha e Lobo, acresce que outra pessoa (ainda que não autorizada) também deixa suas marcas no códice. Vemos que em determinado momento alguém tomou a liberdade de fazer a lápis anotações marginais concernentes ao lugar e à data de que tratam certos textos. Percebe-se que essas anotações, todas feitas com a mesma mão, não se assemelham em nada às mãos de Lavanha ou de Lobo, nem aparecem em nenhum dos outros textos. Pelas abreviaturas dos meses (7[bro], 8[bro], 9[bro]), dos anos (569, 574, etc.), e da própria ortografia, assume-se que essas anotações tenham sido incluídas extemporâneas à escritura do códice (mas em algum momento até o século XIX) por alguém que se acercou do códice para consulta. Com a mesma mão vêm-se também anotações sobre os lugares e assuntos de alguns textos (fls. 51v, 52, 53v, 54v, 55v, 57, 57v, 101v, 186v, 187, 187v, 188, 189, 190 e 207v) e marcações que parecem indicar até

onde lhe interessava o material (fls. 72, 72v, 127, 186, 193, 208, 208v, 209, 212, 240, 253v, 254, 292 e 295).

Em termos comparativos, percebe-se que o códice 887 possui 298 fólhos numerados (o texto, porém, termina no fl. 297), enquanto que o 308 possui 311 (com texto até o 309). Nada, conforme afirmámos, impede que os dois tenham sido feitos concorrentemente, pois a coerência de assuntos em cada códice não sugere uma sequência narrativa. Ambos tratam de assuntos relacionados com a história de Portugal antes e depois do nascimento de D. Sebastião (de D. João III à Filipe I) e à história ultramarina. Em termos organizativos, o códice 887 começa com o nascimento de D. Sebastião e termina 297 fólhos mais tarde, com a empresa de África, desaparecimento do rei e cartas dos governadores do reino confirmando Filipe II como monarca de Portugal. Muito menos cronológico que o 887, o códice Alcobacense 308 (que cobre o mesmo período histórico: D. João III, D. Sebastião, o curto reinado do Cardeal Infante D. Henrique e a entrada de Filipe II em Portugal) começa com o cerco de Mazagão (fl. 1) e inclui mais adiante (fl. 260), a relação do Padre Amador Rebelo, tutor e um dos primeiros biógrafos do rei. Sobre o cerco, sabe-se que tem lugar em 1562, quando D. Sebastião tinha somente oito anos de idade e já fantasiava com a ideia de uma nova cruzada, tudo graças ao ensinamento jesuítico que recebia e à poderosa influência dos irmãos Câmara. O texto do Padre Amador Rebelo, por sua vez, relata a vida de D. Sebastião engrandecendo suas qualidades e enaltecendo o carácter dos jesuítas.

No códice Alcobacense 308 a perspectiva centra-se na batalha de Alcácer Quibir. Anteriores e posteriores ao fatídico evento, pode-se ler sobre as inúmeras embaixadas envolvendo o jovem rei, Filipe II de Espanha, e o Papa Gregório; e as primeiras notícias

sobre a incerteza do destino do rei e do reino, como por exemplo a “Relação da batalha de Alcácer que mandou um captivo ao Dr. Paulo Affonso” (fl. 68). Embora não se estabeleça uma temática rigorosa e inquestionável (posto que há no Alcobacense 308 vários textos que tratam de momentos históricos não vinculados à batalha; como a conquista de Goa e Angola, e as disputas territoriais na África islâmica), dividir-se-iam os dois códices em dois tomos separados pelo momento climático da trágica morte do rei e da perda da independência do reino.

Se tudo o que se copia ao códice 887 é memória, no 308 lidamos com a memória da memória. Neste códice começa-se de facto uma narrativa cronística, pois diminui-se o recurso aos comentários marginais meta-linguísticos que caracterizam o discurso que vimos no outro códice. Passa-se então a se estabelecer uma linguagem de produção literária, como atestam a “Relação do princípio do governo delrei D. Sebastião” (fl. 28), as “Várias relações para a chrónica. Notícias do reinado de D. Sebastião” (fl. 67), as “Notícias sobre D. Sebastião” (fl. 101), “Algumas lembranças particulares do tempo delrei D. Sebastião” (fl. 103), e os “Apontamentos para a história delrei D. Sebastião tirados da relação da sua vida feita pelo P. Amador Rebello” (fl. 240).

De igual interesse é o material encontrado nos fólios finais do códice. No “Jorge de Albuquerque Coelho deu o seu cavallo a elrei na batalha de Alcácer, de um papel de Duarte de Albuquerque” (fl. 307) tem-se uma relação que afirma que D. Sebastião escapa vivo da batalha. Neste caso, a controvérsia é ainda maior, porque implica que o rei foge da luta. Ignorada qualquer interpretação de covardia, resta a hipótese de que o rei seguia vivo, acrescentando mais retórica à frente sebastianista que acreditava na volta do seu monarca.

No seguinte e último fólio, como evidência da controvérsia envolvendo os *Anales y memorias chronológicas del mundo* do abade de Montaragón, Dr. Martín Carrillo, encontra-se a carta régia que o proíbe (fl. 308). Como Lavanha morre em 1624, o edital, datado de 18 de Setembro de 1625, é adicionado ao códice postumamente.

Os nomes próprios e apelidos inscritos às margens da maioria dos textos do códice Alcobacense sugerem (como havia acontecido com o códice 887) que os manuscritos originais pertenceram e foram copiados, ou mandados copiar, pelos senhores e herdeiros das casas de onde se lhes advinha o apelido. Nomes como “Nuno de Mendonça”, à margem da carta enviada por D. João de Mendonça, por exemplo; ou pelo “Conde D. Diogo”, à margem das cartas do embaixador Juan de Silva; e por “D. António de Taide”, à margem de documentos relativos a D. Luis de Ataíde, sugerem, por coincidência de apelidos, que os herdeiros, detentores dessas cartas, as disponibilizavam a pedido do cronista para que pudesse ter material para a crónica⁷⁴.

São inúmeros, por exemplo, os fólhos que indicam que se copiavam textos à partir dos originais do Conde de Portalegre, D. Diogo da Silva (colaborador de Lavanha, como observámos no códice 887). Há um total de nove documentos (transcritos nos fls. 49-58, 64, 86-87 e 94v-96) com o seu nome na anotação marginal, ou inferido no texto. Esses documentos, somados àqueles do códice 887, revelam a participação de D. Juan de Silva como embaixador de Espanha a Portugal nos últimos anos de vida de D. Sebastião e sua actividade durante o entre-reino de D. Henrique e os primeiros anos de do reinado de Filipe I.

⁷⁴ Como mencionámos na discussão sobre o códice 887, no caso de D. Diogo da Silva, isso aparece explicitado através de uma carta sua acompanhando as cópias de documentos de seu pai que seguiam para João Baptista Lavanha.

Finalmente, o exame dos fls. 70-73, 85 e 113v foi-nos esclarecedor para ver registos adicionais que tratavam da tentativa de D. Sebastião de entrar na Liga Santa contra o Turco; um esforço para párar a ameaça dos exércitos otomanos às portas da Europa mediterrânea. Tentava-se, para esse efeito, capitalizar o sucesso da vitória de Lepanto (financiada por Filipe II e comandada por seu irmão, D. Juan de Áustria, em 1571). O fl. 70, por exemplo, intitulado “Verdadeira Relação do Recebimento que se fez em Lisboa ao Cardeal Alexandrino no anno de 71”, esclarece que o dito cardeal vai a Portugal encontrar-se com o rei para tratar de dois assuntos de suma importância na época; o casamento de D. Sebastião com Margarida de Valois, e a entrada do rei na Liga. Esses fólhos, ricos em minúcias, acrescentam ao que já havíamos discutido sobre essa matéria no códice 887.

5.4 Mãos

Há no códice Alcobacense 308 um total de quinze mãos distintas: 11 desconhecidas + Lavanha + Lobo + Ruy Barreto de Meneses + Amador Rebello. A seguir, fazemos um estudo de cada fólho, indicando (quando possível) o seu copista ou autor:

- i. Fls. 1-2. Diferentes mãos indicativas de tempos distintos. A do título (“Codex 39 de Varias Noticias e Documentos para a Historia delRey D. Sebastião”) da

primeira catalogação, feita possivelmente em Alcobaça. A cota 308, escrita a lápis, indica catalogação posterior, do século XX.

- ii. Fls. 1B-1Bv. Nova mão, índice. Tem no alto a cota antiga 443, e embaixo, à esquerda, o carimbo da Livraria de Alcobaça.

- iii. Fls. 1-11v. Mão de Luis Lobo. “Tratado do Çerco de Mazagão”.

- iv. Fls. 12 -27v. Nova mão, com anotação marginal de Lavanha.

- v. Fls. 28-35. Mão de Luis Lobo com anotações marginais de Lavanha. O nome de Luis Lobo aparece escrito por Lavanha no alto, à esquerda do fólho.

- vi. Fls. 36-43v. Mão de Lavanha.

- vii. Fls. 44-47. Mesma mão do fl. 12.

- viii. Fls. 49-64. Mão de Luis Lobo, títulos de Lavanha.

- ix. Fls. 65-76v. Mão de Lavanha.

- x. Fls. 77-77v. Mão de Luis Lobo com títulos de Lavanha.

- xi. Fls.77v-99. Mão de Lavanha.

- xii. Fl. 99v. Mão de Luis Lobo.

- xiii. Fl. 100. Mão de Lavanha.

- xiv. Fls. 101-102. Nova mão.

- xv. Fls. 103-106. Nova mão.

- xvi. Fls. 107-111v. Pode ser a mesma mão do fl. 12. Título de Lavanha.
- xvii. Fls. 112-126. Mesma mão do fl. 12. Títulos de Lavanha.
- xviii. Fls. 127-135. Pode ser a mesma mão fl. 12, mais espremida no papel. Títulos de Lavanha.
- xix. Fls. 136-148v. Nova mão.
- xx. Fls. 150-258. Mão de Lavanha.
- xxi. Fls. 260-287v. Nova mão. Possível original de Amador Rebello.
- xxii. Fls. 289-289v. Nova mão.
- xxiii. Fls. 291-293v. Nova mão.

xxiv. Fls. 295-295v. Possivelmente uma nova mão.

xxv. Fls. 296-299. Mão de Ruy Barreto de Meneses.

xxvi. Fls. 300-307v. Mão de Lavanha.

xxvii. Fls. 308-309. Nova mão.

5.5 Índice contextualizado

O códice Alcobacense 308 apresenta um índice incompleto (até o fl. 94v) feito possivelmente no Mosteiro de Alcobaça e inserido no códice antes da sua numeração actual. Até onde nos foi possível a leitura transcrevêmo-lo na íntegra, e a partir do fl. 96v seguimos com a enumeração descritiva feita em 1910 por Gabriel Pereira, da Biblioteca Nacional de Portugal. Entretanto, o índice de Pereira, por não ser sempre fiel à titulação inscrita nos fólios originais, pareceu-nos inadequado ao propósito deste estudo. Apesar disso, resolvêmos mantê-lo, respeitando seu trabalho pioneiro, mas sempre anotando as

inconsistências, onde as encontrávamos. Finalmente, sobre cada título impomos uma contextualização histórico/literária do seu conteúdo.

Fólio 1A – “*Codex 30. Varias Noticias e Documentos para a Historia delRey D.*

Sebastião”. Não aparece no índice de Gabriel Pereira.

Fólio 1B – “*Index do que Contem este Livro*”. Índice anterior ao da BNP, possivelmente feito em Alcobaça. Vai só até o fl. 94v. Gabriel Pereira tampouco o inclui no seu índice.

Fólios 1 a 11 – “1562. Tratado do cerco de Mazagão e do que nelle passou”. Transcrição do título e do texto feita por Luis Lobo (cujo nome aparece na margem esquerda), dividida em onze capítulos. No ano de 1562, sendo regente a Rainha D. Catarina, ocorre o ataque feito pelo Xarife Mohamede (o mesmo que vem a morrer em Alcácer Quibir) às praças portuguesas de Mazagão, em África. Defende-as o capitão-mor português D. Rui Sousa de Carvalho. Cristovão Aires faz uma descrição detalhada dessa matéria na variante parisiense do códice 308, porém somente inclui dez capítulos, excluindo o “*Capitulo como os mouros levantarão o cerco e se forão*”). Discutido nas *Memórias* de Barbosa Machado (tomo II, livro I, cap. IV, pág. 52-144).

Fólios 12 a 15 – *Carta de Lourenço Pires de Távora, embaixador em Roma a ElRei D.*

Sebastião sobre a primazia do arcebispo de Braga impugnada pelo de Nasaus e

Granada. 4 de fevereiro de 1562. A informação na margem esquerda, com a mão de

Lavanha diz: “*do livro da Embaxada de Lourenço Pirez de Tavora sobre a primazia de*

Braga”. Este assunto encontra-se nas *Memórias* de Barbosa Machado (tomo I, livro II, cap. XII, pág. 549-559).

Fólios 16 a 19 – “*Copia da carta que escreveo ao Cardeal estando em Salvaterra*”.

Datado de 4 de Novembro de 1563. O nome de Lourenço Pirez, que surge ao lado esquerdo do título, foi uma anotação muito posterior ao original, executada pela mesma mão que interferiu com registos extratextuais, tais como linhas divisórias e marcas de x, em outras parte do códice. Quem estava em Salvaterra era o cardeal Infante, recuperando-se de uma enfermidade. O Arcebispo de Braga encontrava-se em Roma. A carta é remetida a Portugal por Lourenço Pires de Távora. Não está em Barbosa Machado.

Fólios 20 a 21 – “*Memorial do mesmo Arcebispo dado em Madrid a ElRei catholico sobre um decreto do Concilio. 1562*”. A matéria é concernente a uma decisão sobre os legados. Tem a data de Madrid, 25 de Junho de 1562. Não está em Barbosa Machado.

Fólios 22 a 23 – *Voto do mesmo sobre o expediente do Reino na minoridade de ElRei D. Sebastião*. Outra carta do arcebispo de Braga sobre uma matéria a ser votada no conselho durante a minoridade de D. Sebastião, o número de membros e a prática a ser feita. Não há um título propriamente dito no alto do primeiro fólio, mas se inicia o texto com a seguinte oração: “*Julgue deos e desponha a bom fim as tenções. Alumie esclareça desapasionadamente nosso entendimento. Colhase fructo de seu serviço neste nosso trabalho*”. Não está nas *Memórias* de Barbosa Machado.

Fólios 24 a 27 – “*Treslado das capitulações das pazes que fez o viso rey Dom Antonio de Noronha em nome delRey nosso senhor com Idalxaa Hidalcão ao 13 de dezembro de 1571 em Goa*”. Na margem esquerda, há a anotação: “*D. Antonio de Ataide*”. Barbosa Machado nas *Memórias* não transcreve a carta de pazes, mas escreve brevemente que as pazes foram efectuadas em 13 de Dezembro de 1571 (tomo III, livro II, cap. IX, pág. 393).

Fólio 27v – “*Fala quando foi alevantado por Rey elRey Dom Sebastião nosso senhor em Lisboa nos paços da Ribeira a 13 de Junho de 1557*”. Na margem esquerda, a anotação: “*do mesmo*”. A fala foi feita por D. António de Noronha. Barbosa Machado escreve que o rei foi coroado no dia 16 de Junho de 1557, ver *Memórias* (tomo I, livro I, cap. IV, pág. 48). Barbosa Machado não inclui esta carta de Noronha, mas inclui uma do pregador Doutor António Pinheiro (tomo I, livro I, cap. IV, pág. 51).

Fólios 28 a 35 – “*Relação do principio do governo de elRei D. Sebastião*”. Riscada, aparece ao lado do título a seguinte frase: “*que se entende ser feita por Lourenço Pirez de Tavora*”, seguida pelos dizeres (em mão diferente daquela do manuscrito) “*para a sua chronica de Miguel de Moura*”. Tem na margem esquerda o nome de “*D. Luis Lobo*”. Toda a anotação marginal tem a mão de Lavanha. O cronista escreve os comentários acrescentando ou justificando certas passagens. A relação cobre desde o momento em que D. Sebastião toma o governo das mãos de seu tio-avô em 1568, até o ano de 1570, quando D. Sebastião sai de Lisboa por causa da peste.

Fólios 36 a 43 – “*Assentos copiados de um livro delles feito pelo secretario Miguel de Moura e assinados pelos do concelho de Estado delrei o qual livro me emprestou Gonçalo Pires Carvalho. Lisboa 12 de novembro de 1618*”. A maioria está redigida por Lavanha em discurso indirecto. Há várias notas marginais dando detalhes e datas. As datas vão de 1569 a 1574. Os textos tratam da fortificação das praças portuguesas em África, do contrato de trigo que se fez entre a cidade de Lisboa e os ingleses, as galés, fortificação dos lugares do Algarve, defesa dos portos, embaixadores em Roma, Itália e Castela, sobre a forma de tratamento que se deveria usar com os Duques de Florença, Ferrara, Parma e Mantua, e o mesmo com relação ao Duque de Áustria, sobre a concórdia com Inglaterra, visitas de pêzames que se deviam fazer ao Duque de Lorena, sobre o filho do Papa Gregório XIII, o governador da milícia eclesiástica, sobre um enviado português ao rei de França e sobre o regimento do conselho de Estado. Em cada assento aparecem os nomes (nem todos aparecem em todos os assentos) de Jorge da Silva, D. João de Castelbranco, D. Martinho Pereira, Martim Gonçalves da Câmara, D. João Mascarenhas, Lourenço Pires de Távora, o Conde do Vimioso, D. João Telo de Menezes, Francisco de Sá, o Bispo de Miranda e D. Álvaro de Castro, todos membros do conselho de Estado.

Fólio 44 – “*Fala que os mestéres de Lisboa fizeram aos fidalgos do Reino em o mosteiro do Carmo a 4 de maio de 1578 sobre a pasada delrei D. Sebastião Àfrica*”. Esta fala tanto exorta à quietação dos reinos, sem contudo fazer referências directas ao rei, como à empresa de África. A retórica tem um tom recriminatório (“*Temos sabido que alguãs pessoas principais e nobres descuydadas de suas obrigaçois e honrras fallão e fazem*

coussas contra o bem comum e segurança destes reynos”), e ameaçador (“... estamos prestes com quinze vinte mil homens desta cidade e seus termos os quais ajuntaremos em duas horas sendo necessario e poremos fogo as cassas dos que ja agora comessão de falar em tratar contra o bem comum e soseguo destes Reynos...”). Trata-se de um documento original escrito por uma só mão, cujo caderno começa no fl. 44 e vai até o fl. 47. Barbosa Machado não se refere a essa fala nas suas *Memórias*.

Fólios 44v a 47v – “*Fala que se fez a elrei D. Sebastião na cidade de Coimbra á Portagem no anno de 1570 aos 13 de outubro em uma 6^a feira ás 4 da tarde pelo Dr. Jorge de Saa lente de vespera em medicina*”. Nesta fala, conta-se a história de Coimbra desde D. Afonso Henriques, e jura-se lealdade a D. Sebastião. Encontra-se nas *Memórias* (tomo III, livro I, cap. XXVI, pág. 229).

Fólio 48 – Em branco.

Fólios 49 a 51 – “*Advertimientos de D. Juan de Borja, sobre las cosas y negocios de Portugal. Violos Su Magestad en el Pardo a 12 de Diziembre de 1575*”. Na margem, a inscrição: “*Conde D.D.*”, significando D. Diogo da Silva, Conde de Portalegre. A carta adverte sobre as dificuldades que um embaixador castelhano encontraria em Portugal por causa das desconfianças do rei e de seus ministros nos negócios com Castela (“*Uno de los mayores trabajos que há de tener el Embaxador de Portugal, há de ser la desconfianza con que tratan los negocios el rey y sus ministros, pareciendoles que qualquier descuydo que aya, o qualquier cumplimento que con ellos se dexe de hazer, es*

por tenerlos en poco”). Borja escreve ademais que Portugal é dependente do reino vizinho (“*Portugal no puede venir sin las cosas que van de Castilla y de los demas Reynos, y estados de Su Magestad*”). Sobre a matéria das tentativas passadas de um casamento para D. Sebastião, Boja adverte que um embaixador deva esquivar-se do assunto (“*A se de evitar lo posible no venir a tratar de cosas pasadas en materias de casamientos delRey, con el, ni con sus ministros, y a los que esta materia hablaren, que han de ser muchos, ha si les de responder con generalidad, passando por ello como cosa llana*”). Outras advertências tratam da presença castelhana em Índia, Berberia e sobre o comércio entre os dois reinos. Não se encontra nas *Memórias*.

Fólio 51v – “*Del conde de Portalegre a S. Mag. en mano propria a 29 de março de 1576*”. Sobre o descontentamento da Rainha D. Catarina com Filipe II, devido às fracassadas negociações para o casamento de D. Sebastião com Margarida de Valois. Está em Barbosa Machado (tomo IV, livro I, cap. II, pág. 26-28).

Fólios 52 a 57 – “*Outras do mesmo conde a Fellippe 2º sobre a jornada de elRei D. Sebastião a Affrica e outros assumptos*”. Os outros assuntos incluem as negociações para o casamento de D. Sebastião com uma das filhas do Rei Prudente e a sua reacção frente a Portugal após a notícia do perda do exército português. Não estão ordenadas cronologicamente. A primeira é “*Del conde de Portalegre a S. Mag. a 25 de Enero de 1578*”, outra carta de 16 de Janeiro de 1578, outra de 5 de Fevereiro de 1578, outra de 27 de Setembro de 1576, uma de 16 de Fevereiro de 1578, uma de 27 de Setembro de 1576. Em seguida aparece o “*Treslado de la carta que elrei D. Phelipe 2º envió a la camara de*

Lisboa. Madrid, 2 de abril de 1579”, na qual Filipe II lastima a perda de D. Sebastião e sua gente, afirma que tudo fizera para evitar a jornada, e lembra a todos do seu direito na sucessão do trono. Esta carta não é incluída na transcrição que Cristovão Aires faz do códice 8 de Paris). A última carta é uma do Conde de Portalegre a Filipe II, sem data, em que fala das condições físicas de D. Sebastião (incluindo-se a suspeita sobre sua capacidade reprodutiva), e encontra-se nas *Memórias* (tomo IV, livro I, cap. II, pag. 36-28).

Fólios 57v a 58 – “*Delrei D. Sebastião de mão propria ao Magnifico Embaixador D. João da Silva*”. A transcrição é feita por Luis Lobo. Tem a data de 26 de Janeiro de 1577. Nesta carta D. Sebastião pede ao embaixador que conte ao rei de Castela, ao Duque de Alva e ao Prior D. António (de Toledo) sobre uma explosão de pólvora que só não o atingiu porque estava em Espanha, e fala também de esportes (“*Dizei a D. Diogo de Cordova que os porcos de Salvaterra e de Almeirim o desafio, e o esperão para entrar com elle no matto e não em campo e que eu serey seu padrinho*”). Barbosa Machado não a cita nem transcreve, mas refere-se à explosão de pólvora: “A vehemencia do estrondo não somente fez nos ouvidos horrorosa impressão, mas abalou todos os edificios da Cidade, abrindo portas, trocando ferrolhos, arrancando aldabras, e voando pedras de grande pezo, que matarão a muitas pessoas. Huma dellas rompendo o telhado do Palacio Real junto da Igreja de Santos, abriu a parede a que estava encostada a cadeira onde elRey dava audiencia”, (tomo IV, livro I, cap. Viii, pag. 84). A explosão aconteceu no dia 13 de Dezembro de 1576, dois dias após a partida de D. Sebastião na jornada de Guadalupe.

Fólios 58v a 60 – “*Copia da carta que escreveu o principe de Orange a elrei D. Sebastião, de Gante 10 de janeiro de 1578*”. O título foi escrito por Lavanha. A carta está em latim. O príncipe de Orange, Guilherme de Nassau, rebelando-se contra o domínio de Castela em Flandes, pede a D. Sebastião que sirva de intermediário nas negociações com Filipe II. Barbosa Machado não transcreve essa carta, mas escreve sobre o assunto (tomo IV, livro I, cap XIII, pag. 112-116).

Fólios 61 a 63 – “*Entrada do corpo delrei D. Sebastião na cidade de Evora. Anno de 1582, e do que nisto se fez pelo Prelado e Cabido*”. Trata-se de uma longa relação do cortejo e cerimônias que acompanharam a entrada do carro fúnebre contendo o corpo de D. Sebastião. É datado de Lisboa, 4 de Março de 1583.

Fólios 64 – Sem título. Certificado do Conde de Portalegre, datado de Lisboa, 4 de Março de 1583. O certificado do Conde de Portalegre, D. Juan de Silva, embaixador de Filipe II a Portugal nos últimos anos do reinado de D. Sebastião é a transcrição de um documento legal no qual o conde oferece a sua palavra como garantia de que o pregador português Fernão da Silva não incitara D. Sebastião a continuar na batalha de Alcácer Quibir. Não se encontra nas *Memórias* de Barbosa Machado.

Fólios 65 a 68 – Tem por título: “*Varias relações para a chronica*”, que são notícias sobre abertura de conventos, falecimentos (incluindo-se o do Duque de Bragança, D. Teodósio, da Infanta D. Isabel, do Sr. D. Duarte, da Infanta D. Maria, do Duque de

Aveiro, da Princesa D. Joana, e de D. Carlos, Príncipe de Castela), as tomadas de entrepostos na Índia, o Concílio de Trento, a visita da Princesa de Parma, a trasladação dos ossos de D. Manoel, D. João III e da Rainha D. Maria, o cerco de Mazagão e a tomada da Ilha da Madeira pelos franceses. Numa margem, a anotação: “*assi o diz o livro de Pero Roiz Soares*”. Segue-se com a “*Carta delRey D. Sebastião ao Bispo de Coimbra para se darem graças a N. Senhor pelas vitorias da India*”, datada de Lisboa, aos 30 de Julho de 1572, e o “*Sumario das vittorias da India no anno de 570 e 571*”. Todo o texto, incluindo-se as várias anotações marginais, tem a mão de Lavanha e varia do discurso directo ao indirecto.

Fólios 68 a 69 – “*Relação da batalha de Alcacer que mandou um captivo ao Dr. Paulo Afonso*”. Do próprio Lavanha, com muitas notas à margem. Há no fol. 69vº um diagrama da posição dos portugueses na batalha. O mesmo diagrama encontra-se na variante de Paris.

Fólios 70 a 72 – “*Verdadeira relação do recebimento que se fez em Lisboa ao cardeal Alexandrino no anno de 1571*”. A mão é de Lavanha, que redige em discurso indirecto. Miguel Bonello, o Cardeal Alexandrino, foi enviado pelo Papa Pio V para convocar os príncipes cristãos contra o império otomano e tratar de persuadir D. Sebastião da necessidade de casar com Margarida de Valois. Está relacionado com a matéria dos fólhos que se seguem. O texto fala que D. Sebastião ordenou que fossem feitas grandes festas por todos os lugares onde passasse o cardeal, que entrou no reino no dia 28 de Novembro

de 1571. A visita do cardeal Alexandrino é discutida por Barbosa Machado nas *Memórias* (tomo III, livro II, cap. VI, pag. 340-365).

Fólio 72 – *Pede o Cardeal a elRey D. Sebastião por parte do Papa que entre na liga, e case com M. Margarida hirmã de Carlos Rey de França.* Trata-se de uma continuação da narrativa anterior, sem título. A primeira frase é a que se segue: “*O cardeal Alexandrino pedio a elRey D. Sebastião por parte do papa Pio 5 que entrasse na Liga e casasse com M. Margarida irmaa de Carlos Rey de França, porque fazendo assi faria a Deos hum assinalado serviço...*” Lavanha redige o texto usando um discurso indirecto. Trata-se das negociações para a entrada de Portugal na Liga que se armava contra o império otomano (a Liga Santa contra o Turco), orquestrada pelo Papa Pio V, após o sucesso da vitória em Lepanto.

Fólios 72v a 73 – “*Da armada que se fez neste reino no anno de 1572 de que era general o Sr. D. Duarte*”. Por trás dessa armada estava a entrada de D. Sebastião e de Portugal na Liga contra o turco. A armada não chega a sair devido a uma grande tempestade em Lisboa. Barbosa Machado escreve sobre essa armada nas *Memórias* (tomo III, livro II, cap. XIII, pág. 415).

Fólios 73v a 74 – *Da vista que elrei deu no anno de 1573 aos lugares de Alemtejo e como veo a Evora estando elRey nella o arcebispo de Lauriano nuncio do Papa*”. O texto, em discurso indirecto e redigido por Lavanha, fala do entretenimento do rei com as corridas de touros, e menciona que estas tinham sido anos antes proibidas por Pio V por

serem perigosas (na verdade, por serem de origem ritual pagã), mas que D. Sebastião havia obtido autorização para realizá-las em Portugal desde que os touros tivessem os seus chifres cerrados ou cobertos. Lavanha escreve à margem o seguinte comentário, mas sem indicar de qual memória se estava a referir: “*outra memoria diz que passado N.S. de Agosto partio elRey para Cintra e della na entrada de Settembro foy ter a Coimbra e dally ao Cabo de São Vicente por mar onde estava em Lagos ate lhe darem a nova da morte da princeza sua may*”. Barbosa Machado fala sobre o assunto da visita nas *Memórias* (tomo III, livro II, cap. II, pág. 482-485).

Fólio 74v – “*Capitulo que elrei fez em Santarem na ordem de Christo*”. Redigido por Lavanha em discurso indirecto, o texto descreve detalhes da cerimônia do capítulo, como a decoração, os participantes, e as razões porque se dizia que D. Sebastião queria fazê-lo (o cronista oferece duas possibilidades; “*a causa de se fazer este capítulo dizem que foy querer elRey prover nas igrejas da ordem que por culpa dos comendadores padecião muito dano no serviço (no que outros dizião querer elRey dar ordem com que no Cabo de São Vicente se fizesse hum convento de Cavalleyros desta ordem ao qual se passasse o de Thomar, porque d’ally defendendo todo o Algarve dos Mouros e Turcos, que todos os mais dos anos, o roubavão e saqueavão e cativavão christãos, ganhassem suas comendas da maneyra que as ganhão os comendadores de Malta, e que a insignia destes cavalleyros e comendadores avia de ser a mesma que a de Christo, mas avia de ter de mais, huma seta ao pee da cruz a honra de S. Sebastião advogado delRey, mas não se pos por obra*”). Disso não fala Barbosa Machado ao comentar nas *Memórias* sobre o capítulo da Ordem que se fez em Santarém (tomo III, livro II, cap. VI, pág. 340).

Fólio 75 – “*Carta delRey a D. Nuno Manuel seu embaixador em França. Evora, 20 de março de 1575*”. Na margem esquerda, a inscrição: “*Bispo de Viseu*”. Trata-se do resumo dessa carta, feito em terceira pessoa por Lavanha. O rei pede ao embaixador que dê os pêsames a Henrique III pela morte de seu irmão Carlos IX, e que ao mesmo tempo felicite-o pelo seu casamento. Barbosa Machado fala dessa matéria, sem transcrever a carta (tomo III, livro II, cap. XXX, pág. 624).

Fólios 75v e 76 – “*Outra carta de S.A. para o mesmo D. Nuno. De Sintra, 11 de outubro de 75*”. É uma transcrição da carta, feita pela mão de Lavanha. Trata-se de uma resposta de D. Sebastião para o Rei de França sobre o seu pedido de um empréstimo. Nela o rei português explica não poder atendê-lo devido à situação da sua própria fazenda. D. Sebastião queixa-se também dos assaltos de corsários franceses nas terras conquistadas por Portugal. Insta-lhe no final, para que destrua os luteranos. Não encontra-se em Barbosa Machado.

Fólios 76v – “*Pedaços de cartas originais de Miguel de Moura escritas a elRey D. Sebastião*”. Tem na margem a data de Lisboa, 21 de Agosto de 1574. Transcritos por Lavanha. Na margem esquerda, a nota: “*Gonçalo Pires Carvalho*”. Começa com uma referência à assiduidade com que D. Sebastião, de mão própria, escrevia suas cartas; facto que, segundo Moura, deveria incluir-se em crónicas que se fizessem sobre o rei. Começa assim: “*Pois V.A. faz tanto escreve tanto de sua mão, e não deixa passar hum só dia, como convem que seja. Que cousa esta para na cronica de V.A. se dizer, com outras*

muitas, que cousa para a Rainha N. Sra. que com tanta razão desejara agora de fallar nisso a V.A. e que cousa para quem souber concordar as cousas passadas com as presentes”. O assunto de que se trata é o do convencimento do cardeal Infante para que assumia a regência durante a (primeira) jornada de África. Não está nas *Memórias*.

Fólio 77 - Somente o título foi escrito por Lavanha: “*Carta delRey D. Sebastião escrita a Miguel de Moura estando no Cabo de São Vicente copiada de outra de sua mão, delRey*”. Datada de 14 de Setembro de 1576. Naquele ano, D. Sebastião resolve passar ao Cabo de São Vicente para confrontar os mouros que circulavam na costa do Algarve. A carta é uma instrução ao conselheiro de estado sobre algumas cartas que ele levaria para a Rainha sua avó e o cardeal Infante seu tio, tranquilizando-os de algumas notícias que poderiam ter ouvido sobre um confronto entre os mouros e as galés portuguesas, e garantindo-lhes sobre a segurança do rei. Encontra-se na íntegra nas *Memórias* (tomo IV, livro I, cap. IV, pag 36-38).

Fólio 77v a 78 – “*Resposta de Miguel de Moura a esta carta*”. Transcrita por Lavanha. Mais uma vez, Moura escreve sobre a importância histórica das cartas de D. Sebastião, pois devem “*para o futuro poremse estas cousas em lembranças*”. Barbosa Machado publica-a nas *Memórias* (tomo IV, livro, I, cap. IV, pág. 38-40).

Fólios 78 a 79 – “*Carta do cardeal infante a elrei sobre a jornada de Africa. Copiada do original*”. Transcrita por Lavanha. Tem a data de 1º de Fevereiro de 1578. Nesta

carta D. Henrique tenta dissuadir o sobrinho de fazer pessoalmente a jornada. Está incluída nas *Memórias* (tomo IV, livro II, cap. II, pág. 249).

Fólios 79v a 80 – “*Outra original do Cardeal para Miguel de Moura sobre a mesma matéria*”. Datada em Alcobça, a 6 de Agosto de 1578. Transcrita por Lavanha. O cardeal infante ainda não havia sido informado do desastre da batalha de Alcácer Quibir, acontecido dois dias antes. Num trecho da carta D. Henrique escreve: “*mando este para me trazer recado do que mais tiverdes sabido, agradecervoshey muito escreverdesmo por elle; por huma parte o desejo muito saber, e por outra o receo*”. Não aparece em Barbosa Machado.

F’olio 80 – “*Carta do Cardeal a Miguel de Moura sobre o Sr. D. Antonio*”. Évora, 1º de Janeiro de 1578. Transcrita por Lavanha. Apesar da indisposição do Cardeal D. Henrique com relação ao prior do Crato por este não ter seguido a vida eclesiástica que lhe ordenara seu pai, o Infante D. Luis, o cardeal aconselhara-o a esquecer a afronta que recebera de D. Sebastião (que preferira Christovão de Távora numa disputa envolvendo um criado de D. António que era protegido de Távora), e de seguir com o rei na jornada de África. Não está nas *Memórias*.

Fólio 81 – “*Outra do Cardeal a Miguel de Moura sobre o Sr. D. Antonio*”. De Penha Longa, 22 de Junho de 1578. Transcrita por Lavanha. Sobre o mesmo assunto do fólio anterior. Nesta carta o cardeal Infante mostra-se mais tolerante com D. António. Encontra-se nas *Memórias* (tomo IV, livro II, cap. VII, pag. 291-295).

Fólio 82 – “*Auto do juramento que o cardeal fez quando elRey foi por 1ª vez para Africa*”. Em Lisboa, aos 3 de Setembro de 1574. Transcrito por Lavanha. Está em Barbosa Machado (tomo III, livro II, cap. XXVII, pág. 597-598).

Fólio 83 – “*Carta de Miguel de Moura ao Cardeal Infante sobre o Sr. D. Duarte*”. Transcrita por Lavanha. Estando muito enfermo, D. Duarte pede autorização a D. Henrique para fazer um testamento. Tem a data de 14 de Novembro de 1576. Não encontra-se em Barbosa Machado.

Fólio 84 – “*Carta delRey ao Sr. D. Duarte sobre as ordenanças*”. Transcrita por Lavanha. D. Sebastião reclama das demoras em cumprir-se o seu regimento por causa da oposição de alguns nobres. Somente a segunda dessas cartas (fl. 84v) está no índice de Cristovão Aires para o códice 8 de Paris. Não está nas *Memórias*.

Fólios 84v a 85 – “*Carta segunda delRey ao Sr. D. Duarte e para o Duque de Bragança, etc., sobre as ordenanças*”. Almeirim, 13 de Maio de 1575. Transcrita por Lavanha com anotações marginais. Não está nas *Memórias*.

Fólio 85 - “*Forma das cartas que elrei escreveu ás pessoas que haviam de mandar gente para a armada do Sr. D. Duarte*”. Transcrito por Lavanha. O assunto da armada que se fez para que D. Duarte fosse em auxilio da Liga encontra-se nas *Memórias* (tomo III, livro II, cap. XIII, pág. 416).

Fólio 86 a 87 – “*Apontamentos que elRey D. Henrique mandou que respondesse Pedro de Alcaçova*”. Na margem a nota: “D. Diogo”. Com data de 2 de Outubro de 1578. Transcritos por Lavanha. Quando D. Henrique assume o trono pela sucessão de seu sobrinho, manda prender Pero de Alcáçova, responsabilizando-o de haver aconselhado D. Sebastião a fazer a jornada de África. Barbosa Machado não os inclui nas *Memórias*.

Fólios 87 a 88 – “*Apontamentos a que elRey mandou que respondesse Luís da Silva*”. Com data de 15 de Janeiro de 1579. Transcritos por Lavanha. Na margem esquerda, a nota: “*resposta de Luis da Silva vai ao f. 325*” (porém o códice termina no fl. 309). A nota não aparece na variante de Paris, que por sua vez, inclui uma nota marginal que diz: “do livro de Pedro Ruiz Soares”. Quanto à matéria do texto, fala-se que o embaixador Luis de Silva é acusado por D. Henrique de influenciar a decisão de D. Sebastião na jornada de África. Os apontamentos não aparecem nas *Memórias* de Barbosa Machado, mas estão transcritos no *Memorial* de Pero Roiz Soares, capítulo 50 (assim como a resposta de Silva).

Fólios 88 a 88v– “*Copia de la respuesta que elRey Catholico mandou dar a Pedro de Alcaçova*”. Transcrita por Lavanha, em espanhol. O título que consta no fólio é este: “*Copia de la respuesta que S. Mag. mandó dar a Pero de Alcaçova*”. É sobre as negociações para as visitas de Guadalupe entre Filipe II de Espanha e D. Sebastião. Barbosa Machado a publica sem o primeiro parágrafo e sem o parágrafo que separa a terceira cláusula (a do casamento) das duas primeiras (tomo IV, livro I, cap. II, pag. 25).

Fólios 88v a 89 – “*Las vias, de las mas ordinarias, por donde se ha procurado ajuntar dinero para la jornada de Africa*”. Em espanhol, com mão de Lavanha, apresenta um discurso indirecto. A narrativa, no presente, lista as acções tomadas por D. Sebastião para arrecadar dinheiro para a empresa de África, como por exemplo o dinheiro dos cristãos novos, o imposto sobre o sal, a renda dos eclesiásticos, a venda de propriedades reais, a criação de juros e bulas, além do serviço voluntário dos senhores nobres. O texto não se encontra em Barbosa Machado.

Fólios 89 a 90v – “*Las cosas que D. Christoval de Moura ha suplicado a S. Mag. de parte del Rey de Portugal y lo que se le responde*”. Não tem data. Inclui: “*La instruccion que se ha de dar al capitán Cabrita*”. Textos da mão de Lavanha, em discurso indirecto no presente, em espanhol, com varias anotações detalhadas nas margens (também em espanhol). São parágrafos curtos citando todo o apoio logístico que D. Sebastião esperava de seu tio para a segunda jornada de África. Do lado esquerdo de cada requerimento aparece escrita a justificativa para a sua concessão (ou não) por parte de Filipe II. É certamente um texto em que se tenta isentar o rei castelhano da acusação de deliberadamente não haver socorrido D. Sebastião. Não está nas *Memórias*.

(Os fls. 147-147v do códice de Paris caberiam aqui, mas não se encontram).

Fólios 91 a 94 – “*Arbitrio que se propoz a elrey D. Sebastião para ajuntar dinheiro para a Jornada de Africa*”. Redigido em português, por Lavanha, empregando-se um discurso

indirecto no presente. Na margem, a seguinte anotação: “*o papel me deu Maximo de Pina. Escrito da mão de seu pay Fernão de Pina Marecos*”. Não tem data, mas pelo conteúdo deve ser de 1574 em diante. O texto fala dos conselhos que se davam a D. Sebastião, como por exemplo, para que tomasse o controle do mercado, regulando preços, e eliminando os intermediários no comércio doméstico do pão. Contém a seguir uma “*Segunda parte contra este conselho*”, ao lado da nota: “*Esta parte contrariou Fernão de Pina*”. Não está em Barbosa Machado.

Fólios 94v a 96 – “*Memoria de lo que ha traido en comision Nuno Alvares Pereira quando bolvió de Flandes*”. Sem data. Em espanhol, transcrito por Lavanha. Na margem, a nota: “*Conde D. Diogo*”. Trata-se de informação para Filipe II sobre a situação nos Países Baixos. Este texto relaciona-se com a carta do Príncipe de Orange para D. Sebastião nos fls. 58v-60 (tendo sido, portanto, escrito em 1578).

Fólio 96v – “*Copia da carta original que elrei escreveu a João de Mendonça em resposta da que elle escreveu quando succedeu no Governo da India*”. Datada em Almeirim aos 20 de Fevereiro de 1565. Transcrita por Lavanha. Na margem, a indicação: “*Nuno de Mendonça*”. Fala sobre a morte do Conde do Redondo, visor-rei da Índia, e da sucessão de João de Mendonça nos postos de capitão-mor e governador. Assinada pelo cardeal Infante. A carta não aparece nas *Memórias*.

Fólio 97 – “*Copia da carta original d’elrei D. Sebastião a João de Mendonça sobre a jornada de Africa*”. Transcrita por Lavanha. Com data de Setúbal, 24 de Abril de 1576.

D. Sebastião nessa carta fala sobre o deslocamento do Xarife por Muley Moluco e pede o conselho de João de Mendonça no que deve ser feito a propósito, pois nisso vê grande perigo. Não se encontra nas *Memórias*.

Fólio 98 – Notas diversas. Málaca. Achem. Monomotapa. Liga contra o turco.

Redigido por Lavanha em discurso indirecto. O primeiro título é “*do ano de 61*”, fala do socorro de Portugal ao Moluco quando João de Mendonça era capitão de Málaca (informação que se afirma tirada de uma carta da Rainha durante a minoridade de D. Sebastião). A nota à margem diz que “*este socorro foy sabendo que estava de cerco Maluco, aonde mandou Diogo da Silveira seu sobrinho com 50 homens em huma caravella*”. Os parágrafos seguintes falam de outros serviços prestados por Mendonça nos anos de 1562, 1563 e 1571. Em seguida, o título “*A Francisco Barreto do conselho do estado governador da conquista e empresa do senhorio de Monomotapa*” indica uma carta de 23 de Fevereiro de 1572, na qual D. Sebastião lhe informa sobre a visita do Cardeal Alexandrino e do seu propósito. O último texto, sem título, fala de uma carta de 4 de Fevereiro de 1572, do rei para a D. António de Lima, fazendo-lhe saber de sua intenção de entrar na Liga, e que para isso preparava uma armada que teria como general o Senhor D. Duarte.

Fólio 98v – “*Copia da carta que elRey D. Philippe escreveo a elRey D. Sebastião sobre o socorro de Orão*”. Datada de Madrid, 25 de Abril de 1563. Transcrita por Lavanha.

Filipe II pede a ajuda de Portugal para defender as suas praças em África, atacadas pelo turcos. Encontra-se nas *Memórias* (tomo II, livro II, cap. I, pag. 379-380).

Fólios 98v a 99 – “*O que elrei N. S. responde ao que o sereníssimo rei de Castella lhe escreve sobre a armada dos turcos, e mouros de Argel*”. Sem data, mas é uma resposta à carta do fólio anterior. Lavanha a transcreve usando o discurso indirecto. O título que aparece no fólio é na verdade o início do primeiro parágrafo: “*O que elRey N. S. Responde ao que o Sereníssimo Rey de Castella lhe escreve sobre a armada dos Turcos e Mouros de Argel, e do intento delles, em que lhe da sua parte fallou o Embaxador D. Afonso de Tovar he*”. O teor da carta informa que Portugal enviaria armadas para socorrer os castelhanos. Não a publica Barbosa Machado.

Fólio 99v – “*Ao Conde da Castanheira*”. Transcrição de Lobo. É uma carta do cardeal Infante ao Conde da Castanheira sobre o socorro de Orão. Escrita em Lisboa no último dia de Abril de 1563 e assinada pelo Cardeal Infante D. Henrique. Repete o assunto das duas cartas anteriores. Não está nas *Memórias*.

Fólio 100 – “*Carta e presente que elrei D. Felipe o prudente mandou a Francisco Barreto*”. De quando Barreto voltou da jornada de Penon de Velez. Sem data, mas sabe-se que a jornada aconteceu em 1564. Na margem esquerda, a nota: “*Nuno de Mendoça*”. Transcrição de Lavanha. Antes da carta há o seguinte parágrafo, bastante descritivo do conteúdo da mesma: “*Depois de Francisco Barreto vir do Pinhão de Velez de acompanhar naquella jornada D. Garcia de Toledo, querendo elRey D. Philippe gratificarlhe aquelle serviço, mandouse retratar em huma medalha d’ouro, e posta em*

huma cadea grossa d'ouro mandou visitar a Francisco Barreto com esta carta". A carta encontra-se nas *Memórias* (tomo II, livro II, cap. II, pag. 402).

Fólios 101 a 102v – “*Noticias sobre D. Sebastião*”. São textos pequenos sobre D.

Sebastião, em sua maioria assinados por “*Gonçalo Pires Carvalho per relação de Miguel de Moura*”. Narram factos peculiares sobre a valentia (e também impulsividade) de D.

Sebastião nas caçadas e nas águas revoltas do Tejo, e sobre seus passeios nocturnos e solitários em bosques próximos ao paço. Dois outros textos, um sobre o cometa em 1577, e outro sobre a tentativa de corrupção do Duque de Ossuna por D. João Telo (um dos governadores do reino após a morte de D. Henrique) têm a autoria de D. Diogo de Castro, a 10 de Setembro de 1618 em Lisboa. Um texto em particular fala das falsas premissas construídas retoricamente por D. Sebastião para justificar sua ajuda ao Xarife contra o Moluco. Este texto tem a nota: “*Gonçalo Pires Carvalho per relação de Miguel de Moura*”.

Fólios 103 a 106 – “*Algumas lembranças particulares do tempo delrei D. Sebastião*”. À

margem: “*do Chantre*” (trata-se do Chantre de Évora, Manuel Severim de Faria, 1584-1655). De difícil leitura pois o papel encontra-se muito borrado de tinta. São textos pequenos, divididos em 27 partes sem título, sobre o reinado de D. Sebastião até 1574.

Narra-se, por exemplo, que nesse mesmo ano acontece a visita a Portugal de uma mulher que diziam ser a Rainha de Fez.

Fólios 107 a 111 – “*Do conde da Castanheira a Rainha*”. Com data de 1º de Março de 1561. Somente o título tem a mão de Lavanha. Na margem esquerda, a nota: “*D. Antonio de Ataide*” (primeiro conde da Castanheira). Trata do decisão da Rainha D. Catarina de deixar o governo. O conde pede-lhe que antes de decidir-se ouça a ele, ao cardeal Infante e aos do conselho. Não se encontra nas *Memórias* de Barbosa Machado.

Fólio 111v – O título, escrito por Lavanha, é: “*DelRey ao Conde da Castanheira. Cópia do original*”. Na margem esquerda: “*do mesmo*”. Datado de Lisboa, aos 5 de Setembro (sem o ano). Sobre a grande quantidade de madeira que se extraía nas terras portuguesas da Índia. Assinada pela rainha. Não está em Barbosa Machado.

Fólio 112 – “*DelRey ao Conde da Castanheira. Cópia do original*”. Na margem esquerda: “*do mesmo*”. Título incluído por Lavanha. Datado de Julho de 1562. Nesta carta a Rainha D. Catarina informa da sua decisão de fazer cortes, convocando os três estados do reino para Lisboa, para anunciar sua decisão de deixar a regência dos reinos. Assinada pela rainha. Essa carta não está nas *Memórias*, mas Barbosa Machado discute o assunto (tomo II, livro I, cap. XII, pag. 164-167).

Fólio 112v – “*DelRey ao Conde da Castanheira. Cópia do original*”. Na margem esquerda: “*do mesmo*”. Título incluído por Lavanha. Datado de Lisboa, aos 23 de Março de 1562. Nesta carta a Rainha D. Catarina fala da informação que recebera de Rui de Sousa de Carvalho, capitão da praça de Mazagão, de que o filho mais velho do Xarife

havia lá chegado com seu exército. Por essa razão mandava gente, mantimentos e munições para a defesa da área. Assinada pela rainha. Não está em Barbosa Machado.

Fólio 113 – “*DelRey ao Conde da Castanheira. Cópia do original*”. Na margem esquerda: “*do mesmo*”. Título incluído por Lavanha. Datado de Lisboa, aos 21 de Outubro de 1562. Aqui a Rainha D. Catarina fala sobre o crescimento do luteranismo em França, inclusive entre pessoas importantes. Assinada pela rainha. Não encontra-se nas *Memórias* de Barbosa Machado.

Fólio 113v – “*Do que se fez e ordenou logo como se foy o Cardeal Alexandrino*”. À margem esquerda a anotação: “*Do livro de Pero Roiz Soares*”⁷⁵. Matéria que se acha no capítulo 22 do *Memorial* de Pero Roiz Soares (“do apercebimento que se fes tanto que o Cardeal se foy”). Não é uma transcrição directa; mas fala-se do mesmo assunto.

Fólios 114 a 116 – “*Em que relata a carta que veyo de França de verbo a verbo*”. À margem: “*do mesmo*”. Trata-se da transcrição fiel de um trecho do capítulo 23 do *Memorial* de Pero Roiz Soares (“da boa nova que veyo pera donde a Armada estava feita”). O trecho transcrito termina no *Memorial* com a seguinte frase: “essa foy a Relassão de verbo a verbo que o embaxador mandou a elRey dom sebastiam e depois desta lhe mandou outra que de verbo a verbo he a que se segue”. A narrativa descreve os acontecimentos dos dias 22 a 24 de Agosto de 1572 em Paris, quando um almirante

⁷⁵ Ver Pero Roiz Soares. *Memorial de Pedro Rodrigues Soares*. Ed. M. Lopes de Almeida. Coimbra, 1953.

francês foi atacado com um arcabuz ao ler na rua uma carta que lhe dera um cavaleiro luterano, e as violentas consequências desse acto.

Fólios 116 a 116v – “*De huma boa nova que veyo dende esta armada que estava pera hir pelo que não foy*”. Na margem, a nota: “*do mesmo*”. Trata-se de narrativa contendo os factos escritos no início do capítulo 23 do *Memorial* de Roiz Soares. Não é uma transcrição directa. A nova de que se fala é uma carta de Portugal ao Rei de França sobre a procissão que se fazia abençoando a armada liderada por D. Duarte (para a Liga), que estava prestes a sair.

Fólios 116v a 117 – “*Em que conta o grande destrosso que neste porto se fez de perda da armada*”. Na margem: “*do mesmo*”. São factos contidos no final do capítulo 23 do *Memorial* de Roiz Soares. Não é uma transcrição directa. Narra-se a destruição da armada devido a uma forte tempestade que começou a meia-noite do dia 13 de Setembro de 1572, data prevista para o embarque.

Fólio 117v – “*Da prisão de D. Antonio de Cascaes, o como e sobre que*”. Na margem: “*do mesmo*”. A narrativa contém factos do capítulo 25 do *Memorial* de Roiz Soares (“da prisão de hum senhor deste Reyno e o em que parou”, sem ser uma transcrição directa. Conta-se que no dia 5 de Agosto de 1572 foi preso D. António de Cascais sob uma falsa acusação (feita por um criado) de que estava a conspirar contra o rei com os luteranos. D. António foi eventualmente solto, e o criado perdoado a pedido seu.

Fólios 118 a 119 – “*Comesa de contar a grandissima peste deste reino*”. À margem: “*do mesmo*”. Factos contidos no capítulo 8 do *Memorial* de Roiz Soares (“Começa de contar a grande peste do anno de 1569”). Não é uma transcrição directa do texto do *Memorial*, mas narra o mesmo assunto da peste que assolou Lisboa, começando no mês de Junho de 1569.

Fólio 119 a 119v – “*Das companhias e capitais que nesta cidade se fizerão, cousa não costumada e principio de tanta perdição e mal*”. Na margem: “*do mesmo*”. Está no capítulo 14 do *Memorial* de Roiz Soares (“das companhias e ordenanças de guerra que nesta cidade se comesarão cousa não visto nella avia muitos annos”). Não se trata de uma transcrição directa. O texto fala de factos acontecidos em Julho de 1570, quando D. Sebastião decretou que fossem feitas em todo o país companhias de soldados e que os homens se exercitassem nas armas todos os domingos e dias santos.

Fólios 119v a 120 – “*Da recenha geral que se fez das bandeiras que erão feitas em que esteve elRey Dom Sebastião*”. Na margem: “*do mesmo*”. Está no capítulo 15 do *Memorial* de Roiz Soares (“de dous alardos gerais que primeiro se fiserão nesta cidade da gente que estava feita”). É uma variante do texto *Memorial*, na qual se narra a continuação das companhias ordenadas pelo rei, que no dia 3 de Setembro de 1570 se juntaram no Campo de Santo Amaro e em Alcântara para os exercícios militares, com a participação do próprio D. Sebastião.

Fólio 120 – “*Doutro alarido geral juntamente com os de cavallo*”. À margem: “*do mesmo*”. Trata-se também do capítulo 15 do *Memorial* de Roiz Soares. Transcrição não directa, continuando-se a narrativa acima. Em seguimento ao ajuntamento anterior, D. Sebastião ordena outro, desta vez com trombetas e cavalos, no dia 29 de Setembro do mesmo ano.

Fólios 120v a 121v – “*Conta de como quando se tolheo neste Reyno a moeda de cobre*”. À margem: “*do mesmo*”. Trata-se do capítulo 6 do *Memorial* de Roiz Soares (“como se tolheo neste Reino a moeda de Cobre”). É uma versão com variantes mínimas do texto de Ruiz Soares em que se fala da determinação do cardeal Infante em 1569 (depois de D. Sebastião quando tomou o governo) de tirar a valia da moeda de cobre, desvalorizando assim o dinheiro. A voz narrativa fala do “grandissimo roubo e destroissão que a Portugal se fasia com esta moeda de cobre”.

Fólios 121v a 122 – “*Da vinda do Vizo Rey Dom Luis de Taide e das canas que jogou elRey*”. Na margem: “*do mesmo*”. São factos contidos no capítulo 24 do *Memorial* de Roiz Soares (“da vinda do Viso Rey dom Luis de Taide e de seus grandes sucessos”). Não se trata de uma transcrição, pois resume-se muito o longo texto do *Memorial*. Narra-se a visita de Ataíde ao reino no dia 3 de Julho de 1572 e o jogos de cana que se fizeram a seguir em Alcântara.

Fólios 122v a 123 – “*De huns touros Reais que ouve em Xobregas e da tomada do gualião da Mina e doutras cousas e de dez naos India que entrarão juntas neste porto*”.

Na margem: “*do mesmo*”. Trata-se de um resumo (com alguma transcrição) dos capítulos 31 (“de huns touros Reais que em Enxobregas coreo elRey dom Sebastião”) e 32 do *Memorial* de Roiz Soares (“de huma saida delRey fora e de dez naos da India que vierão juntas e do embaxador que nelas veyo”). São factos acontecidos em 1575; a corrida de touros e a tomada de algumas embarcações dos mouros no Algarve.

Fólios 123 a 124 – “*Das peitas e aviamentos de guerra nestes Reynos*”. Na margem: “*do mesmo*”. Trata-se do capítulo 36 do *Memorial* de Roiz Soares (“dois aviamentos de guerra comeso da destruição de Purtugal”). Não é uma transcrição (apesar de algumas paráfrases iniciais), mas narra a mesma matéria: tudo o D. Sebastião começava a fazer para juntar dinheiro para a jornada, como empréstimos, peitas (subornos dos judeus), além das terças das igrejas, criação de impostos, etc. O texto de Roiz Soares é bastante crítico das ações do rei.

Fólios 124 a 126 – “*De huma carta que escreveo hum cativo em que conta a perdição delRey*”. Na margem: “*do mesmo*”. Aqui terminam os textos que indicam à margem o nome de Pero Roiz Soares. No entanto, nenhum capítulo do *Memorial* contém essa carta.

(Doze fólios daqui foram cortados rente à costura).

Fólios 127 a 132 – “*Regimento da provisão das comendas que se hão de ganhar em Tanger do ano de 72 a diante*”. Título escrito por Lavanha. O regimento e os estatutos foram passados pelo rei em 9 de Fevereiro de 1572, conforme se indica no documento.

Na margem esquerda, a nota: “*Ruy Barreto de Meneses*”. O nome de Ruy Barreto de Meneses aparecerá outra vez nos fls. 296-299 como autor de uma carta com recomendações a Lavanha sobre como escrever a crónica. Além de Tanger, o regimento fala das comendas das ordens de Santiago e Avis, e das comendas da Índia. Não se inclui nas *Memórias*.

Fólios 133 a 135 – “*Do Conde do Redondo sobre algumas cousas de Africa*”. O título e a anotação à margem esquerda (“*Gonçalo Pirez de Carvalho*”) levam a mão de Lavanha. Sem data (o conde, porém falece em 1564). No verso do último fólio, a inscrição: “*Regimento da provisão das comendas / para a chronica*”. Nessa carta o conde D. Francisco Coutinho, visorrei da Índia, discute medidas que se poderiam tomar para deter o crescimento do Xarife em Arzila. Não encontra-se nas *Memórias*.

Fólios 136 a 142v – “*Sumario de naos, galeois, galeotas e fustas, e outras embarcaçõis, que Dom Luis de Taide sendo visorrey nas partes da India armou por veses a custa da fazenda de S.A. que forão em seu serviço*”. D. Luis de Ataíde, Conde da Atouguia, foi visorrei na Índia entre 1568-1571 e 1578-1581. Trata-se de uma narrativa dividida em três anos (1568, 1569, 1570), em discurso indirecto, com verbos no pretérito perfeito. Não está nas *Memórias*.

Fólios 142v a 144 – “*Lembranças das cousas que Dom Luis de Taide sendo Vizo Rei da India fez no seu tempo e do que deixou quando entregou o estado ao Vizo Rei Dom Antão de Noronha e do que lhe entregou Dom Antonio de Noronha Vizo Rei quando lhe*

entregou o estado”. São narradas a entrega da artilharia, munições, mantimentos, contas da fazenda, etc. Trata-se da continuação do texto dos fólhos anteriores. Não está nas *Memórias*.

Fólhos 144 a 146 – “*Entregou o Vizo Rei Dom Antão de Noronha ao Vizo Rei Dom Luis de Taide quando lhe entregou o estado da Yndia nos almazeis de Goa as moniçois adiante nomeadas como se ve das cirtidois que diso tras*”. É o seguimento do texto anterior. Não está nas *Memórias*.

Fólio 146 – “*Crecimento das rendas da India nos tres annos de seu governo*”.

Continuação da narrativa sobre o governo de Luis de Ataíde na Índia. Não está nas *Memórias*.

Fólio 146 – “*Quebra das rendas todas da India todo o tempo que durou o cerco*”.

Ainda sobre o governo de Ataíde. Trata-se dos gastos que se fizeram durante o cerco de Goa e Chaul no ano de 1570. Não está nas *Memórias*.

Fólhos 146v a 148v – “*Doutras muitas cousas que o Vizo Rei Dom Luis de Taide fez no tempo de sua governança asim por armas como por sua industria e diligencia e custo de sua fazenda*”. Continuação dos textos anteriores. Não está nas *Memórias*.

Fólio 149 – Em branco.

Fólio 149v – Trata-se do fim dos fólhos contendo as lembranças do governo de D. Luis de Ataíde na Índia. Contem uma única inscrição na parte correspondente ao título, que diz: “1568. 69. 70”.

Fólios 150 a 184v – “*Nesta recompillação se contem as cousas seguintes; o anno em que se descobrio a India, os nomes dos capitães mores das armadas e capitães das naos, os visorreys e governadores, os capitães das fortalezas, e fundação dellas, Arcebispos, Bispos, Inquisidores, entrada das Religiões, e seus primeiros prelados, as partes em que tem conventos, e residencias*”. Todo o texto tem a mão de Lavanha. Na margem esquerda, a nota: “*copiada de outra do Conde de Vidigueira; em Setuval. Anno 1618 à 5 de Julho*”. Divide-se por anos, a começar por 1497, chegando até 1609. Inclui várias notas marginais de natureza histórica. No último fólio, o apontamento: “Acabouse de copiar em 9 de Julho”. Não está nas *Memórias*.

Fólios 185 a 185v – Em branco.

Fólios 186 a 209 – “*Relação da viagem que fizeram os Padres da Companhia de Jesus com Francisco Barreto na conquista de Monomotapa no ano de 1569. Feita pelo Padre Monclaro da mesma Companhia*”. Todo o texto está redigido por Lavanha. Tem muitas notas nas margens; a primeira é a seguinte: “*As notas das margens são de Gaspar Alvares de Lousada escrivão da Torre do Tombo*”. A narrativa divide-se por subtítulos, listados a seguir: “*Do intento que teve elRey D. Sebastião nesta conquista*” (fl. 186), “*Dos impedimentos que ouve no principio desta jornada*” (fl. 186v), “*Do que passamos*

na viagem té chegar a Moçambique” (fl. 187v), “*Da Ilha de Moçambique*” (fl. 189), “*Da cidade de Quiloa e de outras daquella costa*” (fl. 190), “*De como chegamos a Moçambique e nos aparelhamos para ir ao Monomotapa*” (fl. 193), “*Do grande rio Cuama*” (fl. 195), “*Dos costumes dos cafres, e da terra, minas, comercio, e de outras cousas*” (fl. 196v), “*Como pelejamos com os Mongazes e das vittorias que N.S. nos deu delles e sogeitamos suas terras*” (fl. 203), “*Das pazes que fizemos com os Mongazes, e como não pudemos correr todas suas terras, polos muitos doentes e mortos que tivemos*” (fl. 205), “*Como Francisco Barreto veyo e foy a Moçambique, e das cousas que nisso soccederão*” (fl. 206v), “*Da morte de Francisco Barreto e successão de Vasco Figueira*” (fl. 207v) e “*Da resposta da Embaxada do Monomotapa, e da junta que fez o governador Vasco Figueira sobre a jornada*” (fl. 208v). No final do último fólio, a inscrição: “*Lisboa Ano 1619, 6 de Fevereiro*”. Há também ao longo desses fólios algumas notas marginais de alguém (que não Lavanha) que debruçou-se sobre esse eles. A mão que redige essas notas é a mesma que interfere com notas, traços e riscos noutras partes do códice. Esta relação não encontra-se nas *Memórias*.

Fólios 210 a 211 – “*Determinação dos letrados, com que condições se podia fazer guerra aos Reis da conquista de Portugal; fala em especial do Monomotapa*”. Com data de Almeirim, aos 23 de Janeiro de 1569. Todo o texto foi transcrito por Lavanha. Os letrados que assinam essa determinação são: Martim Gonçalves da Câmara, Lião Enriques Torres, Duarte Carneiro Rangel, Paulo Afonso, Simão Gonçalves Preto, Gonçalo Dias de Carvalho. Não encontra-se nas *Memórias* de Barbosa Machado.

Fólio 212 – “*Rellações de Angola tiradas do Cartorio do collegio dos Padres da Companhia*”. A narrativa subdivide-se em partes, cujos títulos aparecerão nos próximos fólhos (fls 212-239). Todos tem a mão de Lavanha. Nenhuma dessas relações se encontra nas *Memórias*.

Fólios 212 a 212v – “*Algũs capitulos da instrucção de Paulo Dias quando elRey D. Sebastião o mandou a Angola no ano de 1559*”.

Fólios 213 a 213v – “*No anno de 59 a 22 de Dezembro partiram de Lisboa dous padres da Companhia e dous irmãos para Angola que foram os primeiros que entraram naquelle reino. O successo desta viagem escreve na carta seguinte o Irmão Antonio Mendes ao Padre Lião Enriques*”. Em seguida, tem-se a transcrição da mesma.

Fólios 213v a 214 – “*Do Padre Francisco de Gouveia para o Padre Diogo Mirão*”. Carta datada de 1º de Novembro de 1564.

Fólio 215 – “*Do Padre F. de Gouveia para o Collegio*”. Carta datada de Angola, 19 Maio de 1565.

Fólios 215 a 220v – “*De Garcia Simões para o Provincial de S. Paulo de Loanda a 20 de Outubro de 1575*”.

Fólios 221 a 221v – “*Do Padre Garcia Simões para o Padre Luís Perpinhão de Angola a 7 de Novembro de 1576*”.

Fólios 221v a 223 – “*De Fructuoso Ribeiro para o Padre Francisco Muniz a 14 de Março de 1580*”.

Fólios 223 a 225 – “*Do Padre Baltasar Affonso para o Padre Miguel de Sousa, de 81*”.
Carta datada de 4 de Julho de 1581.

Fólios 225v a 226 – “*Do Padre Baltasar Barreira para o Padre Sebastião de Moraes, de 82*”. Carta datada de Luanda, 31 de Janeiro de 1582.

Fólio 226v – “*De Baltasar Affonso a 31 de Julho de 1582*”.

Fólio 226v – “*De Baltasar Affonso de 3 de Janeiro de 1583*”.

Fólio 227 – “*De Baltasar Affonso de 3 de Outubro de 1583*”.

Fólios 227v a 229 – “*De Baltasar Barreira para o provincial a 20 de Novembro de 1583*”.

Fólio 229 a 229v – “*De Baltasar Affonso, de 84*”. Carta datada em Casa do Loreto, a 16 de Abril de 1584.

Fólio 229v a 230 – “*Do Padre Baltasar Affonso, de 84*”. Carta datada da Ilha de São Thomé, 23 de junho de 1584.

Fólios 230 a 230v – “*Do Padre Diogo da Costa, de 84*”. Carta datada de 19 de Junho de 1584.

Fólios 230v a 231 – “*Do Padre Baltasar Affonso, de 85*”. Carta datada em Casa do Loreto, 19 de Janeiro de 1585.

Fólios 231 a 231v – “*Do Padre Diogo da Costa, de 85*”. Carta datada de Angola, 4 de Junho de 1585.

Fólios 231v a 232 – “*Do Padre Baltasar Affonso, de 85*”. Carta datada em Casa do Loreto, 14 de Junho de 1585.

Fólios 232 a 233 – “*Padre Diogo da Costa, de 1585*”. Carta datada de 20 de Julho de 1585.

Fólios 233 a 234 – “*Do Padre Baltasar Barreira para o Padre Provincial do Brasil, do ano de 85*”. Carta datada de Maçangano, 27 de Agosto de 1585.

Fólios 234 a 236v – “*Do Padre Diogo da Costa ao Provincial de Portugal, do ano de 86*”. Carta datada do Porto de Luanda, 31 de Maio de 1586.

Fólios 237 a 238 – “*Do Padre Baltasar Barreira, de 86*”. Carta datada de Luanda, 14 de Maio de 1586.

Fólios 238 a 238v – “*Do Padre Baltasar Affonso, de 78*”. Carta datada em Casa do Loreto, 28 de Agosto de 1578.

Fólio 239 – Em branco.

Fólios 240 a 244v – O título incluído por Lavanha (de cuja mão também é o texto) é este: “*Apontamentos para a historia delRey D. Sebastião, tirados da Rellação da sua vida feita polo P. Amador Rebello da Companhia de Jesus companheiro do P. Luis Gonçalves da Camara Mestre do mesmo Rey; escrita em Lisboa a 6 de Novembro de 1613*”. Na margem a esquerda há a inscrição: “*P. Amador Rebello/ Setuval. Ano 1618. 3 Julho*”. Barbosa Machado, nas *Memórias*, cita Amador Rebello como um dos primeiros cronistas de D. Sebastião (tomo I, livro I, prólogo) e afirma possuir uma cópia da relação.

Fólios 245 a 245v – “*Carta delRey D. Sebastião a seus povos*”. Está datada de Almeirim, a 13 de fevereiro de 1569. Os textos seguem com a mão de Lavanha. Trata-se, na verdade, de uma continuação da relação de Rebello, erroneamente separada por Gabriel Pereira ao preparar o índice do códice Alcobacense. Nesta carta, D. Sebastião

pede às cidades e vilas do reino que lhe avisem de tudo necessário para a conservação e aumento da fé católica e da justiça interna, além de informar sobre as reformas que pretendia fazer nos costumes portugueses. Encontra-se nas *Memórias* (tomo III, livro I, cap. XIII, pág. 123-124).

Fólios 245v a 258v – Estes fólios são incluídos por Gabriel Pereira dentro do título “*Carta delRey D. Sebastião a seus povos*”, mas na verdade trata-se do seguimento da narrativa iniciada no fl. 240. A narrativa toda termina no fl. 258; no verso, Lavanha escreve: “*Sumario da vida delRey D. Sebastião do Padre Amador Rebello*”. Trata-se realmente de um sumário que o cronista faz da relação que começa no fl. 260.

Fólios 260 a 287v – “*Apontamentos sobre a vida delRey Dom Sebastião o primeiro deste nome e decimo sexto dos Reis de Portugal, nos quaes se trata de seu nascimento, criação, governo, das idas que fez a Africa, da batalha que deo a Molei Maluco, do fim e soccesso della, por o padre Amador Rebello, Religioso da Companhia de Jesu, companheiro que foy do seu Mestre, e o ensinou tambem a escrever, e lhe repetia as lições*”. Leva a data de 3 de Agosto de 1616. Toda a narrativa é redigida pela mesma mão que assina ao final com o nome de “*Amador Rebello*”. É um original, escrito muito provavelmente por Rebello, pois as correcções e apontamentos que o autor faz dentro do próprio texto, indicando que um trecho deve ser inserido entre tais e tais capítulo, ou colocado mais adiante, apontam para um processo de escrita, e não para decisões tomadas por um copiadador.

Fólios 288 a 288v – Em branco.

Fólios 289 a 289v – Carta de Pedro Álvares de Carvalho, filho do capitão de Tanger Ruy de Sousa de Carvalho, a seu parente Ruy Barreto de Meneses, datada de 18 de Março de 1618. Meneses estava naquele momento a corresponder-se com Lavanha provendo-lhe informações para a crónica.

Fólios 290 a 290v – Em branco.

Fólios 291 a 293v – *Carta de Ruy de Sousa de Carvalho a elrei D. Sebastião*. Nesta carta o autor refere-se aos serviços de seu pai e seus, em Portugal e África, e pede despacho a uma sua pretensão.

Fólios 294 a 294v – Em branco.

Fólios 295 a 295v – Sem título. Carta de Pedro Álvares de Carvalho. Beja, 24 de Outubro de 1618. Trata-se de uma carta endereçada ao “cronista-mor responsável pela escrita da crónica do rei D. Sebastião”. O autor, Pedro Álvares de Carvalho, responde a uma outra carta, onde lhe é perguntado sobre os favores que seu pai (o capitão Ruy de Sousa de Carvalho, que participou da primeira jornada de África) tinha recebido de D. Sebastião. Carvalho assinou-a com letra irregular; redigiu-a certamente um escriba, ou pessoa de sua casa, com letra clara, mas não passada à limpo (percebem-se algumas rasuras).

Fólio 296 – *“Lembranças para a chronica de D. Sebastião”*. Gabriel Pereira separa este título sem necessidade no seu índice, pois o tema está conectado com o fólio seguinte. O título que consta no fólio é: *“As lembranças que desejava fazer sobre a Chronica delRey Dom Sebastião sam as seguintes”*. O texto é realmente uma carta de Ruy Barreto de Meneses para o cronista Lavanha, com data de 12 de Outubro de 1618. Nela, o remetente escreve alguns conselhos e opiniões suas sobre o estilo que se poderia empregar na escrita da crónica de D. Sebastião.

Fólios 296 a 299v – *Advertencias de Ruy Barreto de Menezes. Moura, 12 de outubro de 1618*. Esse título na verdade não aparece no fólio; é conforme visto antes, uma criação de Gabriel Pereira. O único título dessa carta original enviada a Lavanha é o que aparece no fl. 296, descrito anteriormente: *“As lembranças que desejava fazer sobre a Chronica delRey Dom Sebastião sam as seguintes”*. Às advertências (fls. 296-296v), segue-se *“O que ha em meu poder que possa servir ha Chronica delRey Dom Sebastião he o seguinte”* (fls. 297- 299), que são uma mistura de informação histórica (*“Carta da princeza Dona Joana, filha do Emperador, que estava concertada para casar com o principe de Portugal há princesa Dona Maria sua cunhada”*, *“Resposta da Princeza Dona Maria”*, *“Outra da Princeza Dona Maria há Princeza Dona Joana”* e *“Carta da Rainha Dona Catarina há Princeza Dona Joana sua nora em resposta de huma sua”*) com novos conselhos sobre como escrever a crónica. No verso do fl. 298v, Lavanha anota: *“Advertencias de Ruy Barreto de Meneses”*. No verso do fl. 299, uma outra mão escreve: *“A Ruy Barreto de Meneses meu primo que Deus goarde”*.

Fólios 300 a 302v – “*Copia de huma carta delRey D. João 3º de Portugal escrita ao Duque de Aveyro D. João de Lancastro sobre a entrega da Princesa D. Joanna. Copiada da original que tem o Duque D. Alvaro. Escrita da mão de Pero de Alcaçova*”. Com data de 13 de Novembro de 1552. Transcrita por Lavanha. Na margem esquerda, a nota: “*duque*”.

Fólios 302v a 305 – “*Copia de huma carta do Cardeal D. Enrique; escrita ao Duque de Aveyro D. Jorge sobre a passagem delRey D. Sebastião a Africa. Copiada da original escrita da mão do mesmo cardeal, a qual tem o Duque D. Alvaro*”. Datada em Alcobaça, a 14 de Setembro de 1573. Seguem outras cartas dirigidas aos Duques de Aveiro: “*Copia de outra carta do mesmo cardeal ao mesmo duque esccrita de mão própria*” de 20 de Setembro de 1573 (fl. 303v), “*Outra carta do mesmo cardeal ao Duque de Aveyro D. João quando lhe derão o capello, escrita de mão propria*” de 20 de Março de 1576 (fl. 304) e “*Carta delRey D. Sebastião escrita ao Duque de Aveyro D. Jorge dandolhe conta dos governadores que deixava no Reyno quando passou a Africa a ultima vez. Copiada da original que tem o Duque D. Alvaro*” de 9 de Junho de 1578 (fl. 304v). Esta última encontra-se nas *Memórias* (tomo IV, livro II, cap. VI, pág. 281-282).

Fólio 306 – “*De huma lembrança de Fr. Luis Neto feita a S.M. em Madrid a 24 de Março de 1579*”. O título e o texto completo tem a mão de Lavanha e incluem a anotação marginal: “*Conde D. Diogo*”. Trata-se do mesmo Frei Luis Nieto que em 1578 escreve a *Relación de las guerras de Berbería*, impresso em espanhol em 1891. Nestas

lembranças, Frei Nieto urge a Filipe II de Espanha que tome Larache devido à sua importância estratégica, e informa ao monarca que o rei D. Henrique mandava a Fez uma religioso a fim de procurar saber se seu sobrinho havia deixado algum memorial ou testamento antes do começo da batalha de Alcácer Quibir.

Fólios 306 a 306v – (Gabriel Pereira não inclui no seu índice). “*Casamento da Sra. D. Catarina*”. Texto em discurso indirecto, redigido por Lavanha. Na margem esquerda, a nota: “*Chantre de Evora*”. A narrativa fala do casamento, em 1562, da filha dos Infantes D. Duarte e D. Isabel com o neto do Duque de Bragança. O texto seguinte, intitulado “*Casamento da Sra. D. Maria Princesa de Parma*”, fala do casamento com o Duque de Parma, Alexandre Fernese, em 1564 (fl. 306v). Barbosa Machado relata apenas o casamento de D. Maria (tomo II, livro II, cap. XIII, pág. 508).

Fólios 307 a 307v – “*Jorge de Albuquerque Coelho deu o seu cavallo a elrei na batalha de Alcacer*”. Título dado por Lavanha. A inscrição: “*Duarte de Albuquerque*” aparece na margem e no fim da relação da entrega do cavalo a D. Sebastião. O único documento transcrito por Lavanha é o certificado do Barão de Alvito, testemunha do facto. Em seguida são narrativas do próprio cronista sobre outras testemunhas que também presenciaram o episódio da entrega do cavalo.

Fólios 308 a 309 – Sem título, mas com uma pequena introdução em português sobre a transcrição que se inclui logo em seguida. Trata-se da transcrição do regimento oficial feito por D. Fernando de Borja em 18 de Setembro de 1625, proibindo a circulação do

livro *Anales y Memorias Cronologicas* do Abade de Montaragão, Dr. Martín Carrillo.

Nesse regimento, em espanhol, encontra-se a explicação pela qual se proibia o tal livro:

Carrillo alegava na sua obra que em 1579 os portugueses tentaram contra a vida de Filipe II de Espanha.

Fólio 310 – Em branco.

Os fólhos seguintes (no total de 4) foram cortados. Uma anotação marginal no fl. 87 indica que o códice chegaria até pelo menos o fl. 325: “*resposta de Luis da Silva vai ao f. 325*”. Essa nota, entretanto, não se vê na variante de Paris.

CAPÍTULO 6. Códice 8 da BNF

6.1 Introdução

Nos *Documentos Inéditos para a História de D. Sebastião* (1958), de Joaquim Veríssimo Serrão, há uma referência a um fundo de manuscritos portugueses na Biblioteca Nacional de França contendo um códice repleto de material, acumulado no século XVII, sobre o reinado de D. Sebastião. Como veremos a seguir, o códice, que leva o número 8 do *Manuscrits Espagnols et Portugais* da BNF, é uma variante do Alcobacense 308 de Portugal, que por sua vez, complementa o códice 887⁷⁶.

Conforme depois pudemos comprovar, Serrão na sua obra vale-se do labor historiográfico feito no século XIX pelo Visconde de Santarém, um português membro da Real Academia das Ciências de Lisboa que por volta de 1820 esteve na Biblioteca Real de França a investigar a existência de documentos diplomáticos lusitanos. Desse trabalho do Visconde de Santarém resultou, em 1827, o primeiro estudo filológico do actual códice 8, cuja cota antiga carregava ainda o número 940 (Santarém 54-64). Apesar de Santarém não transcrever o códice na íntegra, ele elabora o que então se tornaria o seu primeiro índice descritivo.

Em 1892, tendo ainda por base as investigações do Visconde de Santarém, a biblioteca francesa encarrega Alfred Morel-Fatio de publicar um *Catalogue des Manuscrits Espagnols et des Manuscrits Portugais*. Nesse catálogo vê-se que o códice 8 é identificado com a cota antiga de nº15. O Visconde de Santarém refere-se ao códice

⁷⁶ Existe uma cópia parcial desse códice na BNP, feita no século XIX: Ms. 199 nº6 53 fls.

pelo nº 940. A catalogação sucessiva do códice é, portanto: 940, 15 e finalmente 8, que é como aparece hoje. A seguir, transcrevemos a descrição do códice 8 feita por Morel-Fatio:

Plusiers lettres et documents copiés dans ce manuscrit ont été publiés dans les Memorias para a História de Portugal, que comprehendem o governo delRey D. Sebastião de Diogo Barbosa Machado, e dans quelques autres ouvrages; voir la description de notre manuscrit par le vicomte de Santarem, Noticias dos mss. pertencentes ao direito publico de Portugal, p. 39. Les notices historiques décrites sous les articles 72 à 79 ont sans doute été tirées du Memorial de Pedro Rodriguez Soarez cité par Barbosa Machado dans sa Bibliotheca Lusitana (Morel-Fatio 256).

Uma década depois, Cristovão Aires, também membro da Real Academia das Ciências de Lisboa, publica um estudo com um índice mais compreensivo e pormenorizado do mesmo códice, corrigindo algumas interpretações incorrectas (tanto de natureza filológica como histórica) incorridas por Santarém⁷⁷. Na introdução, Aires afirma que aquele é um códice sumamente valioso para a história de Portugal:

O anno passado, nas minhas investigações na Bibliotheca Nacional de Paris, tive ensejo de examinar minuciosamente um importante códice manuscrito do século XVI e XVII, que reputo uma verdadeira preciosidade, e é de certo dos mais valiosos da notável colleção de manuscritos portuguezes alli reunidos (Aires 276-304).

6.2 Análise filológica

⁷⁷ Ver Cristovão Aires. “Synopsis, desenvolvimento e comentário do códice nº 8 dos ‘Manuscritos Portuguezes’ da Bibliotheca Nacional de Paris, a que na sessão da Segunda Classe de 20 de janeiro se referiu o sr. Christovam Ayres”. *Boletim da Segunda Classe (Actas, Comunicações, Pareceres)*. Vol. 1 (1898-1902). Lisboa, 1903.

Certamente copiado em Alcobaça, o códice 8 deve ter sido levado a França durante os saques que ocorrerão em Portugal na época das invasões napoleónicas. Sua única marca de posse é o selo da Real Biblioteca de França. A catalogação de Morel Fatio não indica a sua procedência nem quando foi adquirido pela biblioteca.

O códice é *in folio*, de bom papel, medindo 302 x 210 mm., com um total de 322 fólios úteis. Não possui folha de rosto com título, nem apresenta índice. O fl. 1 leva o selo da Biblioteca Real. A transcrição mantém-se fiel à ortografia do códice Alcobacense e as notas encontradas às margens do papel.

Na proposta de Joaquim Veríssimo Serrão, os manuscritos desse volume seriam todos, por evidência da grafia, cópias efectuadas por um único copista, com letra do século XVIII. Na realidade, após um exame *in loco*, concordamos apenas com a informação de Aires, que afirma que há uma única mão, mas somente até o fólio 241, isto é, até a “Relação da viagem dos Padres da Companhia de Jesus a Monomotapa em 1569”. Depois desse fólio há outras. Nenhuma das mãos, contudo, equivale à grafia de Lavanha ou a de Luis Lobo.

Por tratar-se de uma variante do códice Alcobacense, vemos que muitos desses documentos contidos no códice 8 foram publicados por Barbosa Machado nas *Memórias para História de Portugal que Comprehendem o governo delrey D. Sebastião, único em o nome e décimo sexto entre os monarcas portugueses*.

Joaquim Veríssimo Serrão, ao ver as correcções ao primeiro índice – feitas e publicadas por Aires – aponta a deficiência do estudo do Visconde de Santarém.

Segundo Serrão, o visconde compara-as unicamente às *Memorias* de Barbosa Machado, sem o necessário cotejo com outras obras sebásticas:

Os documentos que constituem o códice foram aí [no livro de Santarém] indicados pela sua numeração, quando não sumarizados, tendo o autor tecido várias considerações quanto ao valor histórico da maior parte dos textos. Num ponto, em nosso entender, se tornou deficiente a notícia do visconde de Santarém: é que importava proceder ao cotejo dos documentos com as várias histórias sebásticas, para apurar em que medida estaríamos em presença de fontes inéditas ou somente de cópias setecentistas de documentos já publicados. Ora, o autor da *Notícia* só procedeu a esse cotejo em relação aos textos contidos na obra de Diogo Barbosa Machado (Serrão, *Documentos Inéditos* 3).

O que Serrão logo em seguida perspicazmente deduz (apesar de, como ele mesmo afirma, não ter-lhe sido “possível proceder ao cotejo exaustivo das duas fontes”) é que o códice 8 de Paris nada mais é, senão uma cópia do Alcobacense 308 de Portugal. Esse facto certamente passara despercebido a seus dois predecessores; Cristovão Aires e o Visconde de Santarém, no estudo do códice 8. Nenhum dos três eruditos, porém, observa a relação que se estabelece intrinsicamente entre o códice de Alcobça, o códice de Paris, o códice 887 e o cronista-mor João Baptista Lavanha.

Outro facto se lhes escapa à percepção. Serrão estabelece que o copista do códice 8 foi colher os textos de obras sebásticas valiosas que surgiram em Portugal da segunda metade do século XVII até o século XVIII, inferindo por associação que o copista utilizara-se inclusive de textos publicados nas *Memórias* de Barbosa Machado. Essa suposição contudo é falha em muitos sentidos, pois ainda que a premissa em que se baseie seja válida, ela não leva em conta a ligação entre os códices 887 e 308. Sendo o

código 8 uma cópia setecentista do volume trabalhado por Lavanha entre 1618 e 1624, não poderia haver nele, por simples impossibilidade cronológica, material sacado das *Memórias* de Barbosa Machado, da *Crónica* de Manuel de Meneses ou da *História sebástica* de Manuel dos Santos, todas impressas no século XVIII. Acresce também a irrefutabilidade do papel e da caligrafia do código 8, que são do século XVII.

O contrário no entanto, poderia ter acontecido. Ou seja, que muitos dos textos setecentistas citados por Serrão poderiam em algum momento ter-se originado de consultas aos códigos de Lavanha. Usemos então o argumento de Serrão e comparemos os títulos com suas datas (as quais para melhor contextualização colocámos entre corchetes):

... o copista, pois de um só copista se trata, foi colher as várias notícias ás duas fontes já mencionadas, ao *Memorial* de Pero Roiz Soares [da primeira metade do XVII⁷⁸] e às *Memórias* de Barbosa Machado [1736-1751] e, ainda, às obras seguintes: Dom Manuel de Meneses, *Chrónica do Muito Alto, e Muito Esclarecido Príncipe D. Sebastião Décimo Sexto Rey de Portugal*, Lisboa [1730]; Frei Manuel dos Santos, *História Sebástica, contem a vida do Augusto Príncipe D. Sebastião, rey de Portugal, e os successos memoráveis do Reyno, e conquistas no seu tempo*, Lisboa [1735]; e Padre José Pereira Bayão, *Portugal Cuidadoso e Lastimado com a Vida e Perda do Senhor Rey D. Sebastião o Desejado de Saudosa Memória*, Lisboa [1737] (Serrão, *Documentos Inéditos* 5).

Dentre esses, somente o *Memorial* de Pero Roiz Soares aparece no código 8.

Serrão refere-se ao compilador por D. Luis Lelo, quando o correcto seria D. Luis Lobo. Aparentemente Serrão tampouco se deparou com o fl. 319 (“Carta de Pedro Álvares de Carvalho ao Chronista João Bautista Lavanha”), datado de 24 de Outubro de 1618, que

⁷⁸ O *Memorial* se imprime por primeira vez em 1953.

estabelece a responsabilidade do cronista-mor Lavanha como compilador de documentos para uma crónica de D. Sebastião. Apesar dessas incongruências, Serrão correctamente afirma que apenas duas dezenas de documentos do códice 8 se podem considerar inéditas, em virtude de fazerem parte de colectâneas ou apontamentos dispersos que nunca passaram de manuscritos” (Serrão, *Documentos Inéditos* 5).

6.3 Relação entre o códice Alcobacense e o códice 8

Em termos comparativos, o códice parisiense inclui um importante documento não encontrado no Alcobacense 308. É a narrativa do capitão Luis Oxeda, testemunha ocular da batalha de Alcácer Quibir (“*Comentario que trata de la infelice jornada que El-Rey D. Sebastian hizo en la Berberia en el año de 1578 donde se quenta muy en particular todo lo que alli succedio con la muerte del Rey y otras cosas dignas de admiracion y de ser sabidas el qual comentario hizo el capitan Luis de Oxeda, que alli se hallo presente a quasi todo*”, COD 8 fls. 1-30). A narrativa de Oxeda é uma das primeiras que audaciosamente, ainda no século XVI, começam a tecer um retrato pormenorizado do que acontecera na batalha de Alcácer Quibir.

Fls. 319-322, os últimos do volume, contém a “Carta de Pedro Álvares de Carvalho ao Chronista João Bautista Lavanha” e a “Carta de Ruy de Sousa de Carvalho a ElRei D. Sebastião”. No Alcobacense 308 estas cartas aparecem nos fls. 291-294 e 295, e em ordem inversa. Além disso, falta no códice 8 o conteúdo dos seguintes fólhos do códice Alcobacense 308:

- a) Fl. 117v. “Da prisão de D. Antonio de Cascaes e como e sobre que”. Do Memorial de Pero Ruiz Soares.

- b) Fls. 120v-121v. “Conta de como quando se tolheo neste Reyno a moeda de cobre”. Do mesmo.

- c) Fls. 123-124. “Das peitas e aviamentos de guerra nestes Reynos”. Do mesmo.

- d) Fls. 124-126. “De huma carta que escreveo hum cativo em que conta a perdição delRey”. Apesar da nota, não se encontra no Memorial.

- e) Fl. 296. “As lembranças que dezejava fazer sobre a Chronica D’elRey Dom Sebastião sam as seguintes”. Trata-se de documento original, mandado a Lavanha por Ruy Barreto de Meneses com sugestões sobre como escrever a crónica, e aconselhando que o cronista se distanciasse da narrativa anterior de Frei Bernardo de Brito.

- f) Fl. 306. “De uma lembrança de fr. Luis Neto feita a S. Magestade em Madrid a 24 de março de 1579”. Trata-se do mesmo Frei Luis Nieto que em 1578 escreve a *Relación de las guerras de Berbería*.

- g) Fl. 307. “Jorge de Albuquerque Coelho deu o seu cavallo a elrei na batalha de Alcacer, de um papel de Duarte de Albuquerque”, onde se afirma que D. Sebastião toma do cavalo do Duque de Albuquerque para fugir da batalha.

- h) Fl. 308. “Carta de D. Fernando de Borja, 18 de setembro de 1625”, sobre a proibição do livro de Martín Carrillo, o mesmo que contem a informação que Lavanha estava em 1618 a escrever uma crónica de D. Sebastião.

Entretanto, dois dos registos do códice 308 aparecem em duplicata em lugares diferentes do códice 8, conforme já havia notado Cristovão Aires. O “Regimentos das Commendas” aparece tanto nos fl. 310 quanto no 182 (este último segue a ordem sequencial ditada pelo Alcobacense 308). O mesmo se passa em relação à carta “Do Conde de Redondo sobre algumas cousas d’Africa”, que surge em ambos os fls. 316 e 191 do códice 8, mas que na sequência do Alcobacense aparece muito separado.

Nota-se também que os copistas do códice 8 inserem alguns textos fora da sequência em que estão dispostos no Alcobacense 308. São eles os seguintes:

- a) A “Carta delrei D. João 3^o ao duque de Aveiro D. João de Lencastre”, sobre a entrega da Princesa D. Joana, com data de 13 de Novembro de 1552.
- b) A “Carta do cardeal D. Henrique ao Duque de Aveiro, D. Jorge, sobre a passagem delrei a Africa” Datada de Alcobça aos 14 de Setembro de 1573,
- c) Outras cartas seguidas ao mesmo duque.

6.4 Índice contextualizado

O que apresentamos a seguir é uma transcrição exacta do estudo feito por Cristovão Aires, preservando-se a ortografia e todas as suas notas. Aires copia os títulos (em cursiva) do índice do Visconde de Santarém, e comenta-os entre corchetes. Comentários nossos, quando se fizer necessário, aparecerão em notas de rodapé.

Fólios 1 a 30⁷⁹ – *Comentario que trata de la infelice jornada que El-Rey D. Sebastian hizo en la Berberia el año de 1578 donde se quenta muy en particular todo lo que alli succedio con la muerte del Rey y otras cossas dignas de admiracion y de ser sabidas el qual comentario hizo el capitan Luis de Oxeda, que alli se hallo presente a quasi todo.*

[N'este documento veem narradas as causas que levaram D. Sebastião a emprender a expedição, os pareceres contrarios que se lhe oppozeram, a pertinacia com que a executou, o mal aprestada que foi, os erros da marcha e internamento nas terras do inimigo, a batalha, as horriveis perdas, os destinos do cadaver do rei e alguns de seus vassallos principaes que sobreviveram á derrota do exercito].

Fólios 30 a 45 – *Tratado do cerco de Mazagão e do que n'elle se passou.* [Este tratado, que tem logo á margem escripto: *D. Luiz Lobo*, começa assim:] *Todos os homens e pessoas que fizerem obras que se hão de ver que posam faser fructo e contentamento em*

⁷⁹ O conteúdo dos fols. 1-30 do códice de Paris não consta do Alcobacense 308.

peçoas que as virem para ser digno de louvores a de dizer o que viu passar, de aquillo em que funda sua obra...

[Em seguida a este exordio de poucas linhas, vem o texto, dividido em oito capitulos ou partes, que teem os seguintes titulos:]

- *Do cerco de Mazagão e do que n'elle se passou.*
- *De como o Alcaide de Azamor veyo e asentou suas tendas e mandou hum recado ao capitam.*
- *De como o filho do xarife chegou á fronteira d'esta fortaleza.*
- *De como o filho do xarife determinou a mandar hum Mouro a saber que artilharia havia n'esta fortaleza e de hum recado que mandou ao Capitam pedindolhe as chaves desta fortaleza, e do primeiro bestiam que os Mouros fizeram, e de como se vierão chegando com grandes covas e vallos⁸⁰ té a nossa cava.*
- *Capitulo do 1º combate e do que nelle se passou.*
- *Capitulo do 2º combate que os Mouros derão n'este cerco.*
- *Carta que mandou hum cativo que se achou no cerco de Mazagão ao capitam e fidalgos.*
- *Estes são os nomes dos Alcaides que vierão ao campo de Mazagão e a somma da gente que cada hum trouxe.*
- *Medida dos muros e baluartes e cava de Mazagão.*
- *Comprimento e largura das cavas em redondo.*

[Á margem:] *D. Luiz Lobo.*

⁸⁰ Provavelmente "cavallos".

[Refere-se ao cerco de 1562, sendo governador da praça o capitão-mór Ruy Sousa de Carvalho, atacado pelo xarife Mohamede, que morreu em Alcacer Quibir. D'este cerco existe a historia publicada por uma testemunha presencial, Agostinho de Gavy de Mendonça: *Historia do famoso cerco que o Xarife poz á fortaleza de Mazagão*. 1607. O Visconde de Santarem refere-se a uma historia d'esse cerco, de Miguel Castanhoso, publicada em Lisboa em 1564, que não conheço. Deve ser confusão. O que o Castanhoso publicou n'aquelle anno foi a historia de D. Christovão da Gama nos reinos do Prestes João. Sobre a historia de Mazagão vêr as *Memorias* de Luiz Manuel do Couto de Albuquerque, publicadas pela nossa Academia. O Visconde de Santarem equivoca-se tambem quando liga este documento com o que se segue].

Fólios 45 a 50 – *Do Livro da embaxada de Loureço Pires de Tavora sobre a Primacia de Braga*. [É um documento que em nada se relaciona com a anterior narrativa. É datado de: *Roma 4 de fevereiro de 1552*, e trata da questão que se levantou sobre precedencias entre o Arcebispo de Braga e o de Nassau, e das negociações d'aquelle nosso embaixador em Roma. É uma exposição muito minuciosa e interessante que começa assim:]
Muitos dias ha que avizei V.A. da differença que no consilio houve, entre o Arcebispo de Nasaos e o de Braga sobre os assentos pretendendo o de Nasaos como mais antigo em promoção preceder o de Braga, negando-lhe a Primacia, etc.

[Termina assim:] ... e sendo em substancia o acima escrito o que se passou nesta materia da Primacia, verseha plas informações e plas bullas mais claramente o que nisto se podia fazer e porque os ditos papeis são de muita importancia para o que em qualquer tempo n'este cazo se pretender, no cartorio de Braga, e não podendo de tam largo

negocio dar relação sem largas palavras elle desculpe a escritura e nossor senhor dê vida e Real estado de V. A. grande e crescente em seu serviço. De Roma 4 de fevereiro de 1562. D'este documento se inferem: a má disposição que da parte dos cardeaes encontrou o nosso ministro por lhes ter callado no animo as razões que da parte do arcebispo de Nassau se apresentarão, o praso que o embaixador obteve de S. Santidade para dizer de sua justiça, os passos que deu e razões que expoz, e a fórmula conciliadora porque a questão terminou, ficando o Papa satisfeito com a attitude de nosso Arcebispo e com a correção do nosso representante diplomatico.

No tomo 1, parte 1, liv. II, cap. XII, pag. 549 das *Memorias de D. Sebastião*, dá-se noticia de uma controversia entre os nosso primaz D. Fr. Bartholomeu dos Martyres e o arcebispo de Naxi, Sebastião Lecanella, e outros prelados sobre a precedencia do lugar]. *Promptamente foy ao Vaticano Lourenço Pires de Tavora e representou a Pio IV as razões por onde o Arcebispo de Braga devia preceder a todos os Arcebispos. [A seguir transcreve-se uma carta do mesmo Arcebispo de Braga, pela qual se manifesta a sua precedencia a todos os prelados. Continua-se dizendo] que se agita novamente a materia da precedencia, e os Cardeaes Legados a remetten ao Pontifice. [Decisão do Pontifice na mesma materia. Repugna ao nosso Arcebispo aceitar o Breve da precedencia, e pede declaração das suas clausulas. Declaração que os Legados derão ao Breve do Pontifice. Conforma-se o nosso Arcebispo com a declaração do Breve por não prejudicar á sua primazia. O Papa lhe escreve e engrandece o seu zelo. Gratifica ElRey ao Arcebispo o modo com que zelou a Primazia da sua Igreja. Esta noticia termina em a pagina 559 do mesmo tomo].*

Fólios 50 a 55v. – [Copia da carta que o mesmo cardeal esceveu de Lisboa a El-Rei estando este doente em Salvaterra, e datada de 4 de novembro de 1563. Evidentemente por erro de copia, que Morel Fatio reproduziu no seu catalogo, diz o titulo:] *Copia da carta que escreveo ao Cardeal stando em Salvaterra;* [o que não é assim. Esta carta começa n'estes termos:] *Parecerá, com muita razão desatino a V.A. que no tempo que elle toma a muy importantes negocios para alivio delles, por alguns dias, tornar com novas forças de tam molesto e pezado trabalho, inquietar a sua boa e necessaria tenção danando com importunos escritos o lugar de repouzo, outro he o meu desenho, bem entendo o que nos cumpre, e portanto no que posso quero ajudar o Doctor Barbosa na cura de V.A.: esta he a minha tenção, nella fundada, pesso que se receba a scriptura.*

[Para provar que no animo do rei não devem callar apenas os cuidados e preocupações sobre as difficuldades do governo da nação, a carta expõe a situação do paiz e dá conselhos salutaes com respeito ás colonias, ás despesas publicas, cobranças de impostos, etc., e termina dizendo:] *Creyo que tenho provada minha tenção, se V.A. me crer, muitas cousas apontey a que era necessario muito mayor descurso em cada particularidade, não sofre a disposição de V.A. posto que tudo fosse mezinha, e puro juizo, e grande descrição de V.A., verão o que eu mais podia e queria dizer, e quando não se aproveitar por he haver por rito que basta para se curar do mal que lhe fas darem-lhe a entender que he pobre, passe pois V.A. á pežadumbre do governo com animo dezabafado, uze de seu grande e desapaixonado entendimento, aproveite-se tambem do que pode entender plos outros que he a segunda e muitas vezes proveitosa intelligencia e veja com sua muita prudencia o que for melhor. Não costumou Deos em algum tempo mandar actualmente Anjos a residir no governo dos homens, e por essa*

rezão não espere V.A. por esse remedio mas dê lhe muitas graças pla merce que lhe fez das muitas qualidades para grande governador e para poder com muita sertesza cuidar que suas obras serão guiadas plo spiritu sanctu e por tanto com a tenção posta nelle como em tudo faz, proceda animosamente, não o detenhão nem perturbem infructuosas considerações; chamolhe considerações por que com esse nome costumão algumas pessoas estorvarem importantes negocios; atenda a sua saude pois della depende todo o bem que suavemente podemos esperar, deponha-se senhor a não ter por tão medonho o governo como lho fazem, e parecerlheha sopportavel, reparta os trabalhos, assista á superintendencia delles, não poderá dessa maneira ser enganado nem mal servido, perdoe V.A. tanto attrevimento, desculpe a tenção julgueme nosso senhor por ella e a V.A. por muitos annos perfeita saude dê e tudo o que deseja, cuja vida e Real estado elle verdadeiramente e em todo poderoso Deos guarde e accrescente em seu serviço, de Lisboa 4 de novembro de 1563. [Á margem: Visconde].

Fólios 55 a 58 – *Memorial que deu (em) Madrid a El Rey Catholico.*

[O nosso Visconde de Santarem leu mal este titulo, pois os leu: *Memorial que devem mandar a Madrid*, o que alem de mais não dá a idéa do documento. Esse memorial do mesmo arcebispo de Braga trata do assumpto que, logo no principio d'elle é indicado:] *Screveu V. Magestade huma carta de sua mão ao Papa na qual tratava de hum decreto do Concili doendose das palavras proponentibus legatio Rey, havendoas per muito perjudiciaes pedindo emmenda e revocação, segundo da dita carta se entendia, mandoume S. Santidade entre outros negocios tratase deste com V. Magestade como ja tenho feito, e nesta parte declarada a tenção de S. Santidade e com rezões e*

demosntrações provado não ser outra que a que cumpre ao serviço de Deos e bem huniversal da Christandade... [O Memorial é datado de: Madrid, 22 de junho de 1562].

Á margem: *Do mesmo.*

Do mesmo arcebispo vem a fls. 58 a 60v. uma exposição da materia que se devia votar no Conselho, não diz em que data, mas na minoridade de D. Sebastião. Tem por introito o seguinte:] *Julgue Deos e desponha abom fim as tenções. Alumie e esclareça dezapaixonadamente nosso entendimento, colhase fructo de seu serviço deste nosso trabalho.* [E abre pela seguinte forma:] *Sendo a proposição sobre o que seha de votar materia de conselho e despacho e sem estes dous pontos todo o fundamento do bom ou mau governo parece que se deve proceder nelles com muita consideração, e que primeiramente que se dem os votos se deve praticar entre todos por modo de melhor intelligencia de negocio os inconvenientes que podem succeder se puntualmente seguirmos o que a Cidade de Lisboa em seus capitulos sobre estas materias do conselho e despacho pede.*

Havendo de ser dose os do conselho hordinario e havendo de entrar nelle mais os senhores Dom Duarte e Dom Antonio, Duques, Marquezes e Arcebispo de Lisboa, como he rezão e tem por suas prorrogativas, e sendo os casos e acontecimentos para tratar em conselho muitos e continuos, principalmente em tempo de titurias em que cousa alguma se não deve fazer sem o conselho hordinario, seria hum trabalho immenso ajuntar 18 pessoas com 18 votos e accidentes, das porfias hai muita dilação e dessa maneira padecerião os negocios e seria o expediente difficultoso. [Á margem: *Do mesmo.*].

Fólios 60v. a 64v. – *Treslado das Capitulações das pazes que fez o Viso Rey Dom Antonio de Noronha em nome delRey Nosso Senhor com Hidalxá Hidalcão haos 13 de dezembro de 1571 em Goa.* [O termo d'estas capitulações é que tem esta data; seguem-se as promessas solemnes feitas pelos embaixadores do Hidalxá Hidalcão e as concessões feitas pelo viso-rei em nome do seu soberano, com a data de 17 de dezembro de 1571].

[Á margem: *D. Antonio de Taide*].

Fólios 64v. e 65 – *Falla quando foi levantado por Rei El-Rei D. Sebastião nosso Senhor em Lisboa nos Paços da Ribeira aos 13 de junho de 1557.*

[Á margem: *Do mesmo*].

Fólios 65 a 67 – *Relação do principio do governo delRey D. Sebastião.* [Á margem tem a nota: *Para a sua Chronica de Miguel de Moura. D. Luis Lobo,* [o que, junatamente com outras frequentes vezes em que á margem apparece o nome de D. Luis Lobo me leva a suppor que esta colleção de documentos foi por este organizada e copiada⁸¹. Esta relação começa a tratar dos factos d'esse reinado desde que D. Sebastião tomou o governo das mãos do Cardeal Infante D. Henrique, seu tio, no dia de S. Sebastião á tarde, 20 de janeiro de 1568. Tem algumas datas em branco, e tambem números relativos a varias informações, mas vae narrando chronologicamente os factos que se vão dando, alguns muito minuciosamente. Assim, no que respeita a coisas militares, que mais particularmente chamaram a minha attenção, informa o seguinte:] *Neste mesmo tempo (março de 1569, estando elRey em Almeirim), quiz S.A. que se hordenasse e effectuasse a*

⁸¹ Essa afirmação prova que Cristovão Aires não tinha conhecimento do códice 887 nem do Alcobacense 308 da BNP.

defensão da Cidade de Lisboa sobre que havia alguns annos que se praticava e se tinham tomado para esta materia muita lembrança por mandado do Cardeal Infante seu tio no tempo que governava estes Reinos, e já de então estava assentado que para grandeza de aquella cidade e ser tam espalhada, e por tantas partes se não podia bem defender sem muita gente de guerra, muito dextra e exercitada nella, e no uso das armas e arte militar, e vendo e tratando elRey nosso Senhor tudo isto com os de seu Conselho assento com parecer delles o numero da gente que neste principio se armaria, e modo que n'isso se teria, para o que mandou fazer uma largo regimento em que tudo declarou e encarregou de Capitam mor da dita gente a D. João de Mascarenhas do seu conselho de estado, que por sua qualidade e esforço que tem mostrado nas cousas de guerra e principalmente naquelle grande cerco de Dio que ElRey de Cambaya poz no anno de 46 á fortaleza de aquella cidade, sendo elle capitão nella, merece o nome de bom capitão, e por pretender em esta capitania D. Antonio de Castro, senhor da caza de Monsanto, como Alcaide mór da dita cidade, e D. Fernando de Almada capitão della, os houviu S.A. de sua justiça e viu suas rezões com letrados que para isso mandou ajuntar em sua prezença e por tudo foy assentado que os ditos Dom Antonio e Dom Fernando não eram agravados em S.A. prover a D. João de Mascarenhas d'aquella capitania da qual fez mensagem a S.A. a 20 de junho de 1569. [Esta relação vae apenas até 23 de janeiro de 1570].

[Á margem: Para sua Chronica de D. Miguel de Moura. D. Luiz Lobo].

Fólios 77 a 85v. – *Assentos copiados de um livro delles, feito pelo secretario Miguel de Moura e assinados plos do Conselho de Estado del-Rey, o qual livro me emprestou Gonçalo Pires Carvalho. Lisboa 12 de novembro de 1618. [Estes assentos vão desde 14*

de novembro de 1569 até 19 de março de 1574. Os primeiros são de Monte Mor o Novo e tem a data de 17 de dezembro de 1569; tractam de terças e fortificações dos portos. Em seguida estão os assentos de: Evora, 14 de fevereiro de 1569 sobre o *contracto de trigo que a cidade de Lisboa fez com os Ingleses*; os de Evora de 7 de dezembro de 1669 sobre *Fortificação dos lugares de Africa*; os de Montemor o Novo de 22 de outubro de 1569 sobre as *Galés que se deviam mandar fazer*; os de Evora de 3 de março e ... de abril de 1570, sobre a *fortificação dos portos do Reino, desde Cascaes até Caminha, e dos de Africa*; os de 28 de março, de Evora, sobre o mesmo assumpto, os de Almeirim de 29 de novembro de 1570 sobre assumptos relativos a Roma, Italia e Castela, nos quaes se tracta da precedencia que D. João Telles de Meneses, nosso Embaixador na Curia, devia guardar com o Principe de Parma e outros, resolvendo-se que se seguisse o exemplo dos embaixadores de Castella, França e Allemanha, e se tracta tambem da fórma porque El-Rei havia de escrever ao Duque de Florença e outros principes; os de Evora de 19 de junho de 1573, em que se tractou no conselho da *forma em que S.A. mandaria a Francisco Giraldes que está em Inglaterra que cerrasse a concordia entre estes reinos e aquella*, e os de Almeirim de 16 de janeiro de 1574, em que se concluiu este assumpto das convenções com a Inglaterra; os de ... de fevereiro de 1574, de Almeirim, sobre a forma porque el-rei havia de responder á Duquesa de Parma que *mandava visitar S.A. por hum mordomo-mor seu por o falecimento da Princesa, que santa gloria aja*, e finalmente os de Almeirim de 19 de março de 1574 sobre o *recebimento e agasalho que se devia fazer ao enviado del Rey de França*, que viera pelo mesmo motivo do fallecimento da princeza, decidindo-se que se seguisse pratica igual á que se tivera quando em 1566 se

recebeu outro enviado de França. Ao lado vem indicados os assumptos que tiveram ou não aprovação real.

[Á margem: *Lourencço Pires de Carvalho*].

Fólios 85v. a 86v. – [Copia do] *Regimento do Conselho de estado, copiado do mesmo livro* [e emprestado por Gonçalo Pires de Carvalho. É datado de Leiria 8 de setembro de 1569.

Está publicado nas *Provas da História Genealogica*. Liv. IV, pag. 231].

Fólios 86v. a 87 – *Falla que os misteres de Lisboa fizeram aos fidalgos do Reino em o mosteiro do Carmo a 4 de mayo de 1578*. [Informa o Visconde de Santarem que esta falla é a mesma que vem a fol. 224 do codice 10:241 (numeração antiga), de que elle deu noticia no vol. XII dos *Annaes*, tendo a data de 8 de maio.

Fólio 87⁸² – *Falla que se fez a ElRey D. Sebastião na cidade de Coimbra á portagem no anno de 1570 aos 13 de outubro em huma ... feira ás 4 da tarde pelo Dr. Jorge de Saa, lente de Vespera em medecina*. (Vidè Innocencio, t. IV, pag. 175).

N'estas cerimonias, montados a cavallo os dois principes e o Senhor Duarte, com toda a Universidade forão caminhando pela ponte do Mondego, até o arco da Portagem onde esperava a El-rei o senado da cidade, em cujo nome o congratulou o Doutor Jorge de Saa Sotto Mayor, commendador da ordem de Santiago, e lente de Vespera de Medicina, explicando a sublime honra, que recebia com a sua augusta presença, por

⁸² Aires não o inclui, mas é fls. 87-90.

estas vozes. [Segue a oração. *Memorias d'El-Rey D. Sebastião*, t. III, pt. III, liv. I, cap. XXVI, pag. 229].

Fólios 90v. a 95 – *Advertimento de D. Ignacio⁸³ de Borja sobre las cosas y negocios de Portugal, violos su Magestad en el Prado, a 12 de deziembre de 1575.* [São uma especie de instrucções ao embaixador hespanhol em Portugal sobre as cautellas que deve ter nas relações com o rei e com os ministros sobre os assumptos a evitar e a tractar.

[Á margem: *Conde D. Diogo*].

Fólios 95 e 96v. – *Del Conde de Portalegre a su Magestad en mano propria a 29 de Março de 1576. S.C.R.M.* [É uma carta do conde de Portalegre embaixador hespanhol em Portugal, para o seu rei. Trata do casamento de D. Sebastião e das opiniões da rainha sua mãe.

Esta carta encontra-se nas *Memorias de El-Rey D. Sebastião*, de Barbosa, t. IV, pt. IV, liv. I, pag. 26. Depois d'esta, a pag. 28 do mesmo tomo, ha outra sobre o mesmo assumpto.

Seguem-se no Codice tres cartas do mesmo embaixador (fol. 96v. a 100), datadas de 25 e 26 de janeiro e 5 de fevereiro de 1578, ao seu rei, em que lhe falla da pertinencia de D. Sebastião em realisar a jornada de Africa, de o não haverem demovido nem as opiniões do Duque de Alva, nem a do Cardeal D. Henrique, seu tio, e do auxilio que os Estados Baixos e o principe de Orange lhe prometteram; n'estas cartas se vê a resolução em que Philippe II estava de lhe negar todo o auxilio e as razões que para isso dava].

⁸³ O nome “Ignacio” aparece transcrito no Alcobacense 308 como “Juan”.

Fólios 100v. a 103v. – [Uma carta] *del conde de Portalegre a su Magestad S.C.R.M.*

[sobre o assumpto do casamento de D. Sebastião, e da attitude desabrida da rainha n' este ponto, por não obter o apoio do rei de Hespanha, carta onde se encontram os seguintes curiosos trechos:] *Aun que V. Magestad no me aya mandado expressamente examinar la sospecha que ha tenido de la hinabilidad del Rey para tener hijos y la plactica sea indecente es todavia este articulo tan importante a la materia desta carta que no puedo dexar de apuntar lo que me parece.*

Cosa és haveriguada, no haver hecho El Rey prueba de si intentando jamás muestra de mas deste aborrecimento a las mugeres que aparta los ojos dellas y si una Dama le dá la copa busca como tomarla sin tocarle la mano, juega un dia intero a las cañas y no levanta la cabeça a las ventanas, por otra parte el aspecto es de hombre muy sano, y antes fuerte que defectuoso, dicen toda via que tiene en las piernas una frialdad muy grande, y assi las abriga mucho, pero muy buena força devia tener en ellas porque hace grandes exercicios a la gineta, crearonle los de la Compañia afeandole tanto el tracto con las mugeres como un peccado de Herezia, e bevio aquella doctrina de manera que no hace diferencia de que es virtud y gentilesa a lo que es ofensa de Dios, y assi sospecho que podria ser no haver en el deffecto que se teme, no le paresca a V. Magestad que me antiçepo a escribir particularidades havendo estado aqui tan pocos dias, por que todolo que aqui digo és cosa cierta, y pienso que en mucho tiempo me podrá hacer mas averiguaciones, [etc.].

[Á margem: *Do Conde D. Diogo*].

Fólios 103v. a 105 – [Uma carta] *Del Rey D. Sebastião de mão propria ao magnanimo Embaxador D. João da Silva* [Conde de Portalegre, datada de Lisboa 26 de janeiro de 1577, sobre assumpto de uma explosão de polvora que se dera na sua ausencia, e outros assumptos secundarios; na qual porém defende opinião de que se não deve tardar em executar o que se determina, nem perder tempo em dilações; traz muitas citações latinas onde se evidencia os seu espirito mystico, producto da sua educação jesuitica.

Nas *Memorias de El-Rey D. Sebastião, de Barbosa* não se encontra esta carta. Trazem apenas documentos com respeito ao embaixador João Gomes da Silva: um d'elles é a instrucção que levou de El-Rei quando foi mandado a visitar o Duque de Florença, embaixador na Curia Romana; o outro é a carta em que El-Rei lhe pede que participe ao Papa a sua resolução da jornada de Africa.

Fólios 105 a 108 – *Copia da carta que escreveo o principe de Orange de Gante a ElRey D. Sebastião a 10 de janeiro 1578. Serenissime Rex et Potentissime.* [Em latim. O Principe assigna-se] *Serenissime R.V.M. deditissimus et obsequentissimus Guilliemus á Nassau.* [É uma carta cheia de protestos de amizade e bom accordo].

Fólios 108 a 113 – *Entrada del Corpo del Rey D. Sebastião na Cidade de Evora no anno de 1582.* [Relação minuciosa das cerimoniaes havidas desde Ceuta a Faro e d'aqui a Evora. Começa assim:] *Quinta feira á tarde 9 dias do mes de dezembro de 1582 entrou n'esta Cidade de Evora funeralmente e com grade piedade de todos, o corpo que se dizia ser del Rey D. Sebastião de Portugal...* [E termina:] *Eu Hieronimo e Almeida (desmerecido conejo) me prebendado na dita See, e que muitos annos arreo fui*

secretario da meza dos Secretarios do Cabido dela, a todas estas cousas fui prezente e fui passar e as screvi directamente só pera minha lembrança e para quem o lese folgase de saber o passado e em tudo louvasse o Senhor per todas suas obras.

[Á margem: *O chantre*].

Fólios 113 e 113v. – [Com o titulo,] *Do Conde Dom Diogo*, [está um certificado de D. João da Silva, Conde de Portalegre, de como no anno de 1577, quando el-rei pensou em fazer jornada de Africa, não a tendo realisado senão no anno seguinte, por se opporem algumas difficuldades, Fernão da Silva trabalhara para dissuadir o rei, contra a opinião de quantos a isso o aconselhavam, e que em Larache o viu tambem muito sentido por el-rei determinar fazer a marcha pelo interior; e que não foi de opinião que se desse o combate nas condições em que se deu, etc. Este certificado é datado de Lisboa 4 de março de 1583.

Fólios 113v. a 116 – *Varias relações para a Chronica*. [Vem entre ellas uma succinta relação de alguns, poucos, factos que se deram em Portugal, durante o periodo de 1563 a 1577. Começa:] *Forão as madres penitentes para a sua casa nova de Santa Anna, em Domingo 9 de julho de 1564.*

[Á margem: *Chantre*].

Fólios 116 e 116v. – *Carta del Rey D. Sebastião para o Bispo de Coimbra para se darem graças plas victorias da India*. [É datada de Lisboa 30 de julho de 1572, e as acções de graças eram consequencia das informações que trazia o Viso Rei D. Luiz de Ataide. O

Bispo era D. João Soares. Segue-se um pequeno] *Summario das Victorias da India no anno de 70 e 71*. [Não publica Barbosa, nas *Memorias de D. Sebastião*, aquella carta, nem faz menção d'ella, quando trata d'essas acções de graça. T. III, pt. III, liv. II, cap. XV].

Fólios 117 a 120 – *Relação da batalha de Alcaçer que mandou hum cativo ao Dr. Paulo Araujo*⁸⁴. [O Visconde de Santarem lembra-se de existir essa relação no Archivo da Torre do Tombo, no *Corpo Chronologico*. Tem algumas notas marginaes, que começam logo no principio da narrativa, com o titulo:] *Por relação de Simão da Cunha*, [naturalmente para completar a narrativa do cativo. Tem intercalado um plano muito summario e rustico das nossas posições na batalha, e muitas notas á margem].

Fólios 120v. a 124 – *Verdadeira Relação do Recebimento que se fez em Lisboa ao Cardeal Alexandrino no anno de 71*. [O Cardeal Michele Ronelli⁸⁵ viera a Lisboa n'esse anno de 1571 para tractar do casamento de D. Sebastião coma princesa Margarida, e para solicitar do rei que entrasse na Liga].

Fólios 124 a 126 – *Da armada que se fez neste Reino, o anno de 72 de que era gloria o Senhor D. Duarte*. [Foi a armada que no verão d'esse anno (1572) se formou, e em que devia ir por capitão general D. Duarte, e para o que mandara El-Rey chamar quasi todos os fidalgos morgados do Reino, para acudirem com suas gentes, e por edito todos os homiziados. Acompanhariam D. Duarte, para seu conselho, Lourenço Pires de Tavora, e

⁸⁴ No COD ALC 308 o nome aparece transcrito como Dr. Paulo Afonso.

⁸⁵ O apelido correcto é Bonelli.

D. Alvaro de Castro. A armada não chegou a sair, e segundo este documento, não se soube bem o fim para que ella fora organizada: se para defender Lisboa contra o ataque dos lutheranos, havendo para isso intelligencia com portuguezes, sendo preso na cava do castello de Lisboa D. Antonio de Castro, senhor de Cascaes; se para ir buscar a infanta Margarida de França, com quem se fallava para mulher do rei; ou se para Portugal entrar na Liga que se armava no tempo. Parece que uma grande tempestade que se levantou, causando grandes destroços em todo Portugal, e na propria armada, no Tejo, foi uma das causas da expedição se não realizar. Barbosa nas *Memorias de El-Rey D. Sebastião*, t. III, pt. III, liv. II, cap. XIII, pag. 415, diz o seguinte: “Manda preparar El-Rey uma formidavel Armada, sobre cuja expedição se formão diversos discursos, a qual lastimosamente se derrota em o rio de Lisboa”. Esta armada aprestou-se para desempenhar D. Sebastião a promessa feita ao summo Pontifice por intermedio de seu sobrinho, o Cardeal Alexandrino, de concorrer com as suas auxiliares armas contra o inimigo commum da christandade. Por estar exausto o erario e ser precisa grande despeza para esta expedição, mandou El-Rei cartas circulares a todos os Bispos e Cabidos do Reyno em que lhe pedia prestado. A forma das cartas vê-se n’uma transcripta no referido tomo e dirigida ao Cabido de Evora, e a que se segue a “narração da forma como foi preparada a mesma Armada; varios juizos sobre a expedição da mesma; accusação de D. Antonio de Castro, e como sahio purificada a sua innocencia”; e mais, a forma como “intenta El-Rey que se dê hum rebate de noite em a cidade de Lisboa, com a noticia de ter entrado pela barra uma Armada inimiga”, a que se acrescenta “o Voto de heroica liberdade do Conde de Villa Nova contra esta intempestiva deliberação”; e seguidamente a noticia que diz: “Destroçouse lastimosamente toda a Armada, no rio de Lisboa, em

sabbado 13 de setembro, em virtude de uma violenta tempestade que teve começo á meia noite”].

Fólios 126 e 127v. – *Da vista que El-Rey deu no anno de 73 aos lugares de Alemtejo e como veyo a Evora estando El-Rey nella o Arcebispo de Luciano, Nuncio do Papa.* [É a narrativa d’essa excursão do rei, que entrou em Evora no ultimo dia de dezembro de 1572, visitou varios pontos da provincia, e no dia 19 de fevereiro recebeu em Evora a visita do Arcebispo, Bernardo Marini, embaixador do Papa Gregorio XIII, para tractar dos assumptos da Santa Liga].

D’esta excursão trata Barbosa nas referidas memorias, t. III, pt. III, liv. II, cap. II, pag. 482 a 485]. *Discorre D. Sebastião por diversos lugares do Alentejo onde recebe a infausta noticia da morte de sua mãy a Serenissima Princeza. D. Joanna de Austria, de cujas virtuosas acções fez um breve elogio. Manda levantar um arco com inscripção em o Campo de Ourique.* [E acrescenta:] *He recebido em Evora D. Bernardo Marini, Embaixador de Gregorio XIII.*

Fólios 127v. e 128 – *Do Capitulo que El Rey fez em Santarem na Ordem de Christo.* [1573 (Vidè *Memorias d’El-Rey D. Sebastião*, de Barbosa, t. III, pt. III, liv. II, cap. VI, pag. 340)].

Fólios 128 e 128v. – *Carta del Rey D. Sebastião a D. Nuno Manoel seu Embaixador em França. Evora, 20 de Março de 75.*

[É apenas o resumo da carta em que El-Rei encarregava D. Nuno, que ia em caminho de França, de dar ao Rei, Henrique III, os pesames do falecimento do irmão, Carlos IX, e ao mesmo tempo os parabens pelo seu casamento, de que acabava de ter noticia. Nas *Memorias*, t. III, pt. III. liv. II, cap. XXX, pag. 624, dá apenas relação mas não falla n'aquella carta].

Fólios 128v. e 129v. – *Outra carta de S.A. para o magnanimo D. Nuno Manoel, de Cintra 11 de Setembro de 75.* [É na integra, e trata de questões da pimenta da India, e dos auxilios que está prompto a dar ao rei de França].

[Á margem: *Duque de Viseu*].

Fólios 129v. e 130v. – *Pedaços de cartas originaes de Miguel de Moura escritas a el Rey D. Sebastião.* [Não traz a data das cartas; são uns trechos pequenos; e á margem de um d'elles está a nota:] *de Lisboa 25 de Agosto de 74, estando El Rey em Lagos.* [Tracta das disposições em que estava a rainha sobre entregar-se o governo ao Cardeal D. Henrique].

[Á margem: *Lourenço Pires de Carvalho*].

Fólios 130 3 131 - *Carta d'el Rey D. Sebastião escrita a Miguel de Moura estando no Cabo de S. Vicente, copiada de outra de sua mão del Rey.* [Tem a data de setembro de 1576. Segue-se a] *Resposta de Miguel de Moura a esta carta de S.A.* [sem data; mas n'uma nota á margem, diz-se:] *De Lisboa 4ª feira 19 de setembro,* [o que leva a completar a carta que Barbosa publicou, com a de el-rei, sem data, t. IV, das *Memorias*, pt. IV, liv. I, cap. IV, pag. 36. N'aquella carta participa El-Rey a Miguel de Moura tudo

quanto tinha obrado em relação aos Turcos. A resposta em que Miguel de Moura agradece a mercê, não traz effectivamente data, nem indicação alguma a respeito d'ella.

Sobre haverem muitas pessoas tentando dissuadir El-Rei da jornada de Africa, ha provas nas referidas *Memorias* de Barbosa, t. VI, pt. IV, liv. I, cap. XII, pag. 103, em que transcreve uma carta de D. Sebastião a Luiz da Sylva, a respeito do que este lhe escrevera, no tocante á ida do rei á Africa.

Tambem entre muitos outros, D. João de Mascarenhas tentou dissuadir El-Rey d'aquella jornada (*Memorias*, mesmo tomo, pag. 152), pelo que foi acusado de timido. E como El-Rey lhe perguntasse com irrisão que idade tinha, D. João respondeu: “Eu, senhor, para vos servir na campanha tenho vinte e cinco annos, e para vos aconselhar, tenho oitenta”].

Fólios 132 e 133v. – *Carta do Cardeal Infante a El-Rey sobre a jornada de Africa copiada do Original.* [Tem a data de Evora, 1 de fevereiro de 1578. Está publicada por Barbosa nas *Memorias*, t. IV, pt. IV, liv. II, cap. II, pag. 249. Todas as clausulas d'esta carta, diz o mesmo Barbosa, dictadas pelo maduro juizo do Cardeal D. Henrique se dirigem a despersuadir seu sobrinho da jornada de Africa].

Fólios 133 v. e 134 – *Outra original do Cardeal para Miguel de Moura, sobre a mesma materia.* [É copia. Diz que lhe] *acrescentou mutio o sentimento e cuidado desta jornada del Rey a determinação que vê de ir a Alcacer e de ahi tornar a Larache, e a de ter visto muitas grandes difficuldades de segura e de quentura da terra, e em tal tempo, e de falta de agoa, e quizera ver mais testemunhas e mais experimentados de saberem o que era*

necessario para hum tamanho exercito, e do mau haviamento que a de haver para se poder levar o necessario para elle, alem do que pode succeder com o Malluco, [etc. É datada de Alcobaça, 6 de agosto de 1578. Barbosa não a publica].

Fólios 134 a 137 – *Carta do Cardeal a Miguel de Moura sobre o Senhor D. Antonio.* [É datada de Evora, 1º de Janeiro de 78. Muito curiosa por mostrar a indisposição em que o cardeal D. Henrique andava contra D. Antonio, principalmente pelo] *estado da sua alma,* [e por se referir a uma discussão que sobre isso tivera com elle. Começa assim:] *Miguel de Moura amigo, sabado antes de dia de Natal veyo aqui ter D. Antonio que não sey como lhe chame sobrinho, e logo ao Domingo veyo a houvir Missa comigo, e mandou recado ao meu veador, etc.* [Esta carta não a publicou Barbosa, mas sim a outra que se segue no codice a fol. 135, em que o Cardeal se mostra mais humano com D. Antonio, e expões as razões que elle deu, indo procural-o, sobre questões que tivera com um seu creado, que Christovão de Tavora tinha tambem como seu. É datada de Penha Longa, a 22 de junho de 1578].

Fólios 137 e 138 – *Auto do juramento que o Cardeal fez quando ElRey foi para a Africa a primeira vez.* [Tem a nota á margem:] *Copia do original.* [Começa:] *Aos tres dias do mes de setembro de 1574 em sexta feira na Cidade de Lisboa, nas casas de D. Martinho de Castel Branco Valente, junto da Igreja de S. Martinho, onde ora está o Senhor Cardeal Infante . D. Henrique, [etc.]*

[Barbosa publica-o, dizendo que “o auto se fez a 3 de setembro, nas casas de D. Martinho Castel Branco, situadas ao Limoeiro. (*Memorias*, t. III, livr. II, cap. XXVII,

pag. 597). Começa assim o juramento:] *Eu o Cardeal Infante juro aos Santos Evangelhos que ante mi tenho...*[etc.].

Fólios 138 e 139 – *Carta de D. Miguel de Moura ao Cardeal Infante sobre o Senhor D. Duarte.* [Trata das disposições testamentarias que D. Duarte, por estar muito doente planejava fazer, pedindo authorização ao Cardeal para isso. Cópia. Tem a data de] *Lisboa oje quarta feira, 14 de novembro de 1576.*

Fólios 139 e 139v – *Carta segunda delRey para o senhor D. Duarte e para o Duque de Bragança, etc., sobre as ordenanças,* [insistindo para que se cumpram com brevidade as suas determinações sobre a materia, extranhando os embaraços e resistencias que encontra. Veem-se aqui as razões do feudalismo a opporem-se á nova organização militar reclamada pelo Renascimento. Datada de Almeirim, 13 de mayo de 1575].
[Traz á margem algumas variantes].

Fólios 140 e 141 – *Forma das cartas que ElRey screvia ás pessoas que havião de mandar gente para a armada do Senhor D. Duarte.* [Segue-se a fol. 141 o theor da carta:] *Para os que havião de servir pessoalmente.* [Por esta carta se vê que a verdadeira razão da organização da armada fora realmente o auxilio á Liga, mas que recebendo aviso de que a França aprestava] *uma grande armada com gente escolhida e ezercitada na guerra, e de todas as mais coisas necessarias para ella* [afirmando-se que trazia 12 a 15:000 homens, afora a gente de navegação,] *e fazendo elles damno em alguns lugares dos meus Reinos e senhorios me obrigarão a accudir a isso; assentey agora pela*

qualidade e importancia d'estas novas não enviar a minha armada á Liga e de a mandar acrescentar e que se faça prestes grande numero de navios e gente com todos os apercebimentos necessarios, [etc. Na carta circular se diz que devia estar tudo prestes para embarcar em fins de Maio. Não trazem data].

[Nas *Memorias* de Barbosa encontra-se apenas a carta circular aos Bispos e Cabidos, a que já alludimos, e cujo theor, como já dissemos tambem, se pode ver na carta para o Cabido de Evora. N'esta carta não diz quando a armada devia estar prestes a partir, mas simplesmente: “*porque cumpre assim á grande diligencia, com que convem que a dita Armada se acabe de aperceber, que não sofre dilação. Escrita em Almeirim a 15 de Março de 1572*”. (*Memorias*, t. III, pt. III, liv. II, cap. XIII, pag. 416)].

Fólios 141 e 142 – *Apontamentos a que ElRey D. Henrique mandou que respondessem Pedro de Alcaçova.* [São datados de 2 de outubro de 1578. Estão publicados com o decreto da prisão de Pedro de Alcaçova, no t. III. Prova da pt. I da *Deducção Chronologica*, pag. 27, extracto do liv. II, cap. XXXVIII da *Historia Sebastica*, de Fr. Manoel dos Santos].

[Á margem: *Conde D. Diogo*].

Fólios 142v. a 145 – *Apontamentos a que El Rey mandou respondesse Luiz da Silva.* [(E não Lucas da Silva, como diz Santarem querendo emendar a *Deducção Chronologica*). Intimam Luiz da Silva a dar as razões ou provas da sua aprovação da jornada de Africa. Tem a data de 15 de janeiro de 1579 e a assignatura de Ruy de Mattos de Noronha. A

seguir, a fol. 144, vem:] *Resposta de Luiz de Mattos aos capitulos atras*. [(Publicados na Prova 19 da *Deducções Chronologicas*)].

[Á margem: *Do livro de Pedro Roiz Soares*].

Fólios 145 e 145v. – *Copia de la respuesta que su Magestad mandó dar a Pedro de Alcaçova*. [Este Pedro de Alcaçova Carneiro era embaixador de Portugal em Hespanha, do conselho de Estado, vedor da fazenda].

Fólios 145v. e 146 – *Las vias de mas de las hordinarias por donde se ha procurado ajuntar dinero para la jornada de Africa*. [É o documento que mostra que as despesas foram cobertas pelos christãos (?) novos, os quaes deram 250:000 crusados, pelos serviços voluntarios dos Prelados e senhores do Reino, pela cidade de Lisboa, pela porção de sal que se tomou aos lavradores por preço baixo para o venderem po alto, pelo dinheiro dos cofres dos orphãos, a titulo de dividas, pelas bullas para certos impostos nas rendas ecclesiasticas, venda de propriedades da fazenda real, etc.]

Fólios 146 e 147 – *Las cosas que D. Christoval de Moura ha suppdo. a su Magestad de parte del Rey de Portugal y lo que se responde*. [Essas cousas eram ir as galeras hespanholas trazer para Tanger o Xarife, aquisição de mullas, carretas, soldados, em Hespanha; evitar que se levassem avisos ao Maluco; pedido de 10:000 quintaes de polvora, vendidos ou emprestados; admissão de 600 italianos no exercito, etc., etc. Á margem vêm as respostas a estes pedidos, umas ambigvas, outras claras. Será interessante a publicação na integra d'este documento. Não tem data].

Fólios 147 e 147v. – *La instruccion que se a de dar al capitan Cabrita será sobre los puntos seguintes.* [São uma especie de articulados previos para a negociação de um tratado de paz entre o rei de Hespanha e o Muley Maluco. Logo no 2º capitulo se diz:] *El serenissimo Rey de Portugal a de ser comprehendido en esta paz y capitulos de amistad.* [Não tem data, mas deve ser posterior á batalha de Alcacer-Quibir].

Fólios 147v. a 149⁸⁶ – *Arbitrio que se propoz a ElRey D. Sebastião para juntar dinheiro a jornada de Africa.* [Este alvitre consistia em] *tomar o rei para si o trato que os mercadores vendem neste reino, deixando aos lavradores e pessoas que o tem de renda podelo livremente vender,* [etc. N’uma nota á margem vem a indicação de que] *esta parte defendeu o Doutor Pedro Barbosa;* [a seguir, a] *segunda parte contra este conselho,* [e em nota á margem:] *Esta parte contrariou Fernão de Pina;* [é a contestação do arrasado anterior. Não tem data].

Fólios 152v. a 155 – *Memoria de lo que ha traído em commission Nuño Alvares Pereira quando bolvió de Flandes.* [Tracta de pedidos que faziam os Estados a S.M., e da situação de Flandes. Não tem data].

[Á margem: *Carta de D. Diogo*].

Fólios 155 e 155v. – *Copia da carta original que el Rey screveo a João de Mendonça, em resposta da que elle screveo quando succedeo no governo da India,* [sobre a

⁸⁶ O conteúdo dos fols. 147-147v do códice de Paris não se encontra no Alcobacense 308.

sucessão desse capitão no governo da India por morte do Conde de Redondo. Tem a data de Almeirim, 20 de fevereiro de 1565, e está assignado: Cardeal Infante].

[Á margem: *Nuno de Mendonça*].

Fólio 155v. – *Copia da carta original del Rey D. Sebastião a João de Mendonça sobre a jornada de Africa.* [Tem a data de: Salvaterra, 24 de Abril de 1576. Com quanto o titulo diga que é sobre a jornada de Africa, e realmente a carta se refira ás providencias que o rei ia tomando para prover de elementos a sua armada e as fortificações de Africa, a verdade é que a carta se limita a referir, – pedindo conselho sobre o que devia fazer desde já e de futuro, – o facto da posse e tomada por Muley Moluco do reino de Fez, das suas evidentes intenções de se assenhorear dos portos de Africa e do perigo que d’alli advinha á Peninsula e á christandade; nesta carta, se póde dizer, tocam-se os pontos principaes que levaram D. Sebastião á empresa de Alcacer].

[Á margem: *Nuno de Mendonça*].

Fólios 156v. e 157 – [Resumo de cartas de el-rei a João de Mendonça: uma de 1561, agradecendo-lhe o ter mandado, sendo capitão de Malaca, soccorrer o Moluco, e dizendo-lhe que ia por viso rei da India o Conde de Redondo a quem espera auxiliará e aconselhará; outra de 1562, dizendo que, apesar de ter acabado o tempo da capitania de Malaca, entendia que não devia vir ao reino, pelas más novas que tinha de Baçorá; outra de 1563, agradecendo o seu apparecimento para servir na empresa de Achem e bom agasalho que dera á gente da nao S. Paulo; outra de 1571, sendo elle já capitão-mór da

costa, mandando-o ir ao cabo de Finisterra e d'ahi aos Açores, dando-lhe para isso umas instrucções].

Fólio 157 - *A Francisco Barreto do seu conselho de Estado Governador da Conquista e empreza do senhorio de Monomotapa* [tendo, porém, apenas o seguinte resume:] *A carta he de 23 de Fevereiro do anno de 572 em que elle dá conta a El Rey da vinda do Cardeal Alexandrino a tratar, da parte do Papa, da Liga e seu casamento, e como ambas as cousas lhe responde a sua satisfação.* [Inédita].

[Segue a informação de que em uma carta escripta em Almeirim] *a 4 de Fevereiro de 72 elrei fas saber a Dom Antonio de Lima que resolvera entrar na Liga contra o Turco, e mandara para isso apresentar uma armada, levando por general o Senhor D. Duarte, e 4 mil homens escolhidos, afóra a gente de navegação.*

Fólio 157, ainda – *Copia da carta que El Rey D. Philippe screveo a El Rey D. Sebastião sobre o socorro de Oran.* [Tem a data de: Madrid 25 de abril de 1565; o socorro era de algumas galeras para socorrer Oran e outros portos de Hespanha ameaçados pelos Turcos de Argel; a carta é de agradecimento. Publica-a Barbosa, nas *Memorias*, t. II, pt. II, liv. II, pag. 379, dizendo que fora precedida de uma outra, pedindo socorros, e datada de 9 de abril do anno antecedente].

[A data d'aquella é de 25 de abril de 1563 e não de 1565, como acima se diz].

[Pelo theor da mesma, vê-se que anteriormente já recebera Filippe II uma carta de D. Sebastião, datada de 13, e a qual, por sua vez, seria resposta a uma anterior de Filippe II, dirigida a D. Sebastião].

[Segue-se, em resumo, o que o codice diz ser a resposta de D. Sebastião á carta anterior. Pelo teor d'ella, porém, e por uma nota que está á margem, vê-se que é anterior, participando a sua intenção de ir, com suas armadas, em soccorro da Hespanha, e pedindo que o rei de Hespanha não tardasse em reunir as suas, mandando-as vir de Italia e outros pontos].

Fólio 158 – [Uma carta do rei, assignada Cardeal Infante, ao Conde de Castanheira sobre o mesmo assumpto, mas em que se accentua que Portugal não quer operar só, mas que a Hespanha deve mandar vir de Italia e outros pontos as suas armadas, como já fizera sentir ao rei de Castella].

[Tem a data de: Lisboa ao derradeiro de Abril de 1563].

Fólio 158v. – *Cartas e presentes que el Rey D. Filippe o prudente mandou a Francisco Barreto.* [O presente consistia n'uma medalha de ouro, expressamente gravada, e pendente de uma cadeia de ouro tambem, e era agradecimento de haver Francisco Barreto acompanhado e auxiliado D. Garcia de Toledo na] *empresa del Perrôn*, [Gibraltar. Não tem data].

[Á margem: *Nuno de Mendonça*].

Fólio 159 – *Algumas cousas notaveis que mostram o grande animo delRey D. Sebastião.* [Conta varias valentias de D. Sebastião, a começar pela seguinte:] *Tam sem medo era elRey D. Sebatião que havendo mandado com graves pennas que não pasasse ninguem plas torres de Bellem e S. Gião, sem registrar nellas e com hordem que quem pasasse se o*

fazer metessem no fundo, se embarcou huma noute no seu berganti e mandou remar contra a torre, e como não regulassem lhe tirarão hum canhonazo, e outro e outro, em quanto foi passando sem querer dar-se a conhecer, posto que os que o acompanhavão, temendo os tiros, lhe dezião que o fizesse, e da mesma maneira voltou para o Paço.

[Seguem outras maluquices, como ir passear sósinho, alta noite, depois de se ter deitado na cama, aos sitios mal famados dos bosques de Salvaterra; ir a duas leguas de S. Vicente, á aldeia do Bispo, alta noite tambem, fallar durante duas horas com o espirito de D. Alvaro de Castro, do seu conselho de estado e vedor da sua fazenda, que alli morrera; arremeter com um preto selvagem, medonho negro, que andava fugido nas matas de Almeirim, um dia em que esperava um javali, e lutar com o preto peito a peito. – Estes apontamentos estão assignados: D. Diogo de Castro. Lisboa 10 de dezembro de 1618. – O que faz suppor que era d’este o códice⁸⁷. Seguem-se outros apontamentos sobre diversos assumptos, com a mesma assignatura. Tambem a letra do codice é toda igual até fol. 241, isto é, até á relação da viagem dos Padres da Companhia de Jesus a Monomotapa em 1569].

Fólio 160v. – *Algumas lembranças particulares do tempo delRei D. Sebastião.* [São apontamentos sobre diversos factos ocorridos desde 1562 a 1574. Começa:] *As pessoas que foram em esse tempo ao concilio Triudentino, no anno de 1562 no Ponteficado de Pio 4º que se convocou a 3ª vez foram as seguintes, etc.,* [e termina:] *No anno de 1574, no mes de julho, veyo a este Reyno huma mulher que dezião ser Rainha de Fez,*

⁸⁷ Não percebemos em que concretamente se baseia Aires nessa afirmação. O facto de haver até aquele momento somente uma única mão não seria prova suficiente de que pertencera ao dito D. Diogo de Castro. Pelo apelido, este deve ser o herdeiro da casa de Álvaro de Castro que disponibilizou o material para a crónica de Lavanha, que está no COD ALC 308.

acompanhada de Alguns Mouros, e Castelhanos bem luzidos, dezião que vinhão a pedir socorro a El Rey por El Rey de Castella se ter escusado de lho dar, e não sey a resposta que levou.

Fólio 166v. – *Do Conde de Castanheira á Rainha.* [É uma longa carta, muito interessante, em que o conde expõe as razões todas que tinha para aconselhar á Rainha que fosse ella, e não outrem, quem tomasse por morte do rei o governo da nação, isso a despeito de todo o apreço em que ella tinha o cardeal D. Henrique. Tem a data de 18 de Março de 1561. (Inedita)].

[Á margem: *D. Antonio de Taide*].

Fólio 172 – *El Rey ao Conde da Castanheira. Cópia do Original.* [É uma carta em que el-rei, entendendo que é conveniente tomar Baçorá, pelas informações que tem do visorei da India e outras pessoas de muita experiencia de lá, pede ao conde o aconselhe sobre a maneira de realisar a empresa, sobre a armada e gente que eram necessarias, etc. É escripta em Lisboa a 5 de setembro, mas não traz o anno; assignada: a Rainha].

[Á margem: *do mesmo*].

Fólio 173 - *El Rey, ao Conde da Castanheira. Cópia do Original.* [É uma carta assignada: Rainha, e datada de Lisboa ... de julho de 1562; n'ella se diz que determinou] *fazer as cortes nesta cidade de Lisboa aos 16 dias do mes de setembro que vem deste anno presente de 1562, plo que vos encomendo muito e mando que vos queiraes nellas ao tempo achar, [etc.].*

[Á margem: *Do mesmo*].

Fólio 173v. – *El Rey ao Conde de Castanheira. Cópia do Original.* [É uma carta assignada: Rainha, e Lisboa 23 de Março de 1562, em que se trata das providencias militares tomadas em Mazagão, com receio do Xerife, e nos logares de Ceuta e Tanger, por que se sabia que de Argel iam sahir 38 navios turcos a damnificar os portos christãos].

[Á margem: *Do mesmo*].

Fólio 174 – *Del Rey ao Conde de Castanheira. Cópia do original.* [Carta assignada: Rainha e datada de Lisboa a 22 de outubro de 1562, sobre o *credito e austeridade* que a seita lutherana ia tendo em França, e sobre as emendas a adoptar a favor da religião catholica].

[Á margem: *Do mesmo*].

Fólio 174v. – *Do que se fez e hordenou logo como se foi o Cardeal Alexandrino.* [Relata as providencias logo tomadas para aprestar uma forte armada, juntar dinheiro, gente, armas, navios, etc. sendo nomeado por capitão general da armada o Senhor D. Duarte, filho do Infante D. Duarte e da Infanta D. Izabel, estando a armada junta e prompta a 22 de agosto de 1572].

[Á margem: *Do livro de Pedro Roiz Soares*].

Fólio 175 – *Em que relata a carta que veyo de França de verbo ad verbum.* [É a relação do attentado contra o almirante de Coligny em Paris a 22 de agostos de 1572, e sua morte violenta no dia 24. É o celebre caso de S. Barthelemy. Santarem limita-se a dar o titulo, sem indicar de que se trata, nem dizer o almirante quem é, porque o manuscrito o não diz. Sobre o St. Barthelemy ver Delaborde, *L'Amiral de Coligny.* 1885].

Fólio 177v. – *De huma boa nova que veyo donde esta armada estava para ir plo que não foy.* [Refere-se ao acordo que houvera entre o rei de França e de Portugal para este ir em auxilio d'aquelle, com uma armada, no seu conflicto com os lutheranos, e a razão porque a armada não foi].

[Refere-se tambem ao caso da S. Barthelemy, e parece um trecho copiado de qualquer relação. É seguida do seguinte titulo apenas:] *Em que conta o grande destroço que neste porto se fez de perdas, isto já está em outra parte espirito.* [É o caso da tempestade que impediu a sahida da armada, e vae atraz referido].

[Á margem: *Do mesmo.*].

Fólio 178 – *Como se ha de contar a grandissima peste deste Reyno.* [Conta a peste que houve em Portugal no anno de 1569, começando a manifestar-se no mes de junho. Havia 39 annos que não apparecia; alastrou-se violentamente por todo o reino, mas principalmente em Lisboa, Setubal, Santarem, Alcacer do Sal, Almada, etc.].

Fólio 179v. – *Das companhias e capitães que nesta cidade se fiserão, cousa não costumada e principio de tanta perdição e mal.* [É curioso este titulo; a noticia é tambem

interessante; diz assim:] *Aos 27 capitulos atraz fica dito de toda a vinda del Rey D. Sebastiam a esta cidade, em elle conto como no Conselho que se então teve accorderão haver companhias com seus capitães, o que não veyo a effeito por cauza do mal até este mez de julho de 1570 que mandou El Rey screver (inscrever?) todas as pessoas pelas portas com as armas que tinham e as que não as tinham lhas davão fiadas por hum anno; e por esta hordem foi toda a cidade assentada e armas dadas a todos e a primeira companhia que sahiu foi a da freguesia de S. Nicolao da qual era capitam Braz Lourenço Caragão, e a da Magdalena de que foi capitam Joam Machado, e sahirão ambas a 30 de julho da dita, erão muy lustrosos e cada huum foi á sua freguezia benzer sua bandeyra e d'ahi se forão em hordenança ao campo da forca onde foi muito infinda gente de pee e de cavallo, por ser couza nunca vista não costumada, e houve muitos que se empenharão e endividarão por se vestirem muito custosos, e assi andavam a malvava (?) de qual havia de sair mais galante, e tudo então erão bandeiras suiças, nisto se revolvia esta cidade, todos domingos e dias sanctos.*

Fólio 180 – *Da recencha geral que fes das bandeiras que erão feitas, em que esteve el Rey D. Sebastião.*

Hordenadas as bandeiras, como atras vedes, sendo feitas dez determinou El Rey mandar com ellas fazer a recencha geral para o que mandou fossem todas ao campo de Santo Amaro alem de Alcantara como forão aos 3 de setembro da dita era de 1570, partindo todos pla manhã da Cidade, e El Rey stava em Bellem donde depois de postas em hordem veyo elle e o Senhor Dom Duarte chegando desparou toda a arcabuzaria e começou logo o Senhor D. Duarte de rodear o esquadrão que estava feito, a cabo do

qual sahio El Rey e o rodeou duas vezes desparando sempre a arcabuzaria em roda viva, que o ar se não via com fumo della, e como era cousa não vista nem costumada, despejou-se toda Lisboa a ir ver assi por terra como por mar e toda a gente de toda sorte, assi de pee como de cavallo, couza formosa de ver, por então estar o Reyno tam abundantissimo de tudo e em especial de paz que tanta era que não sabião em Portugal que couza erão capitães, companhias nem esquadrões, e assi parece que foi pronostico este começo de tantas dezaventuras como ao diante houvireis que forão neste Reino e em toda a Christandade e mundo, tudo causado por este Rey e sua indignação, a que não houve quem pudesse atalhar, mas como he primissão divina houve de ser como foi.

[Segue-se:]

De outro Alardo geral, juntamente co os de cavallo – Aos 29 Dezembro da mesma era mandou ElRey botar vindo com trombetas por toda a cidade, que todo o homem de cavallo e de pé se fizesse prestes para o Domingo seguinte e fossem todos muy bem armados e concertados, no campo de Santo Amaro, os de pée em suas compahias e os de cavallo sobressi, a este tempo erão já feitos 30 capitães e por toda a semana andarão todos os tambores juntos de todas as bandeiras e sargentos com elles por toda a cidade botando bandos que todos se ajuntassem ao Domingo seguinte, sendo tantos os tambores que estrugião a Cidade e ao Domingo logo seguinte se ajuntou todo o povo de Lisboa assi de pée como de cavallo no Campo de Santo Amaro que sem falta duvido verse nem terse visto outro mór ajuntamento de gente porque na Cidade em todo seu termo não ficarão senão aleijados que não podião ir, e affirmarey que em todo aquelle campo e mar não poderia cahir um alfinete do ceo que não desse em gente, em bateis barcos e navios que de gente em boa hordenança, rodeou El Rey os esquadrões, e nisto sahirão muitos de

cavallo a cometter os esquadrões fazendo suas galhardias, no qual ajuntamento hia a gente tão lustrosa e custosa que houve muitos que venderão e empenharão muito de seu para vestidos e ataviamentos, e logo na 2ª feira seguinte veyo El Rey a ver sua Avó a enxobregas.

Fólio 181 – *Da vinda do Visorrey D. Luis de Taide e das Canas que jogou El Rey.*

[Chegara D. Luiz a 2 de julho de 1572, não podendo entrar a barra senão no dia 20 de sse mez, por causa do mau tempo; havia mais de 9 annos que um viso-rei não voltava da India, pois ficaram lá o Conde de Redondo e D. Antão de Noronha. D. Luis de Atraide vinha coberto de louros da sua victoria; da sé saiu no dia 25, houve procissão que saiu da sé para S. Domingos levando elrei a D. Luiz debaixo de pallio; á tarde foi elrei com os demais fidalgos jogar as canas a Alcantara. Barbosa diz nas *Memorias*, t. III, pt. III, liv. II, cap. XV, pag. 443: “Chega a Lisboa D. Luiz de Ataide; e da pompa com que foy recebido este heroe, do qual se fes um breve elogio”. Começa assim, a materia d’este summario:] *Cumulado de victoriosos troféos, etc.* [e acrescenta, depois:] *Avistou a Foz do Tejo a 3 de julho deste anno de 1572, e impedido pela furia do Norte se passarão dezasete dias para embocar a barra. Em Domingo 20 de Julho, quando o Sol se avistoy aos Antipodas, surgio D. Luiz da parte de Almada, e desembarcando na segunda feira, beijou a mão a El-Rey, etc.* – [A seguir:] *Inexplicavel honra que recebeu del Rey – Elogio de D. Luiz de Ataide. – Em applauso de Luiz de Ataide faz El-Rey duplicadas honras, etc.*

Fólio 181v. – *De huns Touros Reaes que houve em Enxobregas, e da tomada do galeão da Mina e de outras couzas, e de dez naos da India que entrarão juntas neste porto.* [Os

touros forão no dia de S. João de 1575; em Agosto sahiu-se el-rei a barra a esperar Diogo Lopes de Sequeira que vinha com tres fustas, tomadas aos mouros, e com elle entrou a 13 de setembro; e n'esse mesmo anno vieram da India dez naos juntas, entre as de viagem e de invernã, e com ellas um embaixador do Hídalção, que elrei recebeu em Cintra, e mandou aposentar em Almada, onde esteve até tornarem as naus á India].

[Á margem: *Do mesmo*].

Fólio 182v.⁸⁸ – *Regimento de provisão das Comendas que se hão de ganhar em Tangere no anno de 72 em diante.* [Regula a maneira porque de futuro se haviam de dar as commendas das tres ordens militares, para evitar abusos e estabelecer deveres e direitos restrictos. Tem a data de: Almeirim 6 de fevereiro de 1572; é propriamente a reformação das ditas ordens].

[Á margem: *Ruy Barreto de Meneses*].

[Barbosa, t. III, pt.III, liv. II, cap. XXI, das *Memorias*, diz em summario, á margem da pag. 426: “Pormulga El-Rey novos Estatutos para as ordens militares de 1572”].

Fólio 191 - *Do Conde de Redondo sobre algumas couzas de Africa.* [São informações sobre o estado economico e militar da Africa portugueza e mussulmana, e pareceres sobre o que lá se podia fazer].

[Á margem: *Lourenço Pires de Carvalho*].

⁸⁸ Anterior a este fólio deveriam estar copiados outros quatro textos do *Memorial* de Pero Roiz Soares, que aparecem no códice Alcobacense.

Fólio 194 – *Summario das naos, galeões, galeotas, fustas e outras embarcações que D. Luis de Taide, sendo visorrey das partes da India, armou por vezes á custa da fazenda de S.A. em seu serviço.* [É uma relação completa, por annos: 1º, 2º e 3º do seu vicereinado, e portanto, 1569, 1570 e 1571. Traz os nomes dos respectivos capitães e da missão que as naos desempenharam].

[Segue-se:]

Lembranças das cousas que D. Luiz de Taide sendo vizorrey da India fes no seu tempo e o que deixou quando entregou o estado ao visorrey D. Antonio de Noronha, e do que lhe entregou D. Antão de Noronha visorrey quando lhe entregou o estado de Goa. [É uma informação minuciosa, especie de inventario, e tambem relação das medidas de ordem economica e financeira adoptadas pelo visorei. É muito interessante pelos dados que contém].

Fólio 206v. – *N’esta recopillação se conthem as couzas seguintes: o anno em que se descobriu a India, os nomes dos Capitães mores das armadas e Capitães das naos; os visorreis e governadores, os capitães das fortalezas e fundação dellas, Arcebispos Bispos Inquisidores, entrada das Religiões e seus primeiros prelados, as partes em que teem conventos e residencias.* [É um curioso resumo da historia da nossa India desde 2 de julho de 1497, em que Vasco da Gama partiu com a sua armada, até 1608, com a morte do Conde da Feira a 15 de maio d’esse anno, na viagem. Parece escripta em 1609 esta relação, porque a ultima referencia é a seguinte:] *O Almirante* (da armada em que ia o Conde da Feira D. Christovam de Noronha) *passou á nao do Conde e fez capitão do seu*

galeão Vicente Monteiro; esta nao invernou em Moçambique e chegou a 27 de Mayo de 609.

[Á margem: *Copia de outra do Conde da Vidigueira em Setuval anno de 1614 a 5 de julho*].

Fólio 236 – *Copia de huma carta del Rei João 3º de Portugal, scrita a D. João de Lencastre Duque de Aveiro sobre a entrega da Princesa Dona Joana. Cópia do Original que tem o Duque D. Alvaro, scrita da mão de Pedro de Alcaçova.* [Indica toda a pragmatica a seguir n'aquelle solemne acto. Tem a data de: Lisboa, 15 de novembro de 1552. (Não vem nem em Andrade *Chr.* nem na *Historia Genealogiaca*)].

[Á margem: *Duque*].

Fólio 238v. – *Copia de huma carta do Cardeal D. Henrique scrita ao Duque de Aveiro D. Jorge sobre a passagem del Rey D. Sebastião a Africa, copia da original scrita da mão do mesmo Cardeal a qual tem o Duque D. Alvaro.* [Diz que] *anda tão agastado com os caminhos* [que el Rey seu sobrinho faz e como as faz, e a causa de que isso naçe que não podendo] *atalhar a taes cousas querse recolher a Alcobaça para principalmente poder pedir a N.S. o remedio,* [etc. Tem a data de Alcobaça 14 de setembro de 1573].

[Segue-se outra:] *Ao Senhor Duque de Aveiro meu sobrinho.* [Cópia de outra carta do mesmo Cardeal ao mesmo duque escripta de mão propria. Tem a data de Alcobaça 28 de setembro de 1573. Diz que se guarda para quando elle se encontrar para tractar de varios assumptos].

Fólio 239v. – *Outra carta do mesmo Cardeal ao Duque de Aveiro D. João, quando lhe derão o Capello escrita de mão propria.* [Fala do seu receio de não poder corresponder á dignidade de Cardeal a que foi elevado. É datada de Evora 10 de Março de 1546. Uma e outra são ineditas].

[Á margem: *Duque*].

Fólio 240 – *Carta del Rey D. Sebastião escrita ao Duque de Aveiro D. Jorge e dando-lhe conta dos Governadores que deixava no Reyno quando passou a Africa, a ultima vez. Cópia do original que tem o Duque D. Alvaro.*

Fólio 241 – *Relação da viagem que fizerão os Padres da Companhia de Jezus com Francisco Barreto na conquista de Monomotapa no anno d 1569. Feita pello Padre Moclaio da mesma Companhia.* [Santarem leu Monclais, mas é Monclaio que está escripto⁸⁹. Tem muitas notas á margem, com a seguinte declaração:] *As notas das margens são de Gabriel Alvares de Lousada escrivão da Torre do Tombo.* [Divide-se nos seguintes capitulos:]

- *Do intento que teve El Rey Dom Sebastião nesta conquista.*
- *Dos impedimentos que ouve no principio desta jornada.*
- *Do que passámos na viagem té chegar a Moçambique.*
- *Da Ilha de Moçambique.*
- *Da Cidade de Quiloa e de outras daquella costa.*

⁸⁹ Nenhum dos dois está correcto. É do Padre Francisco Monclaro, cuja relação foi publicada pela primeira vez em 1981. Ver W.G.L. Randles. *The Empire of Monomotapa: From the Fifteenth to the Nineteenth Century.* Zimbábue: Mambo Press, 1981.

- *De como chegámos a Moçambique e nos aperalhamos para ir ao Monomotapa.*
- *Do grande Rio Cuama.*
- *Dos costumes dos cafres e da terra, minas, comercio e de outras cousas.*
- *Como pelleiamos com os Mongazes (?) e das vitorias que N.S. nos deu delles, e sogeitamos suas terras.*
- *Das pazes que fizemos com os Mongazes (?) e como não podemos correr todas suas terras pellos muitos doentes e mortos que tivemos.*
- *Como recebemos Embaixadores de Monomotapa.*
- *Como Francisco Barreto veyo e foi a Moçambique e das cousas que nisto succederão.*
- *Da morte de Francisco Barreto e successão de Vasco Fernandes.*
- *Da resposta da embaixada do Monomotapa e da vinda que fez o Governador Vasco Fernandes sobre a jornada.*

Fólio 266 – *Determinação dos letrados e com que consições se podia fazer guerra aos Reis da Conquista de Portugal, fala em especial de Portugal.*

[Expõe as razões porque se deve fazer esta guerra para proteger os portugueses e a religião christã, e a fórmula de a fazer. Vem assignado de: Almeirim, 23 de Janeiro de 1569, Matim Gonçalves da Camara, Leão Henrique Torres, Duarte Carneiro Rangel, Paulo Afonso, Simão Gonçalves Preto, e Gonçalo Dias de Carvalho].

Fólio 268 – *Relações de Angola, tiradas do cartorio do Collegio dos Padres da Companhia. [Começa por] Alguns capitulos da instrucção de Paulo Dias quando el Rey D. Sebastião o mandou a Angola no anno de 1559; [e segue-se uma interessante série de*

cartas sobre o mesmo assumpto e outros relativos a Angola. Paulo Dias ia como embaixador; as instrucções que levava eram datadas de Lisboa 20 de dezembro de 1559. As cartas vão de 1559 a 1586.

Fólio 297 – *Apontamentos para a historia del Rey D. Sebastião, tirados da Relação da sua vida feita pello Padre Amador Rebello da Companhia de Jesus, companheiro do Padre Luiz Gonçaves da Camara, Mestre do mesmo rey. Escrita em Lisboa a 6 de Novembro de 1613*⁹⁰. [Começa:] *Naceu ElRey D. Sebastião de quem tomou o nome.*

[Traz alguns pormenores sobre a educação que lhe dera o seu preceptor Padre Luiz Gonçaves, sobre as suas tendencias e habitos misticos; da batalha de Alcacer diz que as causas de a perdermos] *forão os peccados que no exercito havia, porque com quanto el rei como casto que era e temente a Deus tinha mandado deitar pregões não houvesse no exercito nenhuma mulher, hião carretas cheias dellas que de Castella em barcas tinhão vindo a Arzilla, [e além d’isso a insolencia e prosapia dos nossos grandes. Os factos apreciados sob o ponto de vista d’este padre não deixam de ser interessantes para a apreciação da epocha].*

Fólio 303 – *De hum Memorial que fez de sua mão antes de tomar o governo no qual apontava para lembrança cousas que determinava fazer. Tirei as seguintes para que se veja o pio e santo zello deste Rey e seus bons desejos e Propositos. [São talvez do mesmo Padre Amador Rebello; são curiosos alguns dos preceitos que o rei a si proprio*

⁹⁰ O copiadador não foi fiel ao fl. 240 do COD ALC 308, onde vê-se na margem esquerda ao título dos *Apontamentos* a nota: “Padre Amador Rebello/ Setuval An 1618/ 3 Julho”. Essa é a data em que Lavanha escreve o sumário do texto autógrafa de Rebello, que tampouco se copiou ao códice 8.

impõe, entre elles:] *Cuidar de noite em que faltei aquelle dia; defender alfayados e delicias; reformar os costumes, começando por mim no comer e vestir, [etc.].*

[Seguem-se outras informações ácerca do mesmo rei, cujo retrato se faz nos seguintes traços:] *Era elrei de mea estatura; rosto branco e bem proporcionado, o cabello entre louro e ruivo, de olhos azues grandes mas muy graciosos, tinha algumas lentilhas no rosto, e as mãos tão bem tiradas que pareciam ao torno feitas, e assi erão muy fermosas e dotado nellas de tão raras e grandes forças que hua lança de riste muy pesada, quando era de menos idade, a meneava e levava tão direita quando corria em hua tea como se fora muito leve, o que outros de muitos mais annos não podião fazer. Estas mesmas forças tinha nas pernas, e quando no monte ou em outras partes queria apertar hum pouco com o cavallo para algum efecto, por grande e poderoso que fosse o fazia gemer e suar.*

Fólio 310 – [O] *Regimento das Commendas* [que já encontrámos a fólio 182v.].

Fólio 316 – *Do Conde de Redondo sobre algumas cousas d’Africa*; [tambem já encontrámos este documento a fol. 191].

Fólio 319 – *Carta de Pedro Alvares de Carvalho ao Chronista João Bautista Lavanha.*

[Tem a data de Beja 24 de outubro de 1618. – Refere-se o auctor da carta ás muitas provas de consideração que á memoria de seu pae, o capitão Ruy de Sousa de Carvalho, e por sua morte, deu El-rei D. Sebastião].

Fólio 319 ainda – *Carta de Ruy de Sousa de Carvalho a El Rey D. Sebastião*. [Refere-se aos serviços de seu pae e seus, em Portugal e na Africa, e pede despacho a uma sua pretensão].

CAPÍTULO 7. A historiografia peninsular dos séculos XVI e XVII:

Lavanha e a polémica sobre D. Sebastião

Para este estudo escolhemos obras significativas do período de maior polémica sobre D. Sebastião, ou seja, de 1578 a 1620. Comparámos Lavanha com Frei Luis Nieto, autor da *Relación de las guerras de Berberia* (1578); Jerónimo de Franchi Conestaggio, autor *Dell'unione del regno di Portogallo alla corona di Castiglia* (1585); e Jerónimo de Mendonça, autor da *Jornada de Africa* (1607).

7.1 Frei Luis Nieto

A *Relación de las guerras de Berbería* foi escrita por Nieto em 1578 mas não foi publicada. O manuscrito conserva-se na Biblioteca Nacional de Madrid, com dedicatória a Filipe II de Espanha. No ano seguinte, Nieto envia uma carta ao monarca espanhol contando-lhe sobre o estado militar de Larache e instando-lhe a que fizesse com urgência uma intervenção militar naquela região. Pela mesma carta, Nieto avisa também que o Rei D. Henrique (a quem se refere simplesmente por “*Cardenal portugues*”) mandara uma pessoa a Marrocos para, a pretexto de saber quantos portugueses estavam cativos, buscar se havia cartas, memoriais ou testamentos feitos por D. Sebastião antes de entrar na batalha de Alcácer Quibir.

Há uma cópia dessa carta no códice Alcobacense 308 feita pelo próprio Lavanha. Na margem, o cronista anota que a copiava de outra de posse do conde de Portalegre, D. Diogo da Silva, filho de D. Juan de Silva, embaixador espanhol de Filipe II a Lisboa na

época de D. Sebastião. No alto do fólio, Lavanha dá à narrativa o seguinte título: “De uma lembrança de fr. Luis Neto feita a S. Magestade em Madrid a 24 de março de 1579”.

A cópia da carta de Frei Luis Nieto, que transcrevemos a seguir, é um documento inédito⁹¹:

De hua lembrança de Fr. Luis Neto feita a S. Magestade em Madrid a 24 de Março de 1579

Aunque por otro memorial tengo avisado a V.M. quanto importa el tomar a Larache, torno por este a recordar sobre ello a V.M. porque es de grandissima importancia, asi para conseguir con facilidad el Reyno de Fez, que es del la llave por do se entran todas las mercancias, como para guarda de todos los puertos de Berberia, que es aquel Rio el passo de todos, i el mejor puerto para los enemigos, i con esto es muy facil de tomar, porquanto de suyo el bestion es de muy poca fortaleza, i tiene poca gente, i muy desapercibida, i enel Rio cabe grande armada de naves i galeras sin otros grandes provechos que alli hay.

Antonio de Escovar vezino de Ceuta escudero fue embiado del Cardenal de Portugal a 15 de setiembre passado al Reyno de Fez en achaque de saber los que avian quedado vivos de la batalla, para solo buscar cierto escritorio delrey D. Sebastian, o algunos papeles del, o alguna manera de memorial o testamento, o letra del mismo Rey, i no hallando cosa ninguna dado que prometia gran suma de dinero, a quien le truxesse algo desto, se bolbió junto comigo a Ceuta (COD. ALC. 308 fl. 306; sem cópia no ALC 8).

⁹¹ A carta-instrução (datada em Lisboa aos 6 de Setembro de 1578) do Rei D. Henrique para que o antigo vedor da Fazenda, D. Rodrigo de Menezes, fosse recuperar as relíquias e papéis de D. Sebastião está transcrita na íntegra em Pedro José de Figueiredo. *Carta em resposta de certo amigo da cidade de Lisboa a outro da villa de Santarém, em que se lançam os fundamentos sobre a verdade, ou incerteza da morte d’elRei D. Sebastião XVI Rei de Portugal, na batalha de Alcacerquibir em África*. Lisboa, 1808. 20-24.

A referência que Nieto faz ao Cardeal D. Henrique sem atribuir-lhe título de rei⁹² indica a postura que tomava em partido da causa de Filipe II: o monarca espanhol era o herdeiro de facto do trono português, e o cardeal (tio-avô de D. Sebastião, e de idade avançada), uma mera figura transitória.

Quanto à *Relación de las guerras de Berbería*, era seguramente uma obra demasiado arriscada, do ponto de vista prudente de Filipe II, numa briga sucessória em que tentava-se por vias diplomáticas obter o apoio da nobreza portuguesa para o seu partido.

Uma das razões prováveis pela qual não se imprime a *Relación* em espanhol é a descrição que Nieto faz do confronto das tropas portuguesas com o exército de Muley Moluco. Segundo ele, ainda que D. Sebastião se empenhasse em seguir lutando, fazia-o apenas com o apoio de meia dúzia de soldados, porque

los hidalgos y caballeros de armas estaban ya tan acobardados, que muchos dejaban los caballos y se metían al abrigo de los carros, hasta que vista ya su perdición cierta, se determinaron de se dejar el Rey en la batalla, y huir todos los más que pudieron, así de pie como de caballo” (Relación cap. XII).

Ou seja, Nieto está a dizer que acovardados os portugueses, abandonavam o seu rei à própria sorte. Este, percebendo a derrota, optava por entregar-se, sem saber que logo em seguida estaria sendo ferido e morto pelos mouros que o cativavam.

⁹² O Cardeal D. Henrique foi levantado rei no dia 28 de Agosto de 1578 no “templo do hospital real de todos os santos... situado no Rocio, ao lado da praça da Figueira”. Ver *Chronica do Cardeal Rei D. Henrique e vida de Miguel de Moura*. Lisboa, 1840. 170.

É possível que Lavanha tenha conhecido o manuscrito da *Relación* que agora está na Biblioteca Nacional de Madrid. Além disso, Nieto foi impresso na época em francês e latim. Henri de Castries publica-a em 1905 através de uma tradução francesa impressa em 1579⁹³. A versão espanhola só foi impressa em 1891⁹⁴.

7.2 Jerónimo Franchi Conestaggio

O genovês Franchi Conestaggio, possivelmente o autor mais execrado de toda a historiografia portuguesa, foi outro a escrever sobre D. Sebastião naqueles primeiros anos pós-Alcácer Quibir. Uma tradução sua ao português continua inexistente, entretanto, os que quiseram, puderam lê-lo em castelhano na tradução de 1610 de Luis de Bavia. A não publicação inicial da obra em castelhano visava não fomentar um maior antagonismo português ao domínio espanhol. Por outro lado, conforme afirma José Miguel Martínez Torrejón, também argumentava-se que Conestaggio era “um propagandista a serviço de Filipe II”, uma vez que as primeiras traduções francesas e a primeira castelhana foram publicadas em locais onde o monarca espanhol tinha interesses políticos (Martínez Torrejón, *Silencios, sigilos y sordinas* 100-101).

Tudo no discurso de Conestaggio era ofensivo aos portugueses.

Indiscriminadamente o autor repartia a culpa pelo desastre entre os jesuítas que incutiram em D. Sebastião a mentalidade bélica e o fanatismo religioso, a soberba e ambição

⁹³ Em francês, ver Henri de Castries. *Les Sources inédites de histoire du Maroc de 1530 à 1845*. Paris, 1905.

⁹⁴ Em espanhol, aparece no livro de Don José Sancho Rayón y don Francisco de Zabalburu. *Colección de documentos inéditos para la historia de España*. Madrid, 1891.

política do jovem rei, o mau conselho ou acquieência dos conselheiros e o total despreparo do seu exército. Dessa maneira, era muito pouco provável que Lavanha, na sua posição de cronista oficializado por Castela, lhe seguisse a retórica.

Entretanto, no tocante ao tema da virilidade e/ou capacidade reprodutiva de D. Sebastião (tema controverso desde muito antes de 1578), encontramos um ponto de interseção entre Conestaggio e Lavanha. Conestaggio, de maneira menos diplomática que pragmática, afirmava que D. Sebastião “*Desiderava anche non poco maritarsi per lasciar herede, se ben temerano i medici che ei fosse inhabile alla procreatione...*”⁹⁵ (Conestaggio 13).

No códice Alcobacense 308 Lavanha inclui uma curiosa carta do embaixador espanhol Juan de Silva a Filipe II de Espanha⁹⁶. O texto da carta discute abertamente a questão da sexualidade de D. Sebastião. Na margem direita do fólio há a indicação de que a carta foi copiada de uma original de posse de seu filho e herdeiro, D. Diogo da Silva.

*Aun que V. Magestad no me aya mandado
expressamente examinar la sospecha que ha tenido de la
hinabilidad delRey para tener hijos y la plactica sea
indecente es todavia este articulo tan importante a la
materia desta carta que no puedo dexar de apuntar lo que
me parece.*

*Cossa és haveriguada, no haver hecho ElRey
prueba de si ni intentandolo jamás, muestra de mas desto
tanto aborrecimiento a las mugeres que aparta los ojos
dellas y si una Dama le dá la copa busca como tomarla sin
tocarle las manos. Juega un dia entero a las cañas y no
levanta la cabeça a las ventanas, por otra parte su aspecto*

⁹⁵ Ver também Martínez Torrejón. “*Silencios, sigilos y sordinas*”. Tübingen, 2008. 102.

⁹⁶ Esta, e outras cartas de Juan de Silva sobre a questão do casamento de D. Sebastião com a filha de Filipe II de Espanha podem ser encontradas na *Colección de documentos inéditos para la historia de España*. Vol. 28. Madrid, 1856. 425-551.

es de hombre muy sano, y antes fuerte que defectuoso, dicen toda via que tiene en las piernas una frialdad muy grande, y assi las abriga mucho, pero muy buena força devia tener en ellas porque hace grandes exercicios a la gineta. Criaronle los de la Compañia afeandole tanto el tracto con las mugeres como un peccado de Herezia, e bevio aquella doctrina de manera que no hace diferencia de que es virtud y gentilesa a lo que es ofensa de Dios, y assi sospecho que podria ser no haver en el este deffecto que se teme. No le paresca a V. Magestad que me anticipo a escribir particularidades aviendo estado aqui tan pocos dias, por que todolo que aqui digo es cossa cierta, y pienso que en mucho tiempo no se podrá hazer mas averiguacion (COD ALC 308 fl. 57-57v; com cópia no COD 8 fl. 103-103v).

Se por um lado paira nesse documento uma dúvida sobre a masculinidade de D. Sebastião, por outro rejeita-se essa teoria com a inclusão no mesmo código dos *Apontamentos* do Padre Amador Rebello. Rebello, mestre de escrever de D. Sebastião, nega veementemente toda e qualquer suspeita, e atesta não só sobre a completa pureza espiritual e física do jovem monarca, mas sobretudo fala da grande instância que o Padre Martim Gonçalves da Câmara, tutor e confessor de D. Sebastião, fazia para que o rei logo se casasse.

Um sumário desses *Apontamentos* de Rebello (que discutiremos mais tarde) afirma que

Por estas e outras cousas que a gente via de sua honestidade como lhes parecia que não podia aver naturalmente tão pura inclinação cuidavão que seu mestre o apartava da vista da molheres, tanto que Martim Antonio de Sousa, governador que foy da India, disse hum dia ao Mestre, que he isto que dizem Sr. Luis Gonçaves, que ensinai a elRey não olhe para as molheres, ao que elle respondeo, D. Martim Sr., por tão pouco considerado me tendes, que cuideis de mim que não entendo que elRey ha

de ser homem, e ter taes, e taes partes? Eu não direi a elRey que seja amigo de molheres mas se elle fosse sem desordem não lho estranharia; mas que quereis vos que façamos a natural inclinação?, de que Martim Antonio ficou satisfeito e inteirado no que passava.

Destas cousas em que a gente fallava cada hum conforme do que imaginava, naçia dizerem tambem que a culpa delRey não casar tinha seu Mestre; sendo verdade que ninhua pessoa outra o desejava mais nem o trazia o sentido nisto mais ocupado, e fazia tanto neste particular, que os que o sabião notavão quão affectuosamente o procurava (COD ALC 308 fl. 240; COD 8 fl. 299).

E após todas as negociações para casá-lo falharem:

Em fim nem este veio a effeito por nossos pecados e quem isto fazia e tantos meos buscava para elRey casarse e não arriscar a successão não se pode delle dizer que teria culpa em não se efetuar, como alguns falsamente disserão e estrangeiros contra toda verdade escreverão (COD ALC 308 fl. 240; com cópia no COD 8 fl. 299v).

Lavanha inclui no códice tanto a suspeita sobre a virilidade do rei (da carta de Juan de Silva a Filipe II de Espanha), como a imagem purificada da sua sexualidade (através da narrativa de Rebello). Ao fazê-lo, o cronista demonstra senão uma posição ambígua, então a intenção de mostrar ambos os lados da história, salvaguardando-se certamente de problemas futuros, tanto em Portugal quanto em Espanha, ou no pior dos casos, tendo que lidar com ambos. O certo, é que o cronista opta por incluir factos polémicos tanto sobre a capacidade ou não do rei para produzir herdeiros como sobre as fracassadas tentativas de casá-lo. A ojeriza de D. Sebastião às mulheres, que vê-se na carta de D. Juan de Silva, está intrinsicamente ligada à forte formação que recebeu dos jesuítas, apoiada por seu tio-avô, o Cardeal D. Henrique.

Vemos então que a influência exercida pelos jesuítas na formação de D. Sebastião e na governança do reino é outro ponto discutido por Conestaggio de forma bastante crítica. O escritor genovês mostra-se categórico quando discorda da intromissão religiosa em matéria de governança pública: “*i religiosi sieno inhabili al governo politico temporale, come alle cose Ecclesiastiche lo sono i magistrati secolari*” (Conestaggio 8). Quando aborda o tema do espírito belicoso do rei, Conestaggio imediatamente associa-o à sua educação jesuítica:

Questa corruzione e debolezza del Regno introdotta dalle delitie d'Asia sù nella educatione del Rè Sebastiano conosciuta e suggita da padri Giesuiti come gente religiosa, i quali desiderarono anche di rimediarla, e vi se affaticarono no poco, ma non vi seppero applicar medicine convenienti à si languente corpo, perche non considerarono l'impossibilità di ridurre in un subito un popolo gia si corrotto dal libero vivere in che era al sommo rigore e parsimonia de suoi maggiori, cosa che nel circuito de lor monasteri è ancor assai difficile à farsi per tio che secero legge sontuarie si strette particolarmente sopra i cibi, che appena nella antica Sparta si seriano sofferte.

...

E se bene pensarono che non dovesse metterla ad effetto salvo maturamente, non era però da fidarsi molto dell'eta sua, nel che su data non poca colpa a i padri Giesuiti, i quali allargata in quel Regno la lor religione, piu che in altra parte del Mondo, con pio zelo, come nemici de nemici di Christo, impressero nel giovane Rè... (Conestaggio 7v-9).

Há no códice 887 de Lavanha um documento que explicita de modo muito particular a presença jesuítica no governo. Nesse relato se apresenta uma visão deveras crítica do cenário político português a partir de 1560, que é o ano em que se começa a tutela de D. Sebastião e o controle absoluto dos irmãos Câmara sobre seus desígnios

e vontade. O documento é na verdade uma cópia de uma carta anónima (“Não tracte Vossa Reverencia de querer saber quem isto lhe escreve”) escrita pelo Bispo de Silves, D. Jerónimo Osório, ao Padre Luis Gonçalves da Câmara. O autor da carta questiona abertamente a interferência de Martim Gonçalves da Câmara – irmão do Padre Luis – que então ocupava o cargo de Escrivão da Puridade, nos assuntos do governo.

Lavanha certamente conhecia o estilo de Jerónimo Osório, posto que adiciona no códice 887 cópias de outras cartas de indiscutível autoria sua, como por exemplo uma missiva ao rei sobre o tema do casamento em 1571 (COD 887, fls. 101-102) e outra à Rainha D. Catarina quando se determinava a deixar Portugal por Castela (COD. 887, fls. 104-106). É interessante a decisão de Lavanha de incluir essa carta, considerando-se que os primeiros anos quando está a preparar a crónica coincidem com o período pró-jesuítico de Filipe II de Portugal. Curiosa também é a sua decisão de atribuí-la a “hum autor inçerto”, mesmo após terem-se passados quarenta anos da morte de Osório e de notória ser a sua autoria.

Segundo Martínez Torrejón, trata-se de uma carta muito copiada⁹⁷. Reproduzimo-na, em parte, a seguir:

⁹⁷ Ver José Miguel Martínez Torrejón. “Entre perros y lobos”. Madrid, 2007. 326. Segundo Martínez Torrejón, que publicará a carta na sua edição da *Miscelânea Pereira de Foyos*, “la atribución a Jerónimo Osório viene de antiguo, empezando por la propia Miscelânea... (1572-1577), uno de los testimonios para el primer Aviso, y se mantiene en las dos ediciones de sus Cartas Portuguesas: la de Veríssimo Álvares da Silva, París, PN Rougeron, 1819, y la Nova Edição, Coimbra, Universidade, 1922; núm. III. Queirós Velloso, sin embargo, piensa que su autor sería ‘algum partidário da Rainha, talvez de Pedro de Alcáçova Carneiro, a cujo afastamento do poder e substituição por Martim Gonçalves ela se refere’ (José Maria de Queirós Velloso, op. cit., pág. 138). A. Guimarães Pinto, editor de las cartas latinas del obispo de Silves, más prudente, aduce argumentos en ambas direcciones: además de la tradición manuscrita, ‘o próprio modo expositivo, o sabor sentencioso do estilo, o entranhado sentido de imperativo cívico que percorre toda a carta, são outros tantos argumentos em favor da autoria osoriana’, mientras que ‘o recurso ao anonimato – indício da tibieza pouco compaginável com os traços simples, mas vigorosamente vincados da personalidade de Jerónimo Osório –, bem como a notória má-vontade em relação à Companhia de Jesus...’ serían argumentos contrarios a la atribución (Cartas, Trad. e notas de A. Guimarães Pinto, Câmara Municipal de Silves, 1995, págs. 140-141)”.

Carta de hum autor inçerto
ao Padre Luis Gonçalvez da Camara,
mestre del Rey

...

Primeiramente Vossa Reverencia está havido na opinião de todos, e da mais gente d'esta Terra, e ainda dos que mais salas lhe fazem e se lhe mais comettem, por mais amigo do Mundo e honras, do que esse habito e profissão requerem. Por que dizem que, quando Vossa Reverencia correu a ser o primeiro da Companhia que aceitasse por sua pessoa cargos publicos e governo da Terra, ordenou as cousas e entabolou seu Irmão (mancebo sem experiencia de negocios, sem autoridade, sahido das escholas de quatro dias, com medianas letras) de maneira que se lhe entregasse o peso de um Reino, falto de homens, pobre de conselho, com o Rei menino; para que fora necessario um conde D. Nuno Alvares Pereira, ou outros alguns antigos privados dos Monarchas de Portugal; ainda que não fora mais que para decencia e autoridade da pouca idade d'elRey. D'este dizem, que Vossa Reverencia o fez homem, para não haver mester de alguém; e menino, para seu Irmão haver de fazer tudo; e por isso consentiu que o Cardeal em Leiria aconselhasse al elRei, que lhe desse o officio de Escrivam da Puridade, por um só anno, para remedio das necessidades presentes, mas antes para o encaixar mais facilmente, e com menos escandalo.

Pelo contrario foi tanto maior o escandalo da Terra, quando no negocio se enxergou a maior manha. Por que, quando Vossa Reverencia fora de parecer que se lançasse Pedro d'Alcaçova, para mandar buscar Atraz-los-Montes quem entrasse no seu lugar; por usar de zelo com a Republica, seria razão: mas quando o effeito d'isso foi engrandecer tanto seu Irmão, com tanto desgosto de toda a Terra, julgarão todos que a esse fim se ordiram essas teas e que a isso tirou sempre a desejosa diligencia de lançar d'apar d'elRei todaslas pessoas de quem elRei mostrava gosto, até Pedro Nunes Cosmographo mor: porque, tomado d'elRei à fome, como agora dizem que está, não podesse gostar senão de Vossa Reverendissima, ou cousa sua; nem haver quem prestasse, senão os que procedessem d'essa fonte.

A isto se ajunta o modo perque disem que o senhor Martim Gonsalves governa, tam isento e absoluto, quanto

nunca se vio n'esta Terra, nem fora della em homens, que valerão, de mui differente idade, experiencia, prudencia, e autoridade; e ainda em Castella em tempo de D. Alvaro; porque o menos que faz o senhor Martim Gonsalves he responder às pessoas grvissimas, que se d'isso queixam, que não ha de consentir que elRei faça tal, ou tal cousa; e das que lhe parecem bem passa Portarias, sem elRei saber; e estas taes que ate a gente commum as acha despropositadas, ou lhes descobre fundamentos tam abnominaveis, que he medo cuidar n'elles: e a language da gente mais grave he, terem um Rei captivo de dous Irmãos que pouco e pouco vam fazendo outro Rei de ormuz: em tanto que te a mais da gente assentado comsigo, que Vossa Reverencia, por ter elRei mais seguro, lhe fez prometter voto de obediencia, como os da sua Companhia costumam a seus confessados.
... (COD 887 fls. 126-130).

Em contrapartida, no texto a seguir, do Padre Amador Rebello, Lavanha mostra a preocupação de defender o Padre Luis Gonçalves da Câmara daqueles (principalmente escritores estrangeiros), que segundo o autor, o estavam a caluniar:

E porque elRey tinha hum subsidio do Papa de 300V# para a guerra de Africa que lhe podia ser motivo de tornar la outra vez, para o divertir disto seu mestre lhe pedio o quisesse renunçiar e a seu rogo o fez çedendo do direito que nelle tinha, e quem isto fazia e tantas invenções buscava para o desviar de Africa não se deve dizer delle que o persuadia a isto, como alguns falsamente disserão e estrangeiros escreverão por não saberem a verdade do que passava (COD ALC 308 fl. 249; COD 8 fl. 303).

Além da carta de Jerónimo Osório e dos *Apontamentos* de Rebello, há outros documentos dos códices que servem para pôr em evidência o poder político que a Companhia de Jesus exercia no século XVI tanto dentro da península ibérica (particularmente em Portugal no reinado de D. Sebastião), como fora dela (nos territórios

conquistados pelos portugueses em África e Ásia). Os vários trechos que Lavanha copia de algumas relações de viagens feitas por jesuítas nesses dois continentes são bastante detalhados e certamente mereceriam um estudo à parte (COD ALC 308 fls. 186-209, 212-238v; cópias no COD 8 fls. 241-265, 268-298). Sabemos que nem Conestaggio, nem nenhum dos outros autores das crónicas ou notícias sebásticas fazem qualquer referência a essas narrativas, mas trata-se de uma valiosa fonte histórica que descreve, por exemplo, a motivação inicial de D. Sebastião, que era fazer guerra na Índia: “*Do intento que teve elRey D. Sebastião nesta conquista*” e “*Dos impedimentos que ouve no principio desta jornada*”.

De qualquer modo, não foram só os temas escolhidos por Conestaggio (ou o seu incendiário prólogo à segunda edição do livro), que na época tanta polémica suscitaram em Portugal. Boa parte da controvérsia do livro envolvia a possibilidade de que a autoria se devesse não a ele Conestaggio, mas sim ao já referido embaixador espanhol D. Juan de Silva, que se tornaria Conde de Portalegre durante o reinado de Filipe I. Segundo Martínez Torrejón,

en gran parte de los manuscritos conservados en Madrid, D. Juan de Silva, embajador de Felipe II ante D. Sebastián y entre 1593 y 1598 uno de los gobernadores de Portugal, figura como traductor de la carta-prólogo. Quizá por eso se empezó a decir que era el verdadero autor de la obra, rumor que puede ser verdadero y que ha llegado hasta numerosos catálogos modernos (Silencios, sigilos y sordinas100).

Muito do que se encontra nos códices é cópia de documentos de D. Juan de Silva que chegaram às mãos de Lavanha através da comunicação directa deste com D. Diogo,

filho do embaixador e herdeiro do condado de Portalegre. Diogo da Silva, como seu pai, também ocupou o cargo de governador de Portugal, e foi possivelmente nessa função que teve contacto com o cronista-mor, possibilitando-lhe para a crónica os documentos de Juan de Silva que hoje vemos.

Como mencionámos, muitos são os documentos de Juan de Silva nos códices 887 e Alcobacense 308. Todos, de igual maneira, mostram o protagonismo de Filipe II de Espanha, e certamente mereceriam um estudo à parte. No que compete a este trabalho sobre Lavanha, decidámos por incluir apenas um desses registos; um certificado do conde, escrito em 1583.

O certificado é um documento legal (com indicação à margem de que fora copiado de um outro que pertencia a D. Diogo da Silva), no qual o conde está a oferecer a sua palavra de honra como garantia de que Fernão da Silva, um religioso português⁹⁸, em momento algum manifestara seu apoio para a guerra de D. Sebastião. A alusão que Juan de Silva faz, nesse documento, de que pessoas próximas a D. Sebastião aconselhavam-no à empresa de África, reacende a polémica sobre o estímulo ou aquiescência da Companhia de Jesus e dos validos do rei às suas intenções bélicas. Ao mesmo tempo, reafirma-se a imagem de um Filipe II cuidadoso e paternal, que através de seus enviados, tudo fizera para dissuadir o sobrinho de passar a África:

⁹⁸ O Padre Fernão da Silva foi o pregador régio que acompanhou D. Sebastião a Marrocos. Foi ferido na batalha, e feito cativo. Era irmão do embaixador português a Castela, D. Luis da Silva. Era esse padre quem daria o sermão da vitória, se por ventura o exército português não houvesse sido dizimado em Alcácer Quibir. Segundo nos disse Martínez Torrejón, “Fernão da Silva é retratado como sumamente belicoso em outras narrativas, chegando a pedir a mercê das ‘orelhas do Moluco para comê-las em vinagre’. O Cardeal-rei ordenou uma investigação e juízo contra os que animaram a D. Sebastião, incluindo Luis Da Silva, irmão deste Fernão”. Ainda segundo Martínez Torrejón, o certificado de Juan de Silva caberia perfeitamente na investigação legal iniciada por D. Henrique, se não fosse a data de 1583. Contudo, é muito interessante a inversão do retrato do Padre Fernão que se queria mostrar através do certificado de Juan de Silva.

Certifico yo D. Juan de Silva Conde de Portalegre que el año de 77 quando el Rey D. Sebastian que Dios tiene, penso hazer la jornada de Africa que hizo el año siguiente se ofrecieron algunas dificultades que aquel año imposibilitaron la dicha jornada, y que Fernan de Silva contra la opinion de los que facilitaron trabajava de persuadir al Rey que no tenia recaudo ni posibilidad para hazer la empreza, y que Su Magestad no faltava de le dar la ayuda que le avia ofrecido, y despues el otro año siguió el mismo camino, y nunca senti enel voluntad de que el Rey passase en Africa, y puesto en Arzilla le vy muy sentido de que el Rey determinasse de ir a Larache por tierra y para estorvarlo platicamos el y yo diversos medios buscando algun color para que el Rey se persuadisese que bolvia con honrra y para esto hize algunos officios todos por aviso del dicho Fernan de Silva, y caminando ya la tierra adentro nunca entendi que impidiesse ni contradixesse la platica de retirarnos o tomar otro camino menos peligroso, ni el Dia que el Rey resolvió de combatirse halle enel consejo, ni el mismo de la batalla, y si otra cossa hiciera (quando el me lo encubriera) lo supiera yo del Capitan Aldana que se alojava en mi tienda. Estos con los officios que yo le vy hacer como persona eclesiastica, y de los que hizo como cavallero no ha menester çertificacion pues los trae escritos enel rostro. Em Lisboa a 4 de Março de 1583 (COD ALC 308 fl. 64; com cópia no COD 8 fl. 113).

7.3 Jerónimo de Mendonça

Do lado dos que queriam a absolvição histórica dos portugueses, nenhum é mais eloquente e apaixonado que Jerónimo de Mendonça, autor da *Jornada de África*, publicada em 1609. No prólogo ele diz que não queria escrever sobre a batalha de Alcácer Quibir:

quando tomei esta empreza foy meu destino logo de não tocar na infelice batalha, senão muy brevemente, assi por

não caírem tantos males de hum so golpe, como por me não julgar capaz de semelhante empreza (prólogo).

Contudo, afirma que se o faz é porque na qualidade de testemunha da jornada, e não como mero escritor, pode melhor rebater as narrativas de Conestaggio e San Román, a quem acusa de estrangeiros ignorantes da realidade portuguesa⁹⁹.

No seu discurso, Mendonça tenta recuperar a honra dos soldados portugueses, mas nem por isso deixa de responsabilizar a D. Sebastião por aquela desgraça:

Isto he o que toca á batalha de Alcaçar, onde à mor culpa dos Portuguezes foy serem fieis a seu Rey, que vendo tam claramente a morte, não deixaraõ de lhe obedecer, e na perda de sua vida (irreparavel perda) quem foy nisto culpado senaõ elle somente... (Mendonça 17).

Não obstante, seu livro isenta de culpa tanto os jesuítas preceptores de D. Sebastião quanto os conselheiros reais, e refere-se longa e particularmente à idoneidade de Cristovão de Távora e de Pero de Alcáçova Carneiro (Mendonça 14-16). Quando o Cardeal D. Henrique assumiu o poder, esses dois homens, membros do conselho de estado, foram acusados de terem encaminhado o jovem rei ao seu trágico fim.

Vemos que também neste caso Lavanha recolhe ambas as versões da história. No código 887 o cronista inclui uma carta original de Alcáçova Carneiro para D. Sebastião, escrita em 1574, na qual aconselha o rei a deixar de lado os passatempos e a preocupar-se mais com o governo dos reinos:

Do mesmo a ElRey Dom Sebastião

⁹⁹ Na realidade, seu livro é uma crítica contundente a San Román, por não ter “corrigido os erros” de Conestaggio.

Senhor,

Muitos dão conselho a V.A e muitos desejarão de lho dar, os que não lho dão, nem procurão darlho senão forçados da obrigação de christãos, e de bons vassallos, destes o deve V.A. tomar, porque não pretendem, senão o zelo de Deos, e o de vosso serviço. São hum destes, e por verntura que o são só no que digo com o processo que V.A. leva em seu governo, e credito sobejo, e nunca visto que da a quem não convem, o avorrecimento grande que mostra ao que V.A. soo cumpre que faça, e que outros com honra, e autoridade de V.A. não pode nem deve fazer. He improprio, e sem alguma desculpa a hum rey tão grande, e tão poderoso, como Deos vos fez, e em quem pos tantas, e tão raras cousas, como em V.A. se achão, se encobrem à V.A. o que passa na terra, e o estado em que ella ao prezente por novos grandes pecados está, e o perigo grande que corre V.A. e serviço. He caso proprio a meu ver de Lesa Magestatis, que assaz lesão he della tomarem pera sy o que só a V.A. se deve. Lembrese V.A. que he hoje de 20 annos, e que assi lhe persuadem deixarse governar, como se fora de cinco. Entendase V.A. pelo amor de Deos, e offereça a elle deixardes os passatempos que até agora tomastes, que são imigos grandes, e estragadores do pesso que nacestes, e empreguesse V.A. em olhar pelos Reynos que lhe Deos deu tão milagrosamente como vimos, que já he ter tempo de o fazerdes, e considere V.A. quão estreitamente vos ha de tomar conta disso, e ainda V.A. a tamanho mal com tanta perseverancia e brevidade que não deixe passar o tempo do remedio delle, que se quando se vai chegando o fim de tudo pode acontecer não lho poderdes dar quando quiserdes que as cousas do estado dos Reynos são conjunções a mor por dellas. Lembrese V.A. que não tendes hoje successão, e que tendes Reynos, e no que fazem vos ordenão e procurão nem terdes Reynos, nem successão. Se V.A. deseja alguma cousa mais digna de seu real, e grande animo considere e queira livremente ver com prudentes, e experimentos, que o caminho que leva, não he o que convem ao effeito de tão grandes desejos, e que com semelhante modo enfraquecem a opinião que de V.A. se tem, e do valor, e esforço a quem deseja de as tirar e deixar sem esperança impressa pera qual tantas esperanças, e tão grandes nos tem V.A. dado de sy. Conserve V.A. primeiro o seu, e depois queira ganhar o alheio, queira primeiro não se deixar vencer dos imigos de dentro, que alcançar victorias dos de fora, que não he prudencia no governo dos

Reys Christãos, e não a razão dellas, e menos o he de V.A. que sempre mostrou querer antes errar pela razão que acertar pela vontade. Lea V.A. os feitos dos Reys, e Emperadores de que descende, e pois herdou delles o sangue, queira tambem herdar a consideração, e conselho com que fizerão suas obras. Muito, e muito prudentes fieis, e verdadeiros vassallos tendes, fazei serem cortes, e communicai com elles as causas pois com elles as haveis de obrar, estimai tanto seus conselhos, como seus feitos, e querei que não percão elles em vosso tempo o nome de fidalgos que nos passados seus Reys lhe puserão, com o qual vimos que sendo muito poucos vencerão muitos, e que aquele Rey vencido tendo tantos disse por elles o que V.A. tera bem sabido. E quando V.A. seguir tão bom, e verdadeiro caminho, abrimos há Nosso Senhor muitos pera o servirdes no que desejais, e pera vos lhe amar, e favorecer, como vos convem, e pera de vossos vassallos serdes servidos, como vos cumpre, e he necessario não devido ao particular das cousas, per que entendo, e conheço do grande juizo de V.A. que não convem, senão não vos palearem a Verdade dellas (COD 887 fls. 270-271).

Por outro lado, no código Alcobacense 308 Lavanha inclui os “Apontamentos que elRey D. Henrique mandou que respondesse Pedro de Alcaçova”, escritos dois meses após Alcácer Quibir como parte da investigação iniciada pelo Cardeal-rei para punir os que considerava culpados de terem incitado D. Sebastião na sua empresa. A carta foi transcrita directamente por Lavanha de uma que pertencia a Diogo da Silva, conforme se explica na margem do fólio:

Corregedor Ruy de Matos, direis de minha parte a Pedro de Alcaçova, que cumpre à bem da justiça e descargo de minha consciencia que responda aos apontamentos abaixo escritos dando descargo do que tiver.

Como sendo elle do conselho do senhor Rey meu sobrinho que Deos tem e sendo obrigado por razão de juramento de seu officio aconselhar ao ditto senhor fiel, e inteiramente o que fosse mais servido de Nosso Senhor e descargo de sua consciencia, e honra e proveito seu e do

Reyno, sem ter conta e respeito de o contentar ou descontentar com seu conselho sem disto lhe poder vir dano ou proveito algum.

Como querendo o dito senhor fazer esta jornada de Africa em pessoa como fez sem ter filhos, e sem ter dado conta della as pessoas principaes deste Reyno, e que lhe bem podião aconselhar nesta materia, nem a esta cidade de Lisboa, e as principaes do Reyno, sendo cousa tam importante a todo o Reyno, que se não podia fazer com sua consciencia, nem per outra alguma razão, sem ter com o conselho das taes pessoas, e approvação de todas ou a mayor parte dellas, e podendose temer provavelmente o que aconteeo, e sendo tomada muito mal a dita jornada de todas as pessoas do Reyno, arreceando muito o evento que succedeo, tirando as pessoas com que o dito senhor fallava, que lhe louvarão e approvarão a ditto ida, e lhe buscavão modos para a poder effectuar, os quaes favorecia e lhe fazia muito grandes merces como he sabido, e por lhas fazer valerem com elle lhe fallavão assi à vontade.

Fallandolhe alguma pessoa contra essa sua determinação logo a deitava de sy e lhe mostrava grande desgosto, e a outros para lhe não fallarem e contrariarem a ditto determinação lhe fazia grandes ameaças de riguroso castigo donde claramente se infere que os com que folgava de fallar e tratar, e ordenar as cousas desta sua jornada era por lhe fallarem à vontade.

Estando a renda e fazenda da corte deste Reyno tam gastada, empenhada, endividada, e o mais dos homens do Reyno, como se podia aconselhar, que se fizesse tamanha despesa, aventurandose o que he perdido com tanto dano do Rey, do Reyno, e das mais pessoas delle.

Aventurandose alem da pessoa do Rey sem filhos a mayor parte dos nobres do Reyno, os quaes são mortos, e cativos como se sabe.

Como sendo tam notorio o perigo de entrar o ditto senhor pela Terra da Africa dentro, como lhe não contrariavão muito mandar cavallos carros bois, e e outras cousas que servião para este effeito, que foy muita causa para o roim successo que succedeo quanto humanamente se pode julgar.

Sabendo que a senhora Rainha sua avó que Deos tem, e o Cardeal seu tio erão as principaes pessoas do Reyno lhe contrariavão muito esta ida e tambem o senhor Rey de Castella seu tio, por cima disto não deixarão de

perseguir e ordenar as cousas que erão necessarias para a jornada.

Aconselharão muitas cousas que se fizessem para aver dinheyro contra o serviço de Deos e contra a consciencia do ditto senhor, como o dinheyro dos christãos novos, porque lhe tirou as consficações por dez annos, tomarse o dinheyro dos orfãos mandando trazer todo o do Reyno à esta cidade, e o dinheyro dos defuntos, e cativos, tomarse o sal, lançarese tantas peitas, pedirese tantos empréstimos a pessoas particulares e tomados por força, impetrasse de S.S. para cousa assi voluntaria as terças das igrejas, enplitensis, e a cruzada, e muitas outras cousas que se fizerão contra consciencia para effeito da jornada, sem os quaes meynos se não pudera fazer, e por esta razão, inda que não ouvera outra, se ouvera de dissuadir, e não buscarlhe modos e fazer muita diligencia para se effectuar.

Estando a India em estado em que está, e em grande necessidade de ser soccorida e desprovida de muitas cousas, que se não podem fazer sem grande despesa, e tomarem da sustancia do Reyno, quam prejudicial era para isto.

Diverase olhar muito o dano que podia succeder para a honra e reputação deste Reyno acontecendo alguma desaventura nessa jornada, que era muito para recear por nossos peccados, e pelas cousas que tinhão precedido antes della.

Neste tempo recebeo grande merces do dito senhor pra sy e para as pessoas para quem as procurava.

Que cumpre mostrar como contrariou todas estas cousas, e como as não favoreceo e ajudou a fazer, e as protestaões que fez sobre isso, e como vendo que não aproveitava, se não apartou, para não ser ajudador e favorecedor de cousas tam perjudiciaes.

Dirlheais que se para descargo destas cousas tiver alguns papeis ou testemunhas has que dar os nomes em sua resposta e se assine, e a tudo satisfaça com brevidade, e que ate eu ver sua resposta, e dar determinação nella, não saya de sua casa, nem sirva o officio de Vedor da Fazenda.

Feito a 2 dias do mes de Outubro de 1578 (COD ALC 308 fls. 86-87; cópia no COD 8 fls. 141-142).

Vê-se pelos textos acima que Lavanha opta novamente por incluir documentos contraditórios. No primeiro, Pero de Alcáçova Carneiro, usando de uma retórica própria,

mostra suas leais qualidades de conselheiro do rei. No outro, coloca-se em pauta a sua lealdade, usando para isso a lógica do Rei D. Henrique. Ambos os documentos conectam-se na figura central de D. Sebastião, mas em momentos decisivos antes e depois de Alcácer Quibir.

É verdade que Lavanha não chegou a escrever a sua crónica, portanto não sabemos o que teria escolhido mostrar no fim. O que vemos, através dos registos que recolhe, é que procurou obter informações de tendências diversas – e até opostas – sobre factos polémicos da história de D. Sebastião.

CAPÍTULO 8. O fundamento teórico do projecto de Lavanha à crónica de D. Sebastião

Neste capítulo discutiremos o embasamento teórico do projecto de crónica de Lavanha. Primeiramente, analisámos a relação dos códices com o trabalho de Frei Bernardo de Brito, seu antecessor no cargo de cronista-mor. De Brito comparámos duas obras: o *Elogios dos Reis de Portugal com os mais verdadeiros retratos que se puderão achar* (1603), e uma relação manuscrita e inédita de D. Sebastião que encontra-se na Biblioteca do Palácio Real da Ajuda em Lisboa.

Em seguida discutimos três importantes narrativas que se acham inseridas nos códices: a *Relação da vida del Rey Don Sebastião o primeiro de este nome e decimo sexto dos reis de Portugal, na qual se trata do seu nascimento, criação, governo, das idas que fez a Africa, da batalha que deu a Muley Maluco, e do fim e do sucesso della*, de Amador Rebello (1616); o *Memorial*, de Pero Ruiz Soares (circa 1620) e o *Comentario que trata de la infelice jornada que el Rey D. Sebastião hizo en la Berberia el año de 1578*, de Luis de Oxeda.

Finalmente, procurámos mostrar questões que, pouco ou não exploradas pela crítica, no entanto aparecem nos textos transladados e/ou compostos por Lavanha. Não são poucos os exemplos que encontrámos nos códices, mas em razão da sua relevância, foram incluídos aqui apenas dois. O primeiro, revelado através de um texto até agora inédito de D. Vicente Nogueira, trata das negociações diplomáticas que tiveram lugar de 1570 a 1576 para uma concórdia entre a Rainha Isabel de Inglaterra (protestante e inimiga de Filipe II de Espanha) e o rei D. Sebastião. O segundo contextualiza a participação de D. Sebastião na Liga Santa contra o Turco por volta de 1571.

8.1 A carta de Ruy Barreto de Meneses: o que se esperava do cronista?

Todo o fundamento teórico em que se basearia a crónica de Lavanha, do ponto de vista português, pode ser entendido através de uma única carta que encontramos no códice Alcobacense 308. A carta, um original escrito por Ruy Barreto de Meneses¹⁰⁰ a Lavanha em 12 de Outubro de 1618, mostra o que esperavam os lusitanos de uma crónica oficial de D. Sebastião.

Igualmente de grande interesse nessa carta é a crítica que Meneses faz ao antecessor de Lavanha, Frei Bernardo de Brito. Brito foi o primeiro dos cronistas-mores de Portugal sob os Filipes encarregado de escrever a história oficial do reinado de D. Sebastião. O cronista, como veremos mais adiante, trabalhou para esse feito, mas nunca chegou a terminar ou a publicar a sua crónica. De acordo com Ruy Barreto de Meneses, o “estilo” e “disposição” da narrativa de Brito eram inapropriados, e sua interpretação dos factos não correspondia à história. Meneses diz ainda que Bernardo de Brito tomara a liberdade de reescrever de julgamento próprio as particularidades reveladas nos documentos originais que possuía. Esses documentos, Meneses indica na carta que já se encontravam em poder de Lavanha.

¹⁰⁰ Ruy Barreto de Meneses era filho de João Álvares de Moura, um dos fidalgos que acompanharam D. Sebastião na primeira jornada de África, segundo se esclarece na carta que envia a Lavanha: “Se V.M. nomear os fidalgos que com elle passarão a primeira ves em Africa como cuidoo fará, não se esqueça de João Alvares de Moura meu pay por me fazer merce”. Meneses era também parente de Ruy de Sousa de Carvalho; um capitão que foi na primeira jornada. Seu filho, Pedro Álvares de Carvalho, é autor de uma das cartas a Lavanha contidas no códice Alcobacense (COD ALC 308 fl. 295; cópia no COD 8 fl. 319): “Carta de Pedro Alvares de Carvalho. Beja, 24 de outubro de 1618”.

Na carta, que veremos a seguir, Meneses pede a Lavanha para que escreva uma história que não manche o valor português ao contar a vida de D. Sebastião e a batalha de Alcácer Quibir:

As lembranças que dezejava fazer sobre a Chronica
D'elRey Dom Sebastião sam as seguintes

Primeiramente o estilo do chronista passado não me parece a proposito. Excluire eu tudo o que estava escrito e fiaram antes do cabedal de V.M. pois deos lho deu e os homens o aprovão.

O que digo do estilo digo tambem da disposição e contexto: vira eu os originaes que elle seguira e tomavao delles antes que d'elle.

A verdade das couzas não encubrira nem paleara por nenhuma via. Bem sei que custará muito a V.M. discubrir nossas faltas; mas a verdade (que sempre he sobretudo) he agora a que se dezeja saber pera exemplo de outros. E o dizela sem respeito acreditará a muitos; mormente que temos as testemunhas vivas, que he o que se gloriava Joseph.

Todas as particularidades que se puderem discubrir tendo por convenientes he muy proprio de quem escreve vidas, como o varão Plutarcho Suetonio. Alem disto, como a materia presente foi ja tratada de outros, e os filhos dos homens somos amigos de saber novidades (e mais se são secretos de principes) tanto deveremos a V.M. quanto nos disser de novo.

A propia miudeza pesso nas vistas de Guadalupe, embaxadas, conselhos de estado e guerra, com as acções e votos de cada hum, como senão exceda, que nisto tinha o Chronista morto feito grande emprego e com muita rezão.

No que toca às praticas, seu antecessor de V.M. me disse que tinha alguas de nota e letra delRey, mas que por estarem mal ordenadas, e não querer que de S.A. se soubesse esta falta, determinava de as compor a seu modo, pois pellas leis da Historia lhe era licito. Não fuy nem sou deste parecer. Antes todas as que achará em seus originaes, ou fossem de Rey ou de particulares, as pusera como estão, porque o chronista retrata e não pinta, e os talentos não menos se conhecem nas palavras que nas obras, que por isso fizerão tanto cazo dellas Elio Lampidio e Trebelio

Polion, mas advertira eu em declarar cujas erão, e que da pessoa que puzera alguma desta sorte não puzera outra, ordenando pello autor porque não ficassem dissonantes entre si (antes variara e dissera: e disse que elle disse etc., que he modo que muitos uzarão, especialmente nas suas Julio Caesar).

Os apophtegmas que sam mui uzados nesta sorte de Historia forão a este Rey não pouco familiares; não me esquecera de por os escolhidos. Nem das lei e constituições que fez em seu tempo pois as uzarão outros. Mas isto com limitação, e reduzida ao estilo historico.

Tambem as cartas assi delRey como de particulares em materia importantte, o são não pouco; puseraas eu sem titulos, traduzira as castelhanas, mas humas e outras ao pe da letra e não em tanta quantidade que enfastiassem. E em tudo o mais guardara as advertencias que disse das praticas como o fizerão Vulcatis Galicano, Julio Capitulino, Suetonio Tranquillo, Flavio Vopisco e Trebelio Polion¹⁰¹.

Asi nas couzas militares como nas mais uzara dos vocabulos externos, modernos e propios com tal que não fossem acastelhanados. Enriqueza pois V.M. da lingua portuguesa e não a restrinja pois tem tanta suficiencia.

Da Jornada de Africa avia em poder de frey Bernardo tres Historias muy particulares, escritas de mão per pessoas que se acharam presentes não so no exercito mas nos conselhos, hua destas que não tinha o nome de seu Autor, estava riscada em muitas partes me pareseo muy bem. Seguiria eu pella mor parte, tirandolhe o que o Chronista mor tinha acrescentado e acrescentando o que me parecera assi das outras duas como das mais informações verdadeiras.

E porque em alguns lugares sera forzado impugnar o que outros tem escrito, vindo a este estado, procurara eu fazer com grande modestia; como dizer João que se achou presente e tinha tal cargo ou tal qualidade escreve etc. Isto fizera as mais vezes em nosso favor, mas algumas tambem pello contrario; pera adquerir mais credito mormente com os estrangeiros. Mas estas ultimas sejão sempre de menos tomo.

O que fizerão em nosso dias Duarte Nunes, frey Prudencio e frey Bernardo escrevendo o sucesso e dispois, por extenso, a escritura ou relação de que o tirarão, não fizera per nenhum cazo; escrevera em estilo corrente

¹⁰¹ Autores da história augusta. *Écrivains de L'Histoire Auguste*. Paris, 1844-1847.

tirando as forças da tal relação ou escritura; e quem me assi não dese credito, menos crem que os originaes forão tresladados fielmente. Que foi modo que tiverão os melhores antigos e modernos.

Ja V.M. ve a singeleza com que fio de nossa amizade estes apontamentos, quero por paga que os não veja pessoa alguma porque os que nos conhecem a ambos, não julguem por atrevimento o que he bom dezejo. Em Moura a 12 de Outubro de 618.

Ruy Barreto de Menezes (COD ALC 308 fls. 296-296v; sem cópia no COD 8).

“O Chronista retrata e não pinta”, é o que lhe diz. Meneses cobra de Lavanha que escreva “a verdade das couzas”, fazendo da sinceridade uma arma retórica. Mas essa “verdade”, qualquer que seja, não deveria ser igual àquela descrita por Frei Bernardo de Brito, a quem o autor da carta critica. Curiosamente, Ruy Barreto de Menezes admite que no passado histórico recente de Portugal houve faltas cometidas, e assume que as cometeram os portugueses, mas que nem por isso Lavanha deveria temer “descobri-las”, ou seja, revelá-las, porque uma vez reveladas, segundo ele, serviriam de exemplo a outros.

O crédito que com essa “verdade” dar-se-ia às testemunhas vivas poderia ser o que seguiam afirmando os nobres que estiveram no campo de batalha de Alcácer Quibir: que D. Sebastião morrera lutando corajosamente contra os mouros que o cercavam.

Menezes sugere também, como se vê pela carta, que Lavanha utilize um discurso indirecto na narrativa (“E disse que ele etc.”), por “modestia”, mas também para que não se desmerecesse quem as dissera, e que siga o “modo que muitos uzarão especialmente nas suas Julio Caesar”. Urge-lhe que traduza o que houver do castelhano: “Enriqueza V.M. porem a lingua portuguesa e não a restrinja pois tem tanta suficiencia”,

demonstrando uma necessidade de afirmação identitária que, se não podia ser política, ao menos o fosse de forma linguística. Mais enfático era o seu pedido quando consideramos a condição que Lavanha ocupava como intermediário entre duas culturas unidas por um mesmo poder dominante.

É interessante observar a preocupação de Meneses com a opinião estrangeira. Com a repercussão das faltas dos portugueses, principalmente através da narrativa de Conestaggio, fica evidente que Meneses esperava que Lavanha recuperasse a desgastada imagem lusitana pós-Alcácer Quibir:

E porque em alguns lugares sera forzado impugnar o que outros tem escrito, vindo a este estado, procurara eu fazer com grande modestia... Isto fizera as mais vezes em nosso favor, mas algumas tambem pello contrario; pera adquerir mais credito mormente com os estrangeiros. Mas estas ultimas sejam sempre de menos tomo.

Além da preocupação estética, histórica e principalmente política, a carta de Meneses a Lavanha comprova que o cronista utiliza-se de relações importantes que Frei Bernardo de Brito tinha em seu poder; relações essas escritas por sobreviventes da jornada e por pessoas muito próximas ao rei. Isso explica, por exemplo, a existência nos códices dos *Apontamentos* do Padre Amador Rebello, de excertos da relação de Simão da Cunha e da relação de Jorge de Albuquerque Coelho. Explica também muitas das cartas originais do códice 887 que não têm à margem ou no verso a mão de Lavanha. Essas cartas originais são herança daquilo que Frei Bernardo de Brito tinha guardado para a sua própria crónica.

Embora não se possa saber se Lavanha de facto divergiria de Brito no tratamento da matéria (como lhe pedia Meneses), no título, pelo menos, o cronista é fiel a seu antecessor. Há coincidências inequívocas entre a relação manuscrita de Frei Bernardo de Brito para a crónica, intitulada¹⁰²:

Das cousas principaes, que succederam em Portugal em
tempo d'elRei D. Sebastião,
tiradas pelo Doutor Fr. Bernardo de Brito
dos mais verdadeiros originaes e certas Relações,
que se puderam haver em cada materia que se trata

e o fólho de rosto do códice 887 de Lavanha:

Relações das cousas principaes que succederão em Portugal
em tempo delRey D. Sebastião,
tiradas de originaes do Reyno por João Baptista Lavanha
coronista mor do Reyno de Portugal
para fazer esta coronica

Lavanha, que herdava os papéis de Brito ao suceder-lhe como cronista-mor, tinha plena consciência dos riscos envolvidos no projecto de escrever sobre D. Sebastião. A cobrança não era pouca, considerando-se o assunto em questão. Meneses estava em sua carta a representar o orgulho português no que tocava à representação da sua história recente. A relação manuscrita de Bernardo de Brito, que discutir-se-á a seguir, nos

¹⁰² Pedro José de Figueiredo, op. cit., 45, afirma em 1808 que tinha visto por aquela altura um manuscrito de Frei Bernardo de Brito em um volume de fólho, cujo título era: “*Das cousas principaes, que succederam em Portugal em tempo d'elRei D. Sebastião, tiradas pelo Doutor Fr. Bernardo de Brito dos mais verdadeiros originaes e certas Relações, que se puderam haver em cada materia que se trata*”. O manuscrito, segundo ele, esteve até a primeira década do século XIX na Livraria da Real Casa de Nossa Senhora das Necessidades. A Biblioteca da Ajuda, depositária do espólio do Palácio das Necessidades, possui hoje em dia uma cópia desse códice em fólho, intitulada “*Cópia das cousas principais etc.*”, Ms. 49-XI-75.

sugere alguns motivos para que Meneses tanto insistisse em que Lavanha se distanciasse da retórica de seu predecessor.

8.2 Frei Bernardo de Brito, cronista-mor antes de Lavanha

Antecessor de Lavanha no posto de cronista-mor (1614-1617), Brito é outro a não ter em vida uma publicação da sua crónica de D. Sebastião. O que dele se imprime, em Lisboa e no ano de 1603, é o livro intitulado *Elogios dos Reis de Portugal com os mais verdadeiros retratos que se puderão achar*¹⁰³. A obra sai com uma dedicatória a Filipe II de Portugal: “Ao Catholico Rey Dom Phelippe Terceiro do nome, Senhor de Espanha, e Emperador do novo Mundo”¹⁰⁴.

Filipe II, assim como seu pai, sabia que a cooperação da nobreza portuguesa era necessária, senão vital para os interesses da coroa castelhana e que autorizar uma narrativa que denegrise a imagem de D. Sebastião e da nobreza que o acompanhava era estupidez política.

¹⁰³ Frei Bernardo de Brito também publica as duas primeiras partes da *Monarchia lusitana* (a 2ª parte postumamente), obra heterogénea que foi depois continuada por outros em mais quatro volumes. Brito via a *Monarchia* como um projecto grandioso, que deveria cobrir desde os tempos remotos da fundação do reino de Portugal até a sua época. As duas primeiras partes que escreve serviram, segundo Serrão, ao propósito do espírito ibérico de princípios do século XVII. Ver Joaquim Veríssimo Serrão sobre os autores da *Monarchia lusitana* n’A *Historiografia portuguesa – doutrina e crítica*. Vol. II. Lisboa, 1973. 36: “Distingue-os o valor pessoal, a época que cada um tomou por centro de estudo, a visão ideológica dos acontecimentos, a prosa que utilizaram na narração e os dons pessoais que trouxeram para a obra comum. Cada um contribuiu com a sua própria formação: Frei Bernardo de Brito como producto ibérico convicto; Frei António Brandão dentro do mesmo espírito, mas com o pressentimento de que se aproximava a madrugada da Restauração...”

¹⁰⁴ Ver Bernardo de Brito. *Elogios dos reis de Portugal com os mais retratos verdadeiros que se puderão achar, ordenados por Frey Bernardo de Brito chronista e monge da ordem de São Bernardo*. Lisboa, 1603.

Curiosamente, os *Elogios* de Brito pouco ou nada fazem para exaltar a pessoa de D. Sebastião. Ao contrário afirmam, por exemplo, que o rei tinha “zelo demasiado em algumas cousas, e uma natural sequidão, com que tratava as pessoas, que o fazia pouco agradável, ainda aos mais íntimos privados seus...” (Brito, *Elogios* 92). Diz ainda, que além de possuir inclinação bélica, D. Sebastião era mal aconselhado:

A esta inclinação delRey se ajuntou a ordinária invenção dos privados, que buscando modo de o contentar conformandose com ella, e vendo nelle a de armas e guerras, lhe engrandecião sua potencia, e fingião em discursos militares abatidos a seu pés as bandeiras Africanas, e posta sobre sua cabeça a coroa de Marrocos. Levado das quais persuasões fez uma jornada aos lugares de África, tão desacompanhado de soldados, e mais cousas necessarias para cousa de tal importancia...” (Brito, *Elogios* 93).

Conestaggio e Frei Antonio de San Román também falam da ambição de D. Sebastião de coroar-se imperador de Marrocos. Jerónimo de Mendonça, na *Jornada de África* (1607), rejeita tal afirmação, considerando-a infundada e mentirosa. O discurso de Brito sobre D. Sebastião, crítico de suas qualidades pessoais e de seus fidalgos mais próximos e jovens, absolve porém os fidalgos antigos. Sobre a fatídica segunda jornada de África, diz o seguinte:

Ordenouse a partida com grande repugnancia dos fidalgos antigos, que tinham experiencia das cousas de guerra, e muito applauso dos que vião agradarse elRey de suas confianças e abonações (*Elogios* 94).

Apesar disso, o tom escolhido por Brito no *Elogios* para falar sobre a derrota em Alcácer Quibir é sucinto. Sobre a morte de D. Sebastião, tema demasiado controverso,

Brito isenta-se de uma opinião própria, relatando apenas o que “outros” haviam afirmado: o rei morre, “dizem de feridas mortais”.

Entretanto, os detalhes sobre a morte de D. Sebastião no campo de batalha de Alcácer Quibir, Frei Bernardo de Brito inclui numa série de apontamentos que fazia para uma crónica de D. Sebastião que como Lavanha, nunca chegou a editar ou a imprimir. Os apontamentos, que juntos formam uma relação, foram reunidos em um códice cuja cópia do século XVII, conforme afirmou-se anteriormente, se conserva na Biblioteca da Ajuda. A relação nota-se quase completa. Há uma folha de rosto e falta-lhe apenas a dedicatória, o índice e uma divisão em capítulos. Queirós Veloso diz que conheceu o códice da Ajuda e cita-o algumas vezes (*D. Sebastião: 1554-1578*, cap. VI).

Infelizmente, até hoje ninguém mais além do historiador, que escreveu sobre o códice da Biblioteca da Ajuda em 1933, há se aproveitado desse texto.

Uma das coisas comprometedoras que Brito escreve na relação manuscrita é que D. Sebastião foi feito cativo dos mouros antes de ser assassinado. Ao afirmá-lo, incluindo inclusive que o rei não oferecera resistência à prisão, Brito adentrava um campo minado. Estava a repetir o que já havia escrito o espanhol Frei Luis Nieto, cuja obra tampouco se imprimiu. Brito escreve na relação que

depois de em varias voltas que ElRei foi fazendo,
morrerem, diminuirem os fidalgos que o buscavão, e
defendião, ficou só D. Nuno Mascarenhas, Christovão de
Távora, D. Jeronymo Lobo, que o levavão no meio, e hião
junto a um fio de gente de pee desarmada para o passo do
Rio, e Vasco da Silveira que hia a um lado delRei,
pelejando valerosamente, e Christovão de Távora hia
persuadindo a ElRei, que não pelejasse mais, e se rendesse,
e deixasse cativar, e ao fim foram cativos todos de um
esquadrão de Bárbaros de cavallo, e levados cada qual por

sua parte, e Vasco da Silveira foy o último, que os Mouros tomaram tendoo derribado sobre querer socorrer a ElRei depois de estar cativo, vendo que hum tropel de Mouros luzidos vinha a dar nos Alarves que tinhão, e levarão a El Rei prezo, como deram, e sobre lhe tirarem o cativo, que pelos despojos avião por grandes, e elles com magoa de o prenderem dizem que o matarão, e por temor de serem punidos dElRei Mouro se o soubesse calarão sempre o modo de sua morte, um cativo que já levavão estes Mouros que o mataram, vendo ficar o corpo nu, e despojado rompendo uma tira da camisa lha atou ao pescosso, e quando depois foy buscado avizou ao Resende do signal, e do lugar onde o achou, e trouxe a tenda de elRey Mouro (Ajuda Ms. 49-XI-75 fls. 39v-40).

Este outro trecho da mesma relação manuscrita leva uma nota marginal que diz:

“notavel descuido”:

Estando assim chegou elRey a cavallo e Simão se chegou a elle e lhe disse que se em Portugal lhe dissera que avia de morrer primeiro os que S.A. mandou chamar primeiro, cumprido o tinha, que se quizesse lembrar de sua molher, e filhos, o fizeçe, e tornando a seu yrmão cayrão ambos e os cavallos feridos e sobre D. Diogo passou grande tropel de gente nossa que se retirava em forma que lhe fizerão deitar sangue pella boca. E ficando livre deste perigo se foy andando sobre a gente athe chegar a hum cavalo castanho que estava junto a huma carreta e pondose nelle vio a elRey que vinha a cavallo sem couza alguma na cabeça e com a espada nua na mão, e vendoo lhe disse, D. Diogo fazeime caminho, o que elle fez por meio de nossa gente que estava rompida, e desordenda, e com estar assy derão lugar a elRey, e pedindo de beber lhe offerecerão muitas borrachas de agoa das quaes elle bebeo muitas vezes, e tantas que pareço couza de notar. Sahido fora do esquadrão seguido do Conde do Vimioso, Cristovão de Tavora e Dom Manoel da Cunha senhor de Pancas perguntou que farião, e Dom Diogo lhe respondeo sigame S.A. que eu o porey em salvo, e perguntando ao conde que faria, lhe disse que lhe parecia bem o que Dom Diogo dezia, e assy se desviou do tropel da gente que fazia demandando o passo do Rio, e tomou contra Larache,

seguindo elRey, e os sobreditos, e dahy a pouco huns elches de cavallo matarão com huma escopetada o cavallo a Dom Diogo, e elle ferirão em huma perna, e vendoo cahir passou elRey adiante dizendo homem Deos te ajude. Dom Manoel da Cunha chegando a Dom Diogo sendo quiz hir por mais que elle lhe rogou sem o levar nas ancas, e hindo na volta por donde elRey passara acharão a Luis da Silva que lhe disse que elRey não hia ja por aquella parte, antes voltara outra vez para o lugar em que a gente do campo hia demandar o vão e voltando elles ambos para aquella parte, forão cativos de mouros de cavallos sem saber como ate se verem em Fez, e delRey não soube mais que dizerlhe a Resende que ally naquella paragem para onde elRey voltara o achara morto, e assy se cree que morrerão os mais que hião com elle (Ajuda Ms. 49-XI-75 fls. 21v-22).

Falar que D. Sebastião resolvera abandonar a luta e fugir, ou que deixara-se prender pelo inimigo, era uma afronta à imagem – certamente mais heróica – de um rei valente que escolhia morrer com a espada na mão. Além disso, como se percebe pelo texto da relação manuscrita, Brito atribui à Cristovão de Távora a culpa da rendição do rei, e não menciona qualquer tipo resistência por parte deste. Embora talvez não fosse essa a sua intenção ao escrever a relação, esse tipo de mensagem não só contrariaria a bravura exibida (e exigida) de D. Sebastião antes do combate, como faria dele, e de seus fidalgos, portugueses covardes ou ineptos para a guerra.

Na relação manuscrita, Brito relata através de fontes primárias não apenas a impulsividade beirando ao irresponsável no temperamento e actitudes de D. Sebastião, e as circunstâncias da sua morte em Alcácer Quibir, como também a relação desconfortavelmente íntima que manteve por anos com seu mestre e confessor, o Padre Luis Gonçalves da Câmara. O que se pode perceber através dessa obra manuscrita é que Frei Bernardo de Brito não só não se exime de narrar as controvérsias que cercam a

figura de D. Sebastião, como inclusive não parece muito preocupado em estar a aumentá-las. O trecho do manuscrito de Brito que narra a preocupação da Rainha D. Catarina com o confessor é este que transcrevemos abaixo. Sem título, leva apenas uma nota marginal que diz: “Luis Gonçalves mestre de elRey”:

Chegou elRey a idade de lhe dar mestre pera o ensinar e depois de varios pareçeres prevaleçeo o do Padre Torres que hera confessor da Rainha, e mandou vir de Roma o Padre Luis Gonçalves da Companhia, que assinarão per mestre de elRey. E a bem do ensinar, comessou tambem a confessar. E pareçendo a Rainha que hera demaziado o aperto a que punha a elRey, e atribuindo a elle huma indisposição que elRey teve, não quiz que o mestre o confessaçe, mas deo este cargo ao Padre Montoya da ordem de Santo Agostinho e não falta a quem parea que daqui comessarão os conçelhos encontrados na criação de elRey encaminhadoo, o mestre, a fins differentes do que a Rainha pretendia, e tratando dezapartar de sua comunicação, e das Damas, tanto que mostransose elRey menos comonicavel com ellas do que sohia, e preguntandolhes humas estas herão Dona Lianor Coutinho, Dona Ana de Aragão e Dona Francisca de Aragão a cauza, elle como menino lhe respondeo que seu mestre lhe aconçelhava que não falaçe com ellas, porque herão humas donas sinfainas, o que algumas sentirão muito, e estranhando do mestre, elle negou que tal não dissera, sentia muito a Rainha o que via, e entendia desta criação, e o que temia adiante e queixandose algumas vezes do mestre, lhe respondia Dona Joanna sua Camareira mor, que hera parente do mestre, senhora de que vos queixais, se vos pagastes o asno que o trouxe, acodindo a hum em que veio de Roma, não querendo per mostras de humildade vir em mulla (Ajuda Ms. 49-XI-75, fls. 28v-29).

Lavanha, muito mais cauteloso, não deixa de incluir no códice 887 o tema da intimidade entre o confessor e o rei, mas o faz de maneira indirecta através da carta de Jerónimo Osório (e na carta, a bem da verdade, critica-se muito mais a influência política

de Martim Gonçalves da Câmara do que a intimidade entre o rei e o mestre que fora durante tantos anos seu confessor e tutor). Ao mesmo tempo, percebe-se que no códice Alcobacense 308 o cronista opta por defender a integridade do religioso através do sumário que ele próprio faz da relação de outro jesuíta, o Padre Amador Rebello (que discutiremos mais aprofundadamente a seguir).

8.3 Textos dentro do texto

Entre as relações ou notícias incluídas nos códices, algumas mencionadas previamente, três merecem tratamento à parte por terem sido completa ou parcialmente transcritas aos códices.

São elas, o sumário dos *Apontamentos* do Padre Amador Rebello, o *Memorial* de Pero Ruiz Soares e o *Comentario que trata de la infelice jornada*, do capitão Luis de Oxeda. Os dois primeiros estão no códice Alcobacense 308 e na sua variante parisiense, entretanto o original dos *Apontamentos* encontra-se apenas no códice Alcobacense. O *Comentario* encontra-se apenas no códice 8, não excluindo-se, contudo, a hipótese de que uma cópia (ou talvez um original seu) tenha inicialmente feito parte do códice Alcobacense. Se tal ocorreu, o relato de Oxeda pode ter sido copiado ao códice 8 de Paris juntamente com todos os outros documentos do Alcobacense, e posteriormente à cópia, ter sido retirado de lá¹⁰⁵.

¹⁰⁵ Através de uma análise *in loco* do COD ALC 308 observámos que quatro fólios consecutivos foram cortados junto à costura – mas deixando ver a foliação antiga – e portanto correspondendo ao que teriam

Seja qual for o caso, o cronista está a fazer, na sua investigação historiográfica para a crónica, a selecção, compilação e inserção de três importantíssimas, distintas e controversas narrativas sobre D. Sebastião e Alcácer Quibir que manuscritas circularam, naquelas duas primeiras décadas do século XVII, por Portugal, Espanha, e outras partes da Europa (como é o caso do relato de Oxeda, traduzido ao inglês e ao francês).

O que apresentamos a seguir é um estudo comparativo com originais e/ou cópias dessas obras, ou com suas primeiras edições, à fim de ver se há discrepâncias com os relatos dos três códices.

8.3.1 Padre Amador Rebello

A relação de Rebello, como ficou conhecida, foi segundo informação contida no códice Alcobacense, escrita em 1616. Jacqueline Herman afirma, no entanto, que deve ter sido escrita no fim do século XVI. Nela, tenta-se enaltecer as qualidades de D. Sebastião, mostrando-lhe um lado intelectual, humano e religioso, em contraposição à imagem já muito desgastada do jovem rei àquela altura. Segundo Herman, Amador Rebello oferece um posicionamento político que, interpretado como sebastianista, seria, na década de 1960 resgatado, principalmente através de artigos de Joaquim Veríssimo Serrão, por uma vertente da crítica portuguesa que via o sebastianismo durante o domínio filipino como uma actitude anti-senhorial de resistência surda (Hermann 122). A relação de Rebello aparece no códice Alcobacense 308 em duas versões muito próximas.

sido os números 131, 132, 133 e 134. As marcas de corte estão entre os fólhos actuais de número 126 e 127.

A primeira é um sumário feito por Lavanha no seu primeiro ano como cronista-mor de Portugal. Todo o texto e anotações marginais indicam a sua redação. No alto da margem esquerda vê-se uma inscrição indicativa do nome do autor citado e da data em que foi redigida pelo cronista: “*P. Amador Rebello/ Setuval. Ano 1618. 3 Julho*” e no verso do último fólio, há a nota: “*Sumario da vida delRey D. Sebastião do Padre Amador Rebello*”, informação repetida no título que Lavanha dá ao seu sumário:

Apontamentos para a historia delRey D. Sebastião, tirados da Rellação da sua vida feita polo P. Amador Rebello da Companhia de Jesus companheiro do P. Luis Gonçalves da Camara Mestre do mesmo Rey; escrita em Lisboa a 6 de Novembro de 1613” (COD ALC 308, fls. 240-258v e COD 8, fls. 297-309).

A segunda versão da relação de Rebello é um rascunho autógrafo do padre, intitulado:

Apontamentos sobre a vida delRey Dom Sebastião o primeiro deste nome e decimo sexto dos Reis de Portugal, nos quaes se trata de seu nascimento, criação, governo, das idas que fez a Africa, da batalha que deo a Molei Maluco, do fim e socesso della, por o padre Amador Rebello, Religioso da Companhia de Jesu, companheiro que foy do seu Mestre, e o ensinou tambem a escrever, e lhe repetia as lições (COD ALC 308 fls. 260-287v; sem cópia no COD 8).

Toda a narrativa da segunda versão foi redigida pela mesma mão que assinou ao final com o nome de “*Amador Rebello*”. Acreditamos tratar-se de um original escrito de facto por aquele religioso, pois as correções e apontamentos que o autor faz dentro do próprio texto, indicando que um trecho deve ser inserido entre tais e tais capítulos, ou

colocado mais adiante, apontam para um processo de escrita consciente, e não para decisões tomadas por um simples coprador.

A omissão por parte do copista do século XVII de uma cópia dos *Apontamentos* autógrafos no códice 8 pode ter sido o resultado de uma confusão; ao ver dois cadernos de fólhos intitulados “Apontamentos” deve ter pensado que um deles era simplesmente uma cópia do outro, e optado por só trasladar o primeiro. Ora, o que se copiou no códice 8 resulta ser justamente o sumário feito por Lavanha do texto que no Alcobacense se encontrava logo a seguir; este, de autoria sim, de Amador Rebello.

Queirós Veloso, no seu *Estudos históricos do século XVI*, faz referência a uma variante acabada do texto de Rebello. António Ferreira de Serpa, por não tê-la encontrado, acabou por editar em 1925 uma outra crónica de D. Sebastião atribuindo-a erroneamente a Amador Rebello (na verdade, tratava-se de uma variante de uma crónica de Bernardo da Cruz). Serpa afirma que serviu-se de um manuscrito que encontrou na Torre do Tombo. Francisco de Sales Mascarenhas Loureiro, na sua edição de 1978 da *Relação*, acrescenta aos outros manuscritos que encontra em Portugal, o manuscrito autógrafo de Rebello do códice Alcobacense 308, e transcreve-o na íntegra¹⁰⁶.

Comparámos os *Apontamentos* autógrafos do Alcobacense 308 com um manuscrito da *Relação* que se encontra na Biblioteca da Ajuda e que leva o seguinte título:

Relação da vida delRey Dom Sebastião o primeyro deste nome, e deçimo sexto dos Reis de Portugal. Ha qual se trata de seu nasçimento, criação, governo, das idas que fez a Africa, da batalha que deu a Muleyluco, do fim e sucesso

¹⁰⁶ Ver Francisco de Sales Mascarenhas Loureiro. *Relação da vida d’elRey D. Sebastião*. Lisboa, 1977. 481-559.

della, por o Padre Amador Rebelo da Companhia de Jesu, companheyro que foi de seu Mestre, e o inçinou tambem a escrever, e lhe repitia as liçois (Biblioteca da Ajuda, ms. 49-XII-I, 317-341).

O manuscrito da Ajuda corresponde em sua maior parte ao conteúdo dos apontamentos autógrafos de Rebello que começam no fl. 260 do códice Alcobacense 308 (e não ao sumário feito por Lavanha, que o precede). A mão é do século XVIII. Como notámos anteriormente, os “Apontamentos” assinados por Amador Rebello não são uma versão acabada do texto da *Relação*, ainda que nesse rascunho se estabeleça a mesma sequência ordenativa (inclusive através de anotações intratextuais do autor) que vemos na cópia da Ajuda. As anotações intratextuais e arrumações aparecem nos fólhos que listamos a seguir:

- a) Fls. 278v-279. Cheios de notas dizendo que se deve inserir aqui ou ali certas partes da narrativa (é sobre as qualidades físicas de D. Sebastião e sua destreza como cavaleiro e como caçador).
- b) Fl. 285v. É onde terminam os apontamentos (com data e assinatura, tal e qual o manuscrito da Biblioteca da Ajuda, só que antecede mais dois fólhos de anotações.
- c) Fl. 286. É uma adição que o autor quer que se inclua em outra parte do texto.
- d) Fls. 287-287v. Outras adições que quer incluir no texto.
- e) Fl. 287. Leva novamente a assinatura de Amador Rebello.

Também se percebe que na cópia manuscrita da Biblioteca da Ajuda ficam faltando alguns trechos curiosos que por sua vez aparecem no códice Alcobacense de Lavanha. Por essa razão, listamo-nos a seguir :

- a) Fls. 278-278v. Sobre o cavalo que Jorge de Albuquerque supostamente teria dado a D. Sebastião para que ele escapasse com vida da batalha. Começa assim: “*o que a mim disse de palavra, outro religioso nosso que tambem se acabou na batalha...*” Nesse pequeno texto se põe em dúvida a morte de D. Sebastião.
- b) Fl. 282. Sobre Carlos IX de França e a questão dos protestantes. Começa com: “*Estando na cidade de Evora e sabendo como elRei de França Carlos 9º queria fazer pazes aos hereges...*”
- c) Fls. 271v-273v. Sobre a generosidade de D. Sebastião, com vários exemplos.
- d) Fls. 274-275v. Exemplos tirados da vida de alguns santos.
- e) Fl. 266v. A fala do Cardeal D. Henrique quando entregou o governo a D. Sebastião.
- f) Fl. 267. A “*resposta delRey a esta fala*”.

Interessante também é a relação entre o sumário escrito por Lavanha a partir dos “Apontamentos” do Padre Amador Rebello e a redação autógrafa do mesmo. Dois anos separam o texto de Rebello (datado de 1616) e o sumário de Lavanha (datado de 1618). Pudemos verificar que os *Apontamentos* não estão na relação manuscrita de Bernardo de Brito da Biblioteca da Ajuda, mas o que nela há é uma *Relação da vida delRey Dom Sebastião nosso senhor primeiro deste nome em Portugal, e deçimo sexto Rey delle, na qual se trata de seu nascimento, criação, governo, e das idas que fez a Africa, e da*

batalha que deu a Meley Malluco de fim, e sucesso della. Pello Padre Amador Rebello da Companhia de Jesus companheiro que foy de seu Mestre Luis Gonçalves da Camara e que o ensinou tambem a ler, e escrever e lhe repetia as lições (Brito fls. 228v-256v). A última parte da relação, que não leva assinatura, é o Memorial que D. Sebastião faz antes de tomar o governo.

Apesar do título ser diferente do que temos no códice Alcobacense, a variante da *Relação* de Rebello no manuscrito atribuído a Frei Bernardo de Brito da Biblioteca da Ajuda é mais próxima dos *Apontamentos* autógrafos do códice de Lavanha que da variante da *Relação* que se encontra na mesma biblioteca. Tem, por exemplo, “*A fala do cardeal D. Henrique quando lhe entregou o governo*” (Brito fls. 238v-239), a “*Resposta delRey a esta fala do Cardeal Infante seu tio*” (Brito fls. 239-239v), e o parágrafo que começa com “*Estando elRey em Evora e sabendo em como Carlo Nono de França queria fazer pazer com os hereges*” (Brito fl. 254v) que faltam na variante do manuscrito de Rebello da Biblioteca da Ajuda.

De qualquer modo, a segunda década do século XVII nos pode mostrar a tendência em que se desenvolvia a narrativa retórica envolvendo D. Sebastião, Filipe II de Espanha, os jesuítas e Alcácer Quibir. Percebe-se, por exemplo, que a narrativa empregada por Amador Rebello (ele próprio um jesuíta) se esforça por mostrar um fatalismo místico que isenta a todos, inclusive a D. Sebastião, pelo desfecho daquela desastrosa batalha. Amador Rebello em 1616 está escrevendo justamente no período pró-jesuítico de Filipe II de Portugal. Nota-se claramente no texto que citamos a seguir, dos *Apontamentos* de Rebello, tanto a defesa do jesuíta preceptor de D. Sebastião quanto a aceitação do

desfecho que traria os Habsburgos a Portugal como uma determinação divina, e portanto inquestionável:

Sobre os louvores do Padre Luis Gonçalves e suas muitas virtudes, diz o Padre Amador Rebello que fallando com elle hum dia sobre o que elRey Phelipe 2º tinha feito na conversão dos Infieis das Indias Occientaes, tendo então novas da grande christandade que com seu santo zello era feito naquellas partes e dos muitos milhares de almas que por seu meo tinhão recebido o santo baptismo lhe dissera estas palavras: Eu não sou profeta, mas pello que tenho visto e lido nas sagradas escrituras de quanto deos estima estes serviços e os estima premiar, olhai que vos digo, que ha de pagar a elRey Deos o que neste particular tem feito e ha de ser com o fazer Rey de Portugal (COD ALC 308 fl. 250; com cópia no COD 8 fl. 303).

8.3.2 Pero Roiz Soares

Sobre Pero Roiz Soares nada se sabe além do facto de que escreveu um memorial que permaneceu manuscrito na Biblioteca Nacional de Portugal até a edição de 1953 feita por M. Lopes de Almeida.

O *Memorial* é um apanhado de vários acontecimentos históricos passados entre 1568 e 1628. Percebe-se que há uma intersecção cronológica entre o projecto de crónica de Lavanha e a obra de Soares: o *Memorial* narra factos acontecidos até Maio de 1628. Lavanha, porém, morre em 2 de Abril de 1624. Isto leva a crer que o cronista teve acesso a capítulos do *Memorial* antes que o Roiz Soares o tivesse concluído. A maneira muito crítica com que o autor retrata o carácter bélico de D. Sebastião e a revolta com que narra

o impacto económico das acções preparatórias das empresas militares contra os turcos e os mouros foram certamente factores que influíram para que seu livro manuscrito não fosse naquela altura publicado. Tampouco laudatória é a sua perspectiva perante a dominação portuguesa por Castela, fazendo com que muitos críticos não hesitem em classificá-lo como um escritor anti-castelhano (Schwartz 33-48). Apesar de tudo isso, Lavanha o inclui na sua coletânea de papéis para a crónica de D. Sebastião.

Confrontámos a edição de 1953 do *Memorial* com o que se incluiu de Roiz Soares no códice Alcobacense 308, fls. 113-126 (e com sua cópia incompleta no códice 8, fls. 174-181v). Percebémos, ao fazê-lo, que o que há em Lavanha são sumários de certos trechos do *Memorial*. Todos os sumários têm na margem esquerda uma nota escrita por Lavanha que indica que são “do livro de Pero Roiz Soares”. Os títulos de cada sumário foram escritos por Lavanha, mas as narrativas em si foram redigidas por uma outra mão. O títulos assemelham-se (na maioria) com aqueles do *Memorial*, mas não se trata de transcrições fiéis. De todos os catorze textos incluídos no códice Alcobacense 308 apenas um (“*Em que relata a carta que veyo de França de verbo a verbo*”, fl. 114-116) é uma transcrição directa do texto equivalente no livro de Roiz Soares (cap. 23). Em contrapartida, o último (“*De huma carta que escreveo hum cativo em que conta a perdição delRey*”, fls. 124-126) é o único de que não se encontra qualquer registo no *Memorial*. Finalmente, marcas de corte mostram que doze fólios que começariam logo a seguir ao fl. 126 foram retirados do códice Alcobacense antes que se fizesse a sua numeração actual.

O discurso narrativo empregado na narração dos textos utiliza-se da mesma retórica usada por Pero Roiz Soares: a de uma narrativa em 1ª pessoa que esforça-se por

estabelecer um enfoque comunicativo. Vê-se que, por meio de artifícios linguísticos que são repetidos constantemente (“como vedes”, “vereys que”, etc.), o autor-narrador dirige-se constantemente ao leitor.

O códice 8 de Paris mostra-se incompleto na sua transcrição do *Memorial* feita à partir daquela do Alcobacense. Dos textos do livro de Soares que constam do códice Alcobacense 308 ficaram de fora do códice 8 os seguintes, que listamos abaixo (o último deles, conforme afirmámos antes, não aparece na edição de 1953):

- a) “*Da prisão de D. Antonio de Cascaes, o como e sobre que*”. Na margem: “*do mesmo*”. A narrativa contém factos do capítulo 25 do *Memorial* (“da prisão de hum senhor deste Reyno e o em que parou”).
- b) “*Conta de como quando se tolheo neste Reyno a moeda de cobre*”. À margem: “*do mesmo*”. Trata-se do capítulo 6 do *Memorial* (“como se tolheo neste Reino a moeda de Cobre”).
- c) “*Das peitas e aviamentos de guerra nestes Reynos*”. Na margem: “*do mesmo*”. Trata-se do capítulo 36 do *Memorial* (“dos aviamentos de guerra comeso da destruição de Purtugal”).
- d) “*De huma carta que escreveo hum cativo em que conta a perdição delRey*”, não encontrada no livro de Pero Ruiz Soares.

8.3.3 Luis de Oxeda

O capitão espanhol Luis de Oxeda foi testemunha ocular e autor de uma relação da batalha de Alcácer Quibir que circulou manuscrita pela Europa no final do século XVI. Intitulada *Comentario que trata de la infeliçe jornada que el Rey D. Sebastian hizo en la Berberia, el año de 1578, donde se quenta muy en particular todo lo que alli succedio, con la muerte del Rey y otras cossas dignas de admiracion y de ser sabidas*, aparece somente no códice 8 de Paris (fls. 1-30)¹⁰⁷. O texto, segundo Cristovão Aires, que dele dá notícia em 1901 no seu artigo da Real Academia de Ciência de Lisboa (onde ele publica três anos mais tarde o índice do códice 8 que se viu no capítulo 6) “é uma narração muito curiosa das coisas que determinaram a expedição, da sua má organização, das operações de guerra, e da desastrosa batalha de Alcácer Quibir” (Aires 176).

O *Comentario* foi publicado pela primeira vez em 1905 por Henri de Castries, a partir desta única cópia conhecida (Castries 627). Cristovão Aires afirma no seu artigo que não conseguiu localizar no Museu Britânico uma variante que supostamente deveria, de acordo com o catálogo da instituição, lá estar:

Esta versão atribuída ao Capitão Ojeda parece ter merecido no século XVII o favor público, porquanto de outra cópia, de idêntico título, nos dá notícia de ter existido no *British Museum* o erudito Figanière, que o indica com o N° 780... Procurei-a o ano passado em Londres para a confrontar, porque levava commigo a de Paris, que tive o cuidado de copiar toda; mas no Museu Britânico não me souberam dar notícia d’ella (Aires 176).

Contudo, o *Comentario* de Oxeda não aparece no códice Alcobacense 308. A inexistência do *Comentario* no primeiro corpus textual (quando se entende o Alcobacense

¹⁰⁷ Há na BNP uma cópia do *Comentario* que pode ter sido aquela feita por Cristovão Aires e doada à biblioteca. Ms. 199 n°6, referido na nota n° 76.

308 como um original, e o códice 8 como uma cópia sua), é um facto curioso. Uma hipótese possível, conquanto carente de mais justificativa, seria pensar que o *Comentario* é retirado do Alcobacense em algum momento após ter sido copiado (mas seguramente antes de chegar à livraria de Alcobaça, já que o índice feito nesse mosteiro e que aparece no início do códice não lista a relação de Luis de Oxeda). Por outro lado, não há qualquer marca antes do primeiro texto do Alcobacense (no códice de Paris o *Comentario* aparece antes do “*Cerco de Mazagão no anno de 1562*”) que indique que fólhos dali tenham sido cortados. Outra hipótese então seria pensar que Lavanha nunca incluiu uma cópia do *Comentario* no seu segundo códice por razões de auto-censura.

8.4 A Liga Santa contra o Turco e a concórdia com Isabel de Inglaterra

Há nos códices informação à qual escritores coetâneos a Lavanha não deram especial atenção, certamente porque o foco naquele momento estava muito limitado, pela própria conjuntura dos acontecimentos, à questão de Alcácer Quibir. Entre os documentos que Lavanha inclui nos códices 887 e 308, vale a pena notar a riqueza de registos sobre a Liga Santa que se armou contra o Turco em 1571, e sobre a concórdia entre Portugal e Inglaterra, iniciada um ano mais tarde. Ficam aqui, portanto, como exemplos da comparação que pode ser feita entre os diversos textos sebásticos existentes e os fragmentos que se encontram nos códices de Lavanha.

8.4.1 A concórdia com Inglaterra através de uma relação de Vicente Nogueira

A questão do acordo diplomático entre D. Sebastião e Isabel de Inglaterra, conforme antes argumentámos, é assunto pouco ou nada explorado pela crítica, mas que através das fontes primárias consultadas por Lavanha tentaremos contextualizar.

Em 1570, o ataque de um corsário inglês na costa do Castelo de São Jorge da Mina colocou em sério risco a paz entre Inglaterra e Portugal. Toda a questão envolvia o que Portugal considerava uma violação inglesa ao seu direito sobre o comércio exclusivo das regiões e mares conquistados. Confiscado o navio pelos portugueses, o corsário ficou porém livre e reclamou à Rainha Isabel, quem o autorizou com uma carta de marcas a que deduzisse seu prejuízo das fazendas portuguesas, onde quer que as encontrasse. Isso levou a um ataque a uma embarcação portuguesa que resultou na morte de seu capitão e de alguns padres da Companhia de Jesus, que encontravam-se a bordo.

Dentre os historiadores portugueses, Frei Manoel dos Santos é o que mais apaixonadamente escreve sobre o assunto:

Era Tyrana de Inglaterra a infernal Isabel Scismática, reputada filha do apóstata Henrique VIII. No seu tempo succedeo que, indo commerciar à costa da Mina, ou Cidade de S. Jorge um corsario Inglez, chamado Vinter, quando voltava tomarão-lhe o navio os nossos Portuguesez, por defenderem com aperto os nossos Monarchas a Estrangeiros o commercio nas conquistas de Portugal; e queixando-se o Corsario em Inglaterra, deulhe a impia Rainha Isabel uma carta de marca, ou permissão, para que se pagasse do que chamava roubo em fazendas de Portuguesez, aonde quer que as pudesse haver; e com effeito o dito Vinter roubou alguns navios nossos mercantes, que navegavão descuidados pela paz actual, e universal, que tinhamos com Inglesez, e com todas as nações Europeas; e sabido por elRey D. Sebastião o atrevimento dos Inglesez; mandou reprezar quantos navios

de Inglaterra estavam em Lisboa, e nos mais portos do Reino, até lhe dar a Corte de Londres a devida satisfação do roubo... (Santos 151-158).

As primeiras negociações com a rainha para que então se estabelecesse uma concórdia entre os dois reinos (no tocante principalmente ao comércio nas praças portuguesas dos Açores, Madeira, Índia, África e Brasil) fizeram-se inicialmente através do embaixador português a Inglaterra, António Fogaça. Devido entretanto à inconclusão do arbítrio, D. Sebastião decide-se por despachar a Londres o embaixador Francisco Giraldes¹⁰⁸ que então encontrava-se em Flandes. O longo tempo que levou para que finalmente se firmasse a concórdia deveu-se, conforme esclarece Barbosa Machado nas *Memórias*, a Filipe II de Espanha, que tinha pendências com Inglaterra:

Foy mandado para este ministerio Francisco Giraldes, que assistia em Flandres, com quem concorrião todas as partes, que se requerem em hum consumado Politico. Na primeira conferencia, que teve com os Ministros Inglezes, lhe propuzerão, que não era sua intenção navegarem as naos daquela Coroa para as nossas conquistas situadas na India, mas commerciem nos portos da Costa da Mina, onde lhes não podia ser prohibido por ser este commercio muito util às conveniencias de Portugal.

Neste tempo representou Filippe Prudente ao nosso Monarcha, que impedisse a ultima conclusão deste contrato, em beneficio de uma grave dependencia, que tinha com a Rainha de Inglaterra. Era esta Princeza principal fatora da rebellião dos Holandezes contra Castella; e querendo Filippe impedir, que não fossem soccorridos pelas armas dos Inglezes, para que desamparados de tão

¹⁰⁸ Algumas cartas de Giraldes escritas ao Conde de Sussex sobre as audiências que pedia com a Rainha Isabel encontram-se guardadas no Museu Britânico. Ver Frederico Francisco de La Figanière. *Manuscriptos portugueses existentes no Museu Britânico*. Lisboa, 1853. 127. Sobre a questão diplomática ver Visconde de Santarém. *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarchia portugueza até aos nossos dias*. Tomo 14. Lisboa, 1865. 242.

fortes aliados, mais facilmente se reduzirão à obediência do seu Príncipe verdadeiro, ordenou ao Duque de Alva, Governador dos Estados de Flandres, que ajustasse tregua com a Corte de Londres, e para que a Rainha consentisse neste projecto, pretendia delRey D. Sebastião não acabasse de ajustar a concordia com Inglaterra. Como os interesses desta Monarchia estavam summamente unidos com os de Hespanha, resolveo D. Sebastião conformarse com a supplica de seu tio, e assim significou a Francisco Giraldes, que fosse dilatando com affectados pretextos a conclusão do negocio, a que o mandara, até que se celebrasse a suspensão de armas com Castella. Porem esta dilação feita em obsequio das dependencias de Hespanha foy prejudicial as conveniencias de Portugal... (Barbosa Machado, *Memórias*, livro II, cap. XXXII, 738-739).

A narrativa sobre a concórdia com a participação de Giraldes aparece inserida no códice 887 dentro da transcrição que Lavanha faz de um texto maior, mas não há qualquer menção ao nome do monarca espanhol. Como está a escrever durante a união ibérica, é natural que o autor desse texto, D. Vicente Nogueira¹⁰⁹ (conforme esclarece Lavanha na margem esquerda abaixo do título), não tivesse a liberdade para, ou que não quisesse (ao contrário de Barbosa Machado, que escreve no século XVIII) mostrar o envolvimento do Rei de Castela naquelas negociações. Além disso, percebe-se no texto todo uma linguagem objectiva e isenta de juízos valorativos (o que difere muito do

¹⁰⁹ Vicente Nogueira, segundo Barbosa Machado na *Bibliotheca lusitana*. Vol. III. 784-785 “naceo em Lisboa no anno de 1586 , sendo filho do Doutor Francisco Nogueira Cavalleiro do habito de São-Tiago, Desembargador da Casa da Supplicação, e Juiz da Coroa, e do Conselho de Estado de Portugal. Quando contava doze annos o fez ElRey moço fidalgo, e tal era o talento que mostrou em idade tão tenra que contrahio grande amizade com o Condestavel de Castella D. Bernardino de Mendoça, e o Duque de Feria. Estudada Filosofia se graduou na Faculdade de Canones, e depois foy Senador na Casa da Supplicação, de que tomou posse a 13 de Março de 1613, e Conego da Cathedral de Lisboa. Soube com perfeição as lingoas Latina, Grega, Caldaica, Syriaca, Arabica, Italiana, Franceza, e Castelhana. Teve bastante instrução da Historia sagrada, e profana, como tambem da Poezia, Mathematica, Musica, e Algebra”.

discurso de Frei Manoel dos Santos, que usa uma série de adjetivos desqualificadores tais como “ímpia”, “tirana” e “infernai” para se referir à Rainha de Inglaterra).

Os comentários intratextuais/marginais de carácter inquisitivo (que aparecem no texto como “nota” ou com a indicação de asterístico) não são do autor. Eles são uma contribuição de Lavanha ao estudo do texto e demonstram seu carácter inquisitivo de investigador.

Como esclarecemos antes, todo o texto de Vicente Nogueira foi transcrito por Lavanha e está no códice (COD 887, fls. 5-25v). Entretanto, seleccionámos e incluímos aqui apenas a parte referente à disputa com Inglaterra:

Rellações tiradas de diversos papeis para a Historia de
elRey D. Sebastião

Lisboa 12 de Setembro de 1618.
D. Vicente Nogueira

Embaixada de Francisco de Giraldes
em Inglaterra em tempo delRey D. Sebastião

Por carta de S.A. de Dezembro de 1570.

Escreve a Francisco Giraldes, que passe a Inglaterra (que parece estava em Frandes) com dissimulação dando a entender que vai ver aquelle Reyno e visitar amigos e parentes que nelle tinha, onde se detenha com alguma ocasião para avisar a S.A. das cousas de Inglaterra; e das cartas da marca que nelle se passarem em que forma, e tempo e porque causa, e das armadas que se fizerem e em França e da concordia de Inglaterra com Castella.

Nota: Todas estas cartas erão as originais.

Por carta de S.A. de 26 de Abril consta que estava já Francisco Giraldes em Inglaterra.

Em carta de 31 de mayo de 71 lhe daam comissão que tratte como de si e ouça o que lhe propuserem acerca da concordia entre Portugal e Inglaterra, e lhe escreve estas formaes palabras.

“Quanto a concordia entre estes Reynos e esses, materia he que requiere muita consideração, e ser o modo perque se tratar que convem para boa resolução della, com se tambem ser o respeito devido à minha autoridade, e porque confio de vos que todas estas cousas ponderareis, com a promptidão e zelo que tendes de meu serviço, hey por bem darvos licença para poderdes ouvir os que vos nisso fallarem, com lhe mostrardes que por nollo requererem, e vos achardes nesses Reynos, e por entenderdes que convem ao bem delles, e a meu serviço fallardes nisso, intentareis fazello e escreverdesmo, chegando se elles logo tanto a resolução, e a termos de se ella poder tomar, que possais vos nisso fazer o bom officio que cumpre a ambas as partes, sem arriscardes vossa palavra e o crédito della e que para isso nos dem por escrito que neste negocio querem fazer; vindo a puntos derradeiros e a condições taes em que se logo possa tomar conclusão e assento, porque isto he o que convem per muitas razões que no discurso da pratica podereis dar aos com que a tiverdes e por este modo ireis porsequindo nella e avisandome do que socceder”.

Por carta de 18 de junho lhe escreve S.A. que averá por muito seu serviço que admita o trato da concordia e que procure (sem se entender que o deseja) occasião de que lhe fallem logo nella, e que proceda de maneira que possa aver effeito.

Por carta de 7 de Julho lhe escreve que para ter mais depressa occasião (a qual deve buscar por todas as vias possiveis) de tratar se lhe desta concordia, diga a Rainha quando com ella fallar, que fazendolhe elle saber a S.A. como estava no seu Reyno, lhe escrevera tambem as honras e gasalhados que lhe ella fazião, de que S.A. recebera muito contentamento, por seus criados e vassallos serem della tratados; como era razão, e S.A. o faria aos seus quando a seus Reynos viessem, e que tambem folgara muito com as boas novas que da Rainha lhe mandara, e lhe escrevia a elle Francisco Giraldes lhas mandasse sempre enquanto estivesse no seu Reyno. Tambem lhe escreve que avise se he partida outra armada de Inglaterra a fora a do Bayão, e particularmente do Aquines, quantos navios levava e de que porte porque avia novas em Portugal que dera nas Canarias.

Nota: Quem he este Bayão e o Aquines e o que fizerão. Deste Bayão se fez justiça na Ilha de Santiago como parece por carta delRey de 10 de Outubro de 1572.

Por carta de S.A. de 8 de Agosto escrevelhe que era informado que alguns mercadores de Portugal, e particularmente Christãos novos por seus interesses, e por lhes ficarem todas as drogas e pimenta em sua mão, e não virem mercadores estrangeiros a compralas, impedião com cautelas; o effeito e comprimento do regimento que S.A. fez em março do anno passado de 70, porque largava o trato e comercio de pimenta e drogas, e mais mercadorias da India escrevendo a muitas partes e lugares fora de Portugal, que S.A. mandara em Outubro do mesmo anno hum navio a India pollo que mandara annullar o tal regimento, e que se não cumprisse e assi tambem o mandara nas naos do ano presente, e que passara provisões a pessoas particulares para que elles somente pudessem comprar todas as especiarias da India e outras pessoas não, o que era falsidade, e assi mandava elRey devassar das pessoas que lançarão a tal fama, e castigar os culpados. E para que se soubesse a verdade, mandara passar huma provisão para que por ella viesse a noticia de todos a verdade deste negocio, e a falsidade da forma em contrario, e portanto mandava a elle Francisco Giraldes que a ditta provisão que lhe enviava a fizesse publicar nas cidades e lugares de Inglaterra onde ouvesse mercadores que possão entender no tratto das especiarias, fallando com elles, e persuadindoos com razões quam bem lhes estava hirem ou mandarem seus feitores a Lisboa a comprar as ditas especiarias, e mandaremnas trazer da India, e que esto no quanto lhe for possivel que se não publique o contrario do que declara na provisão e se contem no regimento.

Isto mesmo escreve elRey a João Gomes da Silva a França em carta de 8 de agosto de 71.

Nota: Que regimento he este e a copia delle. Feito em anno de 70. Em março. Se se devassou e se forão castigadas alguãs pessoas. A copia da provisão.

O mesmo escreve a João Gomes da Silva em carta do primeiro de Outubro de 1571.

Por carta de S.A. de primeiro de Outubro encomendalhe que saiba que os Portugueses andão naquellas partes ocupados na guerra e que della tenham experiencia; para que os persuada a que o venhão servir para os ocupar nos cargos da milicia que se avia levantado no Reyno, e fazerlhes merce.

O mesmo escreve a João Gomes da Silva a França por carta de 13 de Novembro de 1571.

Por carta de S.A. do derradeyro de Outubro lhe daa comissão para que descubertamente, e em seu nome possa tratar da concordia, e que prosiga com calor este negocio ate tomar nelle conclusão, e que seja com as condições que Francisco Giraldes lhe referio em carta sua, que em outros tempos se praticarão que a Rainha e seu conselho devem aver por muy convenientes.

Nota: Que condições forão estas que em outro tempo se guardarão.

Por carta de S.A. de derradeyro de Outubro que trabalhe que si ponha na concordia por condição, a defesa de irem os ingreses as terras e mares da conquista de Portugal; e que a restituição das fazendas se faça com justiça igual de ambas as partes e para verificação das contas dos socrestos se faça pelos mercadores de Anvers, e que sendo possivel sejam christãos velhos, e que a outra condição seja ficar o comercio aberto como sohia ser, que era o que em Inglaterra se pretendia. E que sendo caso que se não dispusesse a conceder inteiramente a primeira condição, e que della não queiram passar instrumento nem fazer proclamação da defesa, sendo somente contentes pola dita condição que as armadas d'elRey possam meter os taes cossaios em Junho achandoos nos mares deste Reyno o que ja lhe tinham concedido, que em tal caso aceita a dita condição na melhor forma que puder ser e que trabalhe quanto lhe for possivel, que os que forem achados nos mares da conquista deste Reyno sejam avidos por reveys a coroa de Inglaterra e por quebrantadores da paz e concordia, e que trabalhe por saber quanto montarão as fazendas dos Portugueses que estão embargadas na Inglaterra e que estem a bom recado para se poderem entregar sem diminuição alguã, como S.A. mandaria que se fizesse na entrega das fazendas que em Portugal estão socrestadas, e não se podendo restituir inteiramente todas as fazendas dos Portugueses que se socrestarão em Inglaterra que se cobre a parte dellas que faltar pelas fazendas dos Ingreses que em Portugal se embargarão, e ao contrario, que não se fazendo enteyra entrega das fazendas dos Ingreses que se embargarão em Portugal, se aja a parte que se não restituir polas fazendas dos Portugueses que em Inglaterra estão embargadas.

Por carta de 7 de Junho de 72 parece que a Rainha se mostrou prompta para o castigo deste cossario, de que S.A. manda a Francisco Giraldes que lhe dee as graças.

Por carta de S.A. do primeiro de Janeiro de 1572, escrevelhe que esta informado que huma nao que se chama Castello Conforto que estava em Inglaterra ajudava a tomar a de D. Luis e a fazer o insulto de sua morte e dos Religiosos e mais gentes que nella vinhão, e por ser o negocio de tanta qualidade lhe encomenda que falle no caso a Rainha, e aos do seu conselho estranhadolhe quanto he razão, e requerendolhe que castigue quem mereça, e que lhe fação entregar a nao.

Carta de 10 de Novembro de 1576.

Permitia elRey para a concordia que não querendo a Rainha vir nella sem se lhe permitir a seus vassallos o trato do Cabo da Gue que elRey não queria, que fosse pollo menos por alguns anos, por provisão de fora e que sejam vesitados os navios e se registem* para que não levem armas, e que a pessoa que os registre seja Ingres quando não querendo que seja Portugues.

* Em hum dos portos deste Reyno qual se acordar que seja commodo.

E não querendo com esta condição que sendo livre o comercio aos Ingreses em Portugal e Ilhas dos Açores e Madeira fique de fora Guine, Mina, e Brasil, e quanto ao cabo de Gue fique em caso omissio, e não querendo a Rainha senão que se lhe declare particularmente a concessão, em tal caso se lhe conceda com declaração que se não estenda esta provisão a outro algum lugar de Berberia.

Em Evora a 10 de Junho de 73 deu elRey poder por carta sua, a Francisco Giraldes para acordar com a Rainha a concordia e paz de que se tratava, e que assine o contrato della com nome de Embaixador de S.A., e que assi se chame em Inglaterra e seja por tal avido e tratado.

Por carta de 27 de Mayo de 73 lhe escreve do grande contentamento que recebeo S.A. de se não achar culpa a D. Antonio de Castro, porque sendo preso huma pessoa da sua qualidade e casa, em tempo e conjunção, que a gente faria juizos sobre isso como costuma, era razão que se soubesse nas partes onde da sua prisão se tivesse noticia, a satisfação que do dito D. Antonio lhe ficou, e que tinha e avia de ter com sua honra a conta que merece, por elle aver dado muy sua de sy, e cumprido enteyramente com sua obrigação, e ate de S.A. lhe ter significado todas estas cousas por carta sua, o mandava chamar para lhas dizer o mais largamente como fez com outras demonstrações que ha nelle por muito bem empregadas. Pelo que encomenda

ao dito Francisco Giraldes que onde lhe parecer necesario dar a entender o que neste caso possa o faça pelo modo que cumpre a seu serviço, e elle vir que convem a honra de D. Antonio.

Não estando a concordia averiguada e assentada, e sendo defesa não vir naõ algua a este Reyno, veyo huma do Conde de Lessester* com licença de Francisco Giraldes com carta sua para Miguel de Moura, e por a não vir confiada na ditta carta elRey o permitio e ouve por bem. Mas escrevelhe a 7 de Junho de 72 que por nenhum caso dee outra palavra nem licença a outra naõ.

* Com mercadorias.

Em carta de 7 de Abril de 72 que procure com cuidado saber a causa com que se mandou de França a Inglaterra o Senhor de Memorarci, e se he sobre algua Liga, e com que fundamento se faz, e ha naquillo algua cousa em prejuizo de Portugal. Que os Portugueses soldados em frandes; onde ajão andado na guerra dous outros anos, que os faça vir todos Jorge Pinto, que estaria em Frandes, dandolhes ate hum cruzado de ventagem, que sendo porem homens de cuja vida e costumes se tenha huma confirmação e aos soldados que tiverem cargos e de que cuja suficiencia se tenha boa opinião que venhão ate doze com as ventajes e entretenimentos que la tiverem e a licença para virem avisa que escrevia ao meirinho mor embaixador em Castella para que a ouvesse delRey, e que estes soldados procure que venhão a Portugal ate 15 de Junho.

Por carta de 20 de fevereiro de 77 mandalhe que lhe negocee em Inglaterra 3U quintaes de chumbo para os almazens.

Que louve a elRey de França da sua parte a determinação que tomou nas cortes de Bles contra os herejes e reveri a sua coroa, e que folga que o Duque de Hanjou seu irmão esteja sua companhia e serviço, e a ambos significava com palavras o contentamento que S.A. disso tem.

Encomendalhe o avise se lhe falou elRey de França e a Rainha de Inglaterra nas suas visitas de Guadalupe; e do que se pratica acerca desta materia naquellas cortes e em toda a outra parte.

Por carta de 28 de Dezembro de 76* escrita de Guadalupe lhe diz que per via de Castella soube que tinha concluido a materia da concordia, sem saber os particulares della.

Nota: *Data da carta diz 28 de Dezembro de 77. E porque na de 26 de Fevereiro de 77 lhe diz que entenda o que parecem aos Reys as visitas de Guadalupe, parece que esta carta dos anos esta errada, ou que se começam a contar desde o dia do nascimento de Christo e não do primeiro de Janeiro (COD 887 fls. 5-8).

Como Lavanha costumava anotar nas margens dos textos o nome do seu contribuinte (facto que se vê constantemente ao longo dos códices), fica evidente que ele e Nogueira mantiveram em algum momento uma parceria colaborativa, pois Nogueira lhe fornece o texto para a sua crónica.

Barbosa Machado diz na *Bibliotheca lusitana* que Vicente Nogueira deixou manuscrita umas *Relações tiradas de varios papeis para a Historia del Rey D. Sebastião com as noticias de Francisco Giraldes em Roma, e Inglaterra, e de Lourenço Pires de Tavora em Roma escritas por Vicente Nogueira em Lisboa a 12 de Setembro de 1618*. Segundo ainda o abade de Sever, estas “conservão-se na Livraria do Real Convento de Thomar da Ordem Militar de Christo” (*Bibliotheca lusitana* 785). Esse manuscrito é hoje dado por desaparecido.

Vasculhámos a Biblioteca Nacional de Lisboa, a da Ajuda, e a Torre do Tombo para ver se possuíam uma cópia, mas sem sucesso. Por enquanto, o material que temos no códice 887 graças a Lavanha, é quanto é conhecido do manuscrito desaparecido das *Relações* de Nogueira.

Podemos ver através da escolha desses textos de autores coevos, que Lavanha estava muito consciente do que se escrevia e circulava, mesmo manuscrito, contando a história de D. Sebastião. Além do mais, considerava-os devera importantes como para torná-los base de informação à sua própria crónica.

8.4.2 A questão da Liga Santa

Com a onda de otimismo gerada pela vitória militar de D. Juan de Áustria em Lepanto, aproveitava-se a aliança firmada em 1571 entre o Papa Pio V, Espanha, Génova e Veneza para uma nova investida contra o império Otomano. A Liga Santa, como era chamada, esperava então contar com o apoio logístico de Portugal. A missão do Cardeal Alexandrino, enviado de Roma para tratar do apoio português à Liga, envolvia convencer D. Sebastião da necessidade de casar-se com Margarida de Valois, irmã de Carlos IX da França. Após muitas negociações, D. Sebastião aceitou o casamento, inclusive renunciando ao dote, mas impôs como única condição o igual apoio do futuro cunhado à causa da Liga.

No fervor juvenil de participar de sua primeira ofensiva contra os muçulmanos, D. Sebastião, então com dezessete anos, escrevia freneticamente ao papa e aos seus embaixadores em Europa. Essa correspondência está registada nos códices de Lavanha.

Apesar dos esforços de D. Sebastião e do Papa Gregório XIII, sucessor de Pio V, a Liga se dissolveria em 1572. Manoel dos Santos escreve na *História sebástica* que a causa da dissolução da Liga foi Veneza ter assinado um acordo de paz com os turcos:

Porem não teve offeito a boa vontade, e offerta sobredita do nosso Principe; porque dado que o Pontifice Gregorio fez por conservar, e sustentar a liga, não valerão as suas diligencias, nem houve lugar de ir a Levante a Esquadra naval Portugueza por culpa dos Venezeanos, que medindo a guerra pelos seus interesse presentes, sem attenção aos danos futuros fizeram pazes com o Sultão dos Turcos por medeação de França no anno de 1573 sem

darem noticia ao Papa, nem a ElRey de Castela; e em consequencia da dita paz se desfez a liga, por se haver formado em beneficio e instancias da mesma Veneza (Santos 245).

Braudel, por outro lado (e em defesa de Filipe II de Espanha), argumenta que é o próprio D. Sebastião quem decide, após a recapitulação dos venezianos, retirar-se da Liga. Braudel erra, no entanto, na referência cronológica; o rei português só iria por primeira vez a Tanger em 1574:

In Rome Gregory XIII, overcome with emotion, tried to tempt Venice back into the League – in vain needless to say. In Madrid there were rumours that the king himself, in order to present a better front to the Turks, would go to Barcelona and from there to Italy... Meanwhile in the extreme west, after a voyage of inspection of the presidios on the Straits, the young king Dom Sebastian of Portugal, decided not to attack the Sharif. Spain was more alone than ever in facing her adversary in the east and continued to talk of plans against Bizerta, Porto Farina and Algiers... (Braudel 1:1141).

Nenhuma das correspondências de D. Sebastião que constam dos códices evidencia tal atitude de retirada de D. Sebastião. Por outro lado, é certo, como afirma Braudel, que o modelo que se tentava reproduzir através de Lepanto representava “*the end of an era*”:

The waning of the crusades had long been foreseeable. The brilliant victory of 1571 was an illusion: Don John of Austria, a crusader when the age of crusades was past, was as isolated from his contemporaries as his nephew, Dom Sebastian, the hero of Alcázarquivir. Their vision dated from other times. Part of the explanation at least is the strength of the Catholic reaction to the reformation, at least after 1550, an ideological change of front. Mediterranean

Christendom abandoned one war to fight another, as its religious fervor carried it in a new direction (Braudel 1:843).

A questão do papel desempenhado por D. Sebastião no episódio da Liga tem sido muito pouco estudada. Nem os escritores modernos como Braudel, que não dedica ao rei português e à Liga mais que essas poucas linhas (Bennassar, Kamen e Michael Jacob Levin nem sequer o mencionam), nem os historiadores sebásticos do século XVIII como Manoel dos Santos e Barbosa Machado (que vêem o assunto unicamente pelo ângulo do casamento com Magarida de Valois) chegam a desenvolver um estudo aprofundado sobre o comprometimento e esforços de D. Sebastião com aquela nova tentativa de uma cruzada mediterrânea.

Como Lavanha inclui uma quantidade considerável de registos sobre essa matéria, tentámos pôr-lhe aqui uma abordagem, senão mais autorizada, ao menos melhor contextualizada. Os fólhos do códice 887 que incluímos a seguir mostram a evolução cronológica dos acontecimentos desde a óptica do próprio D. Sebastião:

- a) Fls 177-179. Carta que D. Sebastião envia ao papa através do legado, o Cardeal Alexandrino. No verso lê-se: “*Carta em latim que S.A. escreveo ao Papa pello legado*”. Com data de 20 de Dezembro de 1571. Miguel Bonello, o Cardeal Alexandrino, havia sido enviado pelo Papa Pio V para convocar todos os príncipes cristãos numa luta contra o império otomano.
- b) Fls. 182-183. “*Resposta que S.A. mandou dar per escrito ao legado*”. Lê-se no alto do fólho o ano de 1572 (antes da morte de Pio V). Neste documento, o embaixador D. João

Telo de Menezes relata o que lhe manda dizer o rei sobre a sua entrada na Liga contra o turco e seu consentimento para casar-se com Margarida de Valois.

- c) Fls. 184-185. Esta é uma nota curta do Cardeal Alexandrino ao Papa Pio V após vistar-se com D. Sebastião. Diz que o rei já *“toma já muyto melhor o casamento com a irmã del-Rey de França”*. Não tem data, mas trata-se de um original de princípios de 1572.
- d) Fls. 142-149. *“Almeirim, 3 de janeiro de 572. Sobre a liga santa e casamento de S.A em França”*. Os primeiros três fólhos transcrevem a instrução que D. Sebastião manda pelo seu embaixador com uma carta para o papa. Fala sobre a recente visita do Cardeal Alexandrino a Portugal em missão diplomática para cuidar ao mesmo tempo da entrada de D. Sebastião na Liga contra o turco e do seu casamento. D. Sebastião, por essa carta, manda avisar ao pontífice que aceitaria entrar na Liga, e que concordaria com o casamento se, e somente se, como dote, Carlos IX, rei de França e irmão de Margarida de Valois, também entrasse.
- e) Fls. 186-187. Carta de D. Sebastião à senhoria de Veneza através do embaixador Antonio Thiepollo sobre a Liga Santa contra o Turco. Tem a data de Almeirim a 24 de Janeiro de 1572. No verso do segundo fólho há esta anotação: *“Copia da primeira carta que S.A escreveo a senhorya de Veneza pello seu embayxador”*.
- f) Fls. 188-189. Carta de D. Sebastião à senhoria de Veneza sobre a Liga. No verso há a seguinte nota escrita pela mesma pessoa que redige a carta: *“Resposta que S.A. mandou dar por escryto ao embayxador de Veneza por elle a pedir”*. Não está datada mas relaciona-se com o período em que se escreveu a carta que aparece nos fls. 186-187.
- g) Fls. 190-191. Carta de D. Sebastião à senhoria de Veneza sobre o assunto da Liga. No verso, da mesma mão que redige a carta, a nota: *“copia da segunda carta de S.A. pera o*

Duque de Veneza que levou o seu embaixador". Escrita em Almeirim aos 31 de Janeiro de 1572. Fls. 180-181. Nessa carta, D. Sebastião congratula ao papa pela vitória em Lepanto e fala sobre a visita do Cardeal Alexandrino a Portugal. Datada em Almeirim a 15 de Fevereiro de 1572. No verso, as seguintes inscrições: "*Parabens a S.S. da batalha naval*" e "*copia da carta para S. Santidade sobre a vesitação*". Fls. 192-193.

Correspondência endereçada ao Duque de Sabóia com data de Almeirim, a 15 de Fevereiro de 1572. Também trata da Liga Santa contra o Turco. No verso vê-se escrito: "*copia da carta para o Duque de Saboya*".

- h) Fls. 194-194v. Outra carta para a senhoria de Veneza em que trata da Liga. Datada de Almeirim a 15 de Fevereiro de 1572. No verso, a inscrição: "*copia da carta para o Duque de Veneza*".
- i) Fls. 196-197. Esta carta de D. Sebastião, de 15 de Fevereiro de 1572, felicita a Senhora D. Maria, esposa de Alexandre Farnese, sobre a vitória deste em Lepanto, e informa-lhe de sua intenção de entrar na Liga e de casar-se com Margarida de Valois, como já havia concordado com o Cardeal Alexandrino quando de sua visita a Portugal. Lê-se no verso: "*copia da carta para a Princesa de Parma*".
- j) Fls. 173-174. Começa a movimentação do rei em angariar dinheiro para a Liga. Nesta carta D. Sebastião pede ao bispo de Évora dinheiro para armar navios com que o infante D. Duarte, seu tio, pudesse participar na Liga. No verso, a inscrição "*Carta del-Rey D. Sebastião ao Cabido de Evora pedindolhe dinheiro para a armada do Senhor D. Duarte*". Tem a data de 15 de Março de 1572.
- k) Fls. 175-176. Com o falecimento de Pio V em 1572, escolhe-se para seu sucessor Gregório XIII. Nesta carta D. Sebastião urge ao colégio dos cardeais para que elejam

alguém à altura. No verso há os seguintes dizeres: “*embaixada de Dom João Tello de Meneses 1572 Roma, copia da carta del-Rey para o collegio dos Cardeaes, elevaram por Papa Pio 5^o*”.

Os registos sobre a matéria da Liga que se acham no códice Alcobacense 308/códice 8 são os seguintes:

- a) Fls. 70-72/120v-124. “*Verdadeira relação do recebimento que se fez em Lisboa ao cardeal Alexandrino no anno de 1571*”. O texto fala que D. Sebastião ordenou que fossem feitas grandes festas por todos os lugares onde passasse o cardeal, que entrou no reino no dia 28 de Novembro de 1571.
- b) Fls. 72v-73/124-126. “*Da armada que se fez neste reino no anno de 1572 de que era general o Sr. D. Duarte*”. Por trás dessa armada estava a entrada de D. Sebastião e de Portugal na Liga contra o turco. A armada não chega a sair devido a uma grande tempestade que caiu sobre Lisboa destruindo boa parte das embarcações.
- c) Fls. 85/140-141. “*Forma das cartas que elrei escreveu ás pessoas que haviam de mandar gente para a armada do Sr. D. Duarte*”. Na carta circular se diz que devia estar tudo prestes para embarcar em fins de Maio.
- d) Fls. 113v/174v. “*Do que se fez e ordenou logo como se foy o Cardeal Alexandrino*”. Carta que relata as providências que logo foram tomadas para se conseguir uma forte armada, juntar dinheiro, gente, armas, navios, etc., tendo por capitão geral da armada o Senhor D. Duarte.

Entre todos esse registos, interessou-nos mais a relação de D. Sebastião com a senhoria de Veneza, pois nas repetidas cartas que lhes envia pode-se ver o quão grande era o seu entusiasmo e o quanto se esforçava por mostrar-se a altura dos outros príncipes naquilo que via como a sua primeira oportunidade de acção bélica. Trancreveremos portanto duas cartas; uma que D. Sebastião manda para o Duque de Sabóia onde entende-se que a sua parceria com os príncipes cristãos contra o inimigo comum otomano era ainda um projecto embrionário, e outra, endereçada a sua parente D. Maria, mulher do Duque de Parma, Alexandre Farnese:

Ilustrissimo e poderoso Principe etc. Inda que pello vosso embaixador Anthony Thiepolo que me enviastes sobre a materia da ligua vos tenho enviado os parabens da vitoria que Nosso Senhor deu a Armada Christã contra a do Turco e respondido a carta per que mo fizestes saber, todavia me pareceo escrevervos agora outra vez e tornarme a alegrar convosco por tam grande vitoria e merce de Nosso Senhor como foy pera toda a Christandade e pera essa tão insigne senhoria começasse a diminuir o poder daquele tirano do Turco com tanta perda sua e honrra e louvor da Christandade e dos que se acharão nesta empresa em que essa senhoria tem tão grande parte pelo muito que nela tem feito, faz, e se espera que faça, e prazerá a Nosso Senhor que se acabará ella tão brevemente como desejamos com muy prosperos soccessos e total destruição do Turco que he o intento que se deve ter pera se conseguirem os efeitos que se pretendem desta guerra tão necessaria e de tanta obrigação pera se dever prosequir e continuar e que o fim dela responderá a tam bom e grande principio como lhe ja tem dado ilustrissimo e poderoso principe. Escrita em Almeirim a 15 de Fevereiro de 1572 (COD 887 fls. 194-194v).

A retórica que o rei emprega nessa carta ao duque, é, como se vê, um misto de cobrança e de elogios astutamente formulados. Quando se refere a “*empresa em que essa*

senhoria tem tão grande parte pelo muito que nela tem feito, faz, e se espera que faça”,

D. Sebastião, apesar de seu entusiasmo e pouca experiência diplomática, tinha consciência de que sem o contínuo comprometimento dos venezianos, a Liga cessaria de existir.

Na outra carta, que naquele mesmo dia D. Sebastião escreveu a D. Maria, Princesa de Parma e sua prima, D. Sebastião aproveita-se do grau de parentesco para informar-lhe do casamento com Margarida de Valois:

Ilustrissima Princesa, minha muito amada, e prezada prima. Por muito bem empregado deveis aver a ausencia do Principe meu muito amado e prezado primo, quando andou na Armada Christã contra a do Turco, pois tudo resultou em tamanho louvor, e mereçimento seu, como hé, o que tem polla boa determinação, que tomou, e successo della de que eu por sua parte, e pella vossa reçeby mór contentamento do que vos nessa posso significar, lembrandome o que fez, o exemplo, que deu de sy, e quam bem respondeo ao que se delle esperava. E por tudo vos dou os parabens com aquella vontade, que tenho pera vossas cousas, que ey por minhas proprias como he razão e affectuosamnte vos rogo que por este correo me escrevaeis muitas novas de vossa saude que queria fossem sempre taes, como as que desejaes saber de my. E as que agora vos posso mandar sey que serão de grande contentamento pera vos, pois entro na liga, como tereys sabido, e proçedo em meu casamento. E sobre ambas estas cousas tenho respondido ao Sancto Padre pello Cardeal Alexandrino seu legado, e sobrinho (por quem me mandou fallar nellas) com muita satisfação sua, e contentamento meu. Ilustrissima Princesa, minha muito amada, e prezada prima, Nosso Senhor vos aja sempre em sua santa guarda. Escrita em Almeirim a 15 de Fevereiro de 1572 (COD 887 fls. 196-197).

Entretanto, infelizmente tanto para D. Sebastião quanto para o destino de Portugal, as cartas que fala que mandou a Roma pelo Cardeal Alexandrino [*“tenho*

respondido ao Sancto Padre pello Cardeal Alexandrino seu legado, e sobrinho (por quem me mandou fallar nellas) com muita satisfação sua, e contentamento meu”]

encontraram a Pio V no seu leito de morte, e a Madama Valois já casada com Henrique de Navarra.

CAPÍTULO 9. A história oficial durante os Filipes e a recepção a Lavanha por autores portugueses um século mais tarde

Primeiramente, analisámos os códices dentro do contexto da ‘história oficial’ imposta pelo discurso político dominante na época da união ibérica. Usámos para isso os *Cinco libros de Antonio de Herrera de la historia de Portugal, y conquista de las islas de los Açores, en los años de 1582 y 1583* (1591) e a *Historia de Don Felipe Segundo Rey de España*, de Luis Cabrera de Córdoba (1619).

Além de ver como Lavanha lia a historia oficial de sua época, importa também entender como os seus códices foram lidos no Portugal independente do século XVIII por figuras proeminentes que buscavam naquele conjunto de documentos uma importante base de informação sebástica. Duas obras para este propósito foram selecionadas. A primeira, por ser canónica e mostrar pontos de intersecção com os códices de Lavanha, é as *Memorias para a historia de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Sebastião, unico em o nome, e decimo sexto entre os Monarchas Portugueses* (impressa por Diogo Barbosa Machado entre 1733 e 1751). A segunda, escolhida por sua estreita ligação com os arquivos de Alcobaça, é a *História sebástica, contem a vida do augusto príncipe o Senhor D. Sebastião, Rey de Portugal, e os successos memoráveis do reyno, e conquistas no seu tempo* (do monge cisterciense e cronista-mor Frei Manoel dos Santos, publicada em 1735).

9.1 Os que narram a ‘história oficial’ de Espanha

9.1.1 Antonio de Herrera y Tordesillas

Em 1591 sai ao prelo em Madrid os *Cinco libros de Antonio de Herrera de la historia de Portugal, y conquista de las islas de los Açores, en los años de 1582 y 1583*.

Segundo Martínez Torrejón, a obra é feita de documentação de primeira mão, tendenciosa em favor da coroa espanhola, na qual

el reinado entero de D. Sebastián ocupa sólo el primero de cinco breves libros, compartido además con un extenso relato retrospectivo que repasa toda la historia de Portugal, y se detiene a explicar cómo este reino fue primero una parte desgajada del de León” (Silencios, sigilos y sordinas 97).

Para escrever a obra, intencionada como uma história oficial dos acontecimentos que levaram Portugal a unir-se a Castela, o autor baseou-se sobretudo nos relatos de Frei Luis Nieto e de Franqui Conestaggio. No entanto, apesar da primeira publicação, o livro jamais foi reimpresso.

Ao falar sobre a derrota portuguesa em Alcácer Quibir, Herrera absolve D. Sebastião, mas culpa pesadamente os tutores e conselheiros do rei que eram, respectivamente, os jesuítas seus preceptores e a nobreza que ao redor de D. Sebastião trabalhava para conquistar-lhe a confiança. Herrera aponta também para a desorganização do exército português a caminho do campo de batalha (13-14).

Quanto a Lavanha, vemos que de documentos a tratar directamente de Alcácer Quibir, o cronista inclui apenas dois; o primeiro é a relação de um cativo onde se mostra

pictoricamente o mapa da batalha, e o segundo é a de outro sobrevivente que afirma ter dado seu cavalo a D. Sebastião para que fugisse.

A primeira relação, copiada pelo próprio Lavanha, contém na margem esquerda do fólho alguns trechos de uma relação de Simão da Cunha (membro do esquadrão dos aventureiros¹¹⁰). Os trechos de Simão da Cunha falam da influência que teve o Padre Fernão da Silva (o mesmo referido no certificado de D. Juan de Silva) na decisão de D. Sebastião enquanto dar ou não dar a batalha ao Moluco:

Por relação de Simão da Cunha

Havendo elRey passado o Rio, e todo o exercito, veyo ter com elle D. Duarte de Meneses e lhe disse como todo o exercito tinha ja passado o Rio; pelo que mandasse S.A. o que se avia de fazer. Perguntoulhe o Rey o que lhe parecia. Disselhe D. Duarte que o seu parecer e de todos e dos Helches (hum dos quaes era o Alcaide Raposo) que caminhasse S.A. ao longo do Rio para Larache. Mando el Rey chamar o Raposo e os outros seus companheyros que lhe disserão o mesmo, e que fazendoo assi S.A. ganharia à mais gloriosa vittoria sem sangue que se podia desejar porque o Moluco estava morrendo e não escaparia, daquele ou do outro dia. E estando elRey quasi determinado à seguir este conselho, chegou à elle Fernão da Silva o clerigo, armado e do que lhe disse que ninguem ouvio (estando Simão da Cunha que hia no esquadrão dos aventureiros presente) voltou elRey para D. Duarte, e lhe disse, que marchasse o campo adiante assi como hia contra o do Moluco, o qual se o esperasse daria batalha e se fugisse que fosse com todos os diabos.

Quando os nossos ouvirão a artelharia dos inimigos, e o estrago que mor delle fazião ficarão maravilhados e cortados do medo, porque para quasi todos parecia que os mouros não trazião artelharia; tão pouca noticia avia de tudo sendo tam necessaria.

Quando o esquadrão dos aventureyros arremeteo, e chegou a artelharia dos inimigos, e os mouros se retirarão, andava o Moluco a cavallo e vendo ou entendendo que os

¹¹⁰ Ambas encontram-se em Henri de Castries, op. cit., 654-660, que as copia do códice 8.

seus fugião levou do Alfanje para os deter, e com a colera e enfermidade não acabou de arrancar o alfanje e cayo do cavallo. Levantamno meterãono logo nas andas onde logo expirou (COD ALC 308 fls. 68-69; com cópia no COD 8 fls. 117-120).

Percebe-se no texto acima que o autor responsabiliza o pregador régio Fernão da Silva pela determinação do rei de seguir adiante com a batalha. Essa narrativa descontrói o certificado que discutimos antes de Juan de Silva, que afirma que em momento algum o religioso português contribuiu para o trágico desfecho de Alcácer Quibir.

O segundo documento que o cronista inclui sobre a batalha é uma cópia de uma certidão atestando que Jorge de Albuquerque Coelho entregou seu próprio cavalo para que D. Sebastião saísse da batalha¹¹¹. A história do cavalo de Albuquerque é admitida por todos, e ter-lhe entregado o cavalo não significa que o rei tenha de facto escapado. Entretanto, devido ao seu carácter testimonial, do ponto de vista político é uma narrativa problemática. Juntamente com a relação do Padre Amador Rebello, relatos dessa natureza serviam na época para alimentar a crença de que D. Sebastião escapara com vida do campo de batalha.

No momento em que se afirma que D. Sebastião consegue escapar está-se a narrar uma história que desestabiliza a legitimidade da dinastia filipina em Portugal¹¹². Esse certificado é transcrito pelo próprio Lavanha e contém à margem do fólho a informação

¹¹¹ Jorge de Albuquerque Coelho era natural de Olinda e foi herdeiro da capitania de Pernambuco, fundada por seu pai. Ficou famoso pelas suas desgraças; o naufrágio da nau que o levava a Portugal em 1565, e Alcácer Quibir, onde foi ferido e preso. Os sucessos da primeira encontram-se na *História trágico-marítima*.

¹¹² Miguel Leitão de Andrada, na *Miscelânea*, reafirma a história de Jorge de Albuquerque e acrescenta que se D. Sebastião nunca mais voltou ao reino, foi por vergonha: "...que de vergonha não ousou mais aparecer, (e com razão, quando assi fora) por haver levado ao cutello a flor de hum tão levantado Reino..."). Ver Miguel Leitão de Andrada. *Miscelânea do sítio de Nossa Senhora da Luz do Pedrógão Grande: aparecimento de sua imagem, fundação do seu Convento e da Sé de Lisboa, com muitas curiosidades e poesias diversas*. Lisboa, 1629; e Lisboa, 1867. 144.

de que a relação original de Jorge de Albuquerque possuía-a Duarte de Albuquerque, parente de Jorge, de quem Lavanha a copiara (curiosamente, omitiu-se essa relação da variante parisiense do códice de Alcobaça):

Jorge de Albuquerque Coelho deu o seu cavallo a elrei
na batalha de Alcacer

D. Rodrigo Lobo, Barão de Alvito, certifico que na batalha que elRey D. Sebastião que aja gloria deu no campo d' Alcacer a Muley Maluco vy a Jorge de Albuquerque Coelho dar o seu cavallo a elRey no fim da batalha, estando o dito Jorge de Albuquerque muito mal ferido e por me achar presente e passar na verdade lhe passey esta por my assinada em Lisboa a 15 de Settembro de 581. O Barão de Alvito¹¹³ (COD ALC 308 fls 307-307v; sem cópia no COD 8).

No trecho que se segue logo após esse certificado, Lavanha lista, através de um discurso indirecto, outras testemunhas que igualmente afirmavam a veracidade daquele episódio:

O mesmo affirmão, de ouvida, por certidão feita a 16 de Outubro de 578 D. Jorge [deixado em branco], Antonio de Mello, D. Vasco de Ataide, D. Francisco de Almeida, e [deixado em branco] de Moura Figueira certificando que era publico em todo o arrayal e notorio a todos.

Certifica o mesmo Ruy Gil Magro que o vio e estava presente ao tempo que elRey pedio o cavallo a Jorge de Albuquerque e elle lho deu estando tam ferido, e por se

¹¹³ D. Rodrigo Lobo da Silveira foi o quinto barão de Alvito. Seu nome aparece em algumas listas de mortos em Alcácer Quibir, mas de acordo com Lavanha, ele não só sobreviveu a batalha, como passava certificado sobre a mesma no ano de 1581. Barbosa Machado nas *Memórias* escreve que já no campo de batalha o barão tenta aconselhar a D. Sebastião a desistir do enfrentamento, e não o logrando, diz a Frei João da Silva, da Ordem dos Pregadores e irmão do Bispo do Porto: “Padre, por que não prendemos a este homem, que nos deita a perder por seu gosto?”, ver *Memórias*, tomo IV, livro II, cap. XII, 354. Segundo Serrão, em 1589 D. Rodrigo Lobo foi degolado em praça pública por seu apoio a causa de D. António no direito a sucessão portuguesa. Ver Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*. Vol. IV. Lisboa, 1977. 39-41

não poder ter nas pernas e ser pisado e acabado de matar da gente o ajudar a por Ruy Gil em huma carreta, feita em Fez a 21 de Outubro de 78.

D. Luis de Meneses certifica o mesmo de ouvida em Fez a 27 de Outubro de 78.

Damião de Freitas natural de Lisboa; certifica em Fez o primeiro de Novembro de 78 que estando ferido Jorge de Albuquerque de cinco feridas e de huma arcabuzada lhe dissera elRey que lhe pezara e lhe perguntara se o seu cavallo estava ainda para poder cavalgar nelle que lho disse porque o seu de S.A. não podia ja com elle; e que Jorge de Albuquerque lhe dissera tome V.A. este meu porque esta ainda muito bom, e morra eu e salvesse V.A. com tempo porque isto vay desbaratado, e logo se apeara do cavallo, e nelle sobira elRey apidade de alguns homens que alli se acharão e o dito Damião de Freitas foy hum delles e despois tomarão Jorge de Albuquerque por se não poder bolir e poserão sobre huma carreta, e elRey no cavallo arremeta [sic] logo aos Mouros.

O mesmo certifica João Gonçalves Carneyro morador no Corpo Santo em 22 de Novembro de 1578.

Alvaro Gonçalves Cavalleiro morador em Tanger certifica em 18 de Mayo de 79 estando cativo em Fez do Fisico do Xarife que elle se achou presente quando elRey pedio o cavallo a Jorge de Albuquerque e elle lho deu, dizendolhe que se salvasse S.A. naquelle seu cavallo pois via que tudo estava ja desbaratado, porque elle queria aventurar sua vida por salvar a de S.A. (COD ALC 308 fls. 307-307v; sem cópia no COD 8).

À margem do texto que acabámos de transcrever, Lavanha escreve uma narrativa ainda mais comprometedora que as anteriores. Nela, D. Sebastião está a dizer que queria o cavalo para poder salvar-se a si próprio:

Andando Jorge de Albuquerque Coelho muito mal ferido no cabo da batalha de Alcacer veo ter com elle elRey D. Sebastião, e por trazer o seu cavallo mal ferido disse a Jorge de Albuquerque que daime este vosso cavallo se ainda está são, e bom para me poder salvarme nelle, porque este em que venho ja não pode dar passada comigo por vir manco como vedes, e vendo o ditto Jorge de Albuquerque a

necessidade em que o seu rey estava posto lhe deu logo o cavallo, que era ruço queimado, e hum dos melhores que avia no campo, pedindo a dous soldados que o ajudassem a decer delle, por não estar em estado de o poder fazer por si só, pollas muitas e mortaes feridas que tinha, e despois de ser decido disse para elRey tome V.A. este meu cavallo que he muito bom, e salvesse nelle, porque eu quero aventurar a minha vida por salvar a de V.A., e cuydo que faço nisso pouco; porque na minha não se aventura nada e na de V.A. tudo, e dittas estas palavras ficou estendido no campo, do que fazendo elRey certa demonstração de pesar, olhando para elle, e vendo da maneira que ficava se lhe encherão os olhos de agoa, e o dito Jorge de Albuquerque lhe tornou a dizer, À senhor salvaivos com tempo per amor de Deos, porque eu com ficar da maneira que vedes fico muy contente e consolado e por ver que fico acabando no serviço de Deos e vosso.

De hum papel que me deu Duarte de Albuquerque (COD ALC 308, fls. 307-307v, sem cópia no códice 8).

Vê-se assim que, ao contrário de Herrera, que escreve sobre os pormenores da organização ou não das tropas portuguesas, Lavanha não concentra-se nos detalhes militares da batalha de Alcácer Quibir. Entretanto, os relatos que ele inclui sobre a matéria da batalha, apesar de poucos, mostram além de seu carácter autoritativo, pormenores desconcertantes e desconfortáveis que desconstrõem a imagem de mártir que muitos preferiam enxergar na figura de D. Sebastião.

9.1.2 Luis Cabrera de Córdoba

A polémica derrota em Alcácer Quibir, segundo Martínez Torrejon, gera um processo retórico que vai, de 1578 até 1630, passando por sucessivas mudanças. Do estarrecimento com a morte do rei recai a culpa, primeiramente na sua própria pessoa,

seja pelo fervor religioso, seja pela sua pouca idade (culpa que se projecta de maneira moderada ou não, dependendo do autor e da ideologia). Em seguida culpam-se os validos do rei, que não aconselharam-no contra a empresa de África. Finalmente, culpa-se o destino e ninguém mais. Esse último é o discurso ideológico corrente na *Historia de Don Felipe segundo rey de España*, do cronista oficial Luis Cabrera de Córdoba. Nessa obra Córdoba dedica muitos capítulos a contar a história de D. Sebastião e da derrota portuguesa em Alcácer Quibir. Impresso em 1619 em Madrid, mostra uma “*historia aguada*”, segundo Martínez Torrejón.

Lavanha, que na época residia em Madrid, provavelmente teve a oportunidade de lê-la. De todos os modos, ao construir literariamente a sua história de D. Sebastião à partir de fragmentos de uma memória documental anacrónica ao seu tempo de escrita em quarenta anos, Lavanha precisaria estabelecer um processo dialéctico não de todo imune às interpretações socio-políticas determinadas pelo poder vigente.

Vemos que no discurso autorizado de Córdoba todos, com exceção do destino, aparecem isentos de culpa. O cronista português, se seguisse a cartilha do colega castelhano, empregaria uma retórica análoga. Entretanto, a larga quantidade de documentos escolhidos por Lavanha a mostrar a correspondência directa entre D. Sebastião e os seus embaixadores nos arranjos para a segunda jornada a África faz com que recaia sobre o rei português um poder decisório que coloca-o como recipiente principal do fracasso em Alcácer Quibir.

Portanto, quer seja de maneira deliberada ou não, Lavanha está a construir através de discursos que pega emprestados de outros (e que citar-se-ão adiante) uma sequência narrativa que inequivocamente responsabiliza toda a tragédia do reino na exclusiva

vontade de um rei jovem e indomável. No princípio do códice 887 vê-se que o cronista recolhe descrições minuciosas dos aspectos preparatórios da jornada através da transcrição de cartas-instruções escritas entre 1577 e 1578. Essas descrições são parte do texto de Vicente Nogueira discutido no capítulo anterior. As cartas-instruções foram mandadas por D. Sebastião a Francisco Giraldes, seu embaixador em Inglaterra¹¹⁴.

Fls. 5-12 mostram, por exemplo que na carta de 27 de Agosto de 1577 o rei pede ao embaixador que consiga trigo e outros mantimentos para a jornada de África. Por carta de 25 de Outubro de 1577, instrui-lhe para que recrute soldados alemães. Por carta de 1º de Novembro pede-lhe que consiga pólvora para o mesmo propósito.

A narrativa seguinte fala da suspeita que teve a Rainha de Inglaterra de que a movimentação de Giraldes visava um ataque de Portugal ao seu reino. Para aliviar a suspeita, D. Sebastião escreve à rainha em 2 de Março de 1578 informando-lhe sobre a jornada de África.

Na mesma data, o rei informa a Giraldes que faz pública a jornada. Em 29 de Abril, D. Sebastião escreve ao embaixador que chegaram a Portugal os soldados italianos, e em 14 de Maio Giraldes informa ao rei que obtivera autorização da Rainha Isabel para a passagem dos soldados alemães. Na “carta de 12 de junho de 78 ao mesmo Francisco Giraldes”, D. Sebastião informa-lhe que fazia a empresa de África, e que pela recusa do Cardeal D. Henrique de assumir o governo na sua ausência, deixava por governadores o Arcebispo de Lisboa, Pero de Alcáçova Carneiro, João Mascarenhas e Francisco de Sá de Menezes.

¹¹⁴ Francisco Giraldes, filho de um florentino, foi embaixador português em Inglaterra de 1571 até 1578. De 1579 a 1584 esteve como embaixador em França. Em 1584, Giraldes parte para o Brasil como donatário da capitania de Porto Seguro.

Dentre essas narrativas, resolvemos transcrever abaixo apenas as passagens que incluem a Rainha Isabel de Inglaterra no contexto dos preparativos da jornada, por ser, conforme dissémos anteriormente, um assunto não levantado por outros escritores coevos a Lavanha:

Depois a 16 de Março escreve 2^a vez a Rainha sobre a mesma suspeita e ao Príncipe de Orange e aos estados para que elles a desamaginassem suspeitando porem elRey que tudo poderia ser invenção dos Ingreses para lhe venderem mais caro a persuasão.

...

Parece que a Rainha de Inglaterra suspeitava que os Alemães que Sebastião da carta tinha levantado e queria embarcar que não erão para Africa, e que por esta suspeita poderia impedir a embarcação. Polo que elRey escreveu a Rainha a 2 de Março de 78 dandolhe conta da Jornada de Africa, e assegurandoa que não era outra para outra nenhuã parte, e escreveu a Francisco Giraldes que lhe desse a carta e com todas as razões necessarias a persuadissem a verdade e entre outras que pois o Príncipe de Orange e os estados se asseguravão sendo os que mais podião suspeitar e desconfiar muito melhor o podia fazer a Rainha que interessava menos.

...

Em outra carta de 2 de Março lhe diz como publicou entam a Jornada de Africa para a fazer pessoalmente; para que tinha mandado fazer grandes apercebimentos que seria para elle Francisco Giraldes nova de contentamento, que he razão que todos seus vassallos tenham de cousa tam devida, e tam necessaria, e tam importante as tem della e de seus Reynos, e de que juntamente se seguião outros grandes beneficios, de que se moveo e se obrigou muitas e muy grandes razões, naquella sua resolução em que podera fallar as pessoas que delle o quizerem saber e fazellos capazes do que com tanta consideração fazia e emprendia (COD 887 fls. 5-12).

Fls. 158-169 do códice 887 são igualmente cartas-instruções, escritas desta vez a João Gomes da Silva, embaixador português em Roma¹¹⁵. Enfatiza-se novamente o gerenciamento pessoal de D. Sebastião nos preparativos da jornada. A passagem que transcrevemos a seguir mostra o tipo de discurso retórico empregado por D. Sebastião para tentar conseguir a ajuda do Duque de Sabóia na empresa de África, outro assunto pouco explorado pelos escritores contemporâneos ao cronista:

Salvaterra 9 e dezembro de 77.

Que vâ antonio Pinto ao Duque de Saboya a darlhe conta da jornada de S.A. e sobre os Tedescos.

Sobre a materia dos Tedescos e italianos me pareceo fazerse tambem este officio com o Duque de Saboya, porque com quem deve isto ser, mais que com elle?, por razão do divido que comigo tem, por quão deseioso se mostrou sempre, para o que delle me cumprisse, por sua experiencia na guerra, e por o que nestas materias pode fazer e finalmente por tudo, e resolvime por estes respeitos e com esta consideração, darlhe conta da minha determinação na empresa de Africa, como a escrevo, e vola mando dar a S. Santidade, e enviar à elle o Dr. Antonio Pinto para com a ordem que vereis pela sua instrução a que me remetto.

Não se podendo por nenhum caso aver Tedescos, nem do Conde Anibal, nem dos presidios de Italia, nem por via do Duque de Saboya, que em tal caso sejam todos Italianos, de maneira que avendo de ser 3V Tedescos e 2V Italianos se ajão 5V Italianos, ou aquelles que forem necessarios para com os Tedescos que ouver se perfazer este numero de ate cinco mil Infantes.

Carta original de 10 de dezembro de 77

Que manda a Sebastião da Costa que va ter com o Conde Anibal para da sua gente levantar hum terço.

¹¹⁵ As embaixadas de João Gomes da Silva foram publicadas por Edgar Prestage em 1917. Ver “A embaixada de João Gomes da Silva ao rei Carlos IX da França e a matança de S. Bartholomeu” e “Novas informações sobre a embaixada de João Gomes da Silva a França”. Porto, 1917. 24.

Salvaterra 11 de Dezembro de 77
Que despache a Ormuz

Que despache por terra hum judeu ou outra pessoa ao Capitão de Ormuz e ao Visorrey de India Conde de Atouguia com aviso de como o Turco trata da empresa de Ormuz como se entendeo por Veneza, polo Cardeal de Como, Mathias Bicudo e polo filho de Duarte da Paz.

Salvaterra 11 de dezembro de 77
Que se peça embarcação ao Duque de Saboya nos portos e capitães praticos.

Huma das principaes cousas que convem que o Dr. Antonio Pinto trate com o Duque de Saboya he o que toca a embarcação da gente em seus portos, como por o que à vos e à elle escrevo o entenderéis.

E os capitães praticos e experimentados em que ha de fallar ao Duque, não hão de ser somente os que hão de vir com a gente senão outros de fora ate dez ou doze, para me poder servir delles na empresa nos lugares em que ouver por meu serviço occupallos, e vos trabalhareis de aver alguns por outras vias, se se acharem taes, que vos pareça, que se não devem deixar para este meu intento.

Carta original de 13 de dezembro de 77

Que se os Tudescos Italianos não possão chegar a Portugal dentro do mes de Março que ao menos cheguem em Abril porque se não for para o principio do effeito, sera para o prosseguimento delle.

Salvaterra 24 de Dezembro de 77
Sobre 300V# que se avião de procurar aver em Florença

Sendo de tanta importancia aver uma soma de dinheiro para a empresa de Africa alem do que para ella meus officiaes tratão de aver e ajuntar de minha fazenda; e por ter entendido do Gram Duque per hum seu inviado, e per outras vias que no que se offerecer folgara de mostrar a sua vontade que delle entendo e sempre em my achará para as suas cousas, e este caso pela qualidade, e importancia delle he huã das em que o Gram Duque mais o pode mostrar e o que pelos respeitos apontados, e principalmente por minha amizade folgará de o fazer, me pareceo

avisarvos disto para por alguã pessoa de entendimento comunicardes de minha parte ao Gram Duque meu intento nesta empresa, e que ja que para ella me hey de ajudar de algum Principe per a empresa o ser de tanto serviço de N. Senhor, e tambem honrosa, quis antes esta ajuda delle, que de outro algum, porque sendo tal lhe coubesse tanta parte nella, como sey que será a que para este effeito della e de sua boa e verdadeyra amizade espero, a que me hey e averey sempre por muy obrigado e o que delle queria, e em que receberey singular prazer he dar ordem, como com seu favor, no melhor modo que puder ser, possais aver à finança ate 300V# com que parece me poderey valer em qualquer caso extraordinario que se offerecer; posto que espero em N. Senhor que por a obra ser sua, e de tanto serviço seu ha de permitir e ordenar que a vitoria e a brevidade della, e o dinheiro tudo sobeje, e que sendo necessario para a segurança do dinheiro que vos for dado, alguns penhores, mandarey para isso entregar o meu arroyo de pedraria que val muito mais, neste Reyno ou em Castella no lugar, e em poder da pessoa de que se elle satisfizer, e sendo necessario mais penhores se darão, e que isto convem ser de tal maneira que o dinheiro se entregue por todo o mes de Março ou Abril ao mais largo, e os pagamentos, se farão do procedido da pimenta que o ano que vem e os seguintes vier da India (COD 887, fls. 164v-165v).

O texto que vem a seguir fala das falsas premissas construídas retoricamente por D. Sebastião para justificar não somente sua ajuda ao Xarife contra o Moluco, como para convencer ao conselho da necessidade daquela empresa:

Escreveo elRey a Dom Duarte de Meneses estando em Tangere por capitão e elhe mandou que lhe escrevesse cartas em que lhe dissesse que o Maluco não tinha poder, nem gente de guerra de consideração que o seguisse porque todo o bom que avia em Africa se avia de passar ao Xarife como puzesse os pees em terra. Sendo tudo ao contrario; as quais cartas falsas mostrava elRey no conselho para lhes persuadir a jornada. E depois que elRey D. Henrique reynou quis castigar a Dom Duarte pella falsidade das cartas, de que se ele livrou, mostrando as delRey em que

lhe mandava que assi as escrevesse, o que entendendo elRey D. Henrique mandou queimar todas as cartas.

Gonçalo Pirez Carvalho per relação de Miguel de Moura (COD ALC 308 fl. 102; com cópia no COD 8 fls. 160-160v).

Tanto no discurso do texto acima quanto no que vemos a seguir, escritos ambos pelo mesmo autor, apresenta-se uma imagem negativa de D. Sebastião. O primeiro, como vimos, mancha-lhe a honra, acusando-o de mentiroso. O segundo, que se verá adiante, põe em dúvida o seu fervor religioso:

Ouvindo elRey a pregação que fez Frey João da Sylva o dia que se benzeo a bandeira que levou elRey a Africa quando se perdeo por não desgabar a pregação perguntandolhe os fidalgos o que lhe avia parecido, respondeo que os altos não entendera, e os baixos não ouvira (COD ALC 308 fl. 101v; com cópia no COD 8 fl. 160).

Nota-se que os textos acima, ambos inéditos, foram escritos por, ou fazem referência a fidalgos portugueses que aliaram-se a Castela durante a disputa sucessória¹¹⁶. A decisão de Lavanha de inclui-los carrega um significado muito mais político do que propriamente histórico, pois durante a união ibérica, escrever uma crónica oficial de D. Sebastião que fosse ao mesmo tempo autoritativa pelo inclusão de fontes primárias, e autorizada pelo poder vigente, não poderia de maneira alguma deixar de incluir discursos que construíssem retoricamente não só a legitimidade, mas sobretudo a cooperação do reino de Portugal à assimilação por Castela. Até mesmo Jerónimo de Mendonça sabia

¹¹⁶ Gonçalo Pirez Carvalho foi provedor das obras de Sua Magestade Filipe II de Portugal, conforme escreve Lavanha. Ver João Baptista Lavanha. *Viagem*. 62. Miguel de Moura sobrevive a batalha de Alcácer Quibir, alia-se à causa de Filipe II na briga sucessória, torna-se Escrivão da Puridade e depois governador do Reino quando Filipe II se torna Filipe I de Portugal.

disso, e apesar do seu antagonismo à narrativa de Conestaggio, no seu livro comportou-se como obediente súdito de Filipe I em todas as vezes que precisou referir-se ao rei que uniu as duas coroas.

Lavanha, escolhido por Filipe II de Portugal para o cargo de cronista-mor, obviamente compreendia a importância do discurso que reafirmasse em Portugal a autoridade de Castela. Um documento da época do levantamento popular em favor de D. António que encontramos no códice 887 comprova essa tomada de atitude. O documento é uma carta dos governadores do reino ao embaixador Francisco Giraldes informando-lhe da sucessão de Felipe II de Espanha ao trono de Portugal com o título de Filipe I:

Carta escrita de Castro Marim a 4 de agosto de 1580.
Assinada somente por D. João,
por D. Francisco de Sá e por D. Lopes

Os governadores destes Reynos e senhorios de Portugal fazemos saber à vos Francisco Giraldes, que D. Antonio por tanta diligencia em chegar este Reynos, aos trabalhos e afflições que se nelle padecem, e se levantou com nome de Rey por seus sequaces, tam sem justiça e fundamento, que nos quis prender e matar, porque queriamos que os tres estados juntos em Cortes entendessem o dereito da successão, e dessem os Reinos a quem Leys divinas e humanas os tinhão dado, e com taes meos e concertos, que tirassem delles para o bem comum grandes proveitos. E não somente perturbou as ditas cortes com seu levantamento, e rebelião, que contra nos ordenou na villa de Setuval, mas fez publicar de nos em muitas partes por si e pelos seus, com pouco temor de Deus, que não tinhamos por o dito dereitamento na successão dos Reynos, levantando muitos testemunhos contra nossa honra per homens estragados e sediciosos que o seguião. E porque em tudo he ao contrario do que dizem, pois seguimos sempre o santo intento delRey D. Henrique que

Deus tem, e o que os tres estados procuravão, e o que tinhamos colligido de homens prudentes, e de muita sciencia e consciencia. E elle polo contrario se apoderou contra todo derecho do que lhe não pertencia, e quis fazer estes Reynos de conquista, pondo as cousas em estado, que se não fora polas grandes virtudes e muita clemencia d’elRey Nosso Senhor ja estiverão perdidas de todo. Assentamos publicar nos ditos Reynos esse Alvara, que tambem com esta vos mandamos impresso, em que se refere a verdade do que passou para que o possais dizer, e a falsa informação vos não faça desconfiar do bom officio que em tudo fizemos, o que tambem nos pareceo bem para que entendais que elRey D. Philippe he nosso verdadeiro Rey e Senhor natural a quem so deveis lealdade e obediencia, polo que vos mandamos, que a nenhuma outra pessoa reconheçais por tal senão a S. Magestade. E por esta vos avemos por revocador, e em effeito revocamos todos e quaesquer poderes que tinheis d’elRey que Deus tem, e tendes nossos; e vos mandamos que mais não useis delles, senão pola ordem que S. Magestade foi servido, e vos mandai que façais, cumprir assi. Escritta em Castro Marim a 4 de Agosto de 580 (COD 887 fls. 12v-13).

Esse texto, estrategicamente recolhido por Lavanha, serve para que na segunda década do século XVII continue a se reafirmar o discurso legitimizador (“*entendais que elRey D. Philippe he nosso verdadeiro Rey e Senhor natural*”) que tanto havia servido em 1580 para sustentar política e ideologicamente a anexação do reino de Portugal a Espanha.

9.2 Autores portugueses do século XVIII que usaram os códices de Lavanha

9.2.1 Diogo Barbosa Machado

Barbosa Machado provavelmente utilizou-se tanto do códice 887 quanto do Alcobacense 308 para as suas *Memórias para a historia de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Sebastião, unico em o nome, e decimo sexto entre os Monarchas Portugueses*, publicadas no século XVIII. É curioso notar que ele afirma na *Bibliotheca lusitana* que “Lavanha, cronista-mor do reino”, estava em 1618 a escrever uma crónica de D. Sebastião. No entanto, nas *Memórias*, ele omite o seu nome, afirmando que foi coligir dados à partir dos escritos do cronista-mor D. Manoel de Meneses:

Ultimamente sahio em Lisboa no anno de 1730 a primeira parte da Chronica deste Principe, escrita por D. Manoel de Menezes, Chronista môr do Reyno, que succedeo neste lugar ao Insigne Historiador Frei Bernardo de Brito, e General da Armada Real (de cuja obra se tinha lembrado D. Francisco Manoel de Mello nas suas *Epanaforas*, pag. 268 e se conserva ms. na Bibliotheca do Real Convento de Alcobça) aumentada com diversas noticias pela curiosa diligencia de Miguel Lopes Ferreira, e posto que nela se lem com mayor diffusão alguns successos do reynado del Rey D. Sebastião que fugirão à noticia de outros Authores, que emprenderão o mesmo argumento, ainda lhe faltarão outros muitos principaes, e necessarios para a instrucção dos Leytores (Barbosa Machado, *Memórias* Tomo I prólogo)

Barbosa Machado escreve que D. Manoel de Meneses sucedeu no cargo a Frei Bernardo de Brito. A informação, como sabemos, é equivocada, pois Lavanha sucede a Brito, e é sucedido por Meneses. Infelizmente, o abade de Sever comete um erro que foi

sendo, como se apontou anteriormente, copiado por muitos estudiosos que procuraram nas *Memórias* uma importante base de informação sebástica.

Além disso, no prólogo ao primeiro dos quatro volumes das *Memórias*, Barbosa Machado omite o nome de Lavanha da lista dos portugueses que trabalhavam em crónicas de D. Sebastião (tantas as publicadas quanto as que permaneceram manuscritas). Entretanto, ele diz que enquanto trabalhava na vastíssima *Biblioteca Lusitana* teve conhecimento de muitos:

Igual, ou mayor numero de Autores escreverão deste Principe, cujas Obras não lograrão o beneficio da luz publica, de que farey huma breve relação, pois o incansavel estudo, com que por espaço de vinte annos me tenho aplicado à composição da Bibliotheca Lusitana, para a qual descobri huma immensa copia de Escritores, me facilitou o conhecimento dos seus nomes, e a noticia das suas producções (Barbosa Machado, *Memórias* Tomo I prólogo).

Ainda que Lavanha tenha documentos não citados por Barbosa Machado e que Barbosa Machado não o cite em suas fontes nem se refira aos manuscritos de Alcobaça, vários são os pontos de intersecção entre os textos recolhidos pelo cronista e as *Memórias*. Um estudo comparativo entre o material compilado e redigido por Lavanha e as *Memórias* de Diogo Barbosa Machado pode ser consultado nos índices contextualizados dos códices 887, 308 e 8 (capítulos 4, 5 e 6, respectivamente).

9.2.2 Frei Manoel dos Santos

Encontrámos na *História sebástica* de Frei Manoel dos Santos, publicada em 1735, uma grande quantidade de textos do códice Alcobacense 308. Sem saber, Santos confirma-o ao dizer que

[q]uando no Archivo do Real Mosteiro de Alcobaça eu buscava noticias para escrever a Historia da nossa Ordem, achei algumas relações manuscritas pertencentes a elRey D. Sebastião, coetaneas do mesmo Rey, as quaes deixarão no Archivo os doutores Frey Bernardo de Brito, e Frey Antonio Brandão Chronistas do Reyno: porque nem elles, nem outro atèqui escreveu Historia particular daquelle Principe, nem a temos; resolvime a escrevella, e tambem para aproveitar as ditas relaçãoes sepultadas no Archivo com outras memorias (Santos prólogo).

Manoel dos Santos pôde copiar uma boa parte do material juntado por Lavanha porque como monge cisterciense teve acesso ao códice que se achava guardado no Mosteiro de Alcobaça. Entretanto, se esquece de mencionar (talvez porque não eram frades) que entre os dois “Chronistas do Reyno”, Bernardo de Brito e António Brandão¹¹⁷, estavam Lavanha (de 1618 até 1624) e D. Manoel de Meneses (de 1625 até 1643).

Dos escritos de D. Manoel de Meneses, Santos aproveita para a *História sebástica* o que Meneses deixou na sua *Chronica delRey D. Sebastião* manuscrita, indicando-o nas margens (segundo Barbosa Machado, nas páginas 58, 74, 90, 108 e 205). Quanto aos

¹¹⁷ Frei António Brandão foi nomeado cronista-mor por D. João IV, em carta de 9 de Janeiro de 1644. Continuou a *Monarquia lusitana* iniciada por Bernardo de Brito. Serrão o considera o “mais ilustre historiador da Abadia de Alcobaça”. Ver Joaquim Veríssimo Serrão. *A Historiografia portuguesa – doutrina e crítica*. Vol. 2. Lisboa, 1973. 55-65.

papéis de Bernardo de Brito, conforme estabelecemos anteriormente, esses foram usados por Lavanha, e com eles e outras fontes, elaboraram-se os códices 887 e 308.

Como Lavanha explica em seu testamento, todo o material que tinha para a crónica deveria ser entregue ao rei para que o cronista que o sucedesse disso se ocupasse. Por lógica seu sucessor, portanto D. Manoel de Menezes, herdaria ambos os códices. Mas somente o segundo dos dois códices viria a ter o selo de Alcobaça. O códice 887 já ficava separado, em mãos privadas, segundo dissémos no capítulo 4.

O segundo códice, sendo considerado de menor valor (o único registo original é a relação manuscrita do Padre Amador Rebello), teria ido às mãos de Frei Manoel de Meneses, e após a sua morte, sido herdado por seu sucessor, o monge cisterciense António Brandão, nomeado para o cargo em 1644. Frei Manoel dos Santos diz no seu prólogo que António Brandão “aprovou, e recolheu” as relações e memórias sobre D. Sebastião que ele mesmo, Manoel dos Santos, foi achar um século depois “sepultadas” nos arquivos.

Ao relatar a entrada do corpo de D. Sebastião em Évora (481-487), Manoel dos Santos confirma novamente que tirou aquela informação dos arquivos de Alcobaça: “temos no nosso archivo de Alcobaça huma relação coetanea deste recebimento de Evora, a qual diz assim”. Nota-se que Santos transcreve com perfeita exactidão (atualiza-se somente a ortografia) a mesma relação existente no códice Alcobacense. Dele, transcrevemos a seguir os parágrafos iniciais e o final:

Entrada do Corpo delRey D. Sebastião na Cidade d’Evora
no Anno de 1582
e do que nisto se fez pello Prelado e Cabido

Quinta feyra a tarde nove dias do mez de Dezembro de 1582, entrou nesta Cidade de Evora funeralmente, e com grande piedade de todos o corpo, que se dizia ser delRey de Portugal D. Sebastião primeyro deste nome, que tanta gloria tem, o qual se perdeo em Africa com todo seu exercito Portuguez vespera de nossa Senhora das Neves quatro dias de Agosto de 1578 o corpo vinha do Reyno do Algarve e trazido da Cidade de Faro, na qual está a Sé daquele Bispado, e aonde o havião levado da Cidade de Ceuta por ordem, e mandado delRey Filippe nosso Senhor, tio do dito Rey D. Sebastião, a quem succedeo neste Reyno de Portugal, e todos seus Senhorios, o qual o mandou recolher, e trazer do campo de Alcacerequibir em Africa, aonde foy a batalha, e força da guerra, em que se perdeo, à dita Cidade de Ceuta, aonde estava depositado na Sè della com a pompa, e veneração devida. Atè que o Bispo de Ceuta, que então era D. Manoel Siabra, com a mais gente, e companhia ordenada por sua Magestade partio com elle por mar atè a Cidade de Faro do Reyno do Algarve, aonde desembarcou, e alli por mandado e regimento de Sua Magestade se recolheo na Sè de Faro do dito Bispado do Algarve pello Bispo D. Affonso de Castelbranco, que então era, e com o dito Bispo de Ceuta, que o vinha acompanhando com procissão solenne do seu Cabido, e Clerisia, e mais gente da Cidade.

Na dita Sè de Faro esteve atè que Sua Magestade delRey Filippe, que então estava em Lisboa com sua Corte, mandou recado para o trazerem dalli, e enviou Fidalgos de sua Casa, e alguns, que havião sido Officiais de Casa do dito Rey D. Sebastião, pera virem acompanhando seu corpo da Cidade de Faro atè Lisboa, aonde em o Mosteyro de Belem com os corpos dos mais Reys passados, Principes e Infantes havia de ter sua sepultura.

Partio o corpo do dito Rey D. Sebastião da Cidade de Faro do Reyno do Algarve por terra direito a Cidade de Beja, acompanhado dos Fidalgos, como dito he, e vinha com elle o dito Bispo do Algarve, que trazia comsigo o Deão da sua Sè D. Diogo Lopes, e o Arcediago della o Doutor Mathias da Fonseca, e o Chantre, e hum conigo, e o dito Bispo de Ceuta era o que trazia o assumpto do corpo delRey como o primeyro entregue delle.

...

Eu Jeronymo Dalmeida (desmerecido Conego) meyo prebendado na dita Sé, e que muitos annos arreio fuy Secretario na Mesa dos Senhores do cabido della, a todas

estas cousas fuy presente, e vi passar, e as escrevi
direitamentde só pera minha lembrança, e pera que quem as
lesse folgasse de saber o passado, e em tudo louvasse ao
Senhor por todas suas obras (COD ALC 308 fls. 61-63;
com cópia no COD 8 fls. 108-113).

É muito possível que ao consultar os apontamentos de Lavanha tirados dos de Amador Rebello, e de transcrever outros documentos que ia encontrando, Frei Manoel dos Santos não percebesse que se tratava do segundo códice de manuscritos compilados pelo cronista-mor de Filipe II e Filipe III. Afinal, a ausência de uma capa de rosto no códice Alcobacense 308 que o identificasse como sendo de Lavanha (assim como até hoje se encontra) justificaria de certo modo essa omissão.

A partir da própria afirmação de Santos de que lera manuscritos do arquivo de Alcobaça, e através do cotejamento da sua obra com os registos do segundo códice de Lavanha, fica evidente que vários dos manuscritos que ele consultou são de facto do códice Alcobancense 308. No índice da *História sebástica* pode-se constatar que grande parte do material compilado por Lavanha lá se encontra, e que Santos copia-lhe inclusive a estrutura ordenativa dos registos. Há no códice Alcobacense 308, por exemplo, um longo memorial dos três anos de governo do visor-rei da Índia, Francisco de Ataíde, de 1568 a 1570, que Manoel dos Santos trancreve na sua *História Sebástica*. Ele afirma que encontrou-o nos arquivos do Mosteiro de Alcobaça:

Mas porque nem o Summario, que se leu, nem a historia, que corre deste governo de D. Luiz de Ataide, dizem tudo, pareceu-me dar aqui dous Summarios mais amplos, que temos no nosso Archivo, e se tirarão das Certoens, que vierão da India a ElRey no anno de 1572... (Santos 249).

Trata-se, pois, do mesmo material (Santos somente atualiza a ortografia) que Lavanha juntara para a sua crónica e que acabara naquela livraria. Os dois textos sobre Ataíde levam respectivamente os seguintes títulos:

Lembrança das cousas, que D. Luiz de Ataíde,
sendo VisoRey da Índia, fez no seu tempo,
e do que deixou quando entregou
o Estado ao Viso-Rey
D. Antonio de Noronha, e do que lhe entregou
D. Antonio de Noronha Viso-Rey
quando lhe entregou o Estado
(COD ALC 308, fls. 142v-149v; com cópia no COD 8, fls.
200v-206v e Santos, 249-256).

e

Sumario das naos, galeoens, galeotas,
e fustas, e outras embarcaçoens, que D. Luiz de Ataíde,
sendo Viso-rey nas partes da Índia, armou por vezes à custa
da fazenda de Sua Alteza, que forão em seu serviço
(COD ALC 308 fls. 136-142v; com cópia no COD 8 fls.
194-200v e Santos 257-265).

Além desses dois e do sumário da relação de Amador Rebello que discutiu-se antes, há outras equivalências que listámos a seguir (indicando os fólhos no códice Alcobacense 308/códice 8 e as páginas correspondentes na *História Sebástica*):

- a) Fls. 1-10/Fls. 30-45. “*Tratado do cerco de Mazagão e do que nelle se passou*”. Santos não o transcreve, mas diz que dele há um tratado nos arquivos de Alcobaca (pág. 68).
- b) Fls. 98-98v/Fl. 157. “*O que elRey N. S. Responde ao que o Sereníssimo Rey de Castella lhe escreve sobre a armada dos Turcos e Mouros de Argel, e do intento delles, em que*

lhe da sua parte fallou o Embaxador D. Afonso de Tovar”. Santos transcreve e diz que encontrou esse documento no arquivo de Alcobaça (pág. 94-95).

- c) Fl. 100/Fl. 158v. “*Carta e presente que elrei D. Felippe o prudente mandou a Francisco Barreto, quando este voltou da jornada de Penon de Velez*”. Manoel dos Santos faz a transcrição e diz tê-la em Alcobaça (pág. 97-98).
- d) Fls. 289-289v./Fl. 319. Carta de Pedro Álvares de Carvalho, filho do capitão de Tanger Ruy de Sousa de Carvalho, a seu parente Ruy Barreto de Meneses, datada de 18 de Março de 1618. Meneses (conforme discutiu-se antes) estava naquele momento a corresponder-se com Lavanha provendo-lhe informações para a crónica. Frei Manoel dos Santos transcreve a carta de Carvalho, afirmando havê-la sacado de documentos de Alcobaça, que segundo ele, tinha o Frei António Brandão (pág. 88-89).

Em outros casos, vê-se claramente que Manoel dos Santos teve como fonte o códice do arquivo de Alcobaça, ainda que o não afirme:

- a) Fls. 86-87/ Fls. 141-142. “*Apontamentos que elRey D. Henrique mandou que respondesse Pedro de Alcaçova*”. Na margem a nota: “*D. Diogo*”. Com data de 2 de Outubro de 1578. Manoel dos Santos transcreve-os literalmente, sem dizer que são de Alcobaça (pág. 452-454).
- b) Fls. 87-88/Fls. 142v-145. “*Apontamentos a que elRey mandou que respondesse Luís da Silva*”. Com data de 15 de Janeiro de 1579. Outra transcrição fidedigna onde Santos não indica a fonte (459-460).

Se fôssemos levar em conta unicamente o material do códice Alcobacense que aparece na *História sebástica*, concluir-se-ia que parte da crónica de Lavanha, uma vez terminada, estaria próxima (em termos organizativos e de conteúdo) da obra realizada por Frei Manoel dos Santos. Mas por estar escrevendo com um século e meio de distanciamento e sem as restrições de uma censura real ou auto-imposta pela conjuntura política que resultou da união das duas coroas, Manoel dos Santos pôde no seu livro mostrar uma imagem do Rei D. Sebastião completamente absolvida das polémicas que fizeram ferver os primeiros trintas anos após a fatídica batalha de Alcácer Quibir.

Por outro lado, Lavanha, tanto pela sua posição de cronista oficial, como pelo que se vê ao analisar-se a fundo o conteúdo de todo o material que juntava *vis-à-vis* as obras coetâneas, inclinar-se-ia possivelmente ao caminho da historiografia ‘oficial’ correspondente à sua época e ambiente político. Em outras palavras, o tom hiperbólico de Santos, cujo livro dedica a D. João V, não combinaria com a atmosfera política das primeiras décadas da união ibérica em que vivia Lavanha. O discurso dominante sobre D. Sebastião no tempo do cronista-mor tendia à aceitação da tragédia que resultou na união das duas coroas como um desígnio divino, e como tanto, inexplicável aos homens.

CONCLUSÃO

À procura de fontes e de correlatos aos textos em que Lavanha trabalhava e ia juntando nos seus códices, fomos descobrindo narrativas desconhecidas e outros projectos inacabados, os quais demonstram que nos inícios do século XVII havia uma grande actividade e preocupação ao redor da figura de D. Sebastião. Com isso, víamos que Lavanha não era o único que não terminara ou publicara sua crónica, relação ou relato. Pudemos então comparar os códices ao tratamento que essas fontes recém-descobertas, juntamente com outras fontes publicadas na época, davam a diversos pontos importantes; como por exemplo a questão da sexualidade do rei, a presença da Companhia de Jesus em Portugal, a relação de Filipe II de Espanha com seu sobrinho, a reacção da nobreza lusitana à empresa bélica em África, os acontecimentos que marcaram Alcácer Quibir e o cenário político em Portugal durante Filipe I. O resultado desse trabalho é um acúmulo de materiais que se propõem a discutir de modo teórico aspectos da historiografia portuguesa do século XVII, como género, autoria e relações com a política.

Sabemos que a Lavanha, como cronista-mor, ordenava-se que concluísse o projecto outorgado inicialmente a Bernardo de Brito, seu antecessor, e que o propósito da crónica régia era o de oferecer ao leitor uma visão honrosa e enaltecedora (mas apologética em prol de um bem comum maior, se assim necessário fosse), das acções de um rei e de todo um reino que nele se espelhava e se reflectia. Partindo-se dessa premissa, nos deparamos com uma situação no mínimo insólita: trata-se da história oficial do Rei D. Sebastião, comissionada a um fiel súdito português, por um soberano

espanhol, passado menos de meio século da irresponsável empresa militar que resultou na anexação de Portugal pelo poderoso reino vizinho.

Nos papéis que Lavanha juntava para a crónica misturam-se, como vimos, originais e cópias de documentos pertinentes a D. Sebastião, à sua tutoria pela avó (seguida pela do tio-avô), à presença portuguesa em Índia e África, às embaixadas portuguesas em Europa, ao Concílio de Trento e, é claro, aos preparativos e à derrota em Alcácer Quibir, seguidos pela perda da soberania para Castela.

Lavanha, na posse dessas valiosas fontes primárias, preparava-se para escrever uma história autoritativa. Mas o projecto não seria fácil. Na historiografia portuguesa da união ibérica que Joaquim Veríssimo Serrão divide ideologicamente entre saudosista, sebastianista e autonomista, Lavanha não se enquadraria em nenhum grupo. Para entendermos o seu trabalho precisamos de uma outra óptica, centrada numa perspectiva ibérica (*A Historiografia Portuguesa*, 9-18). Se, portanto, no projecto de crónica de Lavanha vemos uma clara indecisão no retrato que se propunha a pintar de D. Sebastião (talvez professa de seu nunca abandonado lusismo), vemos também que o cronista esmera-se por mostrar factos enaltecedores de um passado português recente e soberano. As narrativas que Lavanha inclui sobre o cerco de Mazagão, as vitórias na Índia e a presença jesuítica nos sítios conquistados servem para engrandecer o reino perante uma realidade menos ditosa.

Apesar desses paliativos, a problemática para Lavanha residia justamente na espinha dorsal daquele seu trabalho historiográfico – ou seja, a figura de D. Sebastião – pois contar toda a vida do monarca implicaria na escolha de um discurso histórico, que qualquer que fosse ele, viria inexoravelmente carregado de fortes conflitos ideológicos.

Assim, ao analisarem-se os códices, vê-se que Lavanha não segue a linha de Jerónimo de Mendonça (que admite que o rei ficou ferido, mas que não consegue admiti-lo morto) e que tampouco utiliza-se do discurso lamentoso de Pero Roiz Soares (Lavanha selecciona pontos onde a sua retórica é justamente menos crítica), mas que em 1618 ao inserir Amador Rebello no seu discurso, alia-se conscientemente ou não, tanto com o momento pró-jesuíta de Filipe II de Portugal como com a linha sebastianista.

Deve-se também ter em conta que quando Lavanha assume o cargo de cronista-mor está a herdar um trabalho encomendado pelo mesmo Filipe II a Frei Bernardo de Brito. Não é uma decisão sua escrever a crónica, é uma incumbência de estado. Mas como a crónica de seu antecessor não se imprime (seja por auto-censura ou porque morre antes de terminá-la), estava implícito que Lavanha teria por obrigação mudar-lhe o discurso. Sua posição de subalternidade perante um poder dominante estrangeiro intimamente ligado à história de D. Sebastião punha Lavanha numa situação, no mínimo, incómoda.

Não surpreende então que a análise do discurso narrativo nos códices mostre que os registos que Lavanha escolhe tendem a reportar a história de D. Sebastião sem qualquer partidarismo óbvio que não seja o de preservar-se uma boa imagem de Filipe I. Mesmo quando pensamos que os códices não representam uma crónica terminada, percebe-se que se há uma causa partidária que sirva de tese ao conjunto de documentos, ela se inclina à da história oficial preferida por Castela (principalmente no que concerne a participação do rei espanhol na passagem de D. Sebastião a África pela segunda vez).

Quatro décadas antes, Filipe II de Espanha, tentando distanciar-se tanto literária quanto politicamente das polémicas envolvendo a união entre as duas coroas consegue

que os primeiros textos espanhóis a discutir o desastre e as consequências resultantes de Alcácer Quibir sejam impressos fora de Espanha. Dessa maneira evitava-se um acirramento rancoroso maior por parte da nobreza lusitana contra o domínio Filipino iminente.

Dessa forma, se a história oficial de Espanha no último quarto dos século XVI – como a que escreveu Cabrera de Córdoba – era tão prudente quando o rei que retratava, do ponto de vista político menos não esperariam os Filipes seguintes de um cronista encarregado de preparar a história oficial portuguesa. E se o cronista fosse lusitano, a relação entre linguagem e ideologia teria de estar baseada num equilíbrio delicado e extremamente volátil que envolveria não apenas a (re)construção da identidade de um indivíduo, neste caso D. Sebastião, mas também de todo o viés político que o sustentava ou questionava e que estava presente no discurso social e político tanto de Portugal, quanto de Castela.

É dentro desse contexto que durante seis anos (1618-1624) Lavanha diligentemente trabalha na crónica de D. Sebastião. Nesse interim termina outras quatro obras historiográficas (de que se tem notícia confirmada); três das quais saem ao prelo ainda em vida do autor. Por que razão então Lavanha não termina o que seria o seu maior trabalho como historiador oficial do reino?

Pensamos que ao não terminar a crónica (e portanto não ter que sujeitar-se a uma censura oficial castelhana ou, por outro lado, à insatisfação de alguns portugueses), Lavanha salvaguardava-se na sua posição de autor (sem comprometimento do seu cargo ou das muitas mercês que recebia) e protegia-se das futuras críticas dos seus opositores. Além disso, ninguém podia naquele momento acusá-lo de não estar a trabalhar na

crónica, pois como vimos, sua comunicação com Diogo da Silva e outros filhos de testemunhas da batalha começa em 1618 quando assume o cargo, e continua ao longo dos próximos cinco anos.

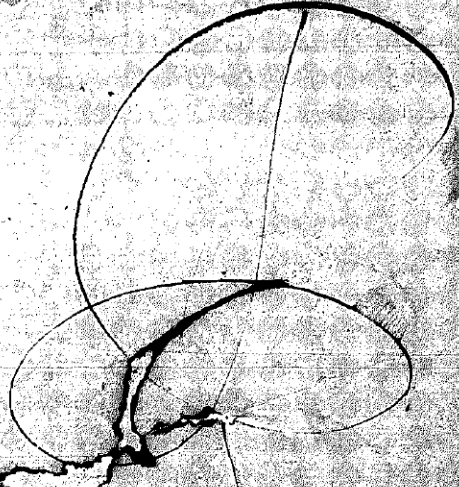


Em 1624, entretanto, o cronista morre (providencialmente, podemos dizer), sem acabar nem publicar o que teria sido a primeira crónica oficial de D. Sebastião. Não era ainda daquela vez que a historiografia régia portuguesa iria incluir em sua longa lista a figura polémica e quase mítica d'O Desejado. A culpa, quem sabe, talvez nem fosse inteiramente de Lavanha. Durante os sessenta anos em que perdurou a união ibérica nenhum cronista-mor português chegou a imprimir uma crónica sebástica.

APÊNDICE

- i. COD 887, fl. I. Título
- ii. COD 887, fl. 1. Carta astral de D. Sebastião
- iii. COD 887, fl. 251. Carta de D. Diogo da Silva ao cronista-mor
- iv. COD 887, fl. 297. Último texto, inacabado.
- v. COD ALC 308, fl. 1A. Título
- vi. COD ALC 308, fls. 1B-1Bv. Índice feito em Alcobaça
- vii. COD ALC 308, fls. 296-296v. Carta de Ruy Barreto de Meneses ao cronista-mor
- viii. COD 8. Capa
- ix. COD 8, fl. 1. *Comentario* de Luis de Oxeda (1º fl.)
- x. Chancelaria de Filipe II de Portugal, Torre do Tombo. Edital do cargo de cosmógrafo, geógrafo e catedrático de matemáticas.
- xi. Chancelaria de Filipe II de Portugal, Torre do Tombo. Edital do cargo de cronista-mor.
- xii. Chancelaria de Filipe II de Portugal. Entrada para a Ordem de Cristo.

Organizante do seu Protocolo com quindos e a seguinte
177
Estados das Índias Principaes
Fue de raão em Portugal em 1770
de Meo de Setembro Tiradas
de original do Reyno por João
de Sá e Avancado Corche da Moura
João de Portugal. e fazer
esta Cronica

Em casa de Sr. de Luena Secret. de
Estado recebi este Livro em
2.º de Junho de 1776.



iii. COD 887, fl. 251. Carta de D. Diogo da Silva ao cronista-mor

289
D. Diogo

251

Com este envio a mi o ultimo caderno dos que qua tento,
Sembrese mi de ingerir en seu lugar ajornada de
Galera que me n'paj escreuo, que mi de ueter como os
outros quadeunos.

Conho em quadeunado em hu livro alguns papeis que
podem seruir para a uenica, mas como sao vulgares,
nad quisera fazer esbaldar os que mi ja tem, cossi
buscarei hum dia destes a mi como humo, en elle ueremos
os que podem seruir. E da embaçada non escolho
do os que podem ser de seruido, no ho.º g.º de a mi
de Cata Domingo?

em Diogo da Silva

Depois de ter escrito este, avy esse biva de
da carta (o meu pai escreuo del' p' q
neo por embaçada, digame a elle se ha
bua e outros nel'm forma.

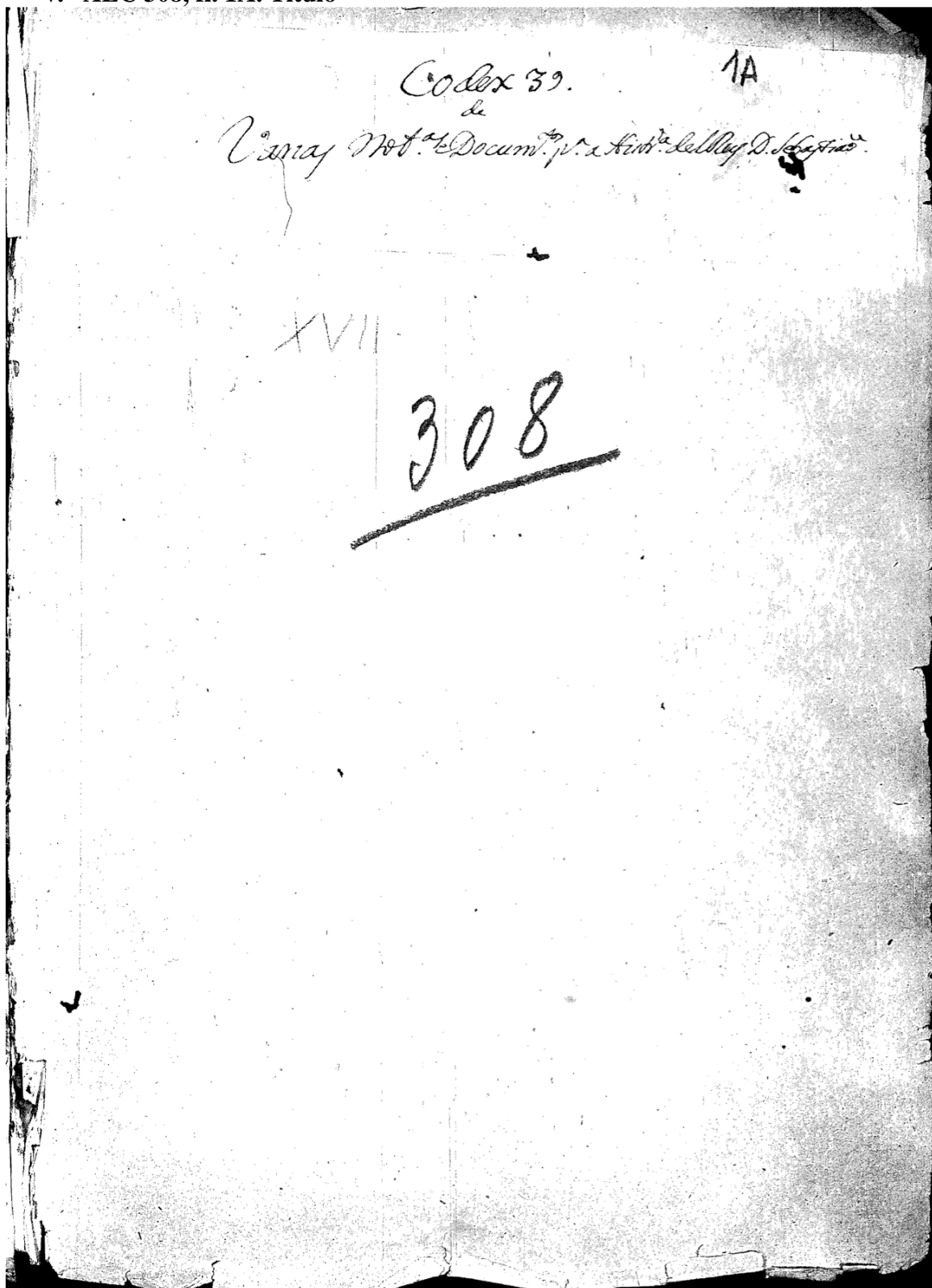
Seo saber, Nada d'outra muiça seyr
de m'fca p'roem. E de a da vida de d's
e p' os meos e ydantes e os d'ba e os meos par
culares. V' os rezusar as m'uersal e de p'ra
p'ra d's e p'ra d's p'ra d's os dema d' los bus
e os d' se segue o tra da P'ra d' a traça
de m'yr p'ra d' o meo e a m'p'ra d' da d' m'p'ra



3

Excmo. Sr. D. João
de Portugal, Rey de Portugal
p'ra d' d' d'

Entendendo de qual grande importancia
recomensamto para mim sera a
matéria em que Luis de Almeida falara
al' Sr. mag' J'bre o Duque de Alca
me



Itaque quae sunt quae per se sunt etiam etiam. May ubi cum hinc etiam, Eodem modo etiam
habetur.

1. Quibus etiam est de his, et de particularibus et in materia imprae, etiam non
possit, tunc etiam in his, etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam.
Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam. Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam.
Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam. Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam.
Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam. Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam.

2. Itaque etiam in his, etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam.
Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam. Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam.
Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam. Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam.

3. In his etiam, etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam.
Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam. Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam.
Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam. Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam.
Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam. Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam.

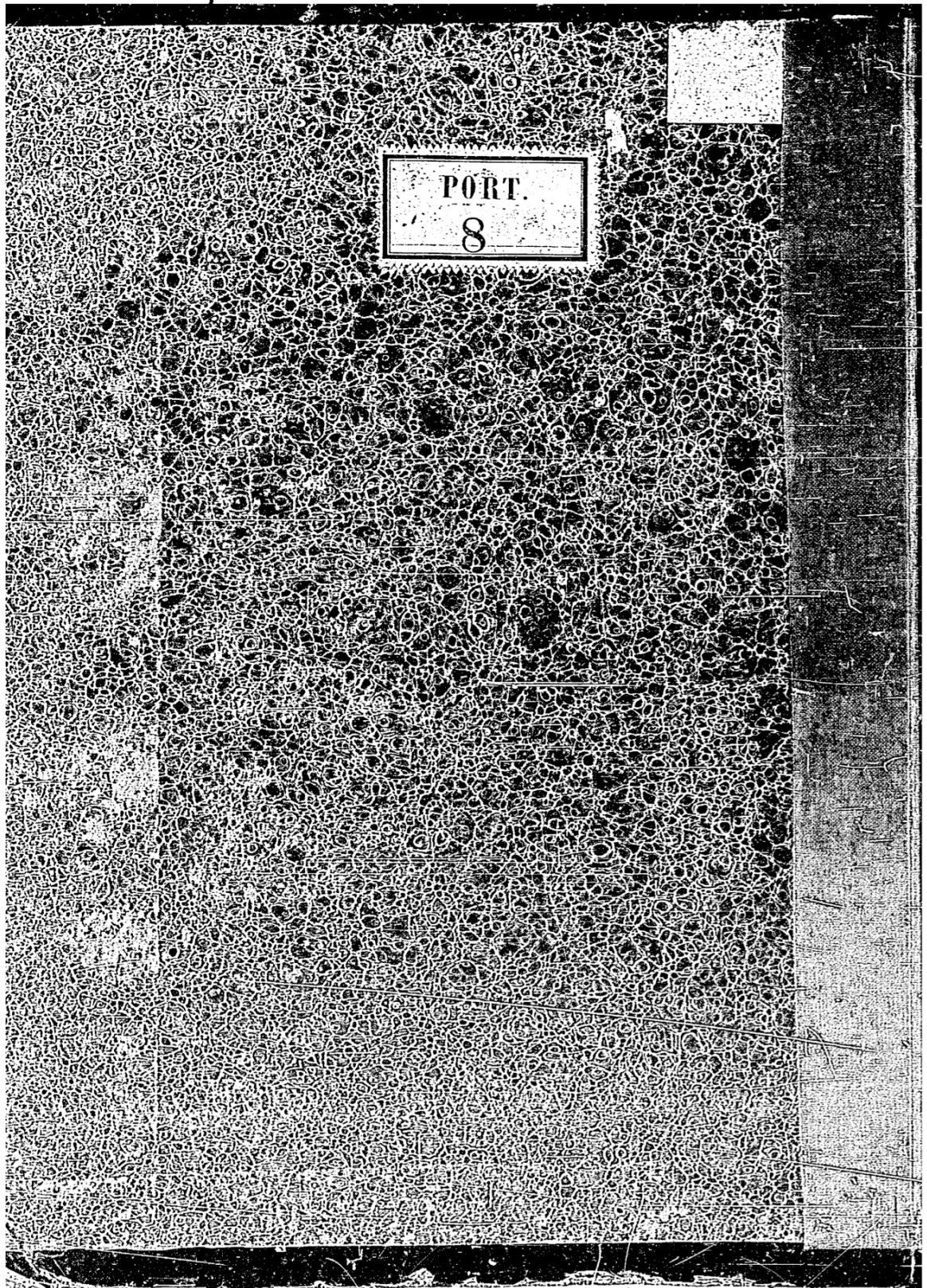
4. Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam.
Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam. Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam.
Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam. Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam.
Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam. Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam.

5. Quae etiam, etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam.
Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam. Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam.
Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam. Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam.
Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam. Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam.

6. Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam.
Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam. Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam.
Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam. Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam.
Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam. Etiam etiam, etiam etiam, etiam etiam.

Aluis Bar. Allen

viii. COD 8. Capa



Supp. ff. 940

Comentario que trata de la infelice jornada q^{ta}
Rey D. Sebastian hizo en la Berberia el año de

1578

donde se cuenta muy en particular todos los sucesos con
la muerte del Rey y otras cosas dignas de admira-
cion y de ser sabidas: el qual comentario
hizo el capitán Luis de Oxeda, y allí
se halla presente a quasi
todos



Después q^{do} Muley Hamet Xarife Rey de Fez y de Marruecos fue depu-
tido de su Reyno por el Maluco ruió sacando de los de su Reyno y de
entonces hecho de armas y con el auxilio de algunos de sus
Victoria: a los Targués de entre aquellos barbanos notorramen de los
supremenitados, toda via el Maluco, que de entonces me fue conuenido
y Rey de la Berberia Fezigitania; y el despojado Xarife después
de haer intentado por todas las vias q^{as} le fueren posibles de volver
a reynar, no pudiendo salir con ello, aunq^{ue} fue de la mayor parte
de los suyos asistido y ayudado, arrojado del todo y perdid^o: que se
debió y aconsejado de un talgo Berberico sacado; se dete-
rminó volver a demandar socorro al Rey de Portugal, a quien se
primero lo sacó de Castilla; y así siguiendo, y atravesado
sierra, adonde sacó muchos hijos y andava: vino a parar a la
comofortaleza maritima: y es en la costa de Berberia, la qual se mu-
cho años ha: y la frontera de Portugal tiene sus mientes sobre ella;
allí llegó el Moro con Muley Xarife su hijo, moço de hasta 15 años,
y ca.

x. Edital sobre o cargo de cosmógrafo, geógrafo e cátedrático de matemáticas

“El Rey. Nuestro pagador que sois.: Sabed que deseando el aprovechamiento de nuestros vasallos, y que en nuestro reyno haya hombres expertos que entiendan bien las Matemáticas y la Arquitectura y las otras ciencias y facultades a ella anejas, y teniendo aprobada relacion de la habilidad y suficiencia de Juan Bautista de Labaña, hemos acordado de recibirle en nuestro servicio para que se ocupe en nuestra corte y donde se le ordenare en cosas de Cosmografia, Geografia y Topografia, y en leer Matemáticas en la forma y lugar que se mandare y todas las demás cosas concernientes á lo sobredicho y en que pueda servir segun su profesion y suficiencia, y por la órden que para ello se le diere por nuestro mandado. Y es nuestra voluntad que para su entretenimiento y sustentacion haya y lleve de nos á razon de cuatrocientos ducados, que montan ciento cincuenta mil maravedises en cada un año, de que ha de comenzar á gozar desde 1º de Enero del que viene de 1583 en adelante, todo el tiempo que fuera nuestra voluntad... y en casa de aposento y botica... Por onde yo vos mando que constándood por certificacion firmada por Joan de Herrera, nuestro aposentador de Palacio, que el

dicho Juan Bautista Labaña se ocupa en lo sobredicho...
deis y pagueis, etc. Fecha en Lisboa á 25 de Diciembre de
1582. Yo el Rey”¹¹⁸.

¹¹⁸ Publicada por Armando Cortesão, op. cit. *Cartografia e cartógrafos...* 295.

xi. Edital sobre seu cargo de cronista-mor

Torre do Tombo. Chancelaria de ElRey Filipe II. Vol. II do índice alfabético dos 45 livros de padroens, doacoes, officios, e merces da Chancellaria de ElRey Filippe II. Dividido em 4 volumes. Fol. 30v:

Torre do Tombo. Chancelaria de D. Filipe II, Doações, Livro 42.

João Baptista Lavanha. Carta de Coronista Mor do Reyno. L^o 42 -71.v^o (microfilme)

[À margem esquerda: João Bautista Lavanha]

Dom Felipe Eu faço saber pelos que esta carta virem que tendo eu consideração as boas partes talento e particular noticia das historias e antiguidades destes meus Reinos que concorem em João Bautista Lavanha Cosmographo mor delles e ao muito que tem trabalhado em beneficio comum desta Coroa na compusição da quarta decada de João de Barros que imprimio e vendo pro todos estes respeitos ficara nelle bem provido o cargo de meu Coronista mor que vagou pro falecimento de frei Bernardo de Brito é que tanto importa que se emcaregue a pessoa de talento e capaz do estillo historico cousas que a experiencia tem mostrado que no dito João Bautista se achão juntamente me praz e hei por

bem de o nomear pera o dito cargo tendo pro certo que em tudo o que toquar a obrigação é exercicio della procedera de maneira e com tal cuydado e diligencia que responda inteiramente a confiança que nesta provisão faço de sua pessoa o qual cargo servira asi e pello modo que o tinha a servir o dito frei Bernardo de Brito e com ordenado que por outra minha provisão de fora lhe mandarey declarar e por esta o ey prometido de pose delle para logo o aver de começar a servir na forma que dito he e a todos meus officiaes e pessoas a que pretemcer mando que nela o deyxem servir é uzar do dito cargo sem contradicção alguma jurando primeiro em minha alma aos santos evangelhos que bem e verdadeiramente cumprira com o que deve nele e por frimeza de tudo lhe mandey dar esta carta por mim asinada e pasada por minha [] e aselada com o selo de minhas armas. Pero [] a fez em Lisboa aos nove dia do mes de março ano de nasimento de noso senhor Jesu Cristo de mil seiscentos e dozoito. Cristovão Soares a fez escrever.

Consertada

Consertada

Manoel Castanho

Luis Batalha

Torre do Tombo. Chancelaria de ElRey Filipe II. Vol. II do índice alfabético dos 45 livros de padroens, doacoes, officios, e merces da Chancellaria de ElRey Filipe II. Dividido em 4 volumes. Fol. 30v:

Chancelaria de D. Filipe II, Doações, Livro 44

João Baptista Lavanha: Alv. de Ordenado. L^o 44 - 22.v^o (microfilme)

[À margem esquerda: João Bautista Labanha]

Eu ElRey faço saber aos que dito alvara mirem que eu dy por bem e me praz que João Bautista Labanha a quem tenho feito mersse do cargo de meu coronista mor deste Reyno no que vagou pello doutor frey Bernardo de Brito tenha [] de mantimento cada ano com o dito cargo sem mil reis que he outro tanto como como lhe tinha o dito frey Bernardo pollo que mando aos vedores da minha fazenda aquillo fação asentar nos livros della e do dia em que lhe fiz a dita mersse e de como se va servir o dito cargo [] cada anno e parte onde delle seja [] pagamento. E este valera como se fosse carta feita em meu nome sem embargo da ordenação do segundo livro em Castr[o]. Baltazar Ferreira

o fez em Lisboa a des de agosto de mil seiscentos e dezoito.

Sebastião Perestrello a fez assim.

Miguel Maldonado

xii. Entrada para a ordem de Cristo:

Torre do Tombo. Chancelaria de D. Filipe II, Padrões, Doações

João Baptista Lavanha. Apost. de mudança de 20\$000 reis de terça. (Liv. 26 – 99).

Apostilla em hum padrão de João Baptista Lavanha

[À margem esquerda: João Baptista Labanha

mudança de terça]

Ey por bem dos vinte mil reis de terça que João Baptista Labanha tem pello padrão acima descrito com o abito da ordem de Nosso Senhor Jesu Christo assentados nomeei lhe Mor [] lhe sejam assentados e pagos em huma das casas dos devidos Reaes desta cidade de Lisboa do primeiro de Janeiro do ano que vem de seiscentos e dez em diante pello que mando ao Vedor de minha fazenda lhos faça assentar nos livros della e do dito tempo levar cada ano em huma das folhas do assentamento das ditas casas constandolhe primeiro por certidão de hum dos escrivães de minha fazenda de como o assento dos xx mil de terça que esta no livro da fazenda e da ordem em nome do dito João Baptista fica riscado e posto nelle verba do conteudo nesta e outra

tal verba se porá no registo do dito padrão do livro da [] da
ordem e no das merces de que os officios a que pertencer
passarão suas certidões os quaes xx mil de terça lhe não
serão despachados sem primeiro mostrar quitação de como
tem pago os tres quartos delles e esta ey por bem que valha
como carta sem embargo da ordenação [] / Luis de Lemos
a fez em Lisboa a xj de dezembro de seiscentos e nove.
Sebastião Perestrelo a fez. Pedro Luis dabreu.

BIBLIOGRAFIA

Abreviaturas:

BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
BRA	Biblioteca do Palácio Real da Ajuda, Portugal
BMG	Biblioteca Municipal Palácio das Galveias, Portugal
ANTT	Arquivo Nacional Torre do Tombo, Portugal
BNF	Bibliothèque Nationale de France
BNB	Fundação Biblioteca Nacional, Brasil
RGPL	Real Gabinete Português de Leitura, Brasil
BNM	Biblioteca Nacional de Madrid
RAHM	Real Academia de Historia de Madrid
APNM	Archivo Histórico de Protocolos Notariales de Madrid
BRHM	Biblioteca da Real Academia de Historia de Madrid
HSA	Hispanic Society of America
NYPL	New York Public Library
USLB	United States Library of Congress
CCNY	City College of the City University of New York
QC	Queens College of the City University of New York
GC	CUNY Graduate Center
GB	Google Books

Impressos:

Andrade, Francisco de. *Cronica do muyto alto e muito poderoso Rey destes reynos de Portugal Dom João o III. deste nome... / composta por Francisco d'Andrada...*

Lisboa, 1613. (BNP)

Antonio, Nicolao. *Bibliotheca Hispana*. Roma: Officina Nicolai Angeli Tinassii, 1672.

(HSA)

Alfonso X el Sabio y las crónicas de España. Ed. de Inés Fernández-Ordoñez.

Universidad de Valladolid, 2000. (GC)

Almeida, M. Lopes de. *Memorial de Pedro Rodrigues Soares*. Coimbra: Acta

Universitatis Conimbrigensis. 1953. (NYPL)

Amaral, José Augusto Ferreira do. *António de Vaena e a crónica d'el rei D. Sebastião*,

Lisboa: Separata de Armas e Troféus, V Série, Tomo I, Janeiro/Dezembro de 1990, N° 1, 2 e 3, 1982, 19. (BNP)

Anderson, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of*

Nationalism. Londres & Nova Iorque: Verso, 1991.

Baena Parada, Juan de. *Epitome de la vida, y hechos de don Sebastian dezimo sexto Rey*

de Portugal: jornadas que hizo à las conquistas de Africa, y su muerte desgraciada: con discursos escolasticos, politicos, historiales, y morales,

deduzidos de la misma historia. Por Juan de Baena Parada. Madrid: Antonio

Gonçales de Reyes, 1692 (GB)

Baião, José Pereira. *Portugal cuidadoso e lastimado, com a vida e perda, do senhor rey*

dom Sebastião, o desejado de saudosa memória: história chronológica de suas acçoens, e successos desta monarquia em seu tempo: suas jornadas à África,

batalha, perda, circunstancias, e consequencias notáveis della. Dividida em cinco livros. Lisboa Occidental: Officina de António de Sousa da Sylva, 1737.

(BNP)

Barata, João da Gama Pimentel. *O livro primeiro da architectura naval de João Baptista Lavanha: estudo e transcrição do mais notável manuscrito de construção naval portuguesa do final do século XVI e princípio do século XVII.* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, 1965.

Barbosa Machado, Diogo. *Bibliotheca lusitana historica, critica e cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos authores portugueses, e das obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da ley da graça até os dias do tempo prezente.* 4 vols. Reedição. Holanda: Greg Press Inc., 1965. (BNP e QC)

----- *Memorias para a historia de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Sebastião, unico em o nome, e decimo sexto entre os Monarchas Portugueses.* 4 vols. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1733-1751. (BNP)

Barbuda, Luiz Coelho de. *Por la fidelidad lvsitana, apologya contra el doctor don Martin Carrillo, el doctor Antonio Cicçareli y sus escriptos de Jeronimo Franqui.* Lisboa: Jorge Rodriguez, 1626. (USLC e BNP).

----- *Reyes de Portugal y empresas militares de lusitanos.* Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1624 (GB)

Barros, João de. *Panegíricos. Panegírico de D. João III e da Infanta D. Maria.* Texto restituído, prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa. Lisboa: Sá da Costa, 1943.

(BNP)

Bell-Cross, Graham. *“Portuguese Shipwrecks and Identification of their*

- Sites.*” In *Dias and his Successors*. E. Axelson, editor. Cidade do Cabo: Saayman & Weber, 1988. (NYPL)
- Bennassar, Bartholomé. *Don Juan de Austria: Un héroe para un imperio*. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2000. (NYPL)
- Black, Jonathan e Thomas L. Amos. *The Fundo Alcobaça of the Biblioteca Nacional, Lisbon. Volume III: Manuscripts 302 – 456*. Collegeville, Minnesota: Hill Monastic Manuscript Library, 1990. (BNP)
- Boletim da Segunda Classe. Actas e pareceres. Estudos, documentos e noticias*. Vol. XI. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1916-1917. (BNP)
- Bouza Alvarez, Fernando. *Communication, Knowledge, and Memory in Early Modern Spain*. Trad. Sonia López e Michael Agnew. Filadélfia: University of Pennsylvania Press. 2004. (GC/CUNY)
- , *Corre manuscrito: Una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2002. (NYPL)
- , “Lisboa sozinha, quase viúva. A cidade e a mudança da corte no Portugal dos Filipes”. Lisboa: *In Penélope, Fazer e desfazer a História*. Publicação Quadrimestral, N° 13, 1994.
- , “Para qué imprimir. De autores, público, impresores y manuscritos en el Siglo de Oro”. *Cuadernos de Historia Moderna, n° 18, Servicio de Publicaciones*. Madrid: Universidad Complutense, 1997.
- , *Portugal no tempo dos Filipes: política, cultura, representações (1580-1668)*. Trad. Angela Barreto Xavier e Pedro Cardim. Lisboa: Edições Cosmos, 2000. (BNP)

- Brandão, António. *Terceira parte da Monarchia Lusitana. Que contem a historia de Portugal desde conde Dom Henrique até todo o reinado delRey Dom Afonso Henriques*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Sciencias, 1806. (GB)
- Braudel, Ferdinand. *Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Phillip II*. 2 vols. Nova Iorque: Harper & Row, 1st ed., 1973. (NYPL)
- Briquet, C.M. *Les Filigranes. Dictionnaire Historique des Marques du Papier*. Leipzig: Verlag Von Karl W. Hiersemann, 1923. (BNP)
- Brito, Bernardo de. *Elogios dos reys de Portugal com os mais verdadeiros retratos que se puderão achar*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1603. (BNP)
- Brito, Bernardo Gomes de. *História trágico-marítima*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1998. (NYPL)
- Cabrera de Córdoba, Luis. *Felipe segundo rey de España*. Madrid, 1619. (GB)
- Carrillo, Martín. *Annales y memorias del mundo*. Huesca: Pedro Bluson, 1622. (BNP)
- . *Anales cronologicos del mundo. Del Abad de Monte-Aragon*. Zaragoza: 1634. (BNP)
- Cartas portuguesas de Jerónimo Osório*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922. (GB)
- Cartas portuguezas de D. Hieronymo Osorio, Bispo de Silves*. Paris: P.N. Rougeron, 1819. (GB)
- Castries, Henry de. *Les Sources Inédites de Histoire du Maroc de 1530 à 1845*. Paris: E. Lenoux, 1905. (NYPL)
- Castro, João de. *Discurso da vida do sempre bem vindo, et apparecido rey dom sebastiam*. Paris: Martin Verac, 1602. (BNP)

- Cintra, Luis Filipe Lindley. *Asia de Joam de Barros, dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquistas dos mares e terras do Oriente*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932. (NYPL)
- . *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Vol. 1. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1961. (GC)
- . *Sobre formas de tratamento na língua portuguesa*. Lisboa: Coleções Horizonte, 18, 1986. (BNP)
- Colección de documentos inéditos para la historia de España*. Vol. 28. Madrid: Imprenta de la Viuda de Caslero, 1556. (GB).
- Connestaggio, Jeronimo Franchi. *Unione del Regno di Portogallo alla Corona di Castiglia*. Génova, 1585. (BNP)
- . *Historia de la union del reyno de Portugal a la corona de Castilla*. Barcelona, 1610. (BNP)
- Cortesão, Armando. “Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVII. Contribuição para um estudo completo”. Vol. II, Lisboa: Edição da “Seara Nova”, 1935. (BNP)
- Cortesão, Armando e A. Teixeira da Mota. *Portugaliae Monumenta Cartográfica*. Vol. 4. Lisboa, 1960. (BNP)
- Chronica do Cardeal Rei D. Henrique e vida de Miguel de Moura. Escripta por elle mesmo. Publicadas com algumas annotações*. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1840. (GB)
- Cruz, Maria Augusta Lima. *D. Sebastião*. Lisboa: Temas e Debates, 2009.

- Cunha, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. (BNB)
- Da Ásia de João de Barros e Diego do Couto*. Ed. Manoel Severim de Faria. 1778. (NYPL)
- Duffy, James. "The Tragic History of the Sea, 1589-1622," *In Renaissance News*, vol. 13, N° 1, 1960.
- Écrivains de L'Histoire Auguste*. Bibliothèque latine-française, 2. ser. Paris: C.L.F. Panckoucke, 1844-1847. (GB)
- Elliot, John Huxtable. *Europe Divided: 1559-1598*. Ithaca: Cornell University Press, 1968.
- Évora, André Rodrigues de. *Sentenças para a ensinança e doutrina do Príncipe D. Sebastião. Facsímile do manuscrito inédito da Casa Cadaval. Introd. Luis de Matos*. Lisboa: Banco Pinto & Sotto Mayor, 1983 (BNP)
- Fagundes, Maria Augusta Lima Cruz. *Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970. (BNP)
- Ferreira, António. *Poemas lusitanos do doutor Antonio Ferreira*. 2ª impressão emendada e acrescentada com a vida, e comédias do mesmo poeta. Lisboa: Regia Officina Typographica, 1771 (CCNY)
- Figueiredo, Pedro José de. *Carta em resposta de certo amigo da cidade de Lisboa a outro da villa de Santarém, em que se lançam os fundamentos sobre a verdade, ou incerteza da morte d'elRei D. Sebastião XVI Rei de Portugal, na batalha de Alcacerquibir em África*. Lisboa: Officina de João Evangelista Garces, 1808. (GB)

- Freer, Martha Walker. *The Married Life of Anne of Austria, Queen of France, Mother of Louis XIV, and Don Sebastian, King of Portugal: Historical Studies from Numerous Unpublished Sources, Including Ms. Documents in the Bibliothèque Imperiale, and the Archives of Spain and Portugal*. 2 vols. Londres: Tinsley Brothers, 1865. (NYPL)
- Gallardo, Bartolomé José. *Ensayo de una biblioteca española de libros raros y curiosos. Ed. facsímil*. Madrid: Editorial Gredos, 1968. (GC)
- Gandra, Manuel J. *Joaquim de Fiore, joaquimismo e esperança sebástica*. Lisboa: Fundação Lusíada, 1999. (BNP)
- García Pérez, Domingo. *Catálogo razonado biográfico y bibliográfico de los autores portugueses que escribieron en castellano*. Madrid: Imprenta del Colegio Nacional de Sordo-Mudos y de Ciegos, 1890. 327. (BNP)
- Gaudriault, Raymond. *Filigranes et Autres Caractéristique des Papiers Fabriqué en France aux XXIIc et XVIIIc Siècles*. Paris: CNRS Éditions, 1995. (BNP)
- Given-Wilson, Chris. *Chronicles: The Writing of History in Medieval England*. Hanbledon e Londres, 2004. (GB)
- Góes Loureiro, Fernando de. *Breve summa, y relación de las vidas, y los hechos de los reyes de Portugal, y cosas sucedidas en aquel Reyno desde el su principio hasta el año de MDXCV*. Mantua: Francisco Osana, 1596. (BNP)
- Góis, Damião de e João Baptista Lavanha. *Chronica do felicissimo Rey Dom Emanuel da Gloriosa Memoria.../ Damião de Goes Coligio, & Compos de novo; ElRey... a Mandou ver por o seu Coronista Mor João Baptista Lavanha, & e Está conforme*

- a que o Auctor acima Mandou Imprimir...* Lisboa: Antonio Alvarez impressor, 1619. (BNP)
- Heawood, Edward. *Monumenta Cahatae Papyraceae Historiam Illustrantia*. Holanda: The Paper Publications Society, 1950. (BNP)
- Herculano, Alexandre e A.C. Paiva. *Chronica de el Rei D. Sebastião por Fr. Bernardo da Cruz*. Lisboa: Galhardo & Irmãos, 1837. (GB)
- Herculano, Alexandre. *Cruz, Frei Bernardo da Cruz e a chronica d'el Rei D. Sebastião*. Pref. de Alexandre Herculano. Lisboa: Escriptorio, 1903. (RGPL)
- Hermann, Jacqueline. *No reino do Desejado. A construção do sebastianismo em Portugal, século XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- Hernando Rica, Agustín Hernando. *La imagen de un país: Juan Bautista Labaña y su mapa de Aragón (1610-1620)*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1996.
- Herrera y Tordesillas, Antonio de. *Cinco libros de Antonio de Herrera de la historia de Portugal, y conquista de las islas de los Açores, en los años de 1582 y 1583*. Madrid: Pedro Madrigal, 1591. (BNP)
- Horch, Rosemarie Erika. *Bibliotheca universatis: Século XVII*. Vol. II. Acervo Bibliográfico da Universidade de São Paulo, 2002. (GB)
- Index Codicum Bibliothecae Alcobatiae*, 1775. (BNP)
- Inventário dos códices Alcobacenses*. Tomos I-VI. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 1930-1978. (BNP)
- Kamen, Henry. *Phillip of Spain*. New Haven e Londres: Yale University Press, 1997. (NYPL)
- La Figanière, Frederico Francisco de. *Manuscriptos portugueses existentes no Museu*

- Britânico*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1853. (GB)
- Lach, Donald F. *Asia in the Making of Europe. A Century of Wonder*. Vol. II. Chicago: The University of Chicago Press, 1977. (GB)
- Lapa, Manuel Rodrigues. *Lições de literatura portuguesa. Época medieval*. Coimbra: Coimbra Editora, 1942.
- Lavanha, João Baptista. *Chronica do felicissimo Rei Dom Emanuel da gloriosa memoria*. 4 vols. Lisboa: Francisco Correa, 1619. (BNP)
- . *Livro primeiro da architectura naval*. Trad. João da Gama Pimentel Barata. *Ethnos* Vol. IV. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, 1965. (BNP)
- . *Livro primeiro da architectura naval. The First Book of Naval Architecture*. Textos de João da Gama Pimentel Barata, Richard Barker, Francisco Contente Domingues. Trad. Manuel Leitão, Gil Ferreira. Org. Bernardino Cadete. Lisboa: Academia de Marinha, 1996. (BNP)
- . *Nobiliário de D. Pedro Conde de Bracelos hijo del rey D. Dionis de Portugal*. Ordenado y ilustrado por Ivan Bautista Lavaña cronista mayor del reyno e Portugal. Roma: Estevan Paolino, 1640. (GC, BNP, HSA)
- . *Quarta década da Ásia de João de Barros: dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento, e conquista dos mares e terras do Oriente*. Madrid: Anibal Falorsi, 1615. (BNP)
- . *Viage de la Catholica Real Magestad del Rei D. Filipe III N.S al reino de Portugal y relacion del solene recebimiento que él se le hizo*. Madrid: Thomas Junti, 1622. (GB)

- . *Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Filipe II N.S. ao reyno de Portugal, e rellação do solene recebimento que nelle se fez.* Madrid: Thomas Junti, 1622 (BNP)
- Leitão de Andrada, Miguel. *Miscellanea do sitio de N. S. da Luz do Pedrogão Grande: apparecimento e sua santa imagem, fundação do seu convent e da See de Lisboa com muitas curiozidades e poesias diversas.* Lisboa: Matheus Pinheiro, 1629. (BNP)
- . *Miscelânea do sítio de Nossa Senhora da Luz do Pedrógão: aparecimento de sua imagem, fundação do seu Convento e da Sé de Lisboa, com muitas curiosidades e poesias diversas.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1867. (GB)
- Levin, Michael Jacob. *Agents of Empire: Spanish Ambassadors in Sixteenth Century Italy.* Ithaca e Londres: Cornell University Press, 2005. (NYPL)
- Lopes, Fernão. *Crónica de D. João I.* Porto: Porto Editora, 2003. (BNP)
- Lopez Bueno, Begoña. *Cancionero Sevillano de Nueva York.* Sevilha: Universidad de Sevilla, 1996. (NYPL)
- Loureiro, Francisco de Sales Mascarenhas. *Dom Sebastião antes e depois de Alcácer Quibir.* Lisboa: Editora Vega, 1978.
- . *Jornada del-rei dom Sebastião a África e crónica de dom Henrique.* Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1978. (BNP)
- . *O Tempo de D. Sebastião: Um hiato na historiografia do séc. XVI: a Jornada régia de 1573.* Lisboa: Separata dos Anais II. Série, Vol. 28, 1982. (BNP)
- . “Relação da vida d’ElRey D. Sebastião do Padre Amador Rebello”. Revista da Faculdade de Letras, série IV, Vol. 2, 1977. (BNP)

- Manuppella, Giacinto. *A lenda negra de Jeronimo de Franchi Conestaggio e da sua 'Unione del Regno di Portogallo alla Corona de Castiglia – Génova, 1585'*. Coimbra, Revista da Universidade, 1984. (BNP)
- Martínez Torrejón, José Miguel. “*Entre perros y lobos: un chaparrón de inútiles consejos para el Rey D. Sebastián*”. *Revista de Filología Española*, LXXXVII, 2º. 2007.
- “*Silencios, sigilos y sordinas: Alcazarquivir visto desde el Escorial*”. In *A construção do outro: Espanha e Portugal frente a frente. Studia Miscellanea Lusitana*. Tomo 2. Tübingen: Calepinus Verlag, 2008.
- Melo, A. F. Ataíde e. “Catálogo da coleção de Cod. 851-1500”. (BNP)
- “Inventário dos códices Alcobacenses. Tomos I-II”. 1930. (BNP)
- Mello, D. Francisco Manoel de. *Apologos dialogaes*. Ed. Fernando Nery. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1920. (NYPL)
- *Apologos dialogaes, compostos per D. Francisco Manoel de Mello, varam digno de aquella estimaçam, que o mundo, em quanto vivo, fez da sua pessoa, e depois de morto conserva ao seu nome. Obra póstuma, e a mais Politica, Civil e Gallante que fez seu Author. Offerecida ao preclarissimo Senhor D. Antonio Estevam da Costa, Armador mór de S. Magestade, etc. per Mathias Pereyra da Sylva*. Lisboa: Officina de Mathias Pereyra da Sylva e Joam Antunes Pedrozo, 1721. (NYPL)
- Mendonça, Jerónimo de. *Jornada de Africa. Composta por Hieronymo de Mendouça, natural da cidade do Porto: em qual se responde à Jeronymo Franqui, & outros, & se trata do successo da batalha, cativoiro, & dos que nelle padecerão por não*

- serem Mouros, com outras cousas dignas de notar.* Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1607. (BNP)
- Menéndez Pidal, Diego Catalán. *De Alfonso X al Conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla y Portugal.* Madrid: Editorial Gredos, 1962. (GC)
- Menéndez Pidal, Ramón. *Sobre la traducción portuguesa de la Crónica General de Espanha de 1344.* (GC)
- Meneses, Manoel de. *Chrónica do muy alto e muy esclarecido Príncipe D. Sebastião, décimo rey de Portugal. Composto por D. Manoel de Menezes. Chronista mor do reyno e general da armada, etc. que contem os sucessos fete reyno e conquistas em sua menoridade. Offerecido a magestade sempre augusta delrey D. Joao V nosso senhor*”. Lisboa: Officina Ferreiriana, 1730. (RGPL)
- Mesa, Sebastián de. *Jornada de Africa por elRey Don Sebastian y union del reyno de Portugal a la corona de Castilla.* Barcelona: Pedro Lacavallería. 1630. (GB)
- Morel-Fatio, M. Alfred. *Catalogue des Manuscrits Espagnols et des Manuscrits Portugais.* Paris: Imprimerie Nationale, 1892. (BNP)
- Mota, Avelino Teixeira da. “Os regimentos do cosmógrafo-mor de 1559 e 1592 e as origens do ensino náutico em Portugal”. Coimbra: JIU/AECA (Sep. LI), 1970.
- Oliveira, Eduardo Freire de. *Elementos para a história do município de Lisboa, por Eduardo Freire de Oliveira, Archivista da Camara Municipal da mesma cidade. Primeira Parte. Publicação mandada fazer a expensas da Camara Municipal de Lisboa, para commemorar o centenario do Marques de Pombal a 8 de maio de 1882.* Tomo III. Lisboa: Tipographia Universal, 1887. (GB)

- Oliveira, Vitor Amaral de. *Sebástica, bibliografia geral sobre D. Sebastião*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 2002. (BNP)
- Palau y Dulcet, Antonio. *Manual del librero hispano-americano; bibliografía general española e hispano-americana desde la invención de la imprenta hasta nuestros tiempos, con el valor comercial de los impresos descritos*. 28 Vol. Barcelona: Agustín Palau, 1948-1977. (GC)
- Pereira, Gabriel. *Os códices 443 e 475 da Collecção Alcobacense da Biblioteca Nacional. Boletim das Biblioteca e Archivos Nacionaes*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1910. (BNP)
- Pérez Pastor, Cristóbal. *Bibliografía Madrileña ó descripción de las obras impresas en Madrid. Por el Presbítero Don Cristóbal Pérez Pastor. Doctor en Ciencias. Obra premiada por la Biblioteca Nacional en el concurso público de 1893. É impresa á expensas del Estado. Parte Segunda (1601 al 1620)*. Madrid: Tipografía de la “Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos”, 1906. (NYPL)
- Prestage, Edgar. “A embaixada de João Gomes da Silva ao rei Carlos IX da França e a matança de S. Bartholomeu” e “Novas informações sobre a embaixada de João Gomes da Silva a França”. Separata do n° 24 da Revista de História. Porto: Typographia da Empreza Litteraria da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, 1917. (BNP)
- . *D. Francisco Manuel de Mello*. Trad. do inglês por António Álvaro Dória. Revista e aumentada pelo autor. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933. (CCNY)
- Queirós Veloso, José Maria de. *D. Sebastião, 1554-1578*. Lisboa: Empresa Nacional de

- Publicidade, 1935. (BNP)
- . *Estudos históricos do século XVI*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1950. (BNP)
- Randles, W.G.L. *The Empire of Monomotapa: From the Fifteenth to the Nineteenth Century*. Zimbábue: Mambo Press, 1981. (GB)
- Rebello, Amador. *Relação da vida d'elRey D. Sebastião*. Leitura, introdução e notas de Francisco de Sales Mascarenhas Loureiro. Vol. II. Lisboa: Revista da Faculdade de Letras de Lisboa, 1977. (BNP)
- Ribeiro, José Silvestre. *História dos estabelecimentos científicos, litterários e artísticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*. 17 vols. Lisboa: Typographia da Academia Real de Sciencias, 1871. (NYPL)
- S. Boaventura, Fr. Fortunato de. *História chronológica, e crítica da Real Abbadia de Alcobaça, da Congregação Cisterciense de Portugal, para servir de continuação À Alcobaça Illustrada do Chronista Mor Fr. Manoel dos Sanctos por Fr. Fortunato de São Boaventura Monge de Alcobaça, e Chronista Geral da Ordem de S. Bernardo*. Lisboa: Impressão Régia, 1827. (BNP)
- San Román de Rivadeneyra, Antonio de. *Jornada y muerte delRey Don Sebastian de Portugal, sacada de las obras del Franchi, ciudadano de Genova, y de otros muchos papeles autenticos*. Valladolid: Juan Yñiguez de Lequerica, 1603. (GB)
- Sánchez Pérez, José Augusto. *"Monografía sobre el matemático portugués D. Juan Bautista Labaña"*. Madrid: Real Academia de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales, 1934.
- Santarém, Visconde de. *Noticia dos manuscritos pertencentes ao direito publico externo*

diplomatico de Portugal e à historia da litteratura do mesmo paiz que existem na Bibliotheca Real e de outras da mesma capital e nos archivos de França, examinados e colligidos pelo Visconde de Santarém. 2ª edição. Lisboa: 1863. (GB)

----- *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarchia portugueza até aos nossos dias. Tomo 14. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1865. (GB)*

Santos, Manoel dos. *História sebástica, contem a vida do augusto príncipe o senhor D. Sebastião, Rey de Portugal, e os successos memoráveis do reyno e conquistas no seu tempo. Lisboa: Officina de António Pedrozo Galram, 1735. (BNP)*

Santos, Maria Emilia Madeira. *O carácter experimental da carreira da Índia, um plano de João Pereira Dantas, com fortificação de África do Sul (1556). Lisboa: Junta da Investigação do Ultramar, 1969. (BNP)*

Saraiva, António J. *O autor da narrativa da batalha do Salado e a refundição do “Livro do Conde D. Pedro”*. Lisboa: Boletim de Filologia, 22, 1971. (BNP)

Saraiva, António J. e Óscar Lopes. *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1978.

Schwartz, Stuart B. “Luso-Spanish Relations in Hapsburg Brazil, 1580-1640”. *The Americas*, Vol. 25, N° 1, 1968.

Segurado, Jorge. *Damião de Goes e a casa de Bragança em 1571, insólito documento do arquivo dos Duques de Bragança em Vila Viçosa*. Lisboa: Direcção Geral do Património Cultural, 1979. (BNP)

- Serpa, António Ferreira. (Ed.). *Crónica de El-Rei Dom Sebastião: único deste nome e dos reis de Portugal o 16º, composta pelo Padre Amadôr Rebêlo, companheiro do Padre Luís Gonçalves da Câmara, mestre do dito Rei Dom Sebastião. (s.d.)*. Porto: Civilização, 1925. (BNP)
- Serrão, Joaquim Veríssimo. *A Historiografia portuguesa – doutrina e crítica. Vol. II. século XVII*. Lisboa: Editorial Verbo, 1973. (BMG)
- . *Documentos inéditos para a história de D. Sebastião*. Separata do “Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Vol. XXIV. Coimbra: Coimbra Editora, 1958. (BNP)
- . *História de Portugal*. 3 vols. Lisboa: Editorial Verbo, 1977.
- . *Itinerários de El-Rei D. Sebastião (1568 – 1578)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1987. (BNP)
- Silva, Innocencio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez / estudos de Innocencio Francisco da Silva, applicaveis a Portugal e ao Brasil*. 22 Vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1923. (CCNY)
- Silva, Luis Augusto Rebello da. *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Vol. I - IV. Lisboa: Imprensa Nacional, 1869. (BNP)
- “Synopsis, desenvolvimento e comentário do códice nº 8 dos ‘Manuscriptos Portuguezes da Bibliotheca Nacional de Paris, a que na sessão da Segunda Classe de 20 de Janeiro se referiu o sr. Christovam Ayres”. *Boletim da Segunda Classe (Actas, Comunicações, Pareceres)*. Vol. 1 (1898-1902). Lisboa: Typographia da Academia, 1903. (GB)
- “Testamento que o reino de Portugal fez após a desventura e perda delRei Dom

- Sebastião em África”. Introdução e notas de António Dias Miguel. Coimbra: Revista da Faculdade de Letras. Vol. XXX. 1955. (BNP)
- Ubieto Artur, Antonio-Paulo. “Aportações à biografia de João Baptista Lavanha”. Coimbra: Revista da Universidade. Vol. XXXVI, 1991. (BNP)
- Valensi, Lucette. *Fábulas da memória: A batalha de Alcácer Quibir e o mito do sebastianismo*. Trad. Maria Helena Franco Martins. (Título original: *Fables de la Memoire: la Glorieuse Bataille des Trois Rois*. Editions du Seuil, 1992). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1994. (BNB)
- Veiga, Carlos José Margaça. *Poder e poderes na crise sucessória portuguesa (1578-1581)*. Dissertação de Doutoramento em História Moderna. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999. (BNP)

Manuscritos:

- “*Advertencia a los lectores*”. Ms. 3056. (BNM)
- Baião, José Pereira. “Discurso histórico sobre os autores e chronistas antigos de Portugal”. Ms. 254 n° 42. (BNP)
- Barreto, João Franco. *Bibliotheca luzitana de autores portugueses*. Fotocópia do ms. Século XVII. (BNP)
- “Carta a hum abade da Beira em resposta a outra”. (*In Dezenganos Sebastianistas*). Ms. in COD 12896. (BNP)
- “Carta da Rainha D. Catarina para que o Bispo D. António Pinheiro escrevesse a crónica

de D. João III. Xabregas, 1572, Agosto 2. – Papel, 2 folhas”. Gaveta II: 536. II, 9-19. (ANTT)

“Carta e memória de Lavanha de 1602”. Coleção Pombalina, ms. 249 (Miscelânea histórica), fls. 93-94. (BNP)

“Carta nomeando D. Diogo da Silva governador do reino de Portugal em 1623 para a vaga deixada por Nuno Álvares de Portugal”. Ms. 206, n° 274. (BNP)

“Carta régia mandando apreender todos os exemplares da obra de Martín Carrillo abade de Montaragón *Anales e Memorias Cronologicas* desprimorosa para os portugueses. 18 de Setembro de 1625”. Cópia do século XIX, ms. 206 n° 263. (BNP)

Chancelaria de D. Sebastião e de D. Henrique. (ANTT)

Chancelaria de ElRey Filippe II. Vol. II do índice alfabético dos 45 livros de padroens, doações, officios, e mercês da chancellaria de ElRey Filippe II. Dividido em 4 vols. Fl. 30v. (ANTT)

Códice 8. (BNF)

Códice Alcobacense 308 (Cota antiga CDXLIII 443). Fundo Geral de Manuscritos (BNP)

Códice Alcobacense 309. Fundo Geral de Manuscritos (BNP)

Códice 887. Fundo Geral de Manuscritos (BNP)

Códice 8570. Fundo Geral de Manuscritos (BNP)

Códice 10851 (fl. 180r-183r), atribuído ao Bispo de Miranda, D. António Pinheiro. (BNP)

Coleção Pombalina 669, 641. (BNP)

Copia das cousas principais que soçederão em Portugal em tempo de elRey Dom

Sebastião. Tiradas pelo Doutor Frei Bernardo de Brito dos mais verdadeiros originais e certas relações que se puderão aver em cada materia que se trata.

Ms. 49-XI-75 (BRA)

Corpo cronológico. (ANTT)

“Genealogia dos Lavanha”. Ms. 50- IV-9, fl. 111. (BRA)

“João Baptista Lavanha: Alv. de Ordenado”. L^o 44, 22.v^o. Chancelaria de D. Filipe II, Doações. (ANTT)

“João Baptista Lavanha. Apost. de mudança de 20\$000 reis de terça”. Liv. 26, 99. Chancelaria de D. Filipe II, Padrões, Doações. (ANTT)

“João Baptista Lavanha. Carta de Coronista Mor do Reyno”. L^o 42, 71.v^o Chancelaria de D. Filipe II, Doações, Livro 42. (ANTT)

Lavanha, João Baptista. *Livro primeiro da architectura naval.* Cod. 63 fls. 41-78. Collecção Salazar. (BRHM)

-----. “Relação da chegada, entrada, e festas do casamento da Princeza D. Anna...”
(*In Do Governo de Portugal Tom X Papéis de estado políticos e militares*). Ms. 51-1X-8 (165-173v). (BRA)

-----. *Tábuas do lugar do sol e largura de leste-oeste e das amplitudes solares quadrienais; regimentos do sol, do norte e do sul.* Ms. F. [I-XLIII] in cód. 6806//1. (BNP)

Lobo, Luis. *Familias reales de Portugal.* Colecção Pombalina 196 fl. 147r, 148v, 27/8/1618. (BNP)

-----. *Genealogia real de Navarra, s/d.* COD 1137. (BNP).

-----. *Livro das linhagens do reino de Portugal, s/d.* COD 980. (BNP)

-----. *Libro de linajes reales*. Ms. K. 21-126. (BNM)

-----. *Nobiliário novo de D. Luis Lobo de Silveira. Copiado no anno de 1621*. Ms. 66,

Catalogue de Manuscripts Espagnols et Portugais. (BNF)

-----. *Título da família dos Noronhas*, s/d. COD 1054. (BNP)

Ms. 199 n°6. (BNP)

Mss. Portugais. (BNF)

Rebello, Amador. *Relação da vida delRey D. Sebastião, na qual se trata do*

nascimento, criação, governo, das hidas que fez a Africa, da batalha que deu a

Muley Maluco, e do fim, e do successo della. Ms. in ALC 308. (BNP)

-----. *Relação da vida delRey Dom Sebastião o primeiro de este nome e decimo sexto*

dos reis de Portugal na qual se trata do seu nascimento, criação, governo, das

idas que fez a Africa, da batalha que deu a Muley Maluco e do fim e do successo

della. Ms. 49-XII-I, 317-341 (BRA)

“Relação da jornada delRei dom Sebastião e do apparato da armada e gente que por seu

mandado se fez pasar a Africa no Ano de 1578”. Obras de manuscrito (séc. XVI

a XVIII). Ms. 51-II-18 fl. 27 a 36. (BRA)

“Testamento de Lavanha”. Prot. 2.133. Juan Gomez, 1624, fl. 566. (APNM)

Online:

Ávila Gijón, Juan de. “*La bibliografía de la Orden Militar de Cristo (Portugal)*. Del

manuscrito al soporte electrónico”. Madrid: Via Spiritus. N° 9, 2002.

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3486.pdf>

Brand, Jaques Mario. “Mapeando o ‘Hospital das Letras’ (1657) um hipertexto do Barroco Ibérico e seus elos historiográficos”. Dissertação apresentada no Curso de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Área de concentração: História Social. Niterói, 2008.

http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2008_BRAND_Jaques_Mario-S.pdf

“Comissão científica inicia este ano estudo e recuperação das ruínas de Tróia”, *In* NOTÍCIAS.rtp.pt, 2006-01-04.

<http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=215851&visual=26>

Correia, Arlindo. “Vicente Nogueira (1586-1654), 2007.

<http://www.arlindo-correia.com/060107.html>

Domingues, Francisco Contente. *Os navios do mar oceano. Teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII*. Lisboa, 2004.

<http://www.gbv.de/dms/sub-hamburg/388848936.pdf>

Hermann, Jacqueline. “El Ksar-El-Kebir. Narrativas e história sebástica na batalha dos três reis. Marrocos, 1578”. *História: Questões & Debates*. Curitiba: Editora UFPR, 2006.

<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/viewArticle/7943>

“*João Baptista Lavanha y la reforma de la planta de Valladolid en 1603*”. *Bibliotheca Gondomariensi*.

<http://www.patrimoniacionacional.es/RealBiblioteca/avisos3204.htm>

Leitão, Humberto. “Uma carta de João Baptista Lavanha à respeito das agulhas de Luís

da Fonseca Coutinho”. Coimbra: Junta de Investigações do Ultramar, 1966.

<http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaort/a19.html>

Xisto, Brenda. “Navegações portuguesas,” *In* Instituto Camões.

<http://instituto-camoes.pt/cvc/navegaort/c12.html>